ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLI Nº 208

Brasília - DF, terça-feira, 28 de outubro de 2014

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 1
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 3
Ministério da Cultura 3
Ministério da Defesa 7
Ministério da Educação 7
Ministério da Fazenda 7
Ministério da Justiça 14
Ministério da Pesca e Aquicultura 17
Ministério da Previdência Social 17
Ministério da Saúde 17
Ministério das Comunicações 19
Ministério de Minas e Energia 22
Ministério do Desenvolvimento Agrário 27
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 27
Ministério do Esporte 52
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 52
Ministério do Trabalho e Emprego 53
Ministério dos Transportes 54

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 8.328, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Altera os Quadros I, V e VI do Anexo ao Decreto nº 8.210, de 21 de março de 2014, que distribui o efetivo de pessoal militar do Exército para 2014.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983, e no art. 1º da Lei nº 8.071, de 17 de julho de 1990,

D E C R E T A :

Art. 1º Os Quadros I, V e VI do Anexo ao Decreto nº 8.210, de 21 de março de 2014, passam a vigorar na forma do Anexo a este Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de outubro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim

ANEXO

(Anexo ao Decreto nº 8.210, de 21 de março de 2014)

"I - OFICIAIS-GENERAIS

POSTO	COMBATENTE	DOS SERVIÇOS		ENGENHEIRO MILITAR	SOMA
		INTENDENTE	MÉDICO		
General de Exército	15	-	-	-	15
General de Divisão	37	3	1	4	45
General de Brigada	71	7	4	7	89
TOTAL	123	10	5	11	149

V - PRAÇAS - TAIFEIROS, CABOS E SOLDADOS

ESPECIFICAÇÃO		QUANTIDADE
TAIFEIROS	MOR	39
	DE 1ª CLASSE	11
	SOMA PARCIAL	50
CABOS E SOLDADOS	CABO	29.300
	SOLDADO	108.980
	SOMA PARCIAL	138.280
SOMA		138.330

VI - TOTAL GERAL DOS EFETIVOS

ESPECIFICAÇÃO			QUANTIDADE
OFICIAIS-GENERAIS			149
OFICIAIS		DE CARREIRA	19.465
		TEMPORÁRIOS	8.135
		SOMA PARCIAL	27.600
PRAÇAS	SUBTENENTES E SARGENTOS	DE CARREIRA	34.741
		DO QUADRO ESPECIAL	9.352
		TEMPORÁRIOS	9.413
		SOMA PARCIAL	53.506
	TAIFEIROS, CABOS E SOLDADOS	TAIFEIROS	50
		CABOS	29.300
		SOLDADOS	108.980
		SOMA PARCIAL	138.330
TOTAL GERAL			219.585

" (NR)

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Presidência da República

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 27 de outubro de 2014

Entidade: PSS ARKTEC
CNPJ: 65.689.895/0001-69
Processo Nº: 00100.000259/2014-36

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 51/54), RECEBO a solicitação de credenciamento da Prestadora de Serviço de Suporte ARKTEC, operacionalmente vinculada à AR CNDL na cadeia da AC SERASA CD, com fulcro no item 2.1.4 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Entidade: PSS ARKTEC
CNPJ: 65.689.895/0001-69
Processo Nº: 00100.000266/2014-38

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 50/53), RECEBO a solicitação de credenciamento da Prestadora de Serviço de Suporte ARKTEC, operacionalmente vinculada à AR CNDL na cadeia da AC SERASA JUS, com fulcro no item 2.1.4 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PORTARIA Nº 142, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Institui o Cadastro de Veículos da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e aprova seu Manual de Uso.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso II, da Estrutura Regimental da Secom, aprovada pelo Decreto nº 6.377, de 19 de fevereiro de 2008, com fundamento no inciso IV do art. 6º do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Cadastro de Veículos de Divulgação (Midiacad) da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, que se constitui em conjunto formal de dados cadastrais, comerciais e negociais de veículos dos diversos meios de divulgação utilizados nas ações de publicidade do Poder Executivo Federal.

§ 1º O Midiacad visa atender aos princípios da economicidade e da eficiência da Administração Pública, como ferramenta destinada a atribuir maior segurança na elaboração, execução e faturamento dos planos de mídia, com a melhoria dos processos de planejamento das ações de publicidade e consequente otimização dos recursos públicos.

§ 2º Por ser um conjunto formal de dados cadastrais, o Midiacad não terá a função de aferir, avaliar, verificar e atestar a audiência e circulação dos veículos nele cadastrados.

§ 3º O Midiacad será compartilhado pelos integrantes do Sistema Integrado de Comunicação do Governo Federal (SICOM), como garantia da uniformidade das informações cadastrais, comerciais e negociais em suas ações de publicidade.

Art. 2º O Midiacad será hospedado em ambiente seguro, com as seguintes características:

I - Protocolo SSL de segurança para o tráfico das informações na rede;

II - Acesso lógico à aplicação somente por pessoa previamente autorizada conforme definido em manual;

III - Servidor de banco de dados instalado em sala cofre com acesso autenticado mediante à conferência biométrica.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Art. 3º Os dados coletados por meio do cadastramento de Usuário e de veículo são de caráter confidencial por incluir dados que não estão sob o domínio público.

Art. 4º Compete à Secretaria de Comunicação Integrada (SCI) atuar como Gestor do Midiacad.

Art. 5º Fica aprovado o Manual de Uso do Cadastro de Veículos de Divulgação (Midiacad), Anexo I desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABRICIO GONÇALVES COSTA

ANEXO I

MANUAL DE USO DO CADASTRO DE VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Midiacad)

Objetivo:

1. Este Manual dispõe sobre o acesso e uso do Cadastro de Veículos de Divulgação da Secom (Midiacad), que se constitui em um conjunto formal de dados cadastrais, comerciais e negociais de veículos dos diversos meios de divulgação utilizados nas ações de publicidade do Poder Executivo federal.

1.1 Por ser um conjunto formal de dados cadastrais, o Midiacad não terá a função de aferir, avaliar, verificar e atestar a audiência e circulação dos veículos nele cadastrados.

Usuários do Midiacad:

2. Terão acesso ao Midiacad: (i) os usuários da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) e do seu Núcleo de Mídia; (ii) os usuários, dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (Sicom); (iii) os usuários de Agências de Propaganda contratadas por órgãos e entidades do Sicom; e (iv) os usuários de Veículos de divulgação.

Atribuições dos usuários:

2.1. São atribuições dos usuários do Midiacad:

2.1.1. Usuários da Secom: administrar o Midiacad, deliberar e conduzir melhorias no cadastro, estabelecer parâmetros de acesso e definir o perfil de demais usuários.

2.1.2. Usuários do Núcleo de Mídia da Secom: gerir o processo de cadastramento e a qualidade das informações do Midiacad; analisar, solicitar correções e homologar o cadastro dos veículos; autorizar acesso e orientar os responsáveis por veículos quanto às informações necessárias ao cadastramento; gerir a integridade dos dados recebidos de outras entidades externas, como IVC e Anatel; promover as negociações autorizadas pela Secom junto aos veículos.

2.1.3. Usuários de órgãos e entidades do Sicom: consultar informações cadastrais, comerciais e negociais de veículos; utilizar as informações coletadas no planejamento das ações de mídia; gerir o cadastramento dos usuários do próprio órgão e de suas agências de publicidade contratadas; orientar essas agências quanto à adequada utilização do Midiacad.

2.1.4. Usuários de agência de propaganda: consultar informações cadastrais, comerciais e negociais de veículos; utilizar as informações coletadas na elaboração do plano de mídia e nas compras de espaços para publicidade junto aos veículos; gerir o cadastramento de usuários da própria agência'.

2.1.5. Usuários de Veículos: que se obrigam a (i) informar e manter atualizados os próprios dados cadastrais; (ii) comprovar a forma de vínculo que mantém com o(s) veículo(s) sob sua responsabilidade na Secom (se proprietário, empregado ou representante); informar e manter atualizados os dados cadastrais, comerciais e negociais do(s) respectivo(s) veículo(s).

Solicitação de Acesso:

3. O acesso ao Midiacad será realizado por meio do endereço eletrônico: https://sistema2.planalto.gov.br/gestaosecom

4. A solicitação de acesso ao Midiacad será feita por e-mail.

4.1. No caso de usuários de órgãos e entidades do Sicom: o gestor de publicidade deve encaminhar e-mail com a solicitação de cadastramento para a caixa postal demid@presidencia.gov.br informando o nome do usuário do Órgão, responsável pelo cadastramento de demais usuários da Entidade e usuários de agências.

4.1.1. Esta solicitação deverá conter os seguintes dados do usuário:

4.1.1.1. CPF

4.1.1.2. Nome completo

4.1.1.3. E-mail institucional/funcional

4.1.1.4. Usuário / Tipo de entidade - Órgão ou Agência

4.1.1.5. Endereço comercial completo

4.1.1.6. Telefone comercial

4.1.1.7. Perfil do Usuário:

4.1.1.7.1. Administrativo - Permite a inclusão e exclusão de usuários além de visualização e exportação dos dados cadastrais e negociais;

4.1.1.7.2. Básico - Permite a visualização e exportação dos dados cadastrais e negociais;

4.1.1.7.3. Visualização - Permite apenas a visualização dos dados cadastrais e negociais.

4.2 No caso de usuários de agências de propaganda contratadas por órgãos e entidades do Sicom: o e-mail deve ser encaminhado pelo usuário responsável da agência ao usuário responsável do órgão, para a autorização do acesso.

Senha e segurança:

5. A primeira senha de acesso será gerada automaticamente pelo Midiacad e enviada ao e-mail informado no cadastro do usuário.

5.1. Ao acessar o Midiacad, a alteração da primeira senha será obrigatória.

6. O usuário deverá atentar para as seguintes regras:

6.1. A senha de acesso é de uso pessoal e intransferível, devendo o usuário mantê-la sob sua responsabilidade;

6.2. Ao término de cada utilização, encerrar a sessão, evitando, dessa forma, a utilização não autorizada do Midiacad por terceiros.

6.2.1. O gestor do Midiacad não será responsável por inconsistências ou perda de registros/informações decorrente do uso indevido do sistema pelo usuário.

6.3. O usuário deverá notificar imediatamente sobre uso não autorizado de sua senha ou qualquer outra quebra de segurança de que tome conhecimento, através do e-mail demid@presidencia.gov.br.

7. Caso o usuário esqueça a senha, é possível gerar uma nova na tela inicial do Midiacad.

Etapas de Cadastramento de Veículo e do responsável

8. O cadastramento de veículo terá as seguintes etapas:

8.1 O responsável pelo veículo deve encaminhar e-mail para a caixa postal do Núcleo de Mídia contato@nmsecom.com.br contendo as informações e documentos necessários para a realização do cadastro, conforme critérios estabelecidos no site Secom http://www.secom.gov.br/orientacoes-gerais/midia/cadastro-de-veiculos-de-comunicacao

8.2. Após o recebimento da documentação, o Núcleo de Mídia da Secom cadastra o veículo e associa-o ao respectivo responsável no sistema;

8.3 O responsável pelo veículo deve acessar o sistema, anexar a documentação relacionada abaixo e submeter ao Núcleo de Mídia da Secom para análise:

8.3.1. CPF

8.3.2 Nome completo

8.3.3. E-mail de contato

8.3.4. Endereço comercial completo

8.3.5. Telefone comercial

8.3.6. Documentos a serem digitalizados e anexados:

a) Documento de Identidade do requerente;

b) Cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente, caso o documento de identidade não conste o numero do CPF;

c) Página da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) em que conste o registro do vínculo empregatício do requerente com o veículo; ou

d) Contrato social ou documento de propriedade do veículo; ou

e) Declaração emitida pelo veículo comprovando o vínculo com o responsável; ou

f) Holerite/Contracheque emitido pelo veículo em nome do responsável.

8.4. Após análise da documentação anexada, o Núcleo de Mídia da Secom valida o cadastramento do responsável bem como a sua vinculação com o veículo.

8.5 Depois de validadas as informações, o usuário do veículo poderá incluir e/ou atualizar dados do(s) respectivo(s) veículo(s) sob sua responsabilidade.

8.6. Com base nos critérios de cadastramento e negociação, o Núcleo de Mídia verifica se o veículo está apto a ser programado nas ações de comunicação dos órgãos e entidades integrantes do Sicom e insere a conformidade no Midiacad.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8.7. Constatada informação falsa, incorreta, desatualizada ou incompleta, ou se houver razão para suspeitar de informação registrada do Midiacad, o Departamento de Mídia da SCI deve inativar o cadastro, até que o usuário responsável pelos registros regularize a situação.

Responsabilidade pela Qualidade e atualização dos dados:

9. Os usuários do Midiacad se comprometem a:

9.1. Fornecer informações verdadeiras, exatas e completas, bem como mantê-las atualizadas, sob pena da inativação liminar do cadastro (item 8.7).

Uso da Informação:

10. Os dados constantes do Midiacad são de caráter confidencial por incluir informações que não estão sob o domínio público.

10.1. O compartilhamento dos dados passíveis de consulta no Midiacad será permitido somente no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sicom e das suas respectivas agências de propaganda contratadas para realização de suas ações de publicidade.

10.2. O responsável por veículo(s) poderá visualizar/editar apenas os dados do(s) veículo(s) aos quais esteja vinculado.

FABRICIO GONÇALVES COSTA
Secretário de Comunicação Integrada

EMERSON MUZI
Secretário de Gestão, Controle e Normas

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
UNIDADE REGIONAL DE BELÉM

DESPACHO Nº 66
Em 21 de agosto de 2014

Processo nº 50305.000250/2014-13

Empresa penalizada: Rodonave Navegações Ltda., CNPJ Nº 06.169.194/0001-30. Objeto e Fundamento Legal: Aplicação de penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 3.100,00, por cometimento das infrações tipificadas nos incisos VI, XI e XV, no art. 23, da Norma aprovada pela Resolução nº 1.274-ANTAQ.

RONI PEREZ DE MELLO
Chefe da Unidade Regional de Belém
Substituto

UNIDADE REGIONAL DE FLORIANÓPOLIS

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 9
Em 16 de outubro de 2014

Processo nº 50303.000557/2013-37
Empresa penalizada: 3 GOLF LTDA. - EPP, CNPJ Nº 85.404.903/0001-90. Objeto e Fundamento Legal: Aplicação de penalidade de advertência, por cometimento da infração tipificada no art. 21, inciso I, da Norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ.

MAURÍCIO MEDEIROS DE SOUZA
Chefe da Unidade Regional de Florianópolis

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA Nº 2.513, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Aloca frequências mistas para os Estados Unidos da América.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, tendo em vista o disposto no art. 7º da Resolução nº 57, de 10 de outubro de 2008, com a redação dada pela Resolução nº 154, de 25 de junho de 2010, e considerando o que consta do processo nº 00058.085410/2014-61, resolve:

Art. 1º Alocar, à empresa VRG Linhas Aéreas S.A., nos termos do Acordo sobre Serviços Aéreos em vigor, 1 (uma) frequência semanal para realização de serviços aéreos mistos entre o Brasil e os Estados Unidos da América.

Art. 2º Alocar, à empresa TAM Linhas Aéreas S.A., nos termos do Acordo sobre Serviços Aéreos em vigor, 14 (quatorze) frequências semanais para realização de serviços aéreos mistos entre o Brasil e os Estados Unidos da América.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 1º, inciso IV, da Portaria nº 2304, de 17 de dezembro de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 2.501 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Pouso Alegre (MS) (Código OACI: SSOD) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 07 de outubro de 2023. Processo nº 00065.132285/2014-04. Fica revogada a Portaria nº 2593, de 4 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 7 de outubro de 2013, Seção 1, Página 4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.502 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda das Perobas (MG) (Código OACI: SWPS) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.039227/2014-02. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.503 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Santa Maria (BA) (Código OACI: SDWG) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.159394/2013-80. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.504 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Bartira (SP) (Código OACI: SJWB) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.134676/2014-55. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.505 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Bela Vista (MS) (Código OACI: SNVI) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.116665/2014-93. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.506 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Mundico Coelho (PA) (Código OACI: SNMD) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 06 de outubro de 2020. Processo nº 00065.137974/2014-05. Fica revogada a Portaria nº 1688, de 05 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 06 de outubro de 2010, Seção 1, Página 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.507 - Inscrever o aeródromo privado Jordão (AC) (Código OACI: SJOD) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.131105/2014-69. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.508 - Inscrever o heliponto privado Turim (PE) (Código OACI: SWVQ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.033960/2014-13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.509 - Inscrever o heliponto privado Ambipar (SP) (Código OACI: SWYF) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.082389/2014-52. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.510 - Inscrever o heliponto privado Praia do Paiva (PE) (Código OACI: SWXI) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.089907/2014-69. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.511 - Alterar e renovar a inscrição do heliponto privado Hotel Vitória (SP) (Código OACI: SIKH) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.130107/2014-31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.512 - Inscrever o aeródromo privado Marechal Thaumaturgo (AC) (Código OACI: SSMH) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.131218/2014-64. Esta Portaria entra em vigor 11 de dezembro de 2014.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

MARCOS ROBERTO EURICH

SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
SECRETARIA DE RACIONALIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 27 de outubro de 2014

O SECRETÁRIO DE RACIONALIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso III, do artigo 44, parágrafo único, do artigo 47 ambos da Lei nº 8.934/94, do inciso III, do artigo 64, do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, alterado pelo Decreto nº 8.060, de 29 de julho de 2013 e pela Portaria nº 02, de 28 de janeiro 2014, publicada no D.O.U. nº 20 de 29 de janeiro de 2014, decide, acolher o Parecer SMPE/AJ nº 139/2014, de 23 de outubro de 2014, para CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Referência: Processo nº 52700.006359/2013-20 e Processo JUCERJA nº 57-2013/350689-4
Recorrente: Procuradoria da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

O SECRETÁRIO DE RACIONALIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso III, do artigo 44, parágrafo único, do artigo 47 ambos da Lei nº 8.934/94, do inciso III, do artigo 64, do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, alterado pelo Decreto nº 8.060, de 29 de julho de 2013 e pela Portaria nº 02, de 28 de janeiro 2014, publicada no D.O.U. nº 20 de 29 de janeiro de 2014, decide, acolher o Parecer SMPE/AJ nº 140/2014, de 23 de outubro de 2014, para CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Referência: Processo nº 52700.006574/2013-21 e Processo JUCERJA nº 57-2013/367132-1
Recorrente: Procuradoria da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

JOSÉ CONSTANTINO DE BASTOS JUNIOR

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A

DESPACHOS

Processo: Contrato C-931/CS-515. Objeto: Prestação de Seguro de Vida e de Acidentes Pessoais em Grupo da NUCLEP. Contratada: Icatu Seguros S/A - CNPJ: 42.283.770/0001-39. Vigência: 24 hs do dia 01/06/2014 às 24 hs do dia 01/06/2015. Valor: R$ 225.505,08. Parecer Jurídico LRG-028-A/2014. Justificativas: Sustenta a área requisitante, que a licitação pública sob o n° D-048/2014 realizada pela NUCLEP restou deserta em 2 oportunidades, a saber, dia 28/04/2014 e 26/05/2014, e, por isso a Companhia deve efetivar a contratação, tendo em vista não poder prescindir dos serviços e não haver mais tempo para novo certame licitatório. Consigna que após diversas buscas no mercado, apenas a seguradora Icatú Seguros se mostrou interessada em contratar com a Companhia apresentando a proposta datada de 18/06/2014, anexa aos autos. Considerando que a justificativa acima tem fundamento no artigo 24, V da Lei 8666/93, reconheço a dispensa de licitação referente ao processo supracitado.

RICARDO NORONHA PEREIRA
Gerente de Suprimentos

Em observância ao art. 26 da Lei 8666/93 e em face do parecer favorável da consultoria jurídica sobre o assunto, ratifico a decisão do Gerente de Suprimentos.

PAULO ROBERTO TRINDADE BRAGA
Diretor Administrativo

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 153, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 59/2014, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, e Decreto nº 8.283, de 03/07/2014, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

12-0517 - Uma Obra de Arte Sumiu
Processo: 01580.033661/2012-42
Proponente: Comunicação Alternativa Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 31.399.272/0001-30
Valor total aprovado: de R$ 1.196.795,58 para R$ 883.190,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 235.986,30 para R$ 229.030,50

Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 38.999-4

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 110.000,00

Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 40.922-7

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 542, realizada em 09/10/2014.

Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 24 de outubro de 2014

Nº 159 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 5º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º e 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

12-0329 - Qualquer Gato Vira Lata 2

Processo: 01580.019599/2012-86

Proponente: Tietê Produções Cinematográficas Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 96.274.915/0001-64

Valor total do orçamento aprovado: R$ 7.255.106,00

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 800.000,00 para R$ 600.000,00

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 33.904-0

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para R$ 1.700.000,00

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 33.905-9

Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.494.128,17

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 33.912-1

Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 2º Este Despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 160 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

14-0431 - Bom de Serviço

Processo: 01580.071902/2014-13

Proponente: Miração Filmes Ltda.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 06.096.915/0001-29

Valor total aprovado: R$ 1.349.622,22

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.279.622,22

Banco: 001- agência: 3560-2 conta corrente: 24.858-4

Prazo de captação: até 31/12/2016.

14-0433 - Como Fotografei os Índios

Processo: 01580.075031/2014-15

Proponente: Outros Filmes Produções Artísticas e Cinematográfica Ltda.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 10.347.990/0001-92

Valor total aprovado: R$ 199.080,00

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 189.126,00

Banco: 001- agência: 4306-X conta corrente: 13.927-0

Prazo de captação: até 31/12/2016.

14-0435 - Natterer - Um Naturalista Austríaco na Amazônia

Processo: 01580.075773/2014-32

Proponente: Gaia Produções Cinematográficas Ltda.

Cidade/UF: Brasília / DF

CNPJ: 55.084.750/0001-80

Valor total aprovado: R$ 2.169.935,00

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.061.438,25

Banco: 001- agência: 1236-X conta corrente: 28.811-X

Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos arts. 1º-A e 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

14-0432 - Contagem Regressiva

Processo: 01580.073232/2014-70

Proponente: Fogo Cerrado Imagens e Serviços Ltda. ME

Cidade/UF: Brasília / DF

CNPJ: 03.762.421/0001-48

Valor total aprovado: R$ 6.100.000,00

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00

Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 22.618-1

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.706.138,19

Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 22.619-X

Prazo de captação: até 31/12/2016.

14-0434 - Terra de Cegos

Processo: 01580.075619/2014-61

Proponente: Aquarela Produções Culturais Ltda.

Cidade/UF: Brasília / DF

CNPJ: 02.593.994/0001-22

Valor total aprovado: R$ 11.767.017,80

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00

Banco: 001- agência: 1419-2 conta corrente: 24.710-3

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00

Banco: 001- agência: 1419-2 conta corrente: 24.711-1

Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 161 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

14-0401 - Trópicos

Processo: 01580.067918/2014-21

Proponente: VPC Cinema Vídeo Produções Artísticas e Distribuidora de Filmes Ltda.

Cidade/UF: Simões Filho / BA

CNPJ: 34.366.831/0001-01

Valor total aprovado: R$ 3.629.150,16

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.447.692,65

Banco: 001- agência: 3459-2 conta corrente: 24.792-8

Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos arts. 1º, 1º-A, 3º e 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

14-0425 - Eduardo e Mônica

Processo: 01580.063074/2014-40

Proponente: De Felippes Filmes e Produções Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 08.427.088/0001-34

Valor total aprovado: R$ 11.125.705,50

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00

Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 22.232-1

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.500.000,00

Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 22.236-4

Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00

Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 22.234-8

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00

Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 22.237-2

Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE VOGAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 57, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 308, de 11/05/2012, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I -Expedir PERMISSÃO sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo I desta Portaria.

II -Expedir RENOVAÇÃO sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo II desta Portaria.

III -Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, às instituições executoras dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo III desta Portaria.

IV -Determinar às Superintendências do IPHAN das áreas de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

V -Condicionar a eficácia das presentes permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/88.

VI -Os Relatórios e quaisquer outros materiais provenientes das pesquisas abaixo relacionadas ficam obrigados a inserir a logomarca do Iphan, conforme Marca e Manual de Aplicação disponível no endereço eletrônico www.iphan.gov.br.

VII -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA PINHEL MENDES NAJJAR

ANEXO I

01-Processo n.º 01402.000828/2014-10
Projeto: Diagnóstico Interventivo e Prospecção Arqueológica Intensiva na Área de Implantação do Complexo Solar Fotovoltaico São João do Piauí
Arqueólogo Coordenador: André Garcia Loureiro
Apoio Institucional: Centro Universitário UNIVATES
Área de Abrangência: Município de São João do Piauí, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
02-Processo n.º 01502.002511/2014-81
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Influência da Bahia Terminais S.A. na Baía de Aratu
Arqueólogo Coordenador: Joalbo Menezes de Moraes e Luis Felipe Freire Dantas Santos
Apoio Institucional: Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Área de Abrangência: Município de Candeias, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
03-Processo n.º 01506.004458/2014-13
Projeto: Programa de Prospecção, Acompanhamento Arqueológico e Educação Patrimonial: Restauro do Edifício Antiga Casa de Fundição
Arqueóloga Coordenadora: Karin Shapazian
Apoio Institucional: Prefeitura Municipal de Jacareí - Fundação Cultural de Jacarehy "José Maria de Abreu"
Área de Abrangência: Município de Iguape, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 06 (seis) meses
04-Processo n.º 01506.003383/2014-53
Projeto: Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para a implantação de Infraestrutura Civil Subterrânea da Rede de Distribuição de Energia Elétrica LSC Rua Direita
Arqueólogo Coordenador: Raimundo Ney da Cruz Gomes
Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar
Área de Abrangência: Município de São Paulo, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 04 (quatro) meses
05-Processo n.º 01514.007675/2013-85
Projeto: Diagnóstico Interventivo e Prospecção Arqueológica na Fazenda Moinho
Arqueólogo Coordenador: Márcio Walter de Moura Castro
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia Annete Laming Emperaire - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura - Prefeitura Municipal de Lagoa Santa
Área de Abrangência: Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
06-Processo n.º 01514.005802/2014-92
Projeto: Prospecção e Resgate Arqueológico da Rodovia do Contorno Norte Lagoa Santa
Arqueólogo Coordenador: Edward Karel Maurits Koole
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG
Área de Abrangência: Município de Confins e Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
07-Processo n.º 01514.005734/2014-61
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Prospecção Arqueológica na Área de Implantação do Acesso Norte/Estrada Nova
Arqueólogo Coordenador: Fernando Walter da Silva Costa
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG
Área de Abrangência: Município de Congonhas, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

08-Processo n.º 01408.000115/2014-98
Projeto: Arqueologia Preventiva do Complexo Portuário para Atracação e Docagem
Arqueóloga Coordenadora: Cecília Barthel Carneiro Campello
Apoio Institucional: Universidade Federal da Paraíba - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
Área de Abrangência: Município de Cabedelo, Estado da Paraíba
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
09-Processo n.º 01408.000116/2014-32
Projeto: Arqueologia Preventiva do Loteamento Reserva do Abiaí
Arqueóloga Coordenadora: Cecília Barthel Carneiro Campello
Apoio Institucional: Universidade Federal da Paraíba - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
Área de Abrangência: Município de Pitimbú, Estado da Paraíba
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
10-Processo n.º 01402.001097/2013-31
Projeto: Resgate Arqueológico, Monitoramento e Educação Patrimonial do Complexo Eólico Ventos de Santo Augusto
Arqueóloga Coordenadora: Marcélia Marques do Nascimento
Apoio Institucional: Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri
Área de Abrangência: Município de Simões, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 24 (Vinte e quatro) meses
11-Processo n.º 01496.001021/2014-94
Projeto: Resgate Arqueológico na Área dos Sítios Praia do Diogo e Praia das Fontes
Arqueóloga Coordenadora: Igor Pedroza
Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará - INSTITUTO TEMBETÁ
Área de Abrangência: Município de Beberibe, Estado do Ceará
Prazo de Validade: 08 (oito) meses
12-Processo n.º 01421.000134/2013-65
Projeto: Monitoramento Arqueológico da LT 230kv Mossoró II - Mossoró IV
Arqueóloga Coordenadora: Scheila Rotondaro Koch
Apoio Institucional: Museu Câmara Cascudo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Municípios de Mossoró, Tibau e Grossos, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
13-Processo n.º 01421.002291/2014-96
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Interventiva do Complexo Eólico Seridó V
Arqueóloga Coordenadora: Jordana Vieira Goulart
Apoio Institucional: Museu Câmara Cascudo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Municípios de Currais Novos, Lagoa Nova, Santana dos Matos e São Vicente, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
14-Processo n.º 01421.002288/2014-72
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Interventiva do Complexo Eólico Seridó II
Arqueóloga Coordenadora: Jordana Vieira Goulart
Apoio Institucional: Museu Câmara Cascudo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Municípios de Florânia e Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
15-Processo n.º 01421.002289/2014-17
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Interventiva do Complexo Eólico Seridó III
Arqueóloga Coordenadora: Jordana Vieira Goulart
Apoio Institucional: Museu Câmara Cascudo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Municípios de São Vicente e Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
16-Processo n.º 01421.002290/2014-41
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Interventiva do Complexo Eólico Seridó IV
Arqueóloga Coordenadora: Jordana Vieira Goulart
Apoio Institucional: Museu Câmara Cascudo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Municípios de Florânia, Tenente Laurentino Cruz e Santana dos Matos, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
17-Processo n.º 01421.002295/2014-74
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Interventiva do Complexo Eólico Seridó VI
Arqueóloga Coordenadora: Jordana Vieira Goulart
Apoio Institucional: Museu Câmara Cascudo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Municípios de Cerro Corá e Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
18-Processo n.º 01421.002293/2014-85
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Interventiva do Complexo Eólico Seridó VII
Arqueóloga Coordenadora: Jordana Vieira Goulart
Apoio Institucional: Museu Câmara Cascudo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Municípios de Cerro Corá e Bodó, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
19-Processo n.º 01421.002294/2014-20
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Interventiva do Complexo Eólico Seridó VIII
Arqueóloga Coordenadora: Jordana Vieira Goulart
Apoio Institucional: Museu Câmara Cascudo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Municípios de Cerro Corá, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
20-Processo n.º 01421.002285/2014-39
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Interventiva do Complexo Eólico Seridó I
Arqueóloga Coordenadora: Jordana Vieira Goulart
Apoio Institucional: Museu Câmara Cascudo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Municípios de São Vicente e Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
21-Processo n.º 01421.001813/2012-71
Projeto: Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da LT 230 kv Carcará II - Mossoró II
Arqueólogos coordenadores: Marluce Lopes da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia - Larq/NEHAD - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Municípios de Serra do Mel, Areia Branca e Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
22-Processo n.º 01421.002381/2014-87
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Prospecção Intensiva nas áreas de influência da LT 230 KV Punaú - Ceará Mirim II e Subestação Associada
Arqueóloga Coordenadora: Tatiana Costa Fernandes
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Municípios de Rio do Fogo, Maxaranguape e Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 10 (dez) meses
23-Processo n.º 01421.001642/2014-41
Projeto: Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área de implantação do Parque Eólico Santa Úrsula
Arqueólogo Coordenador: Almir do Carmo Bezerra
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Municípios de Touros, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
24-Processo n.º 01510.001793/2014-09
Projeto: Diagnóstico Arqueológico para implantação da Estação de Tratamento de Esgotos da CASAN
Arqueólogo Coordenador: Darlan Pereira Cordeiro
Apoio Institucional: Fundação Cultural Genésio Miranda Lins
Área de Abrangência: Município de Curitibanos, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
25-Processo n.º 01510.001423/2014-63
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Prospectivo Intensivo para área de Ampliação de Lavra de Migmatito com Desmonte por Explosivo e Escavação
Arqueóloga Coordenadora: Dione da Rocha Bandeira
Apoio Institucional: Prefeitura Municipal de Joinville - Fundação Cultural de Joinville - Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville
Área de Abrangência: Município de Garuva, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 01 (um) mês
26-Processo n.º 01512.003959/2013-12
Projeto: Diagnóstico Interventivo na área a ser diretamente impactada pela construção do Condomínio Residencial Remanescente II
Arqueóloga Responsável: Danielle Crescenti Dias
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Capitalismo - Universidade Federal do Rio Grande
Área de Abrangência: Município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de validade: 06 (seis) meses
27-Processo n.º 01512.001605/2013-33
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Prospectivo Interventivo para o empreendimento: Extração de Areia fora de Recurso Hídrico
Arqueóloga Responsável: Luciana da Silva Peixoto
Apoio Institucional: Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia - Universidade Federal de Pelotas
Área de Abrangência: Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de validade: 03 (três) meses
28-Processo n.º 01401.000772/2014-03
Projeto: Diagnóstico Interventivo e Educação Patrimonial na ADA afetada pela recapacitação da LT 138kV Jupiá - Ilha Solteira
Arqueólogos Coordenadores: José Luiz de Morais e Daisy de Morais
Apoio Institucional: Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Área de Abrangência: Município de Três Lagoas e Selvíria, Estado do Mato Grosso do Sul
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
29-Processo n.º 01510.001557/2014-84
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo Associado à implantação da CGH Caraguatá
Arqueólogo Coordenador: Silvano Silveira da Costa
Apoio Institucional: Universidade Comunitária Regional de Chapecó - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos
Área de Abrangência: Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 03 (três) meses
30-Processo n.º 01510.001556/2014-30
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo Associado à implantação da CGH Fluiluz
Arqueólogo Coordenador: Silvano Silveira da Costa
Apoio Institucional: Universidade Comunitária Regional de Chapecó - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos
Área de Abrangência: Município de Guatambu, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 03 (três) meses
31-Processo n.º 01409.000458/2014-42
Projeto: Prospecção e Monitoramento Arqueológico para Levantamento Geofísico Terrestre - Sísmica 3D Campo de Jacupemba
Arqueólogo Coordenador: Celso Perota
Apoio Institucional: Museu de História de São Mateus - Prefeitura Municipal de São Mateus
Área de Abrangência: Município de Linhares, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
32-Processo n.º 01409.000457/2014-06
Projeto: Prospecção e Monitoramento Arqueológico para Levantamento Geofísico Terrestre - Sísmica 3D Campo de Saíra
Arqueólogo Coordenador: Celso Perota
Apoio Institucional: Museu de História de São Mateus - Prefeitura Municipal de São Mateus
Área de Abrangência: Município de Linhares, Estado do Espírito Santo.
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
33-Processo n.º 01496.001115/2014-63
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo na área de implantação de uma Planta Solar Fotovoltaica
Arqueóloga Coordenadora: Karlla Andressa Soares
Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará - INSTITUTO TEMBETÁ
Área de Abrangência: Município de Massapê, Estado do Ceará
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
34-Processo n.º 01496.000910/2014-34
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Interventiva no Complexo Eólico Harmonia
Arqueóloga Coordenadora: Jordana Vieira Goulart
Apoio Institucional: Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri
Área de Abrangência: Municípios de Ibiapina, Tianguá e Ubajara, Estado do Ceará
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
35-Processo n.º 01508.000584/2014-89
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo Associado à implantação da PCH Volta Grande
Arqueólogo Coordenador: Silvano Silveira da Costa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História - Universidade Estadual de Maringá
Área de Abrangência: Municípios de Pinhão e Guarapuava, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
36-Processo n.º 01508.000761/2014-27
Projeto: Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da duplicação da Rodovia PR-407, Km 0,00 (Intersecção BR-277) ao Km 19,24 (Praia do Leste)
Arqueólogo Coordenador: Isaac Amorim dos Santos
Apoio Institucional: Governo do Estado do Paraná - Secretaria de Estado de Cultura - Museu Paranaense
Área de Abrangência: Municípios de Pontal do Paraná e Paranaguá, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses
37-Processo n.º 01409.000420/2014-70
Projeto: Prospecção Arqueológica na área da LD 138 Kv Linhares - Cacimbas
Arqueólogo Coordenador: Celso Perota
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS
Área de Abrangência: Município de Linhares, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO II

01-Processo n.º 01506.004180/2013-01
Projeto: Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na Área de Implantação do Reservatório de Amortecimento de Picos e Cheias Pluviais - Córrego Verde
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Apoio Institucional: Prefeitura Municipal de Jahu - Museu Municipal de Jahu
Área de Abrangência: Município de São Paulo, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 06 (seis) meses
02-Processo n.º 01508.000824/2011-01
Projeto: Levantamento Arqueológico e Prospectivo PCH CANTU II
Arqueóloga Coordenadora: Valquíria de Carla Alves
Apoio Institucional: Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Área de Abrangência: Municípios de Nova Cantu, Palmital e Laranjal, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
03-Processo n.º 01409.000517/2013-00
Projeto: Diagnóstico Arqueológico da Duplicação, Adequação de Capacidade e Melhorias Operacionais na Rodovia BR-202/ES
Arqueóloga Coordenadora: Rosiclér Theodoro da Silva
Apoio Institucional: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia - Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Área de Abrangência: Municípios de Domingos Martins, Marechal Floriano, Venda Nova do Imigrante, Conceição do Castelo, Brejetuba, Muniz Freire, Iúna, Ibatiba Irupi, Estado do Espírito Santo
Prazo de validade: 04 (quatro) meses

ANEXO III

01-Processo n.º 01421.000611/2014-73
Projeto: Uma Perspectiva sobre a Indústria Lítica da Região Central do Rio Grande do Norte: o enclave arqueológico Granito Flores e o Sítio Gado Perdido
Arqueólogo Coordenador: Luiz Carlos Medeiros da Rocha
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Municípios de Angicos e Santana dos Matos, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 716, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 670 de 03 de outubro de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TERESA CRISTINA ROCHA AZEVEDO DE OLIVEIRA

ANEXO I

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
148735 - 13º ANIVERSÁRIO - CLUBE ATLÉTICO METROPOLITANO
Entidade de Prática Desportiva, Cultural e Comunitária de Ação Social Blumenau
CNPJ/CPF: 07.252.954/0001-30
Processo: 01400041501201418
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Aprovado R$: R$ 302.461,75
Prazo de Captação: 28/10/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realizar, na cidade de Blumenau, no dia 22/01/2015 um espetáculo cultural de música instrumental em comemoração ao 13º aniversário do Clube Atlético Metropolitano, proporcionando, desta maneira, com que milhares de pesosas a vivência direta com a música instrumental.

ANEXO II

146060 - Curtisom Promovendo a Música. Cultura em Movimento
J A Comunicação Empresarial LTDA ME
CNPJ/CPF: 07.434.576/0001-06
Processo: 01400024142201426
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado R$: 2699000.00
Prazo de Captação: 28/10/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto Curtisom Promovendo a Música, Cultura em Movimento consiste em apresentações musicais que acontecerão dentro de comunidades de baixa renda em 22 Estados do território nacional, apresentando iniciativas culturais das próprias comunidades através de seus agentes culturais locais, ambos selecionados por uma curadoria.

PORTARIA Nº 717, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 670 de 03 de outubro de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TERESA CRISTINA ROCHA AZEVEDO DE OLIVEIRA

ANEXO I

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
14 7754 - Abrace a Musica Instrumental
ACÁCIA SERVIÇOS DE PROPAGANDA E MARKETING LTDA ME
CNPJ/CPF: 11.058.624/0001-86
PE - Petrolina
Período de captação: 27/10/2014 a 31/12/2014
14 7166 - 6º Lençóis Jazz e Blues Festival
R.VIANA NETO
CNPJ/CPF: 12.211.683/0001-05
MA - São José de Ribamar
Período de captação: 25/10/2014 a 31/12/2014
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
13 10186 - O Diário de um Mago - 25 anos
Movi & Art Produções cinematográficas LTDA
CNPJ/CPF: 46.397.220/0001-00
SP - São Paulo
Período de captação: 26/10/2014 a 31/12/2014
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
14 0481 - Transatlânticos no Brasil. O universo das viagens de navio na primeira metade do século XX.
Capivara Editora Ltda.
CNPJ/CPF: 04.803.073/0001-72
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 26/10/2014 a 31/12/2014

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
14 0349 - DESCALÇOS SOBRE A TERRA
GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CNPJ/CPF: 09.448.997/0001-11
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 26/10/2014 a 30/12/2014

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

IMPRENSA NACIONAL 1808

MACHADO DE ASSIS

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 2.777/MD, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre a diretriz de implantação de medidas visando à potencialização da Defesa Cibernética Nacional e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso II, do Anexo I ao Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar a diretriz de implantação de medidas visando à potencialização da Defesa Cibernética Nacional, na forma do Anexo a esta Portaria Normativa.

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO AMORIM

ANEXO

DIRETRIZ DE IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS VISANDO À POTENCIALIZAÇÃO
DA DEFESA CIBERNÉTICA NACIONAL

Esta diretriz tem como objetivo definir responsabilidades sobre a implantação das medidas que visam à potencialização da defesa cibernética nacional, de acordo com os seguintes encargos:

1. Pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA):

I - supervisionar a implantação das medidas necessárias, com ênfase nas seguintes iniciativas:

a) criação do Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber) na Estrutura Regimental do Comando do Exército, que contará, na forma da legislação, com o exercício de militares das três Forças Armadas, cabendo ao EMCFA as atividades de coordenação nos casos de operações conjuntas, especificando-se, em atos próprios, os aspectos inerentes ao controle operacional; e

b) criação da Escola Nacional de Defesa Cibernética (ENaDCiber) na Estrutura Regimental do Comando do Exército, que contará, na forma da legislação, com o exercício de militares das três Forças Armadas.

2. Pela Secretaria-Geral (SG):

I - adotar as providências relativas à disponibilização de recursos orçamentários e de pessoal para a viabilização das medidas e para evitar a descontinuidade de projetos;

II - elaborar proposta de criação de infraestruturas de apoio, ao pessoal que irá compor os quadros de trabalho do setor cibernético; e

III - enquadrar as tecnologias do setor cibernético dentre as prioritárias no âmbito do Ministério da Defesa.

3. Pelo Exército Brasileiro, em articulação com o EMCFA, com a SG e com as demais Forças Armadas:

I - tomar as providências necessárias à imediata ativação do Núcleo do Comando de Defesa Cibernética (NuComDCiber), subordinado ao Centro de Defesa Cibernética (CDCiber), dotado de pessoal e infraestrutura para os trabalhos de implantação do Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber);

II - tomar as providências necessárias à imediata ativação do Núcleo da Escola Nacional de Defesa Cibernética (NuENaDCiber), subordinado ao Centro de Defesa Cibernética (CDCiber), dotado de pessoal e infraestrutura para os trabalhos de implantação da Escola Nacional de Defesa Cibernética (ENaDCiber);

III - coordenar com o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e com a Secretaria-Geral do Ministério da Defesa a criação e a implantação do Comando de Defesa Cibernética e da Escola Nacional de Defesa Cibernética, por evolução dos respectivos núcleos;

IV - propor a estrutura organizacional necessária ao Comando de Defesa Cibernética e à Escola Nacional de Defesa Cibernética;

V - propor a criação de novos cargos que visam atender à demanda do setor cibernético e que dependam da aprovação dos escalões superiores; e

VI - organizar e executar os projetos de defesa cibernética, com ênfase para:

a) a implantação e a consolidação do desenvolvimento conjunto de defesa cibernética;

b) a implantação e a consolidação do Sistema de Homologação e Certificação de Produtos de Defesa Cibernética;

c) o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos de defesa cibernética; e

d) a criação do Observatório de Defesa Cibernética.

COMANDO DA MARINHA
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

PORTARIA Nº 278/EMA, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria no 156/MB/2004 e de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto no 96.000/1988, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para que o veículo autônomo submersível (glider) americano realize atividades de pesquisa científica em AJB, conforme previstas no Projeto Científico RU29, obedecendo à derrota previamente apresentada à Marinha do Brasil (MB). Qualquer alteração na derrota a ser cumprida em AJB deverá ser submetida à apreciação da MB.

Art. 2º O objetivo científico da campanha oceanográfica é o desenvolvimento e teste de um veículo autônomo submersível, com capacidade de amostragem regional, na escala de bacia oceânica. O Projeto encontra-se coberto por acordo celebrado entre o Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo e o Institute of Marine and Coastal Sciences, da Rutgers University (EUA).

Art. 3º A autorização a que se refere esta Portaria terá validade para o período de 17 de novembro a 15 de dezembro de 2014.

Art. 4º O recolhimento, manutenção e lançamento n'água do veículo mencionado no art. 1º será, no período supracitado, acompanhado por representante(s) da MB, ao(s) qual(is) deverão ser concedidas todas as facilidades, inclusive o acesso aos documentos relativos às pesquisas, com o propósito de permitir a fiscalização necessária dos serviços que serão executados.

Parágrafo único - O representante da MB tem autoridade para impedir, em AJB, a coleta de dados fora do propósito e do período especificado no art. 3º desta Portaria e a execução de pesquisa em derrota não prevista nos documentos previamente apresentados.

Art. 5º A instituição responsável pela pesquisa deverá fornecer à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) todos os dados, informações e resultados obtidos pela pesquisa realizada, dentro dos prazos previstos no Decreto nº 96.000/1988, encaminhando-os para a Rua Barão de Jaceguai, s/nº, Ponta da Armação, Ponta D'Areia, Niterói, RJ, CEP: 24048-900.

Art. 6º Para a remessa dos dados coletados, devem ser observados os aspectos técnicos e de documentação detalhados nas "ORIENTAÇÕES PARA A REMESSA DOS DADOS COLETADOS", que a esta acompanham.

Art. 7º O não cumprimento, pelas entidades interessadas, do estabelecido nesta Portaria implicará no cancelamento automático da presente autorização, respondendo às referidas entidades pelos prejuízos causados e ficando sujeitas, a critério do Governo Brasileiro, a terem recusadas futuras solicitações de pesquisa em AJB.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Almirante-de-Esquadra CARLOS AUGUSTO DE SOUSA

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 27 de outubro de 2014

Processo nº: 23116.001093/2002-68
Interessado: Tarcisio Praciano Pereira
Assunto: Pedido de revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 23116.001093/2002-68.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência e com fulcro na Nota Técnica nº 42/2014/NAD/GM/MEC, do Núcleo para Assuntos Disciplinares deste Ministério da Educação, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, indefiro o pedido de revisão pleiteado.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DO PARECER CNE/CES Nº 206/2014
REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 6, 7, 8 E 9 DE OUTUBRO/2014

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Processo: 23001.000166/2013-44 Parecer: CNE/CES 206/2014 Relator: Erasto Fortes Mendonça Interessado: Instituto para o Desenvolvimento da Educação e da Cidadania - Maringá/PR Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria SERES nº 466, de 9 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 10 de setembro de 2013, indeferiu o pedido de autorização do curso de Administração (bacharelado), na modalidade a distância, do Instituto Superior de Educação do Paraná (INSEP), com sede no Município de Maringá, Estado do Paraná Voto do relator: Nos termos do art. 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso do Instituto Superior de Educação do Paraná (INSEP), com sede no Município de Maringá, Estado do Paraná, contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que indeferiu o pedido de autorização do curso de Administração (bacharelado), na modalidade a distância, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 466, de 9 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 10 de setembro de 2013 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Brasília-DF, 27 de outubro de 2014.
ANDRÉA MALAGUTTI
Secretária Executiva

Ministério da Fazenda

BANCO DO BRASIL S/A
BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S/A
(Subsidiária integral da BB Seguridade Participações S/A)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2014

I. DATA, HORA E LOCAL: Em 30 de junho de 2014, às quinze horas, na sede social da BB Seguros Participações S.A., CNPJ 11.159.426/0001-09; NIRE: 5330001069-2, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco A, Lote 31, Edifício Sede I, 15º andar, sala 02, Brasília (DF) ("Companhia"). II.MESA: Presidente: Leonardo Giuberti Mattedi Secretária: Giselle Cilaine Ilchechen Coelho III. PRESENÇA: BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A., única acionista, representada pelo seu Diretor-Presidente Marcelo Augusto Dutra Labuto, o qual assinou o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais. IV. CONVOCAÇÃO: Dispensada, na forma do § 4° do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. V ORDEM DO DIA: aprovação dos dividendos intermediários referentes ao 1º semestre de 2014. VI. DELIBERAÇÃO: o acionista aprovou o pagamento de dividendos intermediários relativos a 65% do lucro líquido do 1º semestre de 2014, deduzidas as destinações legais, esclarecido que o Conselho Fiscal emitiu parecer sobre o assunto. VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrado o trabalho da Assembleia Geral Extraordinária do Acionista da BB Seguros Participações S.A., da qual eu ass.), Giselle C. Ilchechen Coelho, Secretária, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Brasília (DF), 30 de junho de 2014. Ass.) Leonardo Giuberti Mattedi, Diretor Vice-Presidente da BB Seguros Participações S.A., Presidente da Assembleia e Marcelo Augusto Dutra Labuto, Representante do Acionista. ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO NO LIVRO 2 FOLHA 155. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 23.9.2014 sob o número 20140750622 - Gisela Simiema Ceschin - Secretária-Geral.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA DE FUNDOS DE GOVERNO E LOTERIAS

RETIFICAÇÃO

No item 3 da Circular CAIXA nº 663, de 24.10.2014, publicada no Diário Oficial da União nº 206, Seção 1, página 14, de 24.10.2014, onde se lê: Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Circular CAIXA nº 630, de 24.09.2013: leia-se: Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Circular CAIXA nº 634, de 05.11.2013.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Nº 13.939 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza ROMA GESTORA DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA, CNPJ nº 20.445.967, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

Nº 13.940 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza CSM CONSULTORIA E SEGURIDADE MUNICIPAL S/S, CNPJ nº 02.696.620, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Nº 13.941 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza PROFESSIONAL FINANCIAL PLANNER EIRELI - ME, CNPJ nº 20.945.268, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Nº 13.942 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, torna sem efeito o Ato Declaratório CVM Nº 13.895, de 24 de setembro de 2014, que cancela a autorização concedida a FCSTONE DO BRASIL CONSULTORIA EM FUTUROS E COMMODITIES, CNPJ nº 07.335.928, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários previstos no art. 27 da Lei 6.385/76, de 7 de dezembro de 1976.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 13.943 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza NORMAN VICTOR WALTER HIME, CPF nº 344.225.527-91, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

Nº 13.944 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza FIGUEIREDO & MILANI CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA., CNPJ nº 05.078.011, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Nº 13.945 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza GAUSS INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS S.A., CNPJ nº 21.052.737, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

Nº 13.946 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a ANTONIO CARLOS COLANGELO LUZ, CPF nº 640.949.528-53, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Nº 13.947 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza JOSÉ MAURO FERRAZ ANDRADE, CPF nº 046.159.876-09, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

Nº 13.948 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza PAULO HENRIQUE FIGUEIRA TODARO, CPF nº 022.215.737-22, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

DESPACHOS DA DIRETORA-RELATORA
Em 24 de outubro de 2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 14/2009
Reg. Col. nº 7851/2011
Assunto: Produção de provas.

Alberto Laborne Valle Mendes	Fernando Orotavo Neto - OAB/RJ 71.245
Ângelo Marcus de Lima Cota	Fernando Orotavo Neto - OAB/RJ 71.245
Edificadora S.A.	Fernando Orotavo Neto - OAB/RJ 71.245
Jefferson Eustáquio	Fernando Orotavo Neto - OAB/RJ 71.245
Jésus Murillo Valle Mendes	Fernando Orotavo Neto - OAB/RJ 71.245

Despacho: "[...] 7. Concedo, portanto, aos Acusados o prazo 60 (sessenta) dias, contados de sua intimação a respeito do presente despacho, para apresentar as novas provas que julguem pertinentes, incluindo eventual laudo de especialista. 8. Por fim, encaminho os autos à CCP para que proceda com a intimação dos defendentes e de seus advogados por meio de publicação no Diário Oficial da União, conforme o art. 40 da Deliberação CVM nº 538, de 2008, e divulgação do presente despacho na rede mundial de computadores."

O inteiro teor do despacho está disponível nos autos do PAS em referência e na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br).

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 08/2009
Reg. Col. nº 7691/2011
Assunto: Intimação do acusado Jorge da Motta e Silva para que confirme quais são os responsáveis por sua representação no âmbito do Processo Administrativo Sancionador CVM nº 08/2009.

Jorge da Motta e Silva	Deolindo José de Freitas Júnior - OAB/DF Nº 23399 e OAB/GO nº 17923 Isabela Aquino Schneider - OAB/DF 31.166
Francisco Couto Alvarez	Rômulo Fontenelle Morbach - OAB/PA nº 1963

Despacho: " [...] 2. Considerando que, apesar de ambas apresentarem pedido de restituição do prazo de 15 dias para a manifestação de que tratou o despacho de 9.9.2014, cada uma dessas petições foi subscrita por diferentes procuradores e apresentou diferentes justificativas para os pedidos ali contidos, solicito que o acusado Jorge da Motta e Silva confirme quais são os responsáveis por sua representação no âmbito do Processo Administrativo Sancionador CVM nº 08/2009. 3. Por fim, encaminho os autos à CCP para que proceda com a intimação do acusado Jorge da Motta e Silva e de seus advogados por meio de publicação no Diário Oficial da União, na forma do art. 40 da Deliberação CVM nº 538, de 2008."

O inteiro teor do despacho está disponível nos autos do PAS em referência e na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br).

LUCIANA DIAS

COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 116, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Altera a Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Simples Nacional e dá outras providências.

O COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL, no uso das competências que lhe conferem a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto nº 6.038, de 7 de fevereiro de 2007, e o Regimento Interno aprovado pela Resolução CGSN nº 1, de 19 de março de 2007, resolve:

Art. 1º O art. 130-C da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 130-C. Fica a RFB autorizada a, em relação ao parcelamento de débitos do Simples Nacional: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

I - solicitado até 31 de outubro de 2014, fazer a consolidação da dívida considerando-se todos os débitos até a data definida pela RFB;

II - solicitado entre 1º de novembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015:

a) fazer a consolidação na data do pedido;

b) disponibilizar a primeira parcela para emissão e pagamento;

c) não aplicar o disposto no § 1º do art. 53;

d) permitir uma desistência e um novo parcelamento por ano-calendário, com a possibilidade de inclusão de novos créditos." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Presidente do Comitê

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
3ª SEÇÃO
1ª CÂMARA
1ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3º andar, Sala 306, Edifício Alvorada, Brasília - DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 10:00 HORAS

Relator: MARCOS ANTONIO BORGES

1 - Processo nº: 15374.901401/2008-73 - Recorrente: MANUCHAR COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 15374.901489/2008-23 - Recorrente: MANUCHAR COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 15374.901817/2008-91 - Recorrente: MANUCHAR COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 15374.908259/2008-95 - Recorrente: MANUCHAR COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 15374.908260/2008-10 - Recorrente: MANUCHAR COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL

6 - Processo nº: 10830.005539/2004-78 - Embargante: FUNDAÇÃO SÍNDROME DE DOWN e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO ANTÔNIO CALIENDO VELLOSO DA SILVEIRA

7 - Processo nº: 10660.900351/2006-04 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10660.900353/2006-95 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10660.900355/2006-84 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10660.900356/2006-29 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10660.900359/2006-62 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10660.900360/2006-97 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10660.900361/2006-31 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10660.900362/2006-86 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10660.900363/2006-21 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10660.900365/2006-10 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10660.900368/2006-53 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10660.900370/2006-22 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 10660.900374/2006-19 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10660.900375/2006-55 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10660.900376/2006-08 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10660.900378/2006-99 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10660.900379/2006-33 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10660.900380/2006-68 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10660.900386/2006-35 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10660.900387/2006-80 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10660.900388/2006-24 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10660.900390/2006-01 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10660.900391/2006-48 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10660.900392/2006-92 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10660.900393/2006-37 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10660.900394/2006-81 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10660.900397/2006-15 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10660.900399/2006-12 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MARCOS ANTONIO BORGES

35 - Processo nº: 13807.007766/2001-71 - Recorrente: REFINARIA NACIONAL DE SAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL

36 - Processo nº: 10907.002974/2006-71 - Recorrente: CIA. LIBRA DE NAVEGAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10665.000490/2010-64 - Recorrente: CRILTEX INDÚSTRIA TINTAS E VERNIZES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO SÉRGIO CELANI

38 - Processo nº: 10840.003379/2005-94 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10840.003380/2005-19 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

40 - Processo nº: 13854.000007/2005-45 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 13854.000008/2005-90 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 13854.000019/2005-70 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 13854.000020/2005-02 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 13854.000035/2005-62 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 13854.000036/2005-15 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 13854.000130/2005-66 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 13854.000131/2005-19 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 13854.000169/2004-01 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 13854.000170/2004-27 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 13854.000171/2004-71 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 13854.000233/2004-45 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 13854.000281/2005-14 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 13854.000282/2005-69 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 13854.000341/2004-18 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 13854.000343/2004-15 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 13854.000375/2004-11 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 13854.000376/2004-57 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 10840.904455/2011-29 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10840.904456/2011-73 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10840.904457/2011-18 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 10840.904458/2011-62 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 10840.904459/2011-15 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 10840.904460/2011-31 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 10840.904896/2011-21 - Recorrente: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO ANTÔNIO CALIENDO VELLOSO DA SILVEIRA

65 - Processo nº: 10950.005085/2002-15 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: FLÁVIO DE CASTRO PONTES

66 - Processo nº: 10950.001893/2007-18 - Recorrente: FERTIMOURÃO AGRÍCOLA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 10950.001906/2007-41 - Recorrente: FERTIMOURÃO AGRÍCOLA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCOS ANTONIO BORGES

68 - Processo nº: 12448.722451/2014-35 - Recorrente: LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 10920.000937/2009-01 - Recorrente: ABI BELEM & CIA. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL

70 - Processo nº: 10467.902981/2009-44 - Recorrente: ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 10935.903215/2009-33 - Recorrente: C. VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO ANTÔNIO CALIENDO VELLOSO DA SILVEIRA

72 - Processo nº: 10283.002493/2009-93 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 10283.002494/2009-38 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 10314.006955/2010-71 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 10314.010868/2010-18 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 10314.011584/2010-49 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 10314.013543/2010-97 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 10314.014419/2010-49 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 10711.003237/2010-60 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 10711.721133/2011-11 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 10711.726142/2012-80 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 10768.902982/2006-51 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 10845.721083/2011-57 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 10880.727482/2011-03 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 10907.001333/2008-61 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 10907.001367/2010-71 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 11050.002276/2008-19 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 11050.721100/2011-65 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 11050.721461/2012-92 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 11684.000056/2009-85 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 11684.000674/2010-69 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 11684.001119/2010-54 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 11684.001249/2009-53 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 11684.001292/2009-19 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 11684.001319/2009-73 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 11684.720369/2011-78 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 11684.720404/2011-59 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 11684.720963/2011-69 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 11968.000491/2007-61 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. E CIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 11968.000542/2007-55 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. E CIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 11968.000606/2008-07 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 11968.000608/2008-98 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 11968.000609/2008-32 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 11968.000619/2009-59 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 11968.000625/2009-14 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo nº: 11968.000716/2008-61 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo nº: 11968.000733/2008-06 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 11968.000739/2008-75 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo nº: 11968.000756/2009-93 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 11968.000769/2009-62 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo nº: 11968.000777/2009-17 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 11968.000796/2009-35 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 11968.000802/2009-54 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo nº: 11968.000818/2009-67 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 11968.000827/2009-58 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo nº: 11968.000828/2008-11 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

117 - Processo nº: 11968.000830/2008-91 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo nº: 11968.000848/2009-73 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo nº: 11968.000897/2009-14 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo nº: 11968.000912/2008-35 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

121 - Processo nº: 11968.000921/2009-15 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo nº: 11968.001146/2008-26 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

123 - Processo nº: 11968.001177/2009-68 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo nº: 11968.001181/2009-26 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo nº: 11968.001192/2009-14 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 12266.720065/2011-02 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

127 - Processo nº: 12266.720165/2011-21 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

128 - Processo nº: 12266.720166/2011-75 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

129 - Processo nº: 12266.720193/2011-48 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo nº: 12266.720365/2011-83 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

131 - Processo nº: 12266.720534/2012-66 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

132 - Processo nº: 12266.720546/2012-91 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo nº: 12266.720559/2013-41 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

134 - Processo nº: 12266.720570/2012-20 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

135 - Processo nº: 12266.720593/2012-34 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

136 - Processo nº: 12266.721195/2012-35 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

137 - Processo nº: 12266.721325/2013-11 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

138 - Processo nº: 12266.722160/2012-13 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

139 - Processo nº: 12266.722161/2012-68 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

140 - Processo nº: 12266.722195/2013-33 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

141 - Processo nº: 12266.722473/2012-71 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

142 - Processo nº: 12466.000344/2010-19 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: FLÁVIO DE CASTRO PONTES

143 - Processo nº: 10945.000941/2008-01 - Recorrente: LAJES PATAGÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

144 - Processo nº: 10945.000944/2008-36 - Recorrente: LAJES PATAGÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

145 - Processo nº: 10945.000946/2008-25 - Recorrente: LAJES PATAGÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

146 - Processo nº: 10945.000948/2008-14 - Recorrente: LAJES PATAGÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

147 - Processo nº: 10945.000949/2008-69 - Recorrente: LAJES PATAGÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

148 - Processo nº: 10945.000950/2008-93 - Recorrente: LAJES PATAGÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

149 - Processo nº: 10945.000951/2008-38 - Recorrente: LAJES PATAGÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

150 - Processo nº: 10945.000952/2008-82 - Recorrente: LAJES PATAGÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

151 - Processo nº: 10945.000953/2008-27 - Recorrente: LAJES PATAGÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCOS ANTONIO BORGES

152 - Processo nº: 13807.007935/2002-53 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS VILA PRUDENTE LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

153 - Processo nº: 13804.006799/2002-12 - Recorrente: ENGEMAC ENGENHARIA IND. COM. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL

154 - Processo nº: 10835.903422/2009-16 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: AUTOESTE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.

155 - Processo nº: 10835.903424/2009-13 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: AUTOESTE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.

156 - Processo nº: 11030.002238/2005-51 - Recorrente: TONIAL CEREAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

157 - Processo nº: 11030.002239/2005-04 - Recorrente: TONIAL CEREAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO SÉRGIO CELANI

158 - Processo nº: 10480.011121/2001-74 - Recorrente: UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO ANTÔNIO CALIENDO VELLOSO DA SILVEIRA

159 - Processo nº: 10820.002284/2004-19 - Embargante: EDITORA FOLHA DA REGIÃO DE ARAÇATUBA LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

160 - Processo nº: 13631.000286/2003-08 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE FERRO LTDA.

DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: FLÁVIO DE CASTRO PONTES

161 - Processo nº: 10480.901048/2012-87 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

162 - Processo nº: 10480.901177/2008-99 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

163 - Processo nº: 10480.901763/2012-10 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

164 - Processo nº: 10480.902094/2008-17 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

165 - Processo nº: 10480.902204/2008-41 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

166 - Processo nº: 10480.902315/2008-57 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

167 - Processo nº: 10480.902528/2008-89 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

168 - Processo nº: 10480.902663/2008-24 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

169 - Processo nº: 10480.902703/2008-38 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

170 - Processo nº: 10480.903696/2008-91 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

171 - Processo nº: 10480.903898/2008-33 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

172 - Processo nº: 10480.906384/2012-16 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

173 - Processo nº: 10480.907245/2009-12 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

174 - Processo nº: 10480.907246/2009-59 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

175 - Processo nº: 10480.907247/2009-01 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

176 - Processo nº: 10480.907250/2009-17 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

177 - Processo nº: 10480.907253/2009-51 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

178 - Processo nº: 10480.907255/2009-40 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

179 - Processo nº: 10480.907260/2009-52 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

180 - Processo nº: 10480.907264/2009-31 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

181 - Processo nº: 10480.907265/2009-85 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

182 - Processo nº: 10480.908691/2009-36 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

183 - Processo nº: 10480.908692/2009-81 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

184 - Processo nº: 10480.908693/2009-25 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

185 - Processo nº: 10480.908694/2009-70 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

186 - Processo nº: 10480.908698/2009-58 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

187 - Processo nº: 10480.908699/2009-01 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

188 - Processo nº: 10480.908700/2009-99 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

189 - Processo nº: 10480.908701/2009-33 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

190 - Processo nº: 10480.908702/2009-88 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

191 - Processo nº: 10480.908705/2009-11 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

192 - Processo nº: 10480.908706/2009-66 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

193 - Processo nº: 10480.910646/2011-66 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

194 - Processo nº: 10480.913074/2009-52 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

195 - Processo nº: 10480.914162/2009-71 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

196 - Processo nº: 10480.914163/2009-16 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

197 - Processo nº: 10480.914164/2009-61 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

198 - Processo nº: 10480.914165/2009-13 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

199 - Processo nº: 10480.914166/2009-50 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

200 - Processo nº: 10480.914167/2009-02 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

201 - Processo nº: 10480.914173/2009-51 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

202 - Processo nº: 10480.914174/2009-04 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

203 - Processo nº: 10480.914176/2009-95 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

204 - Processo nº: 10480.914177/2009-30 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

205 - Processo nº: 10480.914178/2009-84 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

206 - Processo nº: 10480.914179/2009-29 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

207 - Processo nº: 10480.914180/2009-53 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

208 - Processo nº: 10480.914181/2009-06 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

209 - Processo nº: 10480.914186/2009-21 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

210 - Processo nº: 10480.916047/2011-56 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

211 - Processo nº: 10480.916048/2011-09 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

212 - Processo nº: 10480.916049/2011-45 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

213 - Processo nº: 10480.916050/2011-70 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

214 - Processo nº: 10480.916052/2011-69 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

215 - Processo nº: 10480.916053/2011-11 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

216 - Processo nº: 10480.916054/2011-58 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

217 - Processo nº: 10480.916059/2011-81 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

218 - Processo nº: 10480.916060/2011-13 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

219 - Processo nº: 10480.916061/2011-50 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

220 - Processo nº: 10480.916063/2011-49 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

221 - Processo nº: 10480.916065/2011-38 - Recorrente: FILIPE CARLOS ALBUQUERQUE - ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCOS ANTONIO BORGES

222 - Processo nº: 10850.000074/2007-73 - Recorrente: RODOBENS COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

223 - Processo nº: 10850.000894/2004-12 - Recorrente: RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

224 - Processo nº: 10850.001860/2004-45 - Recorrente: RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL

225 - Processo nº: 11080.001780/2005-00 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CELULOSE IRANI SOCIEDADE ANÔNIMA

226 - Processo nº: 11080.001788/2005-68 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CELULOSE IRANI SOCIEDADE ANÔNIMA

DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MARCOS ANTONIO BORGES

227 - Processo nº: 13909.000034/2003-73 - Recorrente: FUJIMURA DO BRASIL S/A INDÚSTRIA DE SEDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

228 - Processo nº: 13909.000035/2003-18 - Recorrente: FUJIMURA DO BRASIL S/A INDÚSTRIA DE SEDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

229 - Processo nº: 13909.000037/2003-15 - Recorrente: FUJIMURA DO BRASIL S/A INDÚSTRIA DE SEDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL

230 - Processo nº: 10920.912002/2009-61 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: TESC - TERMINAL SANTA CATARINA S/A

FLÁVIO DE CASTRO PONTES
Presidente de Turma

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 277, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: BASE DE CÁLCULO. FOLHA DE SALÁRIOS. AUXÍLIO-MATERNIDADE.

Os valores de salário maternidade pagos pelas instituições de assistência social sem fins lucrativos de que trata o inciso III do art. 13 da MP nº 2.158-35, de 2001, integram a folha de salários e por conseguinte, a base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep devida por referidas pessoas jurídicas.

DISPOSITIVOS LEGAIS: arts. 13, 14 e 17 da MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, inciso I do caput e § 2º do art. 22, e § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Concede o Registro Especial para Estabelecimento que realiza operações com papel imune na atividade de Gráfica

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA - PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo nº 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, com as alterações dadas pela Instrução Normativa RFB nº 1011, de 23 de fevereiro de 2010, e face ao que consta do processo nº 11618.725007/2014-18, declara:

Art. 1º - Inscrito no Registro Especial instituído pelo artigo 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, o contribuinte DECK GRAFICA E EDITORA EIRELI - EPP, CNPJ 11.461.719/0001-46, situada na Avenida Ministro José Américo de Almeida, 744 - TORRE, JOÃO PESSOA-PB, que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e revistas, na atividade de Gráfica, sob o número GP-04301/00071.

Art.2º - O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na Instrução Normativa RFB nº 976/2009 e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro, na forma do artigo 7º da mesma Instrução Normativa.

Art.3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HONORATO DE SOUZA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 149, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014

Declara cancelada a inscrição no CPF que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL EM RECIFE/PE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do Artigo 302 e inciso VI do Artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de Maio de 2012, tendo em vista o disposto no inciso IV do Artigo 30 e no Artigo 31, da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de Junho de 2010 e considerando o que consta no processo administrativo Nº 14770-720128/2014-91, resolve:

Art. Único. Tornar cancelada a inscrição no CPF de número abaixo indicado, por determinação judicial.

CPF CANCELADO	CONTRIBUINTE
703.123.164-70	ADEILDO ABDIAS TORRES DOS SANTOS

EMÍLIO GERMANI JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA, Estado de Minas Gerais, por delegação de competência constante na Portaria DRF/JFAMG nº 59, de 14/06/2012 com base no artigo 37, inciso II e 39, § 3º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.470 de 30/05/2014 bem como os elementos integrantes do Processo 10640.721709/2012-11, declara:

INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) nº 04.170.363/0001-26 da empresa Net Serviços e Higienização Ltda - ME, com endereço declarado no CNPJ à Rua Oscar Vidal, 71, sala 1103, Centro, Juiz de Fora/MG, por enquadrar-se na hipótese prevista no artigo 37, inciso II da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 30/05/2014.

ADRIANO BRANDÃO DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 379, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO(DOSSIÊ): 10010.011405/1014-68

NOME EMPRESARIAL: ZETABYTE SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. - ME

CNPJ Nº 05.567.709/0001-97

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 14/10/2014

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 380, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO(DOSSIÊ): 10010.011390/1014-38

NOME EMPRESARIAL: COPACABANA MAR HOTEL S/A

CNPJ Nº 28.585.602/0001-77

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 14/10/2014

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 387, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

Concede, à pessoa jurídica que menciona, co-habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 11707.720441/2014-02, resolve:

Art. 1º - Co-Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, considerando para tal ter sido a mesma contratada pela empresa CONCESSIONÁRIA ROTA DO OESTE S.A, CNPJ Nº 19.521.322/0001-04, para prestar serviços relacionados à execução do projeto aprovado pela Portaria nº 122, de 15 de abril de 2014, do Ministério de Estado dos Transportes, publicada no D.O.U. de 16 de abril de 2014, o qual, mencione-se, está habilitado no REIDI por intermédio do ADE nº 83, de 02 de maio de 2014, publicado no D.O.U. de 09 de maio de 2014, emitido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT.

EMPRESA: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT BRASIL S/A

CNPJ nº 10.220.039/0001-78

CEI da obra nº 51.224.07285/79

PROJETO: Projeto na área de infraestrutura de transporte rodoviário, Rodovia BR-163/MT com extensão de 850,9 Km.

TIPO: Rodovia

ATO AUTORIZATIVO: Art. 1º da Portaria GM/MT nº 124, de 13 de agosto de 2013.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Transportes - Rodovia

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 60 meses, com início em 08 de maio de 2014 e término em maio de 2019.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º - Os benefícios do REIDI poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos, contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º c/c art. 4º, § único do Decreto nº 6.144/2007).

Art. 3º - A presente co-habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 388, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Concede, à(s) pessoa(s) física(s)a que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12780, de 09 de janeiro de 2013

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a(s) pessoa(s) física(s) abaixo identificada(s) ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO(DOSSIÊ): 10010.015924/0814-53

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 01/09/2014

ENQUADRAMENTO: art. 11, da Lei nº 12.780/2013

NOME	CPF
JAMES CHRISTOPHER ARCHER	062.945.167-22
RAFFAELLA FRESCO	062.945.037-44

Art. 2º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, acima indicada e 31 de dezembro de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 4º - Deverá ser solicitado o cancelamento da presente habilitação em caso de perda, por parte da pessoa física habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 389, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Concede, à(s) pessoa(s) física(s)a que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12780, de 09 de janeiro de 2013

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a(s) pessoa(s) física(s) abaixo identificada(s) ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO(DOSSIÊ): 10010.015924/0814-53

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 30/09/2014

ENQUADRAMENTO: art. 11, da Lei nº 12.780/2013

NOME	CPF
YANN MIKAEL LEE CRAVEN	062.945.317-99

Art. 2º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, acima indicada e 31 de dezembro de 2017.

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 4º - Deverá ser solicitado o cancelamento da presente habilitação em caso de perda, por parte da pessoa física habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 390, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 15463.721681/2014-87, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria (SPDEMME) nº 234/2014, de 01 de setembro de 2014, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 02 de setembro de 2014 .

EMPRESA: EÓLICA CAETITÉ A S.A.

CNPJ nº 19.233.858/0001-24

CEI nº 51.225.52388/78

PROJETO: EOL Caetité A

ATO AUTORIZATIVO: Portaria MME nº 60, de 17 de fevereiro de 2014 - Leilão nº 05/2013 - ANEEL

SETOR DE INFRAESTRUTURA:Geração e Transmissão de Energia

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/07/2014 a 01/08/2015.

Art. 2º - O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos, contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 391, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 15463.721621/2014-64, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria (SPDEMME) nº 206/2014, de 08 de agosto de 2014, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 11 de agosto de 2014 .

EMPRESA: EÓLICA CAETITÉ B S.A.

CNPJ nº 19.235.607/0001-89

CEI nº 51.225.52450/73

PROJETO: EOL Caetité B

ATO AUTORIZATIVO: Portaria MME nº 58, de 17 de fevereiro de 2014 - Leilão nº 05/2013 - ANEEL

SETOR DE INFRAESTRUTURA:Geração e Transmissão de Energia .

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/07/2014 a 01/08/2015.

Art. 2º - O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos, contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 392, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 15463.721674/2014-85, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria (SPDEMME) nº 217/2014, de 14 de agosto de 2014, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 15 de agosto de 2014 .

EMPRESA: EÓLICA CAETITÉ C S.A.

CNPJ nº 19.560.109/0001-01

CEI nº 51.225.58499/74

PROJETO: EOL Caetité C

ATO AUTORIZATIVO: Portaria MME nº 224, de 28 de maio de 2014 - Leilão nº 09/2013 - ANEEL

SETOR DE INFRAESTRUTURA:Geração e Transmissão de Energia .

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/07/2014 a 01/08/2015.

Art. 2º - O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos, contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÔNICA PAES BARRETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 150, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Comunicação de Exclusão do SIMPLES. Processo: 18470.727.557/2014-24: Contribuinte: LTN2020 CONFECÇÕES LTDA CNPJ: 11.466.598/0001-25.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, de acordo com o disposto nos art. 28, art. 29, § 5º e art. 33 da Lei Complementar n° 123, de 14 de Dezembro de 2006 e no art. 75, inciso I da Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional(CGSN) n° 94, de 29 de Novembro de 2011, declara:

Art. 1º - O contribuinte acima identificado fica EXCLUÍDO da sistemática, denominada SIMPLES NACIONAL, de pagamento dos impostos e contribuições de que trata o artigo 12° da Lei Complementar supracitada, pelo motivo infraposto:

No curso dos trabalhos de fiscalização dos anos calendário 2010 e 2011, ao amparo do Mandado de Procedimento Fiscal n° 07.1.09.00.2013.00824-5, o contribuinte, regularmente intimado, não escriturou o livro caixa ou livro razão e diário fato que resulta em sua exclusão do Simples Nacional conforme artigo 29, inciso VIII da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 (DOU 15/12/2006)

Art. 2º - Consoante o disposto no § 1º do art. 29 da Lei Complementar n° 123 de 14/12/2006 (DOU de 15/12/2006), a exclusão produzirá efeitos a partir de 15/01/2010.

Art. 3º - O contribuinte, caso não se conforme, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias da cientificação deste ato, manifestar-se, por escrito, contra o presente procedimento, nos termos dos artigos 15, 16 e 17 do Decreto n° 70.235/72.

Art. 4º - Não havendo pronunciamento no prazo acima, a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art. 5º - Este ato entrará em vigor na data de sua ciência ao contribuinte.

LUIZ HENRIQUE LANDI MACIEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 151, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, fundamentado ainda nos art. 29, § 5º, e 33 da Lei Complementar nº 123, de 2006, no art. 75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, e considerando o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 18470.728140/2014-89, resolve:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica, a seguir identificada, em virtude da constatação das infrações previstas nos incisos II e VIII do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Nome Empresarial: RFB 1970 CONFECÇÕES LTDA

CNPJ: 11.466.716/0001-03

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 01 de Janeiro de 2010, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 29 da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á efetiva.

LUIZ HENRIQUE LANDI MACIEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 152, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o estabelecido nos artigos 9°; 37, inciso II; e 39, inciso II e § 2°, da Instrução Normativa RFB n° 1.470, de 30 de maio de 2014, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 18470.728750/2014-82, resolve:

Art.1º Declarar INAPTA a inscrição da pessoa jurídica RFB 1970 CONFECÇÕES LTDA, número 11.466.716/0001-03, por não ter sido localizada no endereço constante do CNPJ.

Art.2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes dos artigos 42 e 43 da supracitada Instrução Normativa.

LUIZ HENRIQUE LANDI MACIEIRA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MAIORES CONTRIBUINTES NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O Delegado Adjunto da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes - Demac/RJO, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos II e VI do artigo 302 e o inciso VI do artigo 314 todos do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº. 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento nos arts. 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no art. 4º e § 2 do art. 7º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, bem como nos art. 11 e 12 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores e, tendo em vista o que consta no processo administrativo fiscal no. 16682.720781/2014-74, declara:

Art. 1º Fica habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, a pessoa jurídica FURNAS CENTRAIS ELÉTRICA S.A., CNPJ nº 23.274.194/0001-19.

Art. 2º O presente ato aplica-se exclusivamente ao Projeto de Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, relativos à Subestação Campos, e, o período de execução do projeto é de 27/12/2013 a 27/12/2015, conforme descrição contida no Anexo da Portaria do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia nº 240, de 03 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 04 de setembro de 2014, Seção 1, páginas 61, identificado pelo processo nº 48500.004506/2014-97.

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE HILDEBRANDT PISCITELLI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes - instituído pela Lei n.º 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O Delegado Adjunto da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - Demac/RJO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 303, combinado com o inciso VI do artigo 302 e o inciso VI do artigo 314, todos do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, com fundamento nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 e nos arts. 10 e 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 05 de maio de 2013, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº. 16682.720824/2014-11, declara:

Art. 1° Fica habilitada ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes - de que trata o art. 2° da Instrução Normativa RFB n° 1.355, de 05 de maio 2013, a pessoa jurídica Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - Embratel, CNPJ n° 33.530.486/0001-29.

Art. 2° O presente ato aplica-se exclusivamente à implantação do projeto de acesso óptico GPON - Embratel - Teresina, aprovado pela Portaria n.º 585 de 25 de agosto de 2014, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações.

Art. 3° A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art.4° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE HILDEBRANDT PISCITELLI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes - instituído pela Lei n.º 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O Delegado Adjunto da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - Demac/RJO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 303, combinado com o inciso VI do artigo 302 e o inciso VI do artigo 314, todos do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, com fundamento nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 e nos arts. 10 e 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 05 de maio de 2013, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº. 16682.720825/2014-66, declara:

Art. 1° Fica habilitada ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes - de que trata o art. 2° da Instrução Normativa RFB n° 1.355, de 05 de maio 2013, a pessoa jurídica Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - Embratel, CNPJ n° 33.530.486/0001-29.

Art. 2° O presente ato aplica-se exclusivamente à implantação do projeto de acesso óptico GPON - Embratel - Belém, aprovado pela Portaria n.º 41 de 14 de maio de 2014, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações.

Art. 3° A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art.4° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE HILDEBRANDT PISCITELLI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 102, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA/SP, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 76, § 8º, Inciso II, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e tendo em vista o que foi apurado no processo administrativo nº 10814.728658/2013-91, resolve:

Art. 1º - Aplicar à empresa AEROMARÍTIMA TRANSPORTES EIRELI - ME, CNPJ nº 11.689.462/0001-84, com fundamento no artigo 76, inciso III, alínea "d", da Lei nº 10.833/2003, a pena de cassação da habilitação para realizar trânsito aduaneiro.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ BRANCO PESSOA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 131, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Concede, à pessoa jurídica titular de projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura no setor de energia, habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007, alterada pelas Leis nº 11.727/2008, 11.933/2009 e 12.249/2010.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANALISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA-PR, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria DRF/CTA Nº 49 de 15 maio de 2013, publicada no DOU de 17 de maio de 2013, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no artigo 16 do Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007,e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 19985.722483/2014-01, resolve:

Art.1º- Habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria SPEDE MME nº 150, de 28 de maio de 2014,, publicada no D.O.U de 29 de maio de 2014.

EMPRESA: COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A
CNPJ : 04.370.282/0001-70
CEI: 51.224.86734/74 - Linhas de transmissão Bateias Curitiba Norte (de responsabilidade da empresa contratada) 51.223.79122/77 - Subestação Curitiba Norte , 230/138 kv - 300 MVA (de responsabilidade da empresa contratada)
NOME DO PROJETO: Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote F do Leilão ANEEL, compreendendo: I - Linha de Transmissão Bateias - Curitiba Norte, em 230 kv, Circuito Simples, com extensão aproximada de trinta e três quilômetros , com origem na Subestação Bateias e término na Subestação Curitiba Norte; II - Subestação 230/138 kv Curitiba Norte -300 MVA; III - respectivas Conexões de Unidades Transformadoras, Entradas de Linha , Interligações de Barramentos, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medida, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; IV - implementação de um Trecho de Linha de Transmissão, em 230 kv, Circuito Duplo, entre o Ponto de Seccionamento da Linha de Transmissão, em 230 kv Pilarzinho - CCPR e a Subestação Curitiba - Norte; e V - duas Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Norte, a aquisição dos Equipamentos necessários às modificações , substituições e adequações na Entrada de Linha da Subestação Pilarzinho
ATO AUTORIZATIVO: Contrato de Concessão nº 05/2014 - ANEEL, celebrado em 29 de Janeiro de 2014.
PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 29/02/2014 s 29/08/2016
SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia Elétrica.

Art.2° - Nos casos de aquisição com suspensão do PIS e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto nº 6.144, de 2007:

1) O número da portaria ministerial que aprovou o projeto;

2) O número do ato declaratório que concedeu a habilitação ao REIDI à empresa adquirente; e,conforme o caso, a expressão:

a) "Venda de bens com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I"; ou,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

b) "Venda de serviços com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I".

Art. 4º - Concluída a participação da habilitada no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da presente habilitação no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, conforme art. 9º do Decreto nº 6.144, de 2007.

Art. 5° - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

EDERSON DE MELO ROCHA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Declara inscrita no registro especial para empresas que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a empresa que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da competência definida pelo art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de Dezembro de 2009 e no art. 225, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o que consta no processo nº 13976-720.159/2014-72, declara:

Art. 1º Considera-se inscrita no Registro Especial para empresas que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na categoria de gráfica sob nº GP/09202/060, a pessoa jurídica GRAFICA JHL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 06.981.572/0001-85, estabelecida na Rua Henrique Schwarz, nº 250, Sala B, Centro, na cidade de São Bento do Sul/SC, CEP 89.280-118, de acordo com o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 621, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e na Portaria SE/MF nº 102, de 08 de abril de 2010, e em conformidade com o disposto no Decreto n.º 578, de 24 de junho de 1992, na Medida Provisória no 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, na Portaria no 652 MEFP/MARA, de 1º de outubro de 1992, e na Instrução Normativa Conjunta INCRA/STN no 01, de 07 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 642.598 (seiscentos e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa e oito) Títulos da Dívida Agrária - TDAs, na forma escritural, no valor de R$ 59.881.421,45 (cinquenta e nove milhões, oitocentos e oitenta e um mil, quatrocentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos), relacionados nas Solicitações de Lançamento/INCRA nºs 109/14, 143/14, 155/14 a 160/14, 163/14 a 175/14, 179/14, 182/14, 218/14, 241/14 a 244/14, 291/14, 292/14, 338/14 a 341/14, com as seguintes características:

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Quantidade	Financeiro Total (R$)
01/11/2007	89,68	5 anos	3% a.a.	7.943	712.328,24
01/07/2008	90,16	5 anos	3% a.a.	12.948	1.167.391,68
01/08/2008	90,33	5 anos	6% a.a.	32.157	2.904.741,81
01/07/2009	91,66	5 anos	2% a.a.	14.256	1.306.704,96
01/09/2009	91,76	5 anos	3% a.a.	9.779	897.321,04
01/10/2009	91,76	10 anos	3% a.a.	33.322	3.057.626,72
01/06/2010	91,91	5 anos	6% a.a.	12.716	1.168.727,56
01/08/2010	92,06	15 anos	3% a.a.	4.546	418.504,76
01/01/2011	92,39	5 anos	3% a.a.	9.637	890.362,43
01/04/2011	92,60	5 anos	3% a.a.	27.962	2.589.281,20
01/07/2011	92,87	5 anos	3% a.a.	3.455	320.865,85
01/11/2011	93,31	5 anos	2% a.a.	9.715	906.506,65
01/03/2012	93,53	15 anos	3% a.a.	154.510	14.451.320,30
01/08/2012	93,69	5 anos	6% a.a.	17.333	1.623.928,77
01/01/2013	93,70	5 anos	3% a.a.	11.744	1.100.412,80
01/05/2013	93,70	5 anos	1% a.a.	166.152	15.568.442,40
01/10/2014	94,36	15 anos	3% a.a.	16.420	1.549.391,20
01/10/2014	94,36	18 anos	2% a.a.	98.003	9.247.563,08
Total				642.598	59.881.421,45

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

CERTIDÕES DE JULGAMENTO
52ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08012.002866/2011-99

Representante: SDE ex officio

Representados: Conselho Federal de Medicina, Associação Médica Brasileira e Federação Nacional dos Médicos

Advogados: Giselle Crosara Lettieri Gracindo, Ana Luiza Brochado Saraiva Martins Porto, Emiliana Forte Souza, Kellyane Notine Peixoto, Rosimari Aparecida Elias Camargo, Roberto Augusto de Carvalho Campos, Lucas de Assis Loesch, Ulisses Riedel de Resende, Marcos Luis Borges de Resende, Antonio Alves Filho, Marco Antonio Bilibio Carvalho, Patrícia de Andrade Sá, Luiz Felipe Buaiz de Andrade

Relatora: Conselheira Ana Frazão

Impedido o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho. Presidiu a Conselheira Ana Frazão.

Manifestou-se oralmente o advogado Luiz Felipe Buaiz de Andrade, pela Federação Nacional dos Médicos.

Após o voto da Conselheira Relatora pela condenação dos Representados por prática de infração à ordem econômica prevista no art. 20, inc. I c/c art. 21, inc. II da Lei nº 8.884/1994, com aplicação de multa nos seguintes termos: i) à Federação Nacional dos Médicos, multa no valor de R$ 85.128,00 (oitenta e cinco mil, cento e vinte e oito reais); ii) à Associação Médica Brasileira, multa no valor de R$ 85.128,00 (oitenta e cinco mil, cento e vinte e oito reais); iii) ao Conselho Federal de Medicina, multa no valor de R$ 106.410,00 (cento e seis mil, quatrocentos e dez reais); bem como às demais obrigações constantes do voto; o Conselheiro Márcio de Oliveira Junior apresentou voto-vogal pela condenação dos Representados, e afastando a tese de poder compensatório como redutora da gravidade da infração para fins de dosimetria da pena, com aplicação de multa nos seguintes valores: i) à Federação Nacional dos Médicos, multa no correspondente à 100.000 UFIR; ii) à Associação Médica Brasileira, multa correspondente à 100.000 UFIR; iii) ao Conselho Federal de Medicina, multa correspondente à 400.000 UFIR; e, adicionalmente, às seguintes obrigações: a) abstenham-se de promover, apoiar ou fomentar movimentos de boicote, paralisação coletiva de atendimentos aos beneficiários de planos de saúde por tempo longo ou indeterminado ou descredenciamentos em massa; e b) abstenham-se de impedir a negociação direta e individual de honorários entre médicos e operadoras de planos de saúde ou hospitais; ao qual aderiu o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação dos Representados, e por maioria, aplicou as multas constantes do voto-vogal do Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior: i) à Federação Nacional dos Médicos, multa no valor de R$ 106.410,00 (cento e seis mil, quatrocentos e dez reais); e ii) à Associação Médica Brasileira, multa no valor de R$ 106.410,00 (cento e seis mil, quatrocentos e dez reais); iii) ao Conselho Federal de Medicina, multa no valor de R$ 425.640,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta reais); e as seguintes obrigações acessórias: a) abstenham-se de promover, apoiar ou fomentar movimentos de boicote, paralisação coletiva de atendimentos aos beneficiários de planos de saúde por tempo longo ou indeterminado ou descredenciamentos em massa; b) abstenham-se de impedir a negociação direta e individual de honorários entre médicos e operadoras de planos de saúde ou hospitais; c) abstenham-se de instaurar regulamentos sindicâncias e processos administrativos disciplinares ou de utilizar-se de qualquer outro expediente para punir, ameaçar, coagir ou retaliar os médicos que deixem de adotar as deliberações das entidades médicas representadas relativas a honorários médicos; d) disponibilizem síntese desta decisão em seu sítio eletrônico; e) divulguem aos seus associados/filiados/credenciados seu teor, por qualquer meio a sua escolha, comprovando seu cumprimento perante o CADE no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação da decisão. Vencida a Conselheira Ana Frazão no tocante à dosimetria das penas e em relação a parte das obrigações acessórias imputadas às representadas.

Brasília-DF, 27 de outubro de 2014.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08012.006552/2005-17

Representante: União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS/MT

Representados: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso - CRM/MT, Associação Médica de Mato Grosso - AMMT e Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso - Sindmed-MT

Advogados: Israel Moreira de Almeida, Heber Aziz Saber, Giselle Crosara Lettieri Gracindo, Renata Karla Batista e Silva, Antônio Luiz de Deus Júnior, João Ricardo Vaucher de Oliveira, Fernanda Vaucher de Oliveira e Bruno Costa Alvares Silva

Relator: Conselheiro Eduardo Pontual

Voto-vista: Conselheira Ana Frazão

Impedido o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho. Presidiu a Conselheira Ana Frazão.

Na 45ª SOJ, após o voto do Conselheiro Relator pela condenação das Representadas por infração prevista no art. 20, inciso I c/c com o art. 21, incisos II, V e X, da Lei nº 8.884/94, com aplicação de multa nos seguintes valores: i) ao Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso - CRM/MT, multa no valor de R$ 239.422,50; ii) à Associação Médica de Mato Grosso - AMMT, multa no valor de R$ 14.471.76; iii) ao Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso - Sindmed-MT, multa no valor de R$ 44.462,20, a serem pagas no prazo de 30 dias a contar da data da intimação da decisão, bem como às demais providências constantes do voto, o julgamento do processo foi suspenso em virtude de pedido de vista da Conselheira Ana Frazão.

Após o voto-vista da Conselheira Ana Frazão pela condenação dos Representados pela prática de infração à ordem econômica prevista no art. 20, inc. I c/c art. 21, inc. II da Lei nº

8.884/94, com aplicação de multa nos seguintes valores: i) ao Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso - CRM/MT, multa no valor de R$ 74.487,00; ii) à Associação Médica de Mato Grosso - AMMT, multa no valor de R$ 63.846,00; iii) ao Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso - Sindmed-MT, multa no valor de R$ 63.846,00; bem como às demais obrigações constantes do voto; o Conselheiro Márcio de Oliveira Junior apresentou voto-vogal pela condenação dos Representados, e afastando a tese de poder compensatório como redutora da gravidade da infração para fins de dosimetria da pena, com aplicação de multa nos seguintes valores: i) ao Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso - CRM/MT, multa correspondente a 200.000 UFIR; ii) à Associação Médica de Mato Grosso - AMMT, multa correspondente a 80.000 UFIR; iii) ao Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso - Sindmed-MT, multa correspondente a 80.000 UFIR; e, adicionalmente, às seguintes obrigações: a) abstenham-se de promover, apoiar ou fomentar movimentos de boicote, paralisação coletiva de atendimentos aos beneficiários de planos de saúde por tempo longo ou indeterminado ou descredenciamentos em massa; e b) abstenham-se de impedir a negociação direta e individual de honorários entre médicos e operadoras de planos de saúde ou hospitais; ao qual aderiu o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação dos Representados, com aplicação de multa, nos termos do §1º do artigo 95 do Regimento Interno do Cade, nos seguintes valores: i) ao Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso - CRM/MT, multa no valor de R$ 212.820,00 (duzentos e doze mil, oitocentos e vinte reais); ii) à Associação Médica de Mato Grosso - AMMT, multa no valor de R$ 63.846,00 (sessenta e três mil, oitocentos e quarenta e seis reais); iii) ao Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso - Sindmed-MT, multa no valor de R$ 63.846,00 (sessenta e três mil, oitocentos e quarenta e seis reais); e com a imposição das seguintes obrigações acessórias: a) abstenham-se de promover, apoiar ou fomentar movimentos de boicote, pa-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ralisação coletiva de atendimentos aos beneficiários de planos de saúde por tempo longo ou indeterminado ou descredenciamentos em massa; b) abstenham-se de impedir a negociação direta e individual de honorários entre médicos e operadoras de planos de saúde ou hospitais; c) abstenham-se de instaurar regulamentos sindicâncias e processos administrativos disciplinares ou de utilizar-se de qualquer outro expediente para punir, ameaçar, coagir ou retaliar os médicos que deixem de adotar as deliberações das entidades médicas representadas relativas a honorários médicos; d) disponibilizem síntese desta decisão em seu sítio eletrônico; e) divulguem aos seus associados/filiados/credenciados seu teor, por qualquer meio a sua escolha, comprovando seu cumprimento perante o CADE no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação da decisão.

Brasília-DF, 27 de outubro de 2014.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08012.004020/2004-64
Representante: Ministério Público da Bahia
Representados: Conselho Regional de Medicina da Bahia - CREMEB
Advogados: Giselle Crosara Lettieri Gracindo, Ana Luiza Brochado Saraiva Martins Porto, José Alejandro Bullón Silva, Raphael Cunha Melo, Cândido Emanoel Viveiros Sá, Fabiana Prates Chetto e outros
Relatora: Conselheira Ana Frazão
Impedido o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo.

Após o voto da Conselheira Relatora pela condenação do Conselho Regional de Medicina da Bahia - CREMEB, pela prática de infração à ordem econômica prevista no art. 20, inc. I c/c art. 21, inc. II da Lei n. 8.884/94, com aplicação de multa no valor de R$ 90.448,50 (noventa mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos); e às demais obrigações constantes do voto; o Conselheiro Márcio de Oliveira Junior apresentou voto-vogal pela condenação do Representado e afastando a tese de poder compensatório como redutora da gravidade da infração para fins de dosimetria da pena, com aplicação de multa no valor de 200.000 UFIR e, adicionalmente, às seguintes obrigações: a) abstenha-se de promover, apoiar ou fomentar movimentos de boicote, paralisação coletiva de atendimentos aos beneficiários de planos de saúde por tempo longo ou indeterminado ou descredenciamentos em massa; e b) abstenha-se de impedir a negociação direta e individual de honorários entre médicos e operadoras de planos de saúde ou hospitais; ao qual aderiu o Presidente do Cade.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação do Representado, e por maioria, aplicou multa no valor de R$ 212.820,00 (duzentos e doze mil, oitocentos e vinte reais); e as seguintes obrigações acessórias: a) abstenha-se de promover, apoiar ou fomentar movimentos de boicote, paralisação coletiva de atendimentos aos beneficiários de planos de saúde por tempo longo ou indeterminado ou descredenciamentos em massa; b) abstenha-se de impedir a negociação direta e individual de honorários entre médicos e operadoras de planos de saúde ou hospitais; c) abstenha-se de instaurar regulamentos sindicâncias e processos administrativos disciplinares ou de utilizar-se de qualquer outro expediente para punir, ameaçar, coagir ou retaliar os médicos que deixem de adotar as deliberações das entidades médicas representadas relativas a honorários médicos; d) disponibilize síntese desta decisão em seu sítio eletrônico; e) divulgue aos seus associados/filiados/credenciados seu teor, por qualquer meio a sua escolha, comprovando seu cumprimento perante o CADE no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação da decisão. Vencida a Conselheira Ana Frazão no tocante à dosimetria da pena e em relação a parte das obrigações acessórias imputada à representada.

Brasília-DF, 27 de outubro de 2014.
PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 27 de outubro de 2014

Nº 1.350 - Ato de Concentração nº 08700.005595/2014-18. Requerentes: American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. e BR Towers S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, Luís Bernardo Coelho Cascão, Tiago Machado Cortez, Marcelo Laplane e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 1.355 - Processo Administrativo nº 08012.011881/2007-41. Representante: Companhia de Gás de São Paulo. Representadas: Petróleo Brasileiro S.A., White Martins Gases Industriais S.A. e GNL Gemini e Comercialização e Logística de Gás Ltda. Advogados: Bruno de Luca Drago, Leonardo Maniglia Duarte, Gustavo Aguiar da Costa e outros. Acolho a Nota Técnica n° 345/2014, aprovada pelo Superintendente Adjunto Substituto, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na citada Nota Técnica, decido pelo indeferimento da produção de prova pericial requerida às fls. 2007-8, por falta de amparo legal, nos termos da Nota Técnica n° 345/2014.

Nº 1.356 - Ato de Concentração nº 08700.008407/2014-03. Requerentes: Centro de Diagnósticos S.A. ("Alliar"), TJK Participações em Saúde S.A ("Holding CDB"), S.I.T. Sistemas Hospitalares e Consultórios Médicos Ltda. e T.K.S. Sistemas Hospitalares e Consultórios Médicos Ltda. Advogados: Marcio Dias Soares, Renata Fonseca Zuccolo, Paulo Eduardo de Campos Lilla e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

EDUARDO FRADE RODRIGUES
Interino

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 3.746, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8751 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER IGUATEMI FLORIANOPOLIS, CNPJ nº 08.853.289/0001-01 para atuar em Santa Catarina.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.895, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11863 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CASC ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS S.A., CNPJ nº 76.694.983/0001-75 para atuar no Paraná.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.913, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12130 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ONDREPSB SERVIÇO DE GUARDA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 82.949.652/0001-31, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4000 (quatro mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.928, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12072 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa SECTOR SECURITY VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 17.838.006/0001-35, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.933, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11222 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PH SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.141.617/0001-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2077/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.935, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11893 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa NCTEC NOVO CENTRO TECNICO DE FORMACAO EM SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 04.277.194/0001-28, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5319 (cinco mil e trezentas e desenove) Munições calibre 12
200076 (duzentas mil e setenta e seis) Espoletas calibre 38
20000 (vinte mil) Estojos calibre 38
44000 (quarenta e quatro mil) Gramas de pólvora
200076 (duzentos mil e setenta e seis) Projéteis calibre 38
18767 (dezoito mil e setecentas e sessenta e sete) Espoletas calibre .380
10000 (dez mil) Estojos calibre .380
18767 (dezoito mil e setecentos e sessenta e sete) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.937, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12583 - DELESP/DREX/SR/DPF/TO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CONFEDERAL VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 31.546.484/0005-26, sediada em Tocantins, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3332 (três mil e trezentas e trinta e duas) Munições calibre 38
144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.939, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/10447 - DPF/LGE/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ORSEGUPS VISAL VIGILANCIA E SEGURANÇA ARMADA LTDA, CNPJ nº 00.624.637/0001-59, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2135/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.945, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11953 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVI-SAN VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 12.066.015/0009-99, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2064/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.950, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11210 - DPF/PCA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CEFASP - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO EM SEGURANÇA PRIVADA, CNPJ nº 05.822.639/0001-76, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2163/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 3.954, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11006 - DPF/LGE/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ECS - EMPRESA CATARINENSE DE SEGURANÇA, CNPJ nº 08.771.534/0001-23, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2139/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.956, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12233 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MAGNUS SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 23.942.915/0001-11, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2098/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.961, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/13532 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO SHOPPING FREI CANECA, CNPJ nº 11.384.227/0001-02 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.969, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/13472 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PERDIZES TOWER FLAT, CNPJ nº 04.845.341/0001-19 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.970, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/13552 - DPF/ITZ/MA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CEFAV - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTE LTDA, CNPJ nº 11.391.962/0001-35, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3192 (três mil e cento e noventa e duas) Munições calibre .380
1500 (uma mil e quinhentas) Munições calibre 12
45000 (quarenta e cinco mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.022, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12108 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ANDRADE SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILANCIA S/S LTDA, CNPJ nº 17.551.327/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2143/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 33.070, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08105.004985/2014-90-CGCSP/DIREX resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OPERACIONAL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA-ME, CNPJ nº 13.353.695/0001-37, especializada em segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no estado de SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 1832, expedido pelo DREX/SR/DPF/SP.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 218, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: SAINTS ROW: GAT OUT OF HELL (Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es): DEEP SILVER
Distribuidor(es): N/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezoito anos
Categoria: Ação
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3/Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.004616/2014-96
Requerente: KOCH MEDIA GMBH

Título: WRC - FIA WORLD RALLY CHAMPIONSHIP 4 (Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): MILESTONE
Distribuidor(es): NC GAMES
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: PlayStation 3
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004662/2014-95
Requerente: MOACYR AVELINO ALVES JUNIOR

Título: BIG BANG EMPIRE (Alemanha - 2014)
Produtor(es): PLAYATA GMBH
Distribuidor(es): EUROPEAN GAMES GROUP AG LATIN AMERICA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Categoria: MMORPG/RPG
Plataforma: Computador PC / MAC/iPod / iPhone/Smartphone/Android
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Conteúdo Sexual e Nudez
Processo: 08017.004663/2014-30
Requerente: EUROPEAN GAMES GROUP AG LATIN AMERICA

Título: MARVEL PUZZLE QUEST: DARK REIGN (Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): D3PUBLISHER OF AMERICA
Distribuidor(es): D3PUBLISHER OF AMERICA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Categoria: Puzzle
Plataforma: Computad PC/Xbox 360/PlayStation 3/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004664/2014-84
Requerente: D3PUBLISHER OF AMERICA

Título: RC MINI RACING (Brasil - 2013)
Produtor(es): QUBYTE INTERACTIVE
Distribuidor(es): QUBYTE INTERACTIVE
Classificação Pretendida: Não Informada
Categoria: Aplicativo
Plataforma: Android
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004665/2014-29
Requerente: LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA

Título: RESCUE TEAM (Brasil - 2013)
Produtor(es): QUBYTE INTERACTIVE
Distribuidor(es): QUBYTE INTERACTIVE
Classificação Pretendida: Não Informada
Categoria: Aplicativo
Plataforma: Android
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004666/2014-73
Requerente: LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA

Título: WORLD WILD WEST (Brasil - 2013)
Produtor(es): QUBYTE INTERACTIVE
Distribuidor(es): QUBYTE INTERACTIVE
Classificação Pretendida: Não Informada
Categoria: Aplicativo
Plataforma: Android
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre

Contém: Violência
Processo: 08017.004667/2014-18
Requerente: LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA

Título: HTR HIGH TECH RACING (Brasil - 2014)
Produtor(es): QUBYTE INTERACTIVE
Distribuidor(es): QUBYTE INTERACTIVE
Classificação Pretendida: Não Informada
Categoria: Aplicativo
Plataforma: Android
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004668/2014-62
Requerente: LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA

Título: PLUSH NINJA (Brasil - 2011)
Produtor(es): QUBYTE INTERACTIVE
Distribuidor(es): QUBYTE INTERACTIVE
Classificação Pretendida: Não Informada
Categoria: Aplicativo
Plataforma: Android
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004669/2014-15
Requerente: LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA

Título: PLUSH WARS (Brasil - 2011)
Produtor(es): QUBYTE INTERACTIVE
Distribuidor(es): QUBYTE INTERACTIVE
Classificação Pretendida: Não Informada
Categoria: Aplicativo
Plataforma: Android
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004670/2014-31
Requerente: LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA

Título: JOGO DE CORRIDA ON LINE (Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): MARMALADE GAME STUDIO
Distribuidor(es): CPW Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura/Corrida
Plataforma: Computador PC/Telefone Celular/Tablets/iOS
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004719/2014-56
Requerente: CPW Brasil Ltda.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO
Em 27 de outubro de 2014

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014:

Processo MJ nº 08017.000555/2014-98
Filme: "TEMPESTADE DE METEOROS"
Requerente: SET - Serviços Empresariais Ltda. EPP.
Emissora: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda.
Classificação Pretendida: "não recomendado para menores de dez anos"

CONSIDERANDO que a emissora solicitou autoclassificação do longa-metragem como "não recomendado para menores de dez anos" em 25 de fevereiro de 2014.

CONSIDERANDO que a obra foi exibida em 30 de agosto de 2014, com apresentação regular do símbolo correspondente a autoclassificação "não recomendado para menores de dez anos".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que a obra apresentou conteúdos relacionados à exposição de cadáver, presença de sangue, lesão corporal, exposição ao perigo e morte acidental com violência - tendências de indicação incompatíveis com a classificação autoatribuída pela emissora, resolve:

indeferir o pedido de autoclassificação e classificar a obra como "não recomendada para menores de doze anos" por apresentar violência.

Processo MJ nº 08017.008476/2013-44
Série: "SALADINO"
Requerente: Fundação Roberto Marinho
Emissora: Canal Futura
Classificação Pretendida: Livre

CONSIDERANDO que a emissora solicitou autoclassificação da obra como "Livre" em 25 de setembro de 2013.

CONSIDERANDO que a temporada apresentou, ao longo do período de monitoramento, tendências de indicação incompatíveis com a classificação autoatribuída pela emissora, resolve:

indeferir o pedido de autoclassificação dos episódios, classificando-os como "não recomendado para menores de dez anos" por apresentar violência.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

Ministério da Pesca e Aquicultura

SECRETARIA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E CONTROLE
COORDENAÇÃO-GERAL DE SANIDADE PESQUEIRA

PORTARIA Nº 18, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL SANIDADE PESQUEIRA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 11.958, de 26 de junho de 2009, no Decreto nº 5.564, de 19 de outubro de 2005, no Decreto 7.024, de 07 de dezembro de 2009, na INI MPA/MAPA nº 7 de 08 de maio de 2012, na Portaria MPA nº 523, de 02 de dezembro de 2010, na Portaria MPA nº 204 de 28 de junho de 2012 e na Portaria MPA nº 175 de 15 de maio de 2013;

Considerando a Portaria nº 09/2014, da Coordenação-geral de Sanidade Pesqueira, que suspendeu a retirada de moluscos bivalves procedentes de Santo Antônio de Lisboa, no estado de Santa Catarina até novas recomendações;

Considerando a ocorrência de dois resultados negativos consecutivos em análises do Laboratório Oficial de Análises de Resíduos e Contaminantes em Recursos Pesqueiros - LAQUA Itajaí / RENAQUA para a toxina DSP (Diarrhoeic Shellfish Poisoning) na parte comestível de moluscos bivalves procedentes do mesmo local citado, resolve:

Art. 1º Liberar a retirada de moluscos bivalves, retroativo ao período de 06/10/2014, procedentes de Santo Antônio de Lisboa, no estado de Santa Catarina;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO DE AZEVEDO PEDROSA CUNHA

Ministério da Previdência Social

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 27 de outubro de 2014

Nº 83 -
Assunto: Alienação de imóvel do PND.
Ementa: Homologação e Adjudicação de imóvel - Leilão nº 04/2014. Fundamentação Legal: Lei nº 11.481 de 31.05.2007, Lei nº 8.666 de 21.06.1993 e demais normas em vigor.

RELATÓRIO

Trata-se de Homologação dos procedimentos licitatórios adotados no processo 35000.000991/2013-38, referente ao Leilão nº 04/2014 e Adjudicação do imóvel ao arrematante.

FUNDAMENTAÇÃO

A Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, considerando os vários pronunciamentos constantes no processo, bem como a regularidade dos procedimentos licitatórios, estando o mesmo instruído de acordo com as normas legais vigentes e no uso das atribuições contidas no Regimento Interno, aprovado pela Portaria MPS nº 296 de 09.11.2009. Delegação de competência que foram conferidas pelo Senhor Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS à Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos através do inciso I, da Portaria/INSS/PRES nº 281, de 18/03/2010, publicada no D.O.U. nº 53, de 19/03/2010.

DECISÃO

HOMOLOGO os procedimentos licitatórios adotados no processo 35000.000991/2013-38, referente ao Leilão nº 04/2014 e ADJUDICO o imóvel sito à SQS 207, BLOCO "A" APTO. 103 com Vaga de Garagem a respectiva arrematante, Sra. Lucy Arantes de Carvalho Barros, pelo valor de R$ 1.316.100,00 (hum milhão, trezentos e dezesseis mil e cem reais) à vista.

Ao Leiloeiro e Equipe de Apoio, conforme Portaria Nº 75/CGLCO/DIROFL/INSS, de 21.07.2014, para dar prosseguimento ao processo.

Nº 84 -
Assunto: Alienação de imóvel do PND.
Ementa: Homologação e Adjudicação de imóvel - Leilão nº 04/2014. Fundamentação Legal: Lei nº 11.481 de 31.05.2007, Lei nº 8.666 de 21.06.1993 e demais normas em vigor.

RELATÓRIO

Trata-se de Homologação dos procedimentos licitatórios adotados no processo 35000.000245/2014-25, referente ao Leilão nº 04/2014 e Adjudicação do imóvel ao arrematante.

FUNDAMENTAÇÃO

A Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, considerando os vários pronunciamentos constantes no processo, bem como a regularidade dos procedimentos licitatórios, estando o mesmo instruído de acordo com as normas legais vigentes e no uso das atribuições contidas no Regimento Interno, aprovado pela Portaria MPS nº 296 de 09.11.2009. Delegação de competência que foram conferidas pelo Senhor Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS à Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos através do inciso I, da Portaria/INSS/PRES nº 281, de 18/03/2010, publicada no D.O.U. nº 53, de 19/03/2010.

DECISÃO

HOMOLOGO os procedimentos licitatórios adotados no processo 35000.000245/2014-25, referente ao Leilão nº 04/2014 e ADJUDICO o imóvel sito à AOS 04, BLOCO "D" APTO. 516 e Vaga de Garagem nº 26 ao respectivo arrematante, Sr. Nilton Alves de Araújo, pelo valor de R$ 523.000,00 (quinhentos e vinte e três mil reais) à vista.

Ao Leiloeiro e Equipe de Apoio, conforme Portaria Nº 75/CGLCO/DIROFL/INSS, de 21.07.2014, para dar prosseguimento ao processo.

Nº 85 -
Assunto: Alienação de imóvel do PND.
Ementa: Homologação e Adjudicação de imóvel - Leilão nº 03/2014. Fundamentação Legal: Lei nº 11.481 de 31.05.2007, Lei nº 8.666 de 21.06.1993 e demais normas em vigor.

RELATÓRIO

Trata-se de Homologação dos procedimentos licitatórios adotados no processo 35000.0001275/2012-97, referente ao Leilão nº 03/2014 e Adjudicação do imóvel ao arrematante.

FUNDAMENTAÇÃO

A Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, considerando os vários pronunciamentos constantes no processo, bem como a regularidade dos procedimentos licitatórios, estando o mesmo instruído de acordo com as normas legais vigentes e no uso das atribuições contidas no Regimento Interno, aprovado pela Portaria MPS nº 296 de 09.11.2009. Delegação de competência que foram conferidas pelo Senhor Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS à Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos através do inciso I, da Portaria/INSS/PRES nº 281, de 18/03/2010, publicada no D.O.U. nº 53, de 19/03/2010.

DECISÃO

HOMOLOGO os procedimentos licitatórios adotados no processo 35000.0001275/2012-97, referente ao Leilão nº 03/2014 e ADJUDICO o imóvel sito à AOS 04, BLOCO "D" APTO. 210 e Vaga de Garagem nº 104, a respectiva arrematante, Sra. Maria Delza Gomes de Sá, pelo valor de R$ 532.500,00 (quinhentos e trinta e dois mil e quinhentos reais) à vista.

Ao Leiloeiro e Equipe de Apoio, conforme Portaria Nº 75/CGLCO/DIROFL/INSS, de 21.07.2014, para dar prosseguimento ao processo.

Nº 86 -
Assunto: Alienação de imóvel do PND.
Ementa: Homologação e Adjudicação de imóvel - Leilão nº 04/2014. Fundamentação Legal: Lei nº 11.481 de 31.05.2007, Lei nº 8.666 de 21.06.1993 e demais normas em vigor.

RELATÓRIO

Trata-se de Homologação dos procedimentos licitatórios adotados no processo 35000.0001273/2012-06, referente ao Leilão nº 04/2014 e Adjudicação do imóvel ao arrematante.

FUNDAMENTAÇÃO

A Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, considerando os vários pronunciamentos constantes no processo, bem como a regularidade dos procedimentos licitatórios, estando o mesmo instruído de acordo com as normas legais vigentes e no uso das atribuições contidas no Regimento Interno, aprovado pela Portaria MPS nº 296 de 09.11.2009. Delegação de competência que foram conferidas pelo Senhor Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS à Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos através do inciso I, da Portaria/INSS/PRES nº 281, de 18/03/2010, publicada no D.O.U. nº 53, de 19/03/2010.

DECISÃO

HOMOLOGO os procedimentos licitatórios adotados no processo 35000.0001273/2012-06, referente ao Leilão nº 04/2014 e ADJUDICO o imóvel sito à AOS 04, BLOCO "D" APTO. 402 e Vaga de Garagem nº 34, ao respectivo arrematante, Sr. Rafael Leite Nunes, pelo valor de R$ 509.500,00 (quinhentos e nove mil e quinhentos reais) à vista.

Ao Leiloeiro e Equipe de Apoio, conforme Portaria Nº 75/CGLCO/DIROFL/INSS, de 21.07.2014, para dar prosseguimento ao processo.

GUSTAVO JOSÉ FERREIRA DE FREITAS
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00240.000001/0119-92, sob o comando nº 378410767 e juntada nº 388076590, resolve:

N° 571 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria Deutsche Bank, CNPB nº 1993.0009-92, administrado pela Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44000.001918/2004-83, sob o comando nº 378136429 e juntada nº 388750183, resolve:

N° 572 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto da Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

Ministério da Saúde

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 953, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Indefere projetos apresentados no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS n° 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Indefere os projetos abaixo relacionados, apresentados no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

I - Associação Dr. Bartholomeu Tacchini
CNPJ: 87.547.444/0001-20
Nome do Projeto: Centro Regional de Oncologia, Hospital Tacchini: Uma Proposta de Desenvolvimento Clínico e Científico do Setor.
SIPAR: 25000.159959/2014-95;

II - Associação do Sanatório Sírio - HCor
CNPJ: 60.453.024/0003-90
Nome do Projeto: Cirurgia Gamma Knife para Metástases Cerebrais.
SIPAR: 25000.160050/2014-80;

III - Associação do Sanatório Sírio - HCor
CNPJ: 60.453.024/0003-90
Nome do Projeto: Programa de prevenção e detecção precoce da doença pulmonar e cardíaca por meio da tomografia computadorizada do tórax de baixa dosagem - Pro Pulmão COR.
SIPAR: 25000.160049/2014-55;

IV - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos
CNPJ: 23.278.898/0001-60
Nome do Projeto: Ampliação dos Serviços de Radioterapia.
SIPAR: 25000.159640/2014-60; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

V - Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer

CNPJ: 40.226.946/0001-95

Nome do Projeto: Unidade Modelo de Cuidados Paliativos.

SIPAR: 25000.160236/2014-39

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

PORTARIA Nº 954, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Indefere projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS n° 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Indefere o projeto abaixo relacionado, apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

I - Instituto Desiderata

CNPJ: 05.919.093/0001-76

Nome do Projeto: Observatório da saúde da criança e do adolescente com câncer.

SIPAR: 25000.162196/2014-60

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

PORTARIA Nº 955, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Indefere projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS n° 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Indefere o projeto abaixo relacionado, apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

I - Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer

CNPJ: 40.226.946/0001-95

Nome do Projeto: Programa Nacional de Formação em Radioterapia.

SIPAR: 25000.159931/2014-58

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

NÚCLEO NO PARÁ

DECISÃO DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Uender Soares Xavier - Chefe do Núcleo Pará - NUCLEO DA ANS PARA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 331 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

UENDER SOARES XAVIER

ANEXO

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25780.005838/2013-11	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Descumprir, em jan/13 cláusula 8.1 do contrato do benef. NRF ao não disponibilizar a espec. de neurologia e deixar de gar. cob, em fev/13, de consulta com urologia à benef. NRF. Infr. art. 25 e 12 da Lei 9656/98.	140000 (CENTO E QUARENTA MIL REAIS)

NÚCLEO EM PERNAMBUCO

DECISÃO DE 29 DE SETEMBRO DE 2014

O Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 5770 de 05/07/2013, pelo Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste, dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

RICARDO FABIANO PONTE NUNES

ANEXO

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25772.000410/2005-63	UNIMED CAMPINA GRANDE - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA	367397.	08.707.473/0001-35	atrasar, por prazo superior a 30 dias ou encaminhar de forma incorreta as informações periódicas ou eventuais, devidas ou solicitadas, excetuadas as informações de natureza cadastral que permitam a identificação dos consumidores, titulares ou dependentes (Art.20 caput da Lei 9656/98 c/c RN 36/03)	ADVERTÊNCIA

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 386, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Altera o Anexo da Portaria nº 31, de 31 de outubro de 2013, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 31, de 31 de outubro de 2013, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

ANEXO

PROCESSO	MÉDICO	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.197854/2013-53	YOEL ANTONIO MILANES LOPEZ	1700131	TO	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS

PORTARIA Nº 387, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Altera o Anexo da Portaria nº 37, de 19 de novembro de 2013, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 37, de 19 de novembro de 2013, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

ANEXO

PROCESSO	MÉDICO	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.193217/2013-16	JESUS YVAN GARCIA RODRIGUEZ	3502182	SP	RIO GRANDE DA SERRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 388, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Altera o Anexo da Portaria nº 57, de 05 de dezembro de 2013, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 57, de 05 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

ANEXO

PROCESSO	MÉDICO	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.219355/2013-24	LUIS ENRIQUE FIGUEREDO CRUZ	4100188	PR	CALIFÓRNIA
25000.220070/2013-36	MONICA MARIA FIGUEREDO BOFILL	5200379	GO	APARECIDA DE GOIANIA

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO DE 17 DE MARÇO DE 2014

Nº 108/2014-CD - Processo nº 53504.000074/2003

Conselheiro Relator: Jarbas José Valente. Fórum Deliberativo: Reunião nº 733, de 13 de março de 2014. Recorrente/Interessado: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A (CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62)

EMENTA: PADO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. SUPERINTEDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO. ÓBICE À FISCALIZAÇÃO. METODOLOGIA DE CÁLCULO DE MULTA CONSIDERADA INADEQUADA. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO IMPROVIDO. REFORMAR DE OFÍCIO. 1. Pedido de Reconsideração interposto pela empresa TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP contra decisão do Conselho Diretor proferida por meio do Despacho nº 6.476/2009-CD, de 18 de setembro de 2009, que manteve a sanção de multa por óbice à atividade de fiscalização. 2. A instrução do presente processo obedeceu rigorosamente às disposições contidas no Regimento Interno da Anatel, atendendo à sua finalidade, com observância aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, conforme dispõem os §§ 1º e 2º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99 - Lei de Processo Administrativo (LPA), assim como o inciso II do artigo 54 do Regimento Interno da Agência. 3. A metodologia para cálculo de multa utilizada na revisão do valor efetuado por meio do Despacho nº 8.677, de 9 de dezembro de 2009, ora recorrido, foi considerada ilegal pela Procuradoria Federal Especializada, conforme consta do Parecer nº 1.465/2011/ILC/PGF/PFE-Anatel, de 10 de novembro de 2011, razão pela qual se propõe que a aplicação da referida metodologia seja afastada. 4. Pedido de Reconsideração conhecido e improvido. 5. Quanto ao valor da multa aplicada pelo Despacho s/nº, de 17 de março de 2008, propõe-se a sua revisão com base nos fundamentos constantes do Informe nº 230/2013-ER01SP/ER01, de 23 de julho de 2013 (fls. 293/310), com as alterações sugeridas pelo Informe nº 6/2014-FIGF, de 10 de fevereiro de 2014 (fl. 328), que sugere a alteração da metodologia para cálculo de multa, nos termos do Parecer nº 1.465/2011/ILC/PGF/PFE-Anatel.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 28/2014-GCJV, de 6 de março de 2014, integrante deste acórdão: a) conhecer do Pedido de Reconsideração interposto para, no mérito, negar-lhe provimento; b) receber a petição de fls. 260/275, intitulada de Alegações Finais, para indeferir os pedidos nela constantes; e, c) reformar, de ofício, o valor da multa aplicada pelo Despacho nº 6.476/2009-CD, de 18 de setembro de 2009 (fl. 192), fixando o novo valor em R$ 441.183,75 (quatrocentos e quarenta e um mil, cento e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos), com base nos fundamentos constantes do Informe nº 230/2013-ER01SP/ER01, de 23 de julho de 2013 (fls. 293/310), com as alterações sugeridas pelo Informe nº 6/2014-FIGF, de 10 de fevereiro de 2014 (fl. 328), que sugere a alteração da metodologia para cálculo de multa, nos termos do Parecer nº 1.465/2011/ILC/PGF/PFE-Anatel.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO DE 26 MARÇO DE 2014

Nº 119/2014-CD - Processo nº 53504.007325/2007

Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 734, de 20 de março de 2014. Recorrente/Interessado: TELEFÔNICA BRASIL S/A (CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62)

EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO. OBSTRUÇÃO À ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO. MULTA DE R$ 1.312.500,00. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO IMPROVIDO. 1. A instrução do presente processo obedeceu rigorosamente às disposições contidas no Regimento Interno da Anatel, atendendo à sua finalidade, com observância aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. 2. A conduta da TELESP caracteriza óbice à atividade de fiscalização da Anatel, ensejando a aplicação da sanção de multa. 3. A multa aplicada observou aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como aosditames regulamentares, em especial, o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas. 4. Pedido de Reconsideração conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 44/2014-GCRZ, de 10 de março de 2014, integrante deste acórdão, conhecer e negar provimento ao Pedido de Reconsideração.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO DE 1º DE ABRIL DE 2014

Nº 134/2014-CD - Processo nº 53504.003967/2003

Conselheiro Relator: João Batista de Rezende. Fórum Deliberativo: Reunião nº 735, de 27 de março de 2014. Recorrente/Interessado: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A (CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62)

EMENTA: COMPLEMENTAÇÃO DE DECISÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO. PROCESSO SANCIONADOR. ÓBICE À FISCALIZAÇÃO. POSSIBILIDADE DE REFORMA PARA PIOR. ALEGAÇÕES DA PARTE. PARECER JURÍDICO FAVORÁVEL AO AGRAVAMENTO. PELO CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO. REFORMA, DE OFÍCIO, DA SANÇÃO. 1. O Conselho Diretor acompanhou os termos do Voto nº 13/2013-GCJV, de 28 de janeiro de 2013, para converter a deliberação em diligências, consistentes na adoção das providências legais do art. 64 da Lei nº 9.784/99 (reformatio in pejus), ante a proposta de reforma da decisão recorrida, em face da aplicação de metodologia de cálculo de multa relativa à infração de óbice à fiscalização, em consonância com as ponderações do Parecer nº 1.465/2011/ILC/PGF/PFE-ANATEL. 2. Provocada a se manifestar nos termos regimentais, a Procuradoria Federal Especializada opinou pela procedência da proposta de reforma da decisão objeto do Voto nº 13/2013-GCJV. Alegações adicionais formuladas pela Recorrente não se mostram suficientes para afastar a sanção ou indicar fato impeditivo da reforma da decisão. 3. Pela legalidade da tramitação do PADO. Pelo conhecimento e não provimento do Recurso Administrativo. Pela reforma da decisão recorrida.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por maioria, nos termos do Voto nº 14/2014-GCJV, de 21 de março de 2014, integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela TELESP em face do Despacho s/nº-SRF, de 26 de outubro de 2007 e, quanto ao mérito, negar-lhe provimento; b) receber as Alegações formuladas pela TELESP e indeferir os pedidos ali formulados; e, c) reformar a decisão recorrida, com vistas ao agravamento da sanção originalmente aplicada no valor de R$ 4.552.861,95 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos) para R$ 5.250.000,00 (cinco milhões, duzentos e cinquenta mil reais). Votaram com o Conselheiro Jarbas José Valente o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Rodrigo Zerbone Loureiro. Votou vencido o Conselheiro Igor Vilas Boas de Freitas, por meio do Voto nº 13/2014-GCIF, de 27 de março de 2014.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO DE 4 DE ABRIL DE 2014

Nº 136/2014-CD - Processo nº 53504.004256/2002

Conselheiro Relator: Jarbas José Valente. Fórum Deliberativo: Reunião nº 736, de 3 de abril de 2014. Recorrente/Interessado: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP (CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62)

EMENTA: PADO. ÓBICE À FISCALIZAÇÃO. OCORRÊNCIA. RECURSO ADMINISTRATIVO DE DECISÃO DO SUPERINTENDENTE DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO (SRF) QUE CONHECEU E DEU PROVIMENTO PARCIAL A RECURSO CONTRA A MULTA ORIGINAL APLICADA À PRESTADORA. REFORMA POR AUTORIDADE HIERARQUICAMENTE INFERIOR. VÍCIO DE COMPETÊNCIA. ANULAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. METODOLOGIA DE CÁLCULO DE MULTA. REVISÃO, DE OFÍCIO, DO VALOR DA SANÇÃO. 1. A conduta de descumprir as cláusulas 25.1, § 6º, alínea "d" c/c 25.1, VI, ambas dos Contratos de Concessão PBOG/SPB nº 085/98-Anatel e 051/98-Anatel (óbice à fiscalização), ensejou a aplicação da sanção de multa, pelo Gerente-Geral de Fiscalização, à Prestadora. 2. A sanção originalmente aplicada foi alterada em virtude de decisão do Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização (SRF) de conhecer e prover parcialmente Recurso Administrativo por ela interposto contra o sancionamento de primeira instância. 3. Face a tal decisão do SRF, a Prestadora apresentou novo Recurso Administrativo que resultou em reforma da sanção anteriormente aplicada, em decisão proferida pelo Gerente-Geral de Fiscalização. Inversão da lógica processual. Decisão contaminada por vício de competência que justifica sua anulação. 4. Subsistência da decisão do SRF. Exame do Recurso contra ela interposto por parte do Conselho Diretor. Razões que justificam seu conhecimento e desprovimento. 5. A metodologia para cálculo de multa utilizada no caso recebeu considerações e sugestões de alteração por parte da Procuradoria Federal Especializada, conforme consta do Parecer nº 1.465/2011/ILC/PGF/PFE-Anatel, de 10 de novembro de 2011, razão pela qual se propõe que sua aplicação seja afastada, a bem de se aplicar nova dosimetria. 6. Revisão, de ofício, do valor da multa, arrimada em decisões do Conselho Diretor.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 39/2014-GCJV, de 25 de março de 2014, integrante deste acórdão: a) anular o Despacho s/nº, de 29 de setembro de 2009, do Gerente-Geral de Fiscalização; b) conhecer para, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto face o Despacho s/nº, de 28 de março de 2008, do Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização; e, c) reformar a decisão recorrida, com vistas ao agravamento da sanção originalmente aplicada no valor de R$ 278.746,65 (duzentos e setenta e oito mil, setecentos e quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos) para R$ 857.157,00 (oitocentos e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta e sete reais), com base nas razões e fundamentos da referida análise.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

Nº 328/2014-CD - Processo nº 53500.004835/2012

Conselheiro Relator: Jarbas José Valente. Fórum Deliberativo: Reunião nº 760, de 9 de outubro de 2014. Recorrente/Interessado: E. P. DE LUCENA ME (CNPJ/MF nº 08.244.462/0001-66)

EMENTA: PROCEDIMENTO PARA APURAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES - PADO, EM SEDE DE RECURSO ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA - SCM. PREÇO PÚBLICO PELO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E PELO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE SATÉLITE - PPDESS. INADIMPLÊNCIA. SANÇÃO DE CADUCIDADE. REGULARIDADE FORMAL. RAZÕES INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO. CONHECIMENTO. DESPROVIMENTO. 1. A empresa foi autorizada a explorar o SCM por meio do Ato nº 4.698, de 23 de julho de 2010, e pagou somente a 1ª parcela do PPDESS. 2. Nos termos do parágrafo único do art. 19 do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite, o não pagamento de qualquer parcela do PPDESS pode implicar a extinção da autorização, mediante aplicação da sanção de caducidade. 3. Razões recursais são insuficientes para alterar a decisão recorrida. 4. Conhecimento e desprovimento do Recurso.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 107/2014-GCJV, de 29 de setembro de 2014, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

PORTARIA Nº 1.125, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Estabelece a competência e os limites para regularização de indébitos e para autorização dos procedimentos de restituição e compensação.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das competências que lhe confere o art. 9º, IV, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997,

EXEMPLAR DE ASSINANTE

CONSIDERANDO o disposto no inciso I, art. 34, do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I, art. 35, do Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, que aprova o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 12, 14 e 15 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

CONSIDERANDO a importância da celeridade no atendimento dos serviços prestados pela Anatel;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.003970/2013;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 761, realizada em 23 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Para os efeitos desta Portaria, considera-se como:

I - Unidade administrativa competente pela geração do crédito - são aquelas responsáveis pelo serviço de telecomunicação, pelo instrumento contratual ou ato normativo que imponha a terceiro uma obrigação pecuniária junto à Agência;

II - Valor total - o lançamento principal e decorrentes;

III - Indébitos:

a) os pagamentos indevidos em razão de ato normativo que os desoneram;

b) os pagamentos a maior que o devido;

c) os créditos gerados equivocadamente; e,

d) os créditos prescritos ou decaídos;

IV - Regularização de Indébitos: importa na competência por decidir e operacionalizar os procedimentos de extinção, exclusão, alteração e reposicionamento de créditos.

§ 1º Aos créditos não tributários aplicar-se-ão, no que couber, as modalidades de extinção e exclusão previstas na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

§ 2º A compensação é o instituto adequado para efetuar o encontro de contas, enquanto que o reposicionamento de crédito somente será utilizado nas seguintes condições:

a) quando a não quitação da obrigação e, por consequência, a geração do crédito resultarem de imprecisões operacionais geradas pela própria Agência ou pelo banco arrecadador; e,

b) quando o crédito for relativo à cobrança do Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite e enquadrar-se dentro das condições previstas no art. 18, § 4º, do Anexo à Resolução nº 484, de 5 de novembro de 2007.

Art. 2º Fica delegada às autoridades abaixo descritas, ou aos ocupantes de cargos equiparados, responsáveis pelas unidades competentes pela geração do crédito, a atribuição pela regularização dos indébitos, considerando o valor total, no Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Anatel (Sigec):

I - Gerentes (CGE II): até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais); e,

II - Superintendentes (CGE I): acima de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

§ 1º A extinção de créditos motivada pela decadência ou pela prescrição da pretensão executória cumpre às unidades gestoras de cobrança, as quais se encontram estabelecidas na Portaria nº 420, de 24 de maio de 2013, ou outra que venha a substituí-la, devendo ser observado o disposto no art. 4º em relação aos créditos tributários.

§ 2º O reposicionamento de créditos será demandado pelas autoridades descritas nos incisos acima e operacionalizado pela Gerência de Finanças, Orçamento e Arrecadação - AFFO.

Art. 3º Fica delegada às autoridades abaixo descritas, ou aos ocupantes de cargos equiparados, a competência por decidir e operacionalizar os procedimentos de compensação e restituição das receitas administradas pela Anatel:

I - Gerente de Finanças, Orçamento e Arrecadação - AFFO (CGE II): até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais); e,

II - Superintendente de Administração e Finanças - SAF (CGE I): acima de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 4º Nos casos de decisão que exonera o sujeito passivo do pagamento de créditos tributários de valor nominal igual ou superior a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a Superintendência competente recorrerá de ofício ao Conselho Diretor.

Art. 5º Os limites estabelecidos nos arts. 2º, 3º e 4º deverão ser verificados por processo.

Art. 6º O prazo da delegação, conferida nos termos desta Portaria, é por tempo indeterminado.

Parágrafo único. A presente delegação não envolve a perda, pelo delegante, dos correspondentes poderes, sendo-lhe facultado, quando entender conveniente e a qualquer tempo, exercê-los mediante avocação do caso, sem prejuízo da validade da delegação.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, restando revogada a Portaria nº 186, de 27 de fevereiro de 2007.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES
GERÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES GERAIS

RETIFICAÇÃO

No Despacho Decisório N° 4745, de 16 de setembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União N° 205, de 23 de outubro de 2014, Seção 1, página 49, onde se lê:

Entidade	CNPJ	Número do processo	Infração	ATO / DESPACHO DECISÓRIO	Sanção
M. V. MARTIN & CIA LTDA	075884040001-97	535000117092014	Art. 39 Anexo à Resolução nº 272	4745, de 16/09/2014	Caducidade

Leia-se:

Entidade	CNPJ	Número do processo	Infração	ATO / DESPACHO DECISÓRIO	Sanção
M. V. MARTIN & CIA LTDA	075884040001-97	535000117092014	Art. 39 Anexo à Resolução nº 272	4745, de 16/09/2014	Advertência

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO GERENTE

Ficam os (as) Interessados (as) abaixo relacionados (as), notificados da aplicação da sanção de MULTA/ADVERTÊNCIA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei n.º 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos indicados, conforme art. 82, inciso IX da Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013, (N.º DO PROCESSO; ENTIDADE; CIDADE/UF; CPF/CNPJ; SANÇÂO; ENQUADRAMENTO LEGAL; N.º DO DESPACHO; DATA DO DESPACHO.):

53524.002761/2013; MUNICÍPIO DE LAVRAS; Lavras/MG; 18.244.376/0001-07; R$2.175,00; Art. 17 do Anexo à Resolução n.º 259/2001, c/c art. 163 da LGT; 3321, de 10/07/2014.

53524.002763/2013; MUNICÍPIO DE LAVRAS; Lavras/MG; 18.244.376/0001-07; R$2.175,00; Art. 17 do Anexo à Resolução n.º 259/2001, c/c art. 163 da LGT; 3320, de 10/07/2014.

53524.003496/2012; ALEXANDRE ROGÉRIO SANTOS; Sete Lagoas/MG; 051.598.376-47; R$440,00; Art. 7º, anexo à Resolução n.º 578/2011 c/c art. 131, da LGT, art. 4º c/cart. 55, V, alínea "a", do anexo à Resolução 242/2000, c/c § 2º, art. 162 da LGT; 2890, de 23/06/2014.

LEGENDA:

LGT - Lei Geral de Telecomunicações Lei n.º 9472 de 1997.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 8.315, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53500.009409/2014. Expede autorização à FLAT COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 10.564.092/0001-96, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.337, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53500.009529/2014. Expede autorização à RAUFER INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 07.492.553/0001-58, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.339, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53500.008088/2014. Expede autorização à K. R. VIOTO TERRAS & BENTO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 08.243.419/0001-86, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.342, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53500.011171/2014. Expede autorização à A V F RODRIGUES COMPUTADORES, CNPJ/MF nº 12.393.772/0001-10, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.343, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53500.014299/2014. Expede autorização à JINETON FERREIRA DE SOUZA EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 19.662.669/0001-77, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.349, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53500.014047/2014. Expede autorização à VAGNER ROMAN MOREIRA - ME, CNPJ/MF nº 03.783.760/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.357, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53500.008496/2014. Expede autorização à INFO NET COMERCIO DE INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 08.039.298/0001-55, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.360, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53500.009095/2014. Expede autorização à TSCM NET BRASIL TELECOMUNICAÇOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 15.354.402/0001-61, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.362, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53500.008015/2014. Expede autorização à FABIANA CRISTINA MOREIRA DA CONCEICAO - ME, CNPJ/MF nº 14.587.731/0001-90, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 8.363, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Processo n.º 53500.028341/2004. Declara extinta, por renúncia, a partir de 18 de junho de 2014, a autorização outorgada à Planetarium LTDA, CNPJ/MF n° 00.992.104/0001-20, por intermédio do Ato n° 52416, de 26 de agosto de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 2005, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.365, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53500.011733/2013. Expede autorização à MARCIANO GREIN BENINCA ME, CNPJ/MF nº 05.353.257/0001-40, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.395, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53500.016025/2014. Expede autorização à MEGA MINAS TELECOMUNICAÇÕES LTDA -ME , CNPJ/MF nº 19.845.172/0001-94, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.409, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53500.003273/2014. Expede autorização à DAVI DE LIMA DUARTE - ME , CNPJ/MF nº 14.032.670/0001-02, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.410, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53500.007230/2014. Expede autorização à CADMIEL FRANCA MATIAS - INFORMATICA - ME, CNPJ/MF nº 13.602.574/0001-81, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.412, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53500.014429/2014. Expede autorização à WASAT TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 19.770.313/0001-57, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.463, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 25/10/2014 a 29/10/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.464, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, , no período de 25/10/2014 a 26/10/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.471, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Autorizar INTERNATIONAL PUBLICITY - INTERPUB EVENTOS LTDA, CNPJ nº 59.825.885/0001-00 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, , no período de 25/10/2014 a 10/11/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.477, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53500.024634/14. ASSOCIAÇÃO DE RADIO-DIF. COMUNIT. DE TIRADENTES DO SUL - RADCOM - Tiradentes do Sul/RS - Canal 285. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.480, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Autorizar INTERNATIONAL PUBLICITY - INTERPUB EVENTOS LTDA, CNPJ nº 59.825.885/0001-00 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, , no período de 01/11/2014 a 10/11/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.481, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Autorizar INTERNATIONAL PUBLICITY - INTERPUB EVENTOS LTDA, CNPJ nº 59.825.885/0001-00 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, , no período de 01/11/2014 a 10/11/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.482, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Autorizar Rodrigo Mason Orlandi, CPF nº 279.478.218-52 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, , no período de 30/10/2014 a 30/11/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.483, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Autorizar RIOMAR SHOPPING FORTALEZA SA, CNPJ nº 12.039.513/0002-76 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Fortaleza/CE, , no período de 29/10/2014 a 07/11/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.484, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Autorizar KING TRUCK SHOW EVENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 04.257.590/0001-93 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Londrina/PR, , no período de 01/11/2014 a 02/11/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.485, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Autorizar A MATTHEIS MOTORSPORT S/C LTDA, CNPJ nº 00.472.205/0001-70 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Viamão/RS, , no período de 31/10/2014 a 02/11/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.486, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Autorizar HOT CAR COMPETIÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 67.345.587/0001-41 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Viamão/RS, , no período de 31/10/2014 a 02/11/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.487, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Autorizar WILLIAM CURVELO LUBE , CPF nº 011.974.177-61 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Viamão/RS, , no período de 31/10/2014 a 02/11/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.491, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.006174/99. SOCIED.RÁDIO E TELEV. ALTEROSA S. A-RTV-Araçuaí/MG-Canal 2. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.492, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.000789/99. SOCIED.RÁDIO E TELEV. ALTEROSA S. A-RTV-Arcos/MG-Canal 10. Autoriza Uso RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.493, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53710.001357/97. SOCIED.RÁDIO E TELEV. ALTEROSA S. A-RTV-Bocaiúva/MG-Canal 9. Autoriza Uso RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.494, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.006794/99. SOCIEDADE RÁDIO E TELEVISÃO ALTEROSA S. A. - RTV - Bonfinópolis de Minas/MG - Canal 8. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.495, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.004345/00. SOCIEDADE RÁDIO E TELEVISÃO ALTEROSA S. A. - RTV - Caetanópolis/MG - Canal 8-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.496, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.002174/01. TV MINAS SUL LTDA - RTV - Carmo da Cachoeira/MG - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.497, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53710.000847/95. SOCIED.RÁDIO E TELEV. ALTEROSA S. A-RTV-Cataguases/MG-Canal 47-.Autoriza Uso RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.498, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.006796/99. SOCIED.RÁDIO E TELEV. ALTEROSA S. A-RTV-Congonhas/MG-Canal 2. Autoriza Uso RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.499, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.006169/99. SOCIED.RÁDIO E TELEV. ALTEROSA S. A-RTV-Espinosa/MG-Canal 41. Autoriza Uso RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.500, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.006794/99. SOCIED.RÁDIO E TELEV. ALTEROSA S. A-RTV- Guanhães/MG-Canal 13. Autoriza Uso RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.501, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.063418/13. RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA - RTV - Itajubá/MG - Canal 4. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.502, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.063328/13. REDE MINEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - RTV - Itaú de Minas/MG - Canal 13. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 8.503, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.063819/13. FUND.SECULO VINTE E UM - RTV - Itaú de Minas/MG - Canal 51. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.504, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.063334/13. TELEVISÃO SUL DE MINAS S/A-RTV-Itaú de Minas/MG-Canal 7. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.505, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.062878/13. TVCI-TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA - RTV - Ituiutaba/MG - Canal 27. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.506, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.006792/99. SOCIEDADE RÁDIO E TELEVISÃO ALTEROSA S. A. - RTV - Jequitinhonha/MG - Canal 8. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.507, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.045932/08. EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A - RTV - Juiz de Fora/MG - Canal 51-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.508, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.006169/99. SOCIED.RÁDIO E TELEV. ALTEROSA S. A-RTV-Porteirinha/MG-Canal 3. Autoriza Uso RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.509, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.063584/13. RÁDIO TELEVISÃO DE UBERLANDIA LTDA - RTV - Romaria/MG - Canal 13. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.510, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.064250/13. REDE MINEIRA DE RÁDIO E TELEV.LTDA-RTV-Romaria/MG-Canal 4. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.511, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.063552/13. REDE MINEIRA DE RÁDIO E TELEV. LTDA-RTV-Santa Juliana/MG-Canal 11. Autoriza Uso RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.512, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.006173/99. SOCIEDADE RÁDIO E TELEVISÃO ALTEROSA S. A. - RTV - São Francisco/MG - Canal 13. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.513, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.063641/10. FUND SETORIAL DE RADIODIFUSÃO EDUC DE SONS E IMAGENS - RTV - Uberlândia/MG - Canal 14-. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.514, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.045936/08. EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A - RTV - Uberlândia/MG - Canal 47. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.515, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.021542/09. TELEVISÃO SOCIEDADE LIMITADA-RTV-Urucânia/MG-Canal 9.Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 265, DE 25 DE JUNHO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.000947/2013-18, resolve:

Art. 1º Consignar à SECRETARIA DO GABINETE CIVIL DO ESTADO DE ALAGOAS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de DELMIRO GOUVEIA/AL, o canal 14 (quatorze) correspondente à faixa de frequência de 470 a 476 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA BRITO DE AVILA

PORTARIA Nº 517, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.045131/2012-24, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de TERESÓPOLIS/RJ, o canal 43 (quarenta e três), correspondente à faixa de frequência de 644 a 650 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA BRITO DE AVILA

PORTARIA Nº 1.229, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.044305/2012-31, resolve:

Art. 1º Consignar à REDE MULHER DE TELEVISÃO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de ARAGUARI/MG, o canal 46 (quarenta e seis), correspondente à faixa de frequência de 662 a 668 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA BRITO DE AVILA

PORTARIA Nº 1.285, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.027644/2011-72, resolve:

Art. 1º Consignar à PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEMENTINA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CLEMENTINA/SP, o canal 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA BRITO DE AVILA

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 585, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.000047/2004-01, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Carnaúba Geração de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.659.499/0001-58, com Sede na Rodovia GO 471, s/nº, km 18, Zona Rural, Município de Arenópolis, Estado de Goiás, a alterar a capacidade instalada da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Rênic, outorgada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.186, de 8 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.126, de 21 de maio de 2013, passando a ser constituída por quatro Unidades Geradoras de 4.000 kW, totalizando 16.000 kW de capacidade instalada, e 6.550 kW médios de garantia física de energia, localizada nas Coordenadas Planimétricas E=455674 m e N=8178377 m, Fuso 22S, Datum SIRGAS2000, no Rio Bonito, Sub-Bacia Araguaia, Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins, Municípios de Arenópolis e Palestina de Goiás, Estado de Goiás.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada modificar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito da PCH Rênic, constituído de uma Subestação Elevadora de 6,9/138 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 138 kV, com cerca de trinta e sete quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 138 kV da Subestação Iporá, de propriedade da CELG Distribuidora S.A. - CELG-D, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - ampliar a Central Geradora Hidrelétrica conforme Cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) início da Concretagem da Casa de Força: até 1º de maio de 2015;

b) Desvio do Rio (Fase 2): até 1º de julho de 2015;

c) início das Obras do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito: até 1º de agosto de 2015;

d) início da Montagem Eletromecânica das Unidades Geradoras: até 1º de setembro de 2015;

e) Descida do Rotor da 1ª Unidade Geradora: até 1º de outubro de 2015;

f) Descida do Rotor da 2ª Unidade Geradora: até 1º de novembro de 2015;

g) Descida do Rotor da 3ª Unidade Geradora: até 1º de dezembro de 2015;

h) Descida do Rotor da 4ª Unidade Geradora: até 4 de janeiro de 2016;

i) obtenção da Licença de Operação: até 1º de fevereiro de 2016;

j) início do Enchimento do Reservatório: até 1º de março de 2016;

k) início da Operação em Teste da 1ª Unidade Geradora: até 10 de abril de 2016;

l) início da Operação em Teste da 2ª Unidade Geradora: até 20 de abril de 2016;

m) início da Operação Comercial da 1ª Unidade Geradora: até 20 de abril de 2016;

n) início da Operação em Teste da 3ª Unidade Geradora: até 30 de abril de 2016;

o) início da Operação Comercial da 2ª Unidade Geradora: até 30 de abril de 2016;

p) início da Operação em Teste da 4ª Unidade Geradora: até 10 de maio de 2016;

q) início da Operação Comercial da 3ª Unidade Geradora: até 10 de maio de 2016; e

r) início da Operação Comercial da 4ª Unidade Geradora: até 20 de maio de 2016;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 3.744.350,00 (três milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, trezentos e cinquenta reais), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da PCH Rênic;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a ampliação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela PCH Rênic, enquanto mantiver as características da Pequena Central Hidrelétrica e a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO
Em 27 de outubro de 2014

Nº 4.242 - Processo nº: 48500.002603/2014-45. Interessada: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Decisão: informar a lista de instalações existentes do Leilão de Transmissão nº 07/2014-ANEEL, conforme descrito no ANEXO deste despacho, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=54.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de outubro de 2014

Nº 4.241 - Processos nº 48500.000877/2008-51, 48500.000876/2008-15, 48500.000881/2008-10, 48500.000884/2008-53, 48500.000883/2008-17, e 48500.000880/2008-75. Interessados: UTE MC2 Governador Mangabeira S.A., UTE MC2 Santo Antônio de Jesus S.A., UTE MC2 Sapeaçú S.A., UTE MC2 Camaçari 2 S.A., UTE MC2 Camaçari 3 S.A. e UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro S.A. Decisão: registrar as alterações de características técnicas dos sistemas de transmissão de interesse restrito das Usinas Termelétricas MC2 Governador Mangabeira, MC2 Santo Antônio de Jesus, MC2 Sapeaçú, MC2 Camaçari 2, MC2 Camaçari 3, e MC2 Nossa Senhora do Socorro, cadastradas respectivamente sob os Códigos Únicos de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.PE.BA.030235-0.01, UTE.PE.BA.030234-1.01, UTE.PE.BA.030233-3.01, UTE.PE.BA.030231-7.01, UTE.PE.BA.030200-7.01 e UTE.PE.SE.030623-1.01, outorgadas, respectivamente, por meio da Portaria nº 492, de 22 de dezembro de 2009, Portaria nº 491, de 22 de dezembro de 2009, Portaria nº 490, de 23 de dezembro de 2009, Portaria nº 483, de 21 de dezembro de 2009, Portaria nº 457, de 1º de dezembro de 2009, e Portaria nº 466, de 29 de julho de 2011.

A íntegra deste Despacho consta nos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de outubro de 2014

Nº 4.243 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição conferida pela Portaria ANEEL nº 914, de 29 de abril de 2008, e o que consta no art. 54 da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica instituída pela Resolução Normativa nº 109, de 26 de outubro de 2004 e dos Processos nº 48500.005357/2013-01, 48500.006423/2013-51 e 48500.001619/2014-31, resolve: i) autorizar, excepcionalmente para o mês de setembro de 2014, a divulgação, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, dos resultados dos módulos de Medição Contábil, Garantia Física, Ressarcimento, Penalidade de Energia e Cálculo do Desconto Aplicado à TUSD/TUST, aprovados pela Resolução Normativa nº 619, de 1º de julho de 2014, e do módulo de Contratos, aprovado pela Resolução Normativa nº 611, de 8 de abril de 2014, apenas certificados pelo auditor independente e aprovados pelo Conselho de Administração da CCEE; e ii) autorizar, excepcionalmente para o mês de outubro de 2014, a divulgação pela CCEE, dos resultados dos módulos de Reajuste da Receita de Venda de CCEAR e Contratação de Energia de Reserva, nos moldes da autorização do item i).

FREDERICO RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de outubro de 2014

Nº 4.247 - Processo nº 48500.001622/2004-84. Interessado: GERMAT - Geradora de Energia do Estado de Mato Grosso S.A. Usina: PCH Mestre. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 1.000 kW cada. Localização: Município de Santo Antônio do Leverger, Estado do Mato Grosso.

Nº 4.248 - Processo nº 48500.008147/2000-15. Interessado: ECE Participações S.A. Usina: UHE Santo Antônio do Jari. Unidade Geradora: UG02 de 123,33 MW. Localização: Municípios de Laranjal do Jari, Estado do Amapá, e Almeirim, Estado do Pará.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 28 de outubro de 2014.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de outubro de 2014

Nº 4.244 - Processo nº 48500.003019/2011-64. Interessada: Light Serviços de Eletricidade S.A. Decisão: anuir à celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Comodato nº 021-062-007-090, entre a interessada e Dulcinéia Barcelos Cateim, com o objetivo de prorrogar o prazo de vigência do Contrato anuído pelo Despacho nº 2842/2011, até 21 de agosto de 2017.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

Nº 4.245 - Processo nº: 48500.004226/2014-89. Interessada: Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT. Decisão: anuir os Contratos de Cessão de Uso não remunerado entre a interessada e a Universidade Estadual de Energia Elétrica - UERGS (cessionária), cujos objetos são a cessão de uso de bens móveis alocados no Centro Técnico de Aperfeiçoamento - CETAF, e a guarda e gerenciamento de 17.000 (dezessete mil) exemplares bibliográficos do grupo CEEE.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 4.246 - Processo nº 48500.000933/2014-04. Interessada: UEG Araucária Ltda. Decisão: anuir ao Termo de Ajuste e Quitação, a ser firmado entre a Interessada e a Copel Geração e Transmissão S.A.(Copel GeT), tendo por objeto o ajuste e quitação de valores devidos à Copel GeT pela Interessada, em razão dos serviços de operação e manutenção da UTE Araucária prestados de 1º de fevereiro de 2014 a 26 de junho de 2014.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de outubro de 2014

Nº 4.237 - Processo nº 48500.002451/2011-38. Decisão: i) Aprovar o Projeto Básico da PCH Rabo do Macaco, de titularidade da empresa Usina Rio Vermelho de Energia Ltda. - URVE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.715/0001-44, situada no rio Vermelho, integrante da sub-bacia 82, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no município de São Bento do Sul, estado de Santa Catarina.

A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 4.238 - Processo nº 48500.004407/2013-24. Decisão: i) Aprovar o Projeto Básico da PCH Rio Natal I, de titularidade da empresa Usina Rio Vermelho de Energia Ltda. - URVE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.715/0001-44, situada no rio Natal, integrante da sub-bacia 82, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, município de São Bento do Sul, estado de Santa Catarina.

A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 4.239 - Processo: 48500.005587/2012-81. Decisão: (i) aceitar os Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Novo, afluente do Rio Coxim, localizado na sub-bacia 66, bacia hidrográfica do Rio Paraná, no Estado de Mato Grosso do Sul, apresentados pela empresa Mikelin Administração de Bens Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 04.637.001/0001-00.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 4.240 - Processos: 48500.000384/2010-36, 48500.000383/2010-91, 48500.003787/2008-12 e 48500.004280/2009-67. Decisão: (i) anuir com o pedido de transferência de titularidade dos processos em questão, referente aos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio da Prata, localizado na sub-bacia 60, no Estado de Goiás; do rio Formoso, localizado na sub-bacia 60, no Estado de Goiás; do rio Uberaba, localizado na sub-bacia 61, no Estado de Minas Gerais; e do rio Dourados, localizado na sub-bacia 60, no Estado de Minas Gerais, solicitado pela empresa Omega Energia Renovável S.A., para a empresa Zeta Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 12.265.122/0001-99.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 4.044, de 6 de outubro de 2014, constante no Processo n° 48100.000775/1994-46, publicada no DOU nº 193, de 7 de outubro de 2014, Seção 1, página 66,

onde se lê:

Potência por turbina (kW) e seu engolimento mínimo (m^3/s)	5.155 / 3,07

leia-se:

Potência por turbina (kW) e seu engolimento mínimo (m^3/s)	5.155 / 5,27

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 27 de outubro de 2014

Nº 1.590 - O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 300, de 14/08/2014, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, nos termos do artigo 17, inciso II, alíneas c e d, da Portaria ANP nº 202/1999, torna pública a suspensão dos efeitos do Despacho ANP nº 887, de 27/06/2014, publicado no DOU de 30/06/2014, que revogou a Autorização ANP nº 104/2012 e a Autorização ANP nº 363/2012 outorgadas a TRIM DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA., inscrita sob o CNPJ nº 10.496.076/0002-94, enquanto perdurarem os efeitos da decisão liminar proferida nos autos do Mandado de Segurança de nº 0156481-31.2014.4.02.5101.

WALDYR MARTINS BARROSO

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 451, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pelas Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e considerando as disposições da Resolução ANP n.° 17, de 19 de junho de 2009, torna público o seguinte ato:

Art. 1º - Fica a empresa Molecular do Brasil Ltda., situada na Avenida das Américas, nº 7935 - Sala 701 - Barra da Tijuca, Município do Rio de Janeiro/RJ - CEP 22793-081, inscrita no CNPJ n.º 03.122.996/0001-04, autorizada a exercer a atividade de Importador de Óleo Lubrificante Acabado Automotivo e Industrial, conforme o Processo n.º 48610.008282/2014-45.

Art. 2º - Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de importação de óleos lubrificantes acabados automotivos e industriais.

Art. 3º - Esta Autorização entra em vigor na data da sua publicação.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AUTORIZAÇÃO Nº 452, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 18, de 18/06/2009, e o que consta do processo n.º 48610.002158/2003-13, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a EVOLUB - EVOLUÇÃO LUBRIFICANTES LTDA., CNPJ nº 03.477.131/0001-52, habilitada para o exercício da atividade de produtor de óleo lubrificante acabado Automotivo e Industrial, autorizada a operar os tanques n.º 01 a 04, 07 e 08, na base localizada na Rodovia MG 447 s/nº - km 3,9, Ubá, MG, CEP: 36500-000.

As referidas instalações compreendem 6 (seis) tanques verticais, listados na tabela seguir, com capacidade total de armazenamento de 150 m³.

N.º	Diâmetro (m)	Altura (m)	Capacidade (m³)	Produto
01	2,30	7,50	30	Óleo Básico
02	2,30	7,50	30	Óleo Básico
03	2,30	7,50	30	Óleo Básico
04	2,30	7,50	30	Óleo Básico
07	1,85	6,00	15	Óleo Básico
08	1,85	6,00	15	Óleo Básico

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Fica revogada a Autorização n.º 405, publicada no Diário Oficial da União em 02/09/2011.

Art. 4º A EVOLUB - EVOLUÇÃO LUBRIFICANTES LTDA., CNPJ nº 03.477.131/0001-52, deverá encaminhar, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento, no prazo regulamentar, protocolizado junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua emissão, sob pena de revogação desta Autorização.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de outubro de 2014

Nº 1.591 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto do inciso III, do art. 10 da Lei 9.847/99, pela ocorrência de reincidência nas infrações previstas nos incisos IV, IX e XI do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº SP0029094 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao ALTO POSTO ALFERES TIRADENTES LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 62.172.457/0001-30, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48621.000240/2008-99.

Nº 1.592 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/SP0227196	ADELAIDE GENAINA DOS SANTOS LIMA 31863899847	21.042.875/0001-26	TAUBATE	SP	48610.011132/2014-19
GLP/MG0227197	ADRIELE MARQUES DE MORAIS - ME	14.280.604/0001-43	CAMBUI	MG	48610.011071/2014-90
GLP/GO0227198	AGNALDO PEREIRA DE OLIVEIRA - ME	11.992.860/0001-75	EDEIA	GO	48610.001966/2014-16
GLP/SC0227199	ALCEU SIMÃO DE LORENA - ME	19.187.347/0002-02	TRES BARRAS	SC	48610.011085/2014-11
GLP/SP0227200	ANTONIO ALVES DE LIMA 00377547859	20.342.066/0001-77	PERUIBE	SP	48610.008996/2014-53
GLP/PA0227201	ARTUR OLIVEIRA DE ARAUJO 02529237239	20.854.012/0001-90	CASTANHAL	PA	48610.010915/2014-85
GLP/MT0227202	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE LEITE DO PA VERANEIO	07.598.244/0001-67	NOVA CANAA DO NORTE	MT	48610.006984/2013-11
GLP/SC0227203	AUTO POSTO FRITZ E FILHOS LTDA	14.961.611/0001-00	JARAGUA DO SUL	SC	48610.010012/2014-02
GLP/DF0227204	AUTO SHOPPING DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	37.063.328/0018-05	BRASILIA	DF	48610.009213/2013-78
GLP/PA0227205	C. A. DE MORAES PEREIRA PORTO - ME	20.053.686/0001-96	SANTAREM	PA	48610.011070/2014-45
GLP/BA0227206	CARIACA GAS LTDA - EPP	19.896.826/0001-09	CANSANCAO	BA	48610.008543/2014-27
GLP/SC0227207	CHARLIS VITORIA RIBEIRO - ME	17.870.928/0001-20	RIO DO SUL	SC	48610.010910/2014-52
GLP/SP0227208	CICERO APARECIDO FELISARDO 07115213879	19.361.277/0001-78	TREMEMBE	SP	48610.006952/2014-99
GLP/PB0227209	CLEYSON NASCIMENTO DE FREITAS	97.526.701/0001-09	JOAO PESSOA	PB	48610.008691/2014-41
GLP/MG0227210	COMERCIO DE GAS DOM BOSCO LTDA ME	20.540.030/0001-06	BELO HORIZONTE	MG	48610.011048/2014-03
GLP/SP0227211	DANIEL DE SOUZA THOMAZ JUNIOR 35694557859	19.421.586/0001-96	BARRETOS	SP	48610.010914/2014-31
GLP/BA0227212	DIANA REGINA MACHADO MORAES - ME	16.985.174/0001-90	SALVADOR	BA	48610.009581/2014-05
GLP/SP0227213	EDIVALDO BARBOSA DO PRADO - ME	55.313.035/0001-72	CACONDE	SP	48610.010037/2014-06
GLP/RJ0227214	EVOLUÇÃO DO GAS COMERCIO DE GLP LTDA - ME	13.961.827/0001-03	DUQUE DE CAXIAS	RJ	48610.011065/2014-32
GLP/RN0227215	F M GAS LTDA - ME	20.335.994/0001-04	UMARIZAL	RN	48610.009161/2014-11
GLP/MG0227216	FLAVIA CRISTINA DA SILVA SANTOS - ME	11.743.145/0001-07	CAPITOLIO	MG	48610.011060/2014-18
GLP/MG0227217	FRANCISCA SONIA DE FIGUEIREDO NEVES	02.565.433/0003-81	FRUTAL	MG	48610.011046/2014-14
GLP/GO0227218	FRANCISCO EVILANDO DE OLIVEIRA 54402646391	20.127.516/0001-09	SENADOR CANEDO	GO	48610.011067/2014-21
GLP/SC0227219	GILSON OLI KOLLN EIRELI	21.012.598/0001-09	CUNHA PORA	SC	48610.011049/2014-40
GLP/SP0227220	INGRID FROIS CIARELI - ME	19.809.986/0001-73	PIRACICABA	SP	48610.011152/2014-90
GLP/SP0227221	J V AGUA GAS E EMBALAGENS LTDA ME	08.656.214/0001-22	CAPELA DO ALTO	SP	48610.010466/2014-75
GLP/MT0227222	JACINTO RODRIGUES MARTINS FILHO ME	17.922.058/0001-95	CUIABA	MT	48610.010655/2014-48
GLP/GO0227223	JOANA MARQUES RIBEIRO BATISTA - ME	19.887.138/0001-82	ITABERAI	GO	48610.008109/2014-47
GLP/PE0227224	JOSEANE BEZERRA DE MELO REZENDE - ME	15.385.934/0002-47	CUSTODIA	PE	48610.011150/2014-09
GLP/ES0227225	J.W. COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	17.991.933/0001-90	LINHARES	ES	48610.011141/2014-18
GLP/PR0227226	KARISTON WILLIAN CUSTODIO CAVALCANTE	18.364.274/0001-25	GOIOERE	PR	48610.011063/2014-43
GLP/MG0227227	LARISSA COMERCIO DE GAS LTDA - ME	20.145.881/0001-46	BANDEIRA DO SUL	MG	48610.008570/2014-08
GLP/SP0227228	LENICE CONSTANTINA VIZOTO CORREA - ME	20.816.980/0001-02	SAO PEDRO	SP	48610.011151/2014-45
GLP/AM0227229	LIGIA SILVA PEREIRA 77893530200	20.409.030/0001-63	MANAUS	AM	48610.011074/2014-23
GLP/MG0227230	LUCILEI DE ARRUDA - ME	15.708.517/0002-98	TUPACIGUARA	MG	48610.011053/2014-16
GLP/AL0227231	LUIS BISPO DOS SANTOS - ME	19.850.061/0001-76	SAO SEBASTIAO	AL	48610.007956/2014-94
GLP/SC0227232	LUIZ CLAUDIONOR ZANETE	18.755.245/0001-94	JAGUARUNA	SC	48610.011138/2014-96
GLP/AL0227233	MARIANA MOREIRA PONTES 6617081447	16.961.192/0001-32	RIO LARGO	AL	48610.009925/2014-78
GLP/SP0227235	MARTA DIAS RIBEIRO - ME	19.685.117/0001-84	ITATIBA	SP	48610.004697/2014-40
GLP/SP0227236	MELHOR GAS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	48.100.176/0002-22	GUARAREMA	SP	48610.009187/2014-69
GLP/PR0227237	MORGANA COMERCIO DE GAS LTDA ME - ME	14.507.777/0001-51	FOZ DO IGUACU	PR	48610.006977/2014-92
GLP/SP0227238	MORIÁ COMÉRCIO DE GÁS LTDA ME	20.798.519/0001-74	ITAQUAQUECETUBA	SP	48610.011072/2014-34
GLP/BA0227239	N D DA SILVA DEITANHEM - ME	03.264.841/0001-02	ITANHEM	BA	48610.010510/2014-47
GLP/PE0227240	NAILTON FERREIRA DA SILVA - ME	20.593.523/0001-04	BOM JARDIM	PE	48610.011136/2014-05
GLP/PR0227241	NEGAO COMERCIO DE GAS EIRELI - ME	19.246.036/0001-88	MUNHOZ DE MELO	PR	48610.008087/2014-15
GLP/PA0227242	NEIRO FELIPE MONTEIRO FILHO	20.299.204/0001-82	BANNACH	PA	48610.011084/2014-69
GLP/SP0227243	NILMA CRISOSTOMO DE FRANÇA 96574682649	20.984.063/0001-37	SERTAOZINHO	SP	48610.011073/2014-89
GLP/MT0227244	NORGAS REVENDEDORA E TRANPORTADORA DE GÁS LTDA - EPP	24.720.765/0008-30	CARLINDA	MT	48610.011145/2014-98
GLP/GO0227245	N&V DISTRIBUICAO E LOGISTICA DE GLP E AGUA LTDA-ME	16.917.303/0001-03	SENADOR CANEDO	GO	48610.009706/2014-99
GLP/ES0227246	PATRAO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	03.632.316/0002-75	SERRA	ES	48610.009710/2014-57
GLP/SP0227247	PATRICIA DE CASSIA ROCHA DE SOUZA - ME	20.589.489/0001-96	CACHOEIRA PAULISTA	SP	48610.011050/2014-74
GLP/MG0227248	PAULO HENRIQUE DA SILVA VIEIRA 07506109646	19.511.614/0001-66	SETUBINHA	MG	48610.010909/2014-28
GLP/RN0227249	POLLYANHA KARLA GOMES DE BRITO 05095429489	20.179.147/0001-06	FELIPE GUERRA	RN	48610.011146/2014-32
GLP/RS0227250	POSTO TRI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	17.969.124/0001-82	CAXIAS DO SUL	RS	48610.012449/2013-91
GLP/GO0227251	RICARDO VIANA FERREIRA - ME	20.739.240/0001-10	IPORA	GO	48610.011057/2014-96
GLP/AL0227252	RONALDO GOMES DE ARAUJO 05932127465	19.873.578/0001-80	MACEIO	AL	48610.009217/2014-37
GLP/BA0227253	RONILSON TANAJURA CORREIA EIRELI - ME	20.601.826/0001-13	BONITO	BA	48610.010719/2014-19
GLP/SP0227254	RP CARVALHO COMERCIO DE GAS - ME	19.596.552/0001-32	JARDINOPOLIS	SP	48610.009532/2014-64
GLP/PR0227255	RUBENS ORTIZ RUIZ 45765561934	20.077.504/0001-17	PARANAVAI	PR	48610.009207/2014-00
GLP/MG0227256	RUBENS PEREIRA COSTA - ME	20.276.402/0001-20	SABARA	MG	48610.009147/2014-17
GLP/GO0227257	S J COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	18.096.612/0001-95	MONTIVIDIU DO NORTE	GO	48610.011069/2014-11
GLP/GO0227258	SUPER MEGA SUPERMERCADO LTDA - ME - ME	06.340.880/0001-21	ANAPOLIS	GO	48610.011157/2014-12
GLP/RS0227259	SUPERMERCADO BECK HOFFMANN LTDA ME	93.990.851/0001-00	TRES FORQUILHAS	RS	48610.011064/2014-98
GLP/MG0227260	SUPERMERCADO JAT. BARATEIRO LTDA - ME	07.257.684/0002-31	CRISTINA	MG	48610.009137/2014-81
GLP/ES0227261	SUPERMERCADO SÃO JOSE PAGUE MENOS LTDA - ME	08.362.874/0001-09	AGUIA BRANCA	ES	48610.010908/2014-83
GLP/PR0227262	TOMODATY COMERCIO DE GAS LTDA	20.135.939/0001-70	VENTANIA	PR	48610.011047/2014-51
GLP/GO0227263	V. DA SILVA COSTA - COMERCIO DE GAS - EIRELI - ME	18.635.718/0001-10	AGUAS LINDAS DE GOIAS	GO	48610.004540/2014-14
GLP/SP0227264	V M C REGATIERI COMERCIO DE AGUA - ME	19.436.565/0001-44	VOTUPORANGA	SP	48610.009216/2014-92
GLP/SC0227265	VALDICIR FIOREZE 22075690987	20.295.859/0001-82	NOVA ITABERABA	SC	48610.008111/2014-16
GLP/SC0227266	VANDERLEI PAVAN ME	07.348.909/0001-84	VARGEAO	SC	48610.011052/2014-63
GLP/MT0227267	WALDEMAR M DE SOUSA & CIA LTDA - EPP	24.724.692/0001-89	SAO FELIX DO ARAGUAIA	MT	48610.010220/2014-01

Nº 1.593 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no inciso IV, do art. 14, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº PR0172375 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS DOMENE LTDA., com inscrição no CNPJ sob o nº 06.165.137/0001-82, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.008609/2013-06.

Nº 1.594 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/PA0185821	A. M. DE SOUSA COMÉRCIO DE GAS LTDA.	11.363.179/0001-68	ITAITUBA	PA	48610.005066/2010-14
GLP/RS0213756	ANGELA MARIA VIDAL - ME	02.042.103/0001-40	PASSO FUNDO	RS	48610.002465/2012-95
001/GLP/SP0009143	CASSIANE RENATA CASAROTI - ME	05.528.215/0001-01	URANIA	SP	48610.010244/2006-42

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GLP/SC0206079	COMERCIAL DE ALIMENTOS RUPRECHT LTDA EPP	00.260.864/0001-42	DOUTOR PEDRINHO	SC	48610.003097/2011-11
001/GLP/CE0013004	COMERCIAL DE GÁS SÃO MATHEUS LTDA.	07.356.644/0001-66	MORADA NOVA	CE	48610.006864/2006-87
001/GLP/RS0017247	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS DICKEL E VIEIRA LTDA	07.663.422/0001-96	PAVERAMA	RS	48610.011084/2007-31
GLP/PR0175697	COMÉRCIO E REPRES. GAS BOM MENINO LTDA	03.437.567/0001-18	PARANAGUA	PR	48610.013826/2008-42
GLP/MG0184683	CRISPINIANA BISPO DOS SANTOS GONÇALVES	11.260.391/0001-08	ESMERALDAS	MG	48610.003440/2010-47
GLP/BA0180242	DANIEL SANTOS VIEIRA ME	08.204.411/0001-00	SALVADOR	BA	48610.011830/2009-57
001/GLP/PI0011069	FRANCELIO SAMPAIO	08.201.861/0001-40	TERESINA	PI	48610.000466/2007-38
GLP/RO0218827	FRIAGUA DISTRIBUIDORA LTDA - ME	14.685.207/0001-51	ROLIM DE MOURA	RO	48610.012132/2012-74
GLP/PR0225091	GAS RAINHA DAS COLINAS COMERCIO E TRANSPORTES LTDA - ME	16.845.154/0003-86	VENTANIA	PR	48610.003810/2014-70
001/GLP/AL0006486	GISLENE RITA DA SILVA NUNES	07.517.256/0001-10	SAO SEBASTIAO	AL	48610.009016/2005-49
GLP/MG0212852	LUCIANA RIBEIRO DE AMORIM - ME	13.287.058/0001-00	SANTO ANTONIO DO GRAMA	MG	48610.016021/2011-56
GLP/SP0215700	LUIS GUILHERME FELIX - ME	10.843.221/0002-66	JARDINOPOLIS	SP	48610.006871/2012-27
GLP/PB0213118	LUIZ FAGNER BARBOSA DA SILVA	14.382.475/0001-02	CAMPINA GRANDE	PB	48610.001116/2012-56
001/GLP/RS0014021	MADEREIRA E FERRAGEM COLONIAL LTDA	03.730.412/0001-75	VIAMAO	RS	48610.004254/2007-21
GLP/SP0211839	MAGNO F. DE SOUSA - ME	13.413.319/0001-90	PIRACICABA	SP	48610.014760/2011-11
GLP/SC0207404	MAGRITT KLITZKE	04.379.688/0001-13	BENEDITO NOVO	SC	48610.018418/2010-00
GLP/SC0221438	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	16.982.129/0001-82	TRES BARRAS	SC	48610.006356/2013-28
GLP/MS0204443	P S SOARES ME	36.811.636/0002-41	CAMPO GRANDE	MS	48610.019009/2010-12
GLP/MG0207948	RENATO ORESTES FERNANDES ME	13.053.592/0001-51	BANDEIRA DO SUL	MG	48610.006900/2011-70
001/GLP/GO0009417	SANTA RITA PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	02.862.683/0001-11	PORANGATU	GO	48610.002670/2006-11
001/GLP/PE0017536	SANTINO GÁS LTDA.	06.263.681/0001-67	CARUARU	PE	48610.011491/2007-47
001/GLP/GO0013342	S.M COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.772.045/0001-23	MONTIVIDIU DO NORTE	GO	48610.002955/2007-24
GLP/MG0213699	SS COMERCIO DE GAS LTDA ME	14.488.709/0001-92	PATOS DE MINAS	MG	48610.002091/2012-16
001/GLP/GO0013872	SUPERMERCADO CAMARGOS LTDA	03.413.173/0001-20	CACHOEIRA DOURADA	GO	48610.004845/2007-13
GLP/SP0188573	THIAGO SILVA MACHADO	09.546.203/0002-33	ITAQUAQUECETUBA	SP	48610.011333/2010-92
001/GLP/MG0020711	TRANSPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE GÁS ELDORADO LTDA	00.584.701/0001-15	CONTAGEM	MG	48610.004429/2008-80
GLP/SC0207500	VALDICIR FIOREZE ME	00.378.097/0001-70	NOVA ITABERABA	SC	48610.005985/2011-79
GLP/SC0211567	VOLNEI WELTER & CIA LTDA ME	05.828.077/0001-78	RIO DO SUL	SC	48610.012713/2011-25
GLP/GO0176397	VR COMBUSTIVEIS LTDA	03.673.151/0001-07	PLANALTINA	GO	48610.015144/2008-74
GLP/ES0181547	WALTER PEREIRA SILVA ME	08.714.247/0001-81	SERRA	ES	48610.014476/2009-12

Nº 1.595 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
AC0009176	AUTO POSTO BX LTDA	04.320.385/0001-25	EPITACIOLANDIA	AC	48610.006470/2001-14
RS0011174	AUTO POSTO CATARINA LTDA.	02.285.635/0002-99	ROQUE GONZALES	RS	48610.008266/2001-38
SP0019195	AUTO POSTO GAIVOTA SOROCABA LTDA	57.047.896/0001-81	SOROCABA	SP	48610.021345/2001-34
SC0007862	AUTO POSTO MORRO ESTEVAO LTDA	85.183.374/0001-42	CRICIUMA	SC	48610.005464/2001-41
MG0026570	AUTO POSTO POSITANO LTDA	05.069.502/0001-92	SAO FRANCISCO DE PAULA	MG	48610.008853/2002-16
PR/SC0087782	AUTO POSTO RALLY LTDA.	12.228.255/0001-95	SAO BENTO DO SUL	SC	48610.015003/2010-76
MS0161126	AUTO POSTO SS LTDA	05.565.947/0001-63	COXIM	MS	48610.005871/2003-19
PR0014642	AUTO POSTO YAMAZAKI LTDA	78.924.834/0001-80	CORNELIO PROCOPIO	PR	48610.016822/2001-41
PR/MA0070523	C A NASCIMENTO BRAIDE & CIA LTDA	09.652.800/0001-61	SANTA LUZIA	MA	48610.005906/2009-13
PR0211965	CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.	45.543.915/0326-28	CURITIBA	PR	48610.006340/2007-77
BA0024058	CENTRO AUTOMOTIVO PNEUS DOURADO COM. E SERVICOS LTDA	40.487.332/0001-67	BARREIRAS	BA	48610.004694/2002-72
PR/GO0088158	CEVEL AUTO POSTO LTDA.	11.960.454/0001-20	GOIANIA	GO	48610.016031/2010-19
PR/PR0063712	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS WEILER LTDA.	09.544.536/0002-23	REALEZA	PR	48610.014791/2008-69
AM0234645	CONSTRAK COMÉRCIO LTDA	05.739.211/0001-64	URUCURITUBA	AM	48610.007404/2008-38
SC0027174	COOP. DOS TRANSP. DE CARGAS DO MEIO OESTE CATARINENSE	85.393.783/0001-73	JOACABA	SC	48610.010957/2002-82
PR/RS0118743	DITRENTO POSTOS E LOGISTICA LTDA	07.473.735/0065-46	OSORIO	RS	48610.009394/2012-51
PR/RS0115462	DITRENTO POSTOS E LOGISTICA LTDA	07.473.735/0066-27	NOVO HAMBURGO	RS	48610.007137/2012-85
PR/PE0089503	G V COMBUSTÍVEL LTDA.	11.324.267/0001-50	BOM JARDIM	PE	48610.018303/2010-15
SP0023312	GOOD GAS POSTO DE SERVICOS LTDA	04.433.628/0001-31	SAO PAULO	SP	48610.002184/2002-61
BA0031609	GUANABARA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	13.706.593/0001-58	VITORIA DA CONQUISTA	BA	48610.002566/2003-75
BA0007538	GUANABARA II COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	13.522.081/0001-31	VITORIA DA CONQUISTA	BA	48610.006258/2001-57
RS0195521	IRINEU PAULO AMADIGI ME	94.136.538/0001-71	ERECHIM	RS	48610.004142/2006-98
RS0223749	KLP COMÉRCO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	08.505.310/0001-70	PORTO ALEGRE	RS	48610.001596/2008-79
SC0018983	LEONI LURDES FIGUEIRA MARTINS - ME	04.199.518/0001-57	ENTRE RIOS	SC	48610.013955/2001-64
PI0025371	M.A. DA SILVA COMÉRCIO	02.349.580/0006-67	SAO JOAO DO ARRAIAL	PI	48610.006456/2002-18
BA0004040	MACELLI DERIVADOS DE PETROLEO LTDA.	16.119.943/0001-78	SENHOR DO BONFIM	BA	48610.005212/2000-31
PR/RS0108306	MAIKO ARTEMIO MAGAGNIN	10.384.810/0001-42	PORTO ALEGRE	RS	48610.002256/2012-41
MG0172181	MARAJOARA DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	05.737.738/0001-50	TEOFILO OTONI	MG	48610.005243/2004-14
PR/TO0082424	MARIA ALVES DA CRUZ	10.890.298/0001-06	PARANA	TO	48610.005577/2010-36
RN0163187	MARKO ANDORI	05.750.322/0001-71	EXTREMOZ	RN	48610.008272/2003-57
SE0027837	MS COMBUSTIVEIS LTDA	03.215.967/0001-89	ARACAJU	SE	48610.012197/2002-48
RN0011251	NEZIA VIEIRA VERAS	02.333.023/0001-43	PAU DOS FERROS	RN	48610.008264/2001-49
RJ0006393	POSTO DANIT LTDA	02.998.601/0001-60	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.004609/2001-95
PB0159295	POSTO DE COMBUSTÍVEIS ESTRELA DO GEISEL LTDA	05.564.031/0001-99	JOAO PESSOA	PB	48600.001221/2003-13
RS0159237	POSTO DE SERV. PEDRONI LTDA	93.929.172/0001-25	TERRA DE AREIA	RS	48610.003955/2003-18
BA0172638	POSTO KALILÂNDIA LTDA.	15.151.046/0012-31	SALVADOR	BA	48610.005895/2004-59
PR/SC0060979	POSTO KANGUE LTDA.	08.894.615/0001-10	NAVEGANTES	SC	48610.009561/2008-88
RJ0017043	POSTO LUCIANO AMARAL LTDA	30.134.696/0001-00	NITEROI	RJ	48610.014977/2001-41
PR/MG0154162	POSTO NOVO JAIBÃO GG LTDA	19.770.219/0001-06	JAIBA	MG	48610.003557/2014-54
BA0220100	POSTO ORLA NORTE LTDA.	09.040.559/0001-10	PORTO SEGURO	BA	48610.013849/2007-76
SP0009362	RANGEL & OLIVEIRA LTDA	02.688.066/0001-41	ANGATUBA	SP	48610.011476/2000-22
PR0226229	REDE FLEX DE POSTOS LTDA.	07.764.960/0007-62	MARIA HELENA	PR	48610.003640/2008-85
PB0196862	RICARDO PEREIRA PASSOS	07.536.979/0001-66	ESPERANCA	PB	48610.005017/2006-11
SP0187017	SIDNEY MALONI	07.306.159/0001-88	POPULINA	SP	48610.003935/2005-17
RN0025124	UNIAO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	02.822.477/0001-88	PARNAMIRIM	RN	48610.006190/2002-97

Nº 1.596 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e com base no disposto na alínea c, do inciso I, do art. 25, da Resolução ANP n.º 8, de 08 de março de 2007, e no que consta do processo n.º 48300.014056/1996-64, torna público o cancelamento do despacho de habilitação nº 1039/2007 e autorização para o exercício da atividade nº 359/2007, publicados no Diário Oficial da União em 23 de outubro de 2007, a pedido da interessada, para o exercício da atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR) da empresa Mutirão Comércio de Derivados de Petróleo Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 75.061.838/0001-94.

Nº 1.597 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e com base no disposto na alínea c, do inciso I, do art. 25, da Resolução ANP n.º 8, de 08 de março de 2007, e no que consta do processo n.º 48600.003038/1998-34, torna público o cancelamento do despacho de habilitação nº 2286/2009, autorização para o exercício da atividade nº 633/2009 e autorização de operação nº 632/2009, publicados no Diário Oficial da União em 15 de dezembro de 2009, a pedido da interessada, para a atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR) da empresa Colinas Distribuidora de Petróleo e Derivados Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 02.257.404/0001-90.

Nº 1.598 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto do inciso III, do art. 10 da Lei 9.847/99, pela ocorrência de reincidência na infração prevista no inciso XI do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº SP0015138 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao AUTO POSTO PRAÇA DA VILA LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 44.258.168/0001-77, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48621.000097/2011-31.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

AUTORIZAÇÃO Nº 453, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 69, de 7 de abril de 2011, Portaria ANP nº 114, de 5 de julho de 2000 com base na Resolução ANP nº 11, de 17 de fevereiro de 2011, nas normas, padrões e regulamentos da ANP, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48610.0113262014-14, torna público o seguinte ato:

Art. 1º. Fica a empresa PGS Investigação Petrolífera Ltda., com sede na Rua Victor Civita, 77, Bloco 1, 4º andar, Condomínio Rio Office Park - Barra da Tijuca, CEP: 22775-044 - Rio de Janeiro - RJ, autorizada a realizar reprocessamento de dados sísmicos 3D PSDM, em bases não exclusivas, com fins comerciais, dos programas sísmicos 3D 0268_BM_SEAL_5, que resultará no survey R0014_BM_SEAL_5_PSDM, da Bacia de Sergipe-Alagoas. O polígono do projeto é limitado pelas seguintes coordenadas geográficas:

VÉRTICE	LATITUDE	LONGITUDE
1	-10:15:25,200	-35:48:36,000
2	-10:20:20,400	-35:42:25,200
3	-10:32:45,600	-35:52:04,800
4	-10:32:56,400	-36:00:00,000
5	-10:30:03,600	-36:00:00,000

Datum: SAD 69

Art. 2º Em decorrência da Autorização definida no Art 1º fica a PGS Investigação Petrolífera Ltda. compromissada a enviar a ANP:

I - Notificação de Início de Reprocessamento dos Dados;

II - Relatório Mensal de Reprocessamento, até o dia 10 do mês subsequente ao mês de referência;

III - Notificação de Final de Reprocessamento de Dados

IV - Notificação de Venda de Dados Não-Exclusivos, no prazo máximo de 10 dias contados a partir da data de conclusão da operação de venda;

Parágrafo Único: Os modelos dos documentos descritos em I, II, III e IV estão disponíveis na internet, no endereço http://www.anp.gov.br/petro/dados_nao_exclusivos_form.asp. Depois de preenchidos, os documentos deverão ser entregues impressos e assinados no protocolo da ANP e os respectivos arquivos encaminhados via correio eletrônico para dados_tecnicos@anp.gov.br.

Art. 3º De acordo com os padrões técnicos da ANP, fica determinado que todos os documentos entregues pela PGS Investigação Petrolífera Ltda. deverão ser identificados com o código «ES-R0014» e os dados resultantes do reprocessamento deverão estar nos seguintes formatos:

I - Dados Sísmicos e auxiliares, segundo as especificações contidas no padrão ANP1B:

a)Arquivos Resumidos de posicionamento com a batimetria;

b)Arquivo em formato SEGY com a versão final das velocidades médias quadráticas, "root mean square" (RMS), antes de aplicada a migração;

c) Versão final dos dados migrados, tal como destinada à interpretação, correspondendo ao cubo 3D com os afastamentos "full", "near", "intermediate" e "far".

II - Relatório Final de Reprocessamento e quaisquer outros documentos referentes aos dados não exclusivos reprocessados, no prazo máximo de até 60 dias contados da data da conclusão das atividades de reprocessamento e/ou interpretação dos dados.

III - Todas as informações apresentadas em meio digital deverão ser compatíveis com o padrão "Microsoft".

IV - Em caso de inclusão de imagens, fornecê-las em meio digital formato « pdf ».

Art. 4º Fica a PGS Investigação Petrolífera Ltda. obrigada a observar na internet, endereço http://www.anp.gov.br/petro/petroleo.asp, os formatos de formulários e os padrões vigentes em que os dados e informações deverão ser entregues a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 5º- Esta autorização limita-se, exclusivamente, à realização de reprocessamento de dados sísmicos 3D dos projetos descritos no Art. 1º acima.

Art. 6º - A presente autorização é válida pelo período de 12 meses.

Art. 7º - A empresa fica obrigada a entregar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP uma cópia do produto gerado pelo referido reprocessamento, bem como todos os dados e informações por ele gerado, inclusive relatório descritivo do reprocessamento, ao término da conclusão do trabalho, no prazo determinado no art. 19º, inciso VII da Resolução ANP nº 11, de 17 de Fevereiro de 2011.

Art. 8º Esta autorização entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAULO ALEXANDRE SOUZA DA SILVA

AUTORIZAÇÃO Nº 454, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 89, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 11, de 17 de Fevereiro de 2011, nas normas, padrões e regulamentos da ANP, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48610.010983/2014-44, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa WESTERNGECO SERVIÇOS DE SÍSMICA LTDA., com sede na Rua Paulo Emílio Barbosa 485, Quadra VII-2 - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro, CEP 21941-707, autorizada a realizar aquisição e processamento de dados sísmicos 3D de alta densidade, não-exclusivos, nas bacias de Espírito Santo, Campos, Santos e Pelotas. O polígono do projeto é limitado pelas seguintes coordenadas geográficas dos vértices:

Vértice	Latitude	Longitude
1	-39:10:15.161	-18:33:18.061
2	-36:02:52.862	-19:28:26.402
3	-38:22:44.442	-23:58:12.063
4	-40:15:50.461	-25:52:37.264
5	-42:40:08.465	-26:23:09.605
6	-44:30:39.616	-27:19:04.866
7	-45:22:33.617	-29:21:36.067
8	-46:27:28.868	-31:12:21.668
9	-50:07:04.816	-35:45:57.609
10	-52:54:50.470	-35:00:07.270
11	-48:45:14.411	-28:38:38.471
12	-47:13:22.812	-25:42:54.072
13	-46:05:27.613	-24:33:00.019
14	-44:05:42.000	-23:37:08.474
15	-41:51:05.475	-23:13:08.475
16	-40:52:01.276	-22:01:15.602
17	-40:53:60.000	-21:21:00.007
18	-40:12:03.678	-20:31:26.481

Datum: SAD 69

Art. 2º Em decorrência da Autorização definida no Art 1º, e em conformidade com os termos da Resolução ANP n° 11/2011, fica a WESTERNGECO SERVIÇOS DE SÍSMICA LTDA compromissada a enviar à ANP:

I - Cópia dos dados brutos adquiridos;

II - Cópia de todas as versões processadas e comercializadas;

III - Notificação de Início de Aquisição;

IV - Notificação de Término de Aquisição;

V - Notificação de Venda de Dados Não-Exclusivos, no prazo máximo de 10 dias contados a partir da data de conclusão da operação de venda;

VI - Relatório Final de Aquisição;

VII - Relatório Final de Processamento;

VIII - Quaisquer outros documentos referentes aos dados pre stack e pos stack, no prazo máximo de até 60 dias contados da data da conclusão da aquisição, processamento e interpretação, se for o caso.

Art. 3º De acordo com os padrões técnicos da ANP, fica determinado que todos os documentos referentes aos dados sísmicos entregues pela c. deverão ser identificados com o código «ES - 0298».

Art. 4º Fica a WESTERNGECO SERVIÇOS DE SÍSMICA LTDA obrigada a observar na internet, no endereço www.anp.gov.br, os formatos de formulários e os padrões vigentes em que os dados e informações deverão ser entregues à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

Art. 5º Esta autorização limita-se à execução da atividade descritas no Art. 1º acima.

Art. 6º Esta autorização é válida pelo período de 12 meses.

Art. 7º Caso a empresa WESTERNGECO SERVIÇOS DE SÍSMICA LTDA. não atenda as obrigações dispostas na Resolução ANP 11/2011 e na Resolução ANP 09/2005, fica sujeita às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 1999, no Decreto nº 2.953, de 1999, e na Portaria ANP nº 234, de 2003, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 8º A presente autorização entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAULO ALEXANDRE SOUZA DA SILVA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de outubro de 2014

Nº 1.599 - O SUPERINTENDENTE DE DADOS TÉCNICOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 89, de 26 de maio de 2004 e pela Resolução ANP n° 11 de 17 de fevereiro de 2011, torna público o seguinte ato:

1. Fica a empresa SAEXPLORATION (BRASIL) SERVIÇOS SÍSMICOS LTDA. autorizada a realizar levantamentos geofísicos sísmicos com metodologia 2D no âmbito da Autorização ANP n° 120, de 25 de março de 2014.

2. Permanecem inalterados os demais termos e condições elencados na Autorização ANP n° 120/2014 de 25 de março de 2014.

PAULO ALEXANDRE SOUZA DA SILVA

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 450, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 64, de 1º de março de 2012, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.002542/2001-54, torna público o seguinte ato:

Art.1º Fica a empresa EXXONMOBIL QUÍMICA LTDA., CNPJ: 60.860.673/0002-24, autorizada a operar o Terminal Ilha do Governador, localizado na Rua Campo da Ribeira, 51 - Ilha do Governador, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para o armazenamento e movimentação de líquidos inflamáveis e combustíveis, compreendendo:

a)20 (vinte) tanques para armazenamento de produtos derivados de petróleo, com as seguintes características:

Tanque	Tipo	Diâmetro (m)	Altura / Comprimento (m)	Capacidade Útil (m^3)	Bacia	Classe de Produto
05	Vertical	12,16	12,83	1.302	F/N	I a III
06	Vertical	10,66	4,53	244	T/U/V	I a III
17	Vertical	6,80	6,26	169	T/U/V	I a III
21	Vertical	10,66	9,71	711	R	I a III
22	Vertical	18,26	9,79	2.072	S	I a III
46	Vertical	23,95	14,59	5.615	T/U/V	I a III
48	Vertical	35,66	12,79	8.008	Q	III
49	Vertical	6,78	9,80	268	F/N	I a III
50	Vertical	5,24	9,73	171	F/N	I a III
51	Vertical	6,79	10,69	285	F/N	I a III
53	Vertical	5,25	9,72	170	L	I a III
54	Vertical	10,06	10,14	612	F/N	I a III
55	Vertical	9,21	9,97	568	F/N	I a III
56	Vertical	8,99	10,32	525	F/N	I a III
101-E	Vertical	3,99	5,77	52	O	III
101-F	Vertical	3,99	5,70	52	O	III
101-G	Vertical	3,99	8,15	81	O	III
101-J	Horizontal	1,73	8,58	17	P	III
101-M	Horizontal	2,40	11,04	46	P	III
101-N	Horizontal	2,40	11,19	46	P	III

b)6 (seis) dutos que interligam o ponto de atracação aos tanques de armazenamento, cujas características estão listadas a seguir:

Duto	Tanque(s) de Destino	Diâmetro (in)	Comprimento (m)
TK01	01	8/10	542,20
TK08	08	8	527,07
Linha B	05 e 54	8/6	352,31
Linha C	21, 22, 59, 60, 61 e 62	6	546,08
TK46	46	8/10	364,81
TK48	48	8	656,36

Art. 2º Esta Autorização não contempla os tanques 11, 58 e 63 nem os dutos portuários TK06/18, TK63 e Linha A.

Art. 3º A fim de obter Autorização de Operação para as instalações citados no Art. 2º, a empresa deverá:

a)Atender às solicitações do Ofício ANP nº 0664/2014/SCM;

b)Encaminhar documentos que comprovem a conclusão do Cenário de Risco 19/2013;

c)Atualizar o Manual de Operações Marítimas de modo a contemplar o item b acima e incluir as operações marítimas que envolvem o tanque 06.

Art. 4º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente autorização.

Art. 5º A EXXONMOBIL QUÍMICA LTDA. deverá apresentar à ANP até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento protocolado junto ao órgão ambiental competente no prazo regulamentar, bem como cópia autenticada da renovação do licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 6º Fica revogada a Autorização ANP nº 262, de 30/05/2012, publicada no DOU nº 105 de 31/05/2012.

Art. 7º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ANA BEATRIZ STEPPLE DA SILVA BARROS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 296, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 337, de 30 de setembro de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Portarias MME nº 258, de 28 de julho de 2008, nº 169, de 15 de abril de 2014, e o que consta no Processo nº 48000.001348/2014-54, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia dos Empreendimentos Hidrelétricos, na forma do Anexo à presente Portaria, com vistas à participação no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-5", de 2014, de que trata a Portaria MME nº 169, de 15 de abril de 2014.

Parágrafo único. Os montantes de garantia física de energia dos Empreendimentos constantes no Anexo são determinados nas Barras de Saída dos Geradores. Para efeitos de comercialização de energia elétrica, o consumo interno dos Empreendimentos e as perdas na Rede Elétrica deverão ser abatidos dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Os montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria terão validade a partir da entrada em Operação Comercial de cada Empreendimento.

Art. 3º As garantias físicas dos Empreendimentos constantes do Anexo perderão a validade e a eficácia nas seguintes situações:

I - após o Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria, caso não sejam objetos dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulados - CCEARs; ou

II - caso as Licenças Ambientais Prévias - LPs e as Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDHs, quando emitidas, implicarem em alteração das características destes Empreendimentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria SPE/MME nº 227, de 28 de agosto de 2014.

ALTINO VENTURA FILHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA - LEILÃO "A-5", DE 2014

Usina Hidrelétrica	Rio	UF	Potência Instalada (MW)	Nº de Unidades	Nº de Unidades de Base	Garantia Física Total (MWmed)
UHE Apertados	Piquiri	PR	139,0	3	2	79,4
UHE Ercilância	Piquiri	PR	87,1	3	2	53,4
UHE Perdida 2	Perdida	TO	42,0	2	2	24,6
UHE Telêmaco Borba	Tibagi	PR	118,0	2	2	59,7
UHE Itaocara I	Paraíba do Sul	RJ	150,0	2	2	93,6

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA NO PERÍODO DE MOTORIZAÇÃO

Usina Hidrelétrica	Garantia Física (MWmed)			
	Completa	Unidade 1	Unidade 2	Unidade 3
UHE Apertados	79,4	42,5	67,5	79,4
UHE Ercilância	53,4	27,0	44,7	53,4
UHE Perdida 2	24,6	16,2	24,6	-
UHE Telêmaco Borba	59,7	40,8	59,7	-
UHE Itaocara I	93,6	67,2	93,6	-

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 44, DE DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/N° 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2009, e Portaria/INCRA/P/N° 519, de 13 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2013,

CONSIDERANDO o que consta do processo administrativo INCRA/MG n° 54170.002224/2004-65, que trata do assentamento de família na parcela n° 77 do Projeto de Assentamento Nova Tangará, localizado no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento de Ângela Maria dos Santos Galdino, CPF 073.624.276-70, e Lourival José Tavares, CPF 273.654.766-72, código SIPRA MG023500000153, emitido em 23/07/2004, por descumprimento das cláusulas contratuais.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG que adote as providências cabíveis visando à destinação do lote a novo candidato selecionado para o Programa Nacional de Reforma Agrária.

DANILO DANIEL PRADO ARAÚJO

PORTARIA Nº 45, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/N° 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2009, e Portaria/INCRA/P/N° 519, de 13 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2013,

CONSIDERANDO o que consta do processo administrativo INCRA/MG n° 54170.007048/2007-09, que trata do assentamento de família na parcela n° 85 do Projeto de Assentamento Nova Jubran, localizado no município de Santa Vitória, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento de Olíria Freitas de Jesus, CPF 448.775.606-53, código SIPRA MG024100000146, emitido em 19/12/2007, por descumprimento das cláusulas contratuais.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG que adote as providências cabíveis visando à destinação do lote a novo candidato selecionado para o Programa Nacional de Reforma Agrária.

DANILO DANIEL PRADO ARAÚJO

PORTARIA Nº 46, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/N° 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2009, e Portaria/INCRA/P/N° 519, de 13 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2013,

CONSIDERANDO o que consta do processo administrativo INCRA/MG n° 54170.002163/2004-36, que trata do assentamento de família na parcela n° 143 do Projeto de Assentamento Nova Tangará, localizado no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento de Antônio Ribeiro Pinto, CPF 352.027.856-15, e Irani Ferreira dos Santos, CPF 221.114.841-72, código SIPRA MG023500000035, emitido em 23/07/2004, por descumprimento das cláusulas contratuais.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG que adote as providências cabíveis visando à destinação do lote a novo candidato selecionado para o Programa Nacional de Reforma Agrária.

DANILO DANIEL PRADO ARAÚJO

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 186, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g", da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de bombas medidoras para combustíveis líquidos, aprovado pela Portaria Inmetro n.° 23/1985; e

Considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.027734/2014, resolve:

Aprovar o modelo 19 mm (3/4"), de mangueira para uso em bombas medidoras para combustíveis líquidos, marca Techflex, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 187, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para esfigmomanômetros eletrônicos digitais, aprovado pela Portaria Inmetro n° 096/2008;e

Considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.022693/2014, resolve:

Aprovar os modelos BP-1305 e BP-1307 de esfigmomanômetros eletrônicos digitais destinados à medição não-invasiva da pressão arterial humana, marcaTechline, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 188, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994, e

Considerando o constante do processo Inmetro 5260.003045/2014, resolve:

Aprovar o modelo ti500, de dispositivo indicador para instrumento de pesagem, eletrônico, digital, classe de exatidão III, marca Prix, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 64, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Art. VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994 e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no § 5º do art. 65 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.000947/2014-28 e do Parecer nº 51, de 23 de outubro de 2014, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM desta Secretaria, e por terem sido verificados a existência de dumping nas importações brasileiras de tubos de borracha elastomérica, comumente classificadas no item 4009.11.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República Federal da Alemanha, da República da Coreia, dos Emirados Árabes Unidos, do Estado de Israel, da República Italiana e da República da Malásia, e de vínculo significativo entre as importações objeto de dumping e o dano à indústria doméstica, decide:

1. Tornar público que se concluiu por uma determinação preliminar positiva de dumping e de dano à indústria doméstica dele decorrente.

2. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão, conforme consta do Anexo I.

DANIEL MARTELETO GODINHO

ANEXO I

1 DA INVESTIGAÇÃO

1.1 Da petição

Em 30 de abril de 2014, a empresa Armacell do Brasil Ltda., doravante denominada "Armacell" ou "peticionária", protocolou na Secretaria de Comércio Exterior petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de tubos de borracha elastomérica, quando originárias da República Federal da Alemanha, da República Popular da China, da República da Coreia, dos Emirados Árabes Unidos, do Estado de Israel, da República Italiana e do Reino da Tailândia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Em que pese o fato de a peticionária ter solicitado o início da investigação para as importações originárias da Alemanha, China, Coreia do Sul, Emirados Árabes, Israel, Itália e Tailândia, observou-se, conforme será abordado no item 5.1.2, que os volumes de exportações para o Brasil de tubos de borracha elastomérica originários da Tailândia e da China se mostraram insignificantes, nos termos do §2º do Art. 31 do Decreto nº 8.058, de 2013, dado que foram inferiores a 3% das importações totais no período de análise de dumping.

Adicionalmente, constatou-se que o volume de exportações para o Brasil de tubos de borracha elastomérica originários da Malásia não é insignificante, dado que foi superior a 3% das importações totais no período de análise de dumping, nos termos do §2º do art. 31 do Decreto nº 8.058, de 2013. Ressalte-se ainda que, conforme será exposto no item 5.1.3, o preço CIF (US$/kg) dos tubos de borracha elastomérica importados da Malásia foi menor do que o das origens para as quais foi solicitada investigação pela indústria doméstica. Ademais, consoante item 4.1.6.3, determinou-se que havia indícios de prática de dumping nas exportações para o Brasil originárias deste país. Dessa forma, concluiu-se pela extensão da análise, com vistas a averiguar a existência de dumping e do correlato dano também às importações originárias da República da Malásia e pela não inclusão, nessa análise, das importações originárias da República Popular da China e do Reino da Tailândia.

Após exame preliminar da petição, em 15 de maio de 2014, por meio do Ofício nº 04.103/2014/CGSC/DECOM/SECEX, foram solicitadas à peticionária, com base no §2º do art. 41 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado "Regulamento Brasileiro", informações complementares àquelas fornecidas na petição. A peticionária apresentou tais informações, tempestivamente, em 2 de junho de 2014.

1.2 Das notificações aos governos dos países exportadores

Em 18 de junho de 2014, em atendimento ao que determina o art. 47 do Decreto nº 8.058, de 2013, os governos da República Federal da Alemanha, da República da Coreia, dos Emirados Árabes Unidos, do Estado de Israel, da República Italiana e da República da Malásia foram notificados, por meio dos Ofícios nºs 05.893 a 05.898/2014/CGSC/DECOM/SECEX, endereçados às suas representações em Brasília, da existência de petição devidamente instruída com vistas ao início da investigação de dumping de que trata o presente processo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3 Do início da investigação

Considerando o que consta do Parecer DECOM nº 32, de 20 de junho de 2014, tendo sido verificada a existência de indícios suficientes de prática de dumping nas exportações de tubos de borracha elastomérica, quando originárias da República Federal da Alemanha, da República da Coreia, dos Emirados Árabes Unidos, do Estado de Israel, da República Italiana e da República da Malásia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, foi recomendado o início da investigação.

Dessa forma, com base no parecer supramencionado, a investigação foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 36, de 20 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) de 25 de junho de 2014.

1.4 Das notificações de início de investigação e da solicitação de informações às partes

Em atendimento ao que dispõe o art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram notificados do início da investigação a peticionária, os produtores/exportadores estrangeiros, os importadores brasileiros do produto objeto da investigação - ambos identificados por meio dos dados oficiais de importação fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) - e os governos da República Federal da Alemanha, da República da Coreia, dos Emirados Árabes Unidos, do Estado de Israel, da República Italiana e da República da Malásia, tendo sido encaminhada cópia da Circular SECEX nº 36, de 20 de junho de 2014.

Considerando o § 4º do mencionado artigo, foi encaminhada cópia do texto completo não confidencial da petição que deu origem à investigação aos produtores/exportadores e aos governos dos países exportadores.

Ressalte-se que, em virtude do número de produtores/exportadores identificados ser de tal sorte expressivo que tornaria impraticável eventual determinação de margem individual de dumping, consoante previsão contida no art. 28 do Decreto nº 8.058, de 2013 e no art. 6.10 do Acordo Antidumping da Organização Mundial do Comércio, foram selecionados os exportadores responsáveis pelo maior percentual razoavelmente investigável do volume de exportações do produto sob investigação. Foi concedido, ainda, prazo de 20 dias, contado a partir da expedição da notificação de início da investigação, para as partes interessadas se manifestarem sobre a mencionada seleção. A seleção definida não foi, pois, objeto de contestação.

Afirma-se que foram enviados questionários a todos os produtores/exportadores selecionados responsáveis por exportações ao Brasil durante o período de investigação de dumping (janeiro a dezembro de 2013), quais sejam: Kaimann Gmbh (Alemanha), Hwaseung R&A Co., Ltd (Coreia do Sul), K-Flex Gulf Manufacturing (Llc) (Emirados Árabes Unidos), Anavid Insulation Products Kiryat Anavim A.C.S Ltd (Israel), L'Isolante K-Flex Srl. (Itália) e Superlon Worldwide Sdn Bhd (Malásia).

Com relação aos importadores, foram enviados questionários a todos aqueles identificados com base nos dados detalhados das importações brasileiras fornecidos pela RFB.

Todos os questionários enviados tiveram prazo de restituição de trinta dias, contado da data de ciência, nos termos do art. 19 da Lei nº 12.995, de 2014.

1.5 Do recebimento das informações solicitadas

1.5.1 Do produtor nacional

A Armacell apresentou suas informações na petição de início da presente investigação, as quais foram complementadas quando da resposta ao Ofício nº 04.103/2014/CGSC/DECOM/SECEX, de 15 de maio de 2014, que solicitou esclarecimentos adicionais ao pleito inicial.

1.5.2 Dos importadores

As empresas a seguir solicitaram a prorrogação do prazo para restituição do questionário do importador, tempestivamente e acompanhada de justificativa, segundo o disposto no § 1º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013: BMW do Brasil Ltda., Sig Combibloc do Brasil Ltda., Lcpetry Comércio Importação e Exportação Ltda., Ital Indústria e Comércio de Isolamentos Térmicos e Acústicos e Serviços Ltda., Jaguar e Land Rover Brasil Importação e Comércio de Veículos Ltda., Doowon Fabricante de Sistemas Automotivos Brasil Ltda., Construtora Norberto Odebrecht SA., Liebherr Brasil Guindastes e Máquinas Operatrizes Ltda., Mercedes-Benz do Brasil Ltda., Armacell Brasil Ltda. e Polipex Indústria e Comércio Ltda.

Os demais importadores não solicitaram extensão do prazo, nem apresentaram resposta ao questionário do importador.

As empresas Chb Comércio e Indústria Ltda., Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda., BMW do Brasil Ltda., Sig Combibloc do Brasil Ltda. e Mercedes-Benz do Brasil Ltda. protocolaram manifestações alegando não serem importadores do produto investigado.

Até o prazo de 5 de setembro de 2014, as empresas Doowon Fabricante de Sistemas Automotivos Brasil Ltda., Armacell Brasil Ltda., Liebherr Brasil Guindastes e Máquinas Operatrizes Ltda. e Polipex Indústria e Comércio Ltda. protocolaram tempestivamente as respostas ao questionário do importador.

Por sua vez, as importadoras Lcpetry Comércio Importação e Exportação Ltda. e Jaguar e Land Rover Brasil Importação e Comércio de Veículos Ltda. protocolaram sua resposta ao questionário fora do prazo de prorrogação concedido, qual seja, até 5 de setembro de 2014 2014 e, por isso, foram notificadas quanto à não juntada de suas respostas aos autos.

A importadora Karcher Indústria e Comércio Ltda. protocolou pedido de prorrogação do prazo para resposta do questionário após a data de vencimento estipulada. Dessa forma, o pedido de prorrogação não foi considerado. Já a empresa Ital Indústria e Comércio de Isolamentos Térmicos e Acústicos e Serviços Ltda. não respondeu ao questionário.

Por meio dos Ofícios nº 08.521, de 10 de setembro de 2014, nº 8.531 de 12 de setembro de 2014, nº 8.573, de 19 de setembro de 2014 e nº 8.875, de 16 de setembro de 2014, foram solicitadas informações complementares às respostas ao questionário do importador, respectivamente, às empresas Construtora Norberto Odebrecht SA, Liebherr Brasil Guindastes e Máquinas Operatrizes Ltda., Doowon Fabricante De Sistemas Automotivos Brasil Ltda. e Polipex Indústria e Comercio Ltda.

Após análise da resposta ao pedido de informação complementar da Construtora Norberto Odebrecht S.A., foi constatado que a empresa não importou o produto objeto da investigação.

As empresas supracitadas para as quais foi enviado pedido de informação complementar protocolaram tempestivamente informações adicionais às respostas ao questionário.

Em 2 de outubro de 2014, foi enviado por meio do Ofício nº 08.932, um segundo pedido de informação complementar à empresa Liebherr Brasil Guindastes e Máquinas Operatrizes Ltda. A resposta ao Ofício foi protocolada tempestivamente no dia 17 de outubro de 2014.

No dia 3 de outubro de 2014, foi concedida à Polipex Indústria e Comercio Ltda., após solicitação da empresa, a prorrogação do prazo de resposta para o pedido de informações complementares até o dia 25 de outubro de 2014. Assim, sua resposta não será considerada na determinação preliminar.

Em 8 de outubro de 2014, foi também enviado um ofício solicitando informações complementares à Doowon Fabricante De Sistemas Automotivos Brasil Ltda., sob o número 9.058, cujo prazo para resposta recai no dia 28 de outubro de 2014.

As empresas que submeteram as respostas ao questionário do importador dentro dos prazos estipulados apresentaram tempestivamente habilitação de seus respectivos representantes legais, de maneira que as respectivas respostas e informações complementares solicitadas foram consideradas nas determinações preliminar e final.

1.5.3 Dos produtores/exportadores

A exportadora coreana selecionada - Hwaseung R&A Co., Ltd. - não respondeu ao questionário dentro do prazo inicialmente previsto e também não solicitou a extensão do prazo para a resposta.

Por sua vez, a empresa alemã selecionada - Kaimann Gmbh - solicitou tempestivamente a prorrogação do prazo para responder ao questionário, o qual foi concedido até dia 10 de setembro de 2014. Entretanto, a empresa também não apresentou a sua resposta ao questionário.

As empresas Superlon Worldwide Sdn Bhd, da Malásia, e Anavid Insulation Products Kiryat Anavim A.C.S Ltd., de Israel, solicitaram a prorrogação do prazo para resposta do questionário, a qual foi concedida até o dia 10 de setembro de 2014. As respostas foram protocoladas nos dias 9 e 10 de setembro de 2014, respectivamente. Contudo, ambas as empresas não regularizaram a habilitação dos representantes que apresentaram as suas respostas ao questionário até 91 dias após o início da investigação, conforme disposto na Circular SECEX nº 36, de 20 de junho de 2014.

Ademais, as respostas apresentadas não continham a maior parte das informações solicitadas. A Anavid Insulation Products Kiryat Anavim A.C.S Ltd. apresentou faturas de vendas feitas pela empresa para clientes na Rússia, pedindo que fossem levadas em consideração para cálculo do valor normal, sem responder, entretanto, a nenhum item solicitado pelo questionário. Por isso, com base no § 3º do art. 50 do Decreto nº 8.058 de 2013, as respostas dessas empresas não foram consideradas e decidiu-se elaborar as determinações preliminares deste processo com base nos fatos disponíveis.

Nesse sentido, foram enviados os Ofícios nºs 08.655, de 26 de setembro de 2014, e 08.874, de 26 de setembro de 2014, para a Superlon Worldwide Sdn Bhd e para a Anavid Insulation Products Kiryat Anavim A.C.S Ltd., respectivamente, informando que suas informações não foram aceitas. Ressalta-se que o Ofício enviado para a Superlon Worldwide Sdn Bhd no dia 26 de setembro de 2014 foi reenviado no dia 6 de outubro de 2014, após retificação do endereço da empresa, visto que o endereço por ela fornecido em sua procuração estava incorreto.

As empresas selecionadas K-Flex Gulf Manufacturing (Llc), exportadora dos Emirados Árabes Unidos e L'Isolante K-Flex Srl., exportadora da Itália, solicitaram prorrogação para resposta ao questionário, a qual foi concedida até 10 de setembro de 2014. As empresas apresentaram tempestivamente respostas ao questionário do exportador no prazo prorrogado.

Após análise destas respostas, constatou-se a necessidade de esclarecimentos e informações complementares, dada a quantidade e a importância das informações que não foram devidamente submetidas. Assim, foram encaminhados os Ofícios nº 08.772, de 25 de setembro de 2014, e 08.773, também de 25 de setembro de 2014, endereçados às empresas K-Flex Gulf Manufacturing (Llc) e L'Isolante K-Flex Srl, respectivamente. Essas empresas responderam tempestivamente ao pedido de informação complementar.

Realizada a análise das informações complementares protocoladas pelas empresas K-Flex Gulf Manufacturing (Llc) e L'Isolante K-Flex Srl, identificou-se que as informações submetidas complementarmente mostraram-se ainda demasiado insuficientes. As empresas deixaram de reportar informações essenciais para a avaliação do valor normal, do preço de exportação e do custo da empresa, tais como: vendas no mercado interno, vendas para os três principais terceiros países a fim de se apurar o valor normal, custo total de produção e valores totais das vendas no mercado interno das respectivas empresas e para os terceiros países. Além disso, não protocolaram versão restrita dos Apêndices apresentados quando da resposta ao questionário do produtor/exportador, impossibilitando que as demais partes pudessem ter um mínimo acesso às informações apresentadas. Dessa forma, conforme os ditames do § 3º do art. 50 do Decreto nº 8.058 de 2013, decidiu-se elaborar as determinações preliminares relativas a essas empresas com base nos fatos disponíveis, enviando às empresas, em 21 de outubro de 2014, os Ofícios nºs 09.285 e 09.286, que as informaram acerca dessa decisão.

Diante do cenário acima descrito, e, com base no § 3º do art. 50 do Decreto nº 8.058 de 2013, decidiu-se por elaborar as determinações preliminares deste processo com base nos fatos disponíveis, incluídos aqueles disponíveis na petição de início da investigação.

Registra-se ainda que não foram apresentadas respostas de maneira voluntária por produtores/exportadores não selecionados.

1.6 Das verificações in loco

Com base no § 3º do art. 52 do Decreto nº 8.058, de 2013, técnicos realizaram verificação in loco nas instalações da Armacell do Brasil Ltda., no período de 27 de julho a 1º de agosto de 2014, com o objetivo de confirmar e obter maior detalhamento das informações prestadas pela empresa no curso da investigação.

Foram cumpridos os procedimentos previstos no roteiro de verificação, encaminhado previamente à empresa, no âmbito do Ofício nº 07.155/2014/CGSC/DECOM/SECEX, de 18 de julho de 2014, tendo sido verificados os dados apresentados na petição, bem como nas informações complementares respectivas.

Foram consideradas válidas as informações fornecidas pela empresa ao longo da investigação, depois de realizados os ajustes pertinentes. Os indicadores da indústria doméstica incorporam, pois, os resultados da verificação in loco.

A versão restrita do relatório de verificação in loco consta dos autos restritos do processo e os documentos comprobatórios foram recebidos em bases confidenciais.

Considerando-se que no caso dos produtores/exportadores não foram apresentadas respostas ao questionário ou as respostas foram apresentadas de forma inadequada, não serão realizadas verificações in loco nos produtores/exportadores visto que as verificações in loco estão condicionadas à restituição completa e tempestiva das informações.

No tocante aos importadores, em decorrência das manifestações apresentadas pela K-Flex-Gulf, dos Emirados Árabes Unidos, e pela L´Isolante K-Flex, da Itália, citadas nos itens 4.2.3.2 e 4.2.5.2, será avaliada a possibilidade de ser realizada verificação in loco na Polipex Indústria e Comercio Ltda. caso a resposta ao pedido de informações complementares dessa empresa seja submetido adequadamente e seja consolidado o entendimento de que o alegado contrato de exclusividade que teria sido firmado entre as duas empresas e a Polipex tornaria não confiáveis os preços de exportação dessas produtoras/exportadoras.

1.7 Da solicitação de audiência

Em conformidade com a previsão do art. 55 do Decreto nº 8.058, de 2013, a BMW do Brasil Ltda. solicitou, em documento protocolado no dia 5 de setembro de 2014, a designação de audiência para tratar da alegada nulidade na informação do valor normal do produto da Alemanha, conforme manifestação citada no item 4.2.1.2.

1.8 Dos prazos da investigação

São apresentados no quadro abaixo os prazos a que fazem referência os artigos 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 2013, conforme estabelecido pelo § 5º do art. 65 do Regulamento Brasileiro. Recorda-se que, para fins de determinação preliminar, consideraram-se as informações submetidas até a data de 17 de outubro de 2014.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Os prazos abaixo mencionados servirão de parâmetro para o restante da presente investigação:

Disposição legal Decreto nº 8.058, de 2013	Prazos	Datas previstas
art.59	Encerramento da fase probatória da investigação	19 de janeiro de 2015
art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos	9 de fevereiro de 2015
art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final	24 de fevereiro de 2015
art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e encerramento da fase de instrução do processo	16 de março de 2015
art. 63	Expedição, pelo DECOM, do parecer de determinação final	31 de março de 2015

2. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

2.1 Do produto objeto da investigação

O produto alegadamente importado a preços de dumping é o tubo de borracha elastomérica. Segundo a peticionária, os tubos de borracha elastomérica são amplamente utilizados em aparelhos de ar condicionado e em sistemas de refrigeração comercial ou residencial.

Segundo a indústria doméstica, a borracha elastomérica faz parte da família dos elastômeros, que consistem em material com propriedades semelhantes às da borracha, que têm a possibilidade de sofrer deformações por ação de uma força, recuperando a sua forma original quando essa força é retirada. Uma borracha natural ou sintética ou um material borrachoso, como é o caso do policloropreno e copolímeros de butadieno, são elastômeros. São ainda exemplos de elastômeros a buna, o mipolam, o opanol, entre outros. As cadeias moleculares enroladas que constituem estes materiais são facilmente desenroladas por aplicação de forças e retomam a sua forma original quando estas deixam de ser aplicadas, devido ao reduzido número de ligações cruzadas entre as cadeias.

Os tubos de borracha elastomérica se destinam primordialmente a clientes industriais nas obras de isolamento de tubulação fria. As propriedades da borracha elastomérica são perfeitas para manter a temperatura da tubulação dentro dos níveis requeridos, evitando perda de energia e a condensação, que pode gerar corrosão da tubulação e do revestimento, bem como a proliferação de mofo devido à umidade.

Os produtos usados no isolamento térmico de tubulação ou de dutos de ar condicionado são isolantes térmicos flexíveis de aplicação profissional, eficientes no controle da condensação. Sua alta resistência à difusão de vapor de água torna desnecessária a aplicação de barreiras de vapor adicionais ao isolamento e garante prolongada duração dos benefícios proporcionados pela sua aplicação, além de reduzir o risco de corrosão sob o isolamento.

Além disso, o produto tem como características técnicas a atenuação de ruídos, controle de condensação efetivo, baixa propagação de chamas e a ausência de gases tóxicos. Por tais motivos, é aplicado no isolamento térmico de tubulações, tanques e dutos em sistemas de ar condicionado e refrigeração, sistemas de HVAC (Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado), e processos industriais (laboratórios e áreas hospitalares).

A borracha elastomérica é comercializada em dois formatos: tubos de várias medidas e espessuras para diferentes aplicações e em mantas para aplicação em dutos de ar condicionado. Somente a comercialização em tubos foi incluída pela peticionária no escopo da petição.

O material está entre os mais usados no mundo em projetos de prédios ou instalações cujo foco é a sustentabilidade e uso eficiente da energia. Certificações internacionais de qualidade já foram concedidas a empresas que fabricam e desenvolvem produtos para indústria e construção civil.

Segundo a peticionária, no que diz respeito às especificações técnicas, de acordo com os catálogos publicamente disponíveis, tem-se que os produtos importados possuem as seguintes especificações:

Produto Importado - especificações técnicas

CARACTERISTICA	K-flex ST	Kaiflex ES	Vidoflex
Faixa de espessuras em mm	9 a 32 (?) mm	9 a 32 mm	9 a 32 (40) mm
Faixa de diâmetros internos em mm	6 a 140 mm *	6 a 160 mm *	6 a 140 mm *
Espessuras crescentes	Sim (?) *	Não (?) *	Sim (?) *
Condutividade térmica a 0°C em w/(m.K)	0,036	0,036	0,028 *
Resistência à difusão de vapor d'água (μ)	10000	8000	5000
Temperatura máx. de trabalho em °C	105	110	105
Temperatura mín. de trabalho em °C	-50	-50	-50
Comportamento em caso de incêndio	Autoextingível, baixa propagação de chama, não goteja	Autoextingível, baixa propagação de chama, não goteja	Autoextingível, baixa propagação de chama, não goteja

Obs.: * informações do catálogo; (?) não é possível afirmar, pois há conflito entre informações de mercado e catálogos.
Fonte: Indústria Doméstica
Elaboração: DECOM.

Assim, nos termos do art. 10 do Decreto nº 8.058, de 2013, o produto objeto da investigação engloba produtos que apresentam características físicas, composição química e características de mercado semelhantes.

2.1.1 Da classificação e do tratamento tarifário

O produto objeto da investigação está classificado na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) no item 4009.11.00.

Classificam-se nesse item tarifário, além do produto objeto da investigação, tubos e mangueiras destinados a aplicações distintas, usados como dutos, canos e passagens de água, óleo e ar, entre outros, bem como itens em formatos diferentes de tubos, tais como cotovelos, mantas, botas, espaguetes e joelhos. Há, ainda, itens contendo materiais distintos de borracha elastomérica em suas composições, tais como silicone, poliéster, plástico, teflon, PVC e outros.

A alíquota do Imposto de Importação para os referidos itens tarifários se manteve em 14% no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2013.

Cabe destacar que Israel goza de preferência tarifária por conta do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel, firmado em 18 de dezembro de 2007 e em vigor desde 28 de abril de 2010. Esse acordo confere aos tubos de borracha elastomérica desta origem o benefício da desgravação gradativa da alíquota do imposto de importação. A alíquota para os produtos provenientes de Israel encontra-se desgravada na proporção de 62,5%, o que significa uma alíquota aplicada efetiva de 5,25% em 2014.

Adicionalmente, o produto goza de preferência tarifária de 100% no âmbito da ALADI por meio do Acordo de Complementação Econômica (ACE) 14 entre Brasil e Argentina e por meio do ACE 02 entre Brasil e Uruguai. Além disso, há preferência de 100% no âmbito do Mercosul e de 10% por meio do Acordo de Preferência Tarifária (APTF) entre Mercosul e Índia.

2.1.2 Das manifestações acerca do produto objeto da investigação

No dia 17 de julho de 2014, a Embaixada da República da Coreia protocolou manifestação questionando a inclusão da empresa coreana Hwaseung R&A Co. Ltda. como empresa investigada no processo. De acordo com o afirmado na manifestação, a Hwaseung R&A Co. Ltda. exportaria para o Brasil somente mangueiras de borracha para freios, comumente classificadas no item 4009.42.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul.

Dessa forma, a Embaixada alegou que essa empresa coreana não exportaria para o Brasil o produto objeto da investigação, classificado no item 4009.11.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul. Buscando embasar esse argumento, a Embaixada apresentou Declaração de Importação e mensagem eletrônica de um importador brasileiro de produtos da Hwaseung R&A Co. Ltda., classificados no item 4009.42.90.

Com isso, foi solicitado que fossem revisadas as importações sul-coreanas ou que fosse fornecida uma explicação detalhada que possibilitasse confirmar se houve exportações da República da Coreia do produto investigado para o Brasil. A Embaixada da República da Coreia também solicitou o acesso às estatísticas de importação utilizadas para determinar o volume de exportações da Hwaseung R&A Co. Ltda. para o Brasil a fim de analisar se houve erro material por parte da empresa sul-coreana, dos importadores ou dos investigadores.

Após o início da investigação, as empresas BMW do Brasil Ltda., Chb Comércio e Indústria Ltda., Construtora Norberto Odebrecht S.A., Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda., Jaguar e Land Rover Brasil Importação e Comércio de Veículos Ltda., Mercedes-Benz do Brasil Ltda. e Sig Combibloc do Brasil Ltda. se manifestaram informando que os produtos que teriam importado durante o período analisado não estariam abrangidos pelo escopo definido para o produto objeto da investigação. Segundo essas empresas, os produtos que importaram teriam usos e aplicações distintos em relação ao produto objeto da investigação, estando relacionados, principalmente, a aplicações na indústria automobilística, a qual não comporia o escopo do produto objeto desta investigação. Ademais, essas empresas também argumentaram que, dadas essas aplicações direcionadas a finalidades distintas das definidas neste processo, os produtos que importaram teriam características físicas, tais como formatos, matérias-primas, componentes e propriedades físico-químicas, divergentes daquelas descritas para o produto objeto da investigação no Parecer DECOM nº 32, de 20 de junho de 2014.

2.1.3 Dos comentários acerca das manifestações

Por meio do Ofício nº 07.329/2014/CGSC/DECOM/SECEX enviado para a Embaixada da República da Coreia no dia 31 de julho de 2014, foi informado que as descrições constantes dos dados oficiais fornecidos pela Receita Federal do Brasil dos produtos exportados pela empresa Hwaseung R&A indicaram que se tratavam de manufaturas utilizadas na fabricação de sistemas de ar condicionado para automóveis não de mangueiras de borracha para freios, conforme indicado pelo Governo sul coreano.

Na ocasião observou-se ainda que todas as operações foram classificadas no item 4009.11.00 da NCM, e que os importadores no Brasil dos produtos exportados pela empresa sul-coreana são as empresas [CONFIDENCIAL] que, aparentemente, forneceriam sistemas de ar condicionado para a produção de automóveis, o que também indicou que, aparentemente, essas importações não foram direcionadas à produção de freios para automóveis.

Ainda, foi esclarecido que a solicitação da Embaixada no tocante à divulgação das informações constantes nos dados oficiais não poderia ser atendida, tendo em vista que esses dados são protegidos pelo disposto no art. 198 do Código Tributário Nacional (CTN).

Por fim, foi recomendado que a Hwaseung R&A respondesse o questionário do produtor/exportador com as informações requisitadas. Desta forma, seria possível avaliar, com precisão, se os produtos exportados pela empresa sul coreana selecionada seriam mangueiras para freio ou outro produto distinto daquele que é o objeto da investigação. Contudo, a empresa Hwaseung R&A não protocolou resposta ao questionário do produtor/exportador.

Entretanto, em função do representativo número da manifestações de importadores, majoritariamente ligados à indústria automobilística, e dos argumentos apresentados, o Departamento entendeu ser cabível uma reavaliação da depuração realizada nas estatísticas de importações fornecidas pela RFB. Em face dos argumentos trazidos aos autos pelas partes e também em função da definição do escopo do produto objeto da investigação relacioná-lo somente ao uso residencial e comercial, e não ao automotivo ou a outros setores, as solicitações trazidas pelas partes manifestantes, aparentemente, apresentaram fundamento.

Dessa forma, decidiu-se, para efeito desta determinação preliminar, realizar depurações adicionais nos dados de importação fornecidos pela RFB, visando a excluir dos dados de importação depurados aqueles produtos que não se destinavam claramente aos usos residencial e comercial, Foram ainda excluídas da base de dados as importações realizadas pelas empresas que se manifestaram nesse sentido.

Os dados de importação atualizados preliminarmente estão expostos no item 5, bem como estão contidas nos itens 4 e 6 as demais alterações decorrentes dessa atualização.

2.2 Do produto fabricado no Brasil

Segundo a peticionária, os tubos de borracha elastomérica produzidos pela indústria doméstica podem ser definidos como sistema de isolamento térmico flexível em espuma elastomérica, à base de borracha sintética, para tubulações, reservatórios e dutos em sistema de ar condicionado, refrigeração, aquecimento e processos industriais.

A matéria-prima básica do produto da Armacell é a borracha nitrílica ou NBR. Os produtos (tubos) são fabricados em barras de 2 m com diâmetro interno variável de 6 a 168 mm e espessura de parede variável de 9 a 55,7 mm. A condutividade térmica dos produtos é da ordem de 0,030 a 0,038 W/(m.K) a 0 °C e sua resistência à difusão de vapor de água é da ordem de 4.000 a 10.000.

A utilização mais comum (mais de 90%) do produto é o isolamento térmico de tubulações em sistemas de ar condicionado e refrigeração para impedir perdas térmicas e evitar a condensação superficial. Os produtos da Armacell têm a denominação AF/Armaflex BR ou Class 1 Armaflex.

Os produtos da Armacell seguem as especificações a seguir detalhadas.

Produto	Faixa de espessuras em mm
AF/Armaflex BR	9 a 44 (55,7) mm
Class 1 Armaflex	9 a 19 mm

Fonte: Indústria Doméstica
Elaboração: DECOM.

O quadro acima mostrou a variação da espessura de fabricação do material. Para aplicações que requerem espessuras maiores, pode ainda ser feita aplicação em camadas para atingir-se a espessura necessária.

Produto	Espessuras crescentes
AF/Armaflex BR	Sim
Class 1 Armaflex	Não

Fonte: Indústria Doméstica
Elaboração: DECOM.

O quadro anterior informou se o produto possui espessuras crescentes ou não. A espessura crescente aumenta gradativamente junto com o aumento do diâmetro das tubulações. Isso pode ser compensado em espessuras fixas, utilizando isolamento de espessuras maiores para os tubos de maior diâmetro.

Produto	Faixa de diâmetros internos em mm
AF/Armaflex BR	6 a 168 mm
Class 1 Armaflex	6 a 168 mm

Fonte: Indústria Doméstica
Elaboração: DECOM.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O quadro anterior mostrou a variação do diâmetro dos produtos produzidos pela indústria doméstica, que podem ser tubos isolantes fabricados para isolar tubulações de metal ou polímeros nos valores comerciais padrão. Para tubulações acima de 4"(114 mm) é possível fazer o isolamento também com mantas isolantes.

Produto	Condutividade térmica a 0°C em w/(m.K)
AF/Armaflex BR	0,033
Class 1 Armaflex	0,034

Fonte: Indústria Doméstica
Elaboração: DECOM.

O quadro anterior trouxe informações sobre a condutividade térmica dos produtos. Essa especificação define a eficiência do produto (quanto menor o valor, melhor o produto), porém pode ser compensado pelo uso de espessuras maiores. Como as espessuras são valores padrão de mercado, muitas vezes, pequenas diferenças de condutividade vão atingir o mesmo valor padrão de espessura.

Produto	Resistência à difusão de vapor d'água (μ)
AF/Armaflex BR	10000
Class 1 Armaflex	7000

Fonte: Indústria Doméstica
Elaboração: DECOM.

O quadro anterior trouxe informações sobre a resistência à difusão de vapor d'água, ou seja, define o quanto o material é resistente à umidade, o que reflete em maior durabilidade das características técnicas (condutividade térmica). A norma para centrais de ar condicionado define o valor mínimo de 2500 para que as barreiras de vapor sejam dispensadas.

Produto	Temperatura máx. de trabalho em °C
AF/Armaflex BR	110
Class 1 Armaflex	105

Fonte: Indústria Doméstica
Elaboração: DECOM.

O quadro anterior informou a temperatura máxima de trabalho de cada um dos tipos de produto da indústria doméstica. Entretanto, a tecnologia de espumas elastoméricas para isolamento térmico tem sua grande aplicação para baixas temperaturas. Logo, essa característica tem pouco impacto para restringir produtos.

Produto	Temperatura mín. de trabalho em °C
AF/Armaflex BR	-50
Class 1 Armaflex	-150

Fonte: Indústria Doméstica
Elaboração: DECOM.

O quadro anterior informou a temperatura mínima de trabalho de cada um dos tipos de produto da indústria doméstica. A temperatura da grande maioria das aplicações está situada entre -5 ° e +14°C. Algumas aplicações podem chegar a -35°C.

Produto	Comportamento em caso de incêndio
AF/Armaflex BR	Autoextingível, baixa propagação de chama, não goteja
Class 1 Armaflex	Autoextingível, baixa propagação de chama, não goteja

Fonte: Indústria Doméstica
Elaboração: DECOM.

O quadro anterior trouxe informações sobre o comportamento em caso de incêndio dos tipos de produtos da indústria doméstica. No Brasil, ainda não há instrução normativa que obrigue os produtos a seguir alguma norma específica. Os fabricantes utilizam as normas normalmente empregadas em seu país de origem. Os dados acima refletem o comportamento adotado no mercado brasileiro.

Segundo informações apresentadas na petição e verificadas in loco e nos questionários dos importadores, os tubos de borracha elastomérica fabricados no Brasil são utilizados nas mesmas aplicações, possuem as mesmas características e a mesma rota tecnológica dos tubos importados das origens em análise.

2.3 Da similaridade

O § 1º do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece lista dos critérios objetivos com base nos quais a similaridade deve ser avaliada. O § 2º do mesmo artigo estabelece que tais critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva.

Dessa forma, conforme informações obtidas na petição e nas manifestações e respostas apresentadas pelas partes, o produto objeto da investigação e o produto similar produzido no Brasil:

(i) são produzidos a partir das mesmas matérias-primas;
(ii) apresentam composição química semelhante;
(iii) possuem características físicas semelhantes;
(iv) observam especificações técnicas semelhantes;
(v) são produzidos segundo processo de produção semelhante;
(vi) têm os mesmos usos e aplicações, sendo utilizados principalmente em sistema de isolamento térmico flexível em espuma elastomérica, para tubulações, reservatórios e dutos em sistema de ar condicionado, refrigeração, aquecimento e processos industriais.
(vii) apresentam alto grau de substitutibilidade, visto que são concorrentes entre si, além de destinarem-se aos mesmos segmentos industriais e comerciais;
(viii) são vendidos através dos mesmos canais de distribuição.

2.4 Da conclusão a respeito do produto e da similaridade

Como detalhado nos itens 2.1.2 e 2.1.3, os questionamentos levantados por alguns dos importadores e pelo Governo da Coreia do Sul acerca do produto objeto da investigação levaram a realizar, preliminarmente, ajustes na depuração das estatísticas de importação fornecidas pela RFB. Ressalte-se, contudo, que não foram efetuadas alterações na definição do produto objeto da investigação, mas apenas atualizações nos critérios adotados para realizar tal depuração, de forma a buscar assegurar, preliminarmente, que os dados de importação refletissem com a maior fidedignidade possível o escopo definido para o produto objeto da investigação.

Logo, tendo em conta a descrição detalhada contida no item 2.1, conclui-se, com vistas determinação final, que o produto objeto da investigação é o tubo de borracha elastomérica, quando originário da Alemanha, da Coreia do Sul, dos Emirados Árabes Unidos, de Israel, da Itália e da Malásia.

Conforme o art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, o termo "produto similar" será entendido como o produto idêntico, igual sob todos os aspectos ao produto objeto da investigação ou, na sua ausência, outro produto que, embora não exatamente igual sob todos os aspectos, apresente características muito próximas às do produto objeto da investigação. Considerando o exposto nos itens anteriores, foi concluído que, com vistas a esta determinação preliminar, o produto fabricado no Brasil é similar ao produto objeto da investigação.

3. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

Para fins de determinação preliminar de dano, definiu-se como indústria doméstica, nos termos do art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a linha de produção de tubos de borracha elastomérica da empresa Armacell do Brasil Ltda, que representa 100% da produção nacional do produto similar doméstico, conforme consta do Parecer DECOM nº 32, de 20 de junho de 2014.

3.1 Das manifestações acerca da indústria doméstica

As empresas L'Isolante K-Flex Srl., K-Flex Gulf Manufacturing (Llc) e Polipex Indústria e Comércio Ltda. argumentaram que existiriam outros produtores nacionais, apontando as empresas Indiana Artefatos de Silicone e Borracha (Indiana) e Montemór Indústria de Borrachas Ltda. (Montemór) como outras produtoras nacionais de tubos de borracha elastomérica. Segundo a Polipex Indústria e Comércio Ltda., "a Armacell não representa a totalidade da indústria nacional do produto objeto da investigação". A empresa concluiu, posteriormente, que "é certo que a Armacell, única signatária da petição, não representa a indústria doméstica, nos termos do art. 37 do Decreto 8.058/2013".

3.2 Dos comentários acerca das manifestações

O art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, define indústria doméstica como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico. Nos casos em que não for possível reunir a totalidade destes produtores, o termo indústria doméstica será definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

Cabe destacar que, em observância ao disposto no art. 5.3 do Acordo Antidumping, buscou-se comprovar a acurácia e a adequação das evidências apresentadas pela Armacell na petição. Neste sentido, foram enviados os Ofícios nºs 08.522 e 08.523/2014/CGSC/DECOM/SECEX, solicitando informações acerca da produção das empresas Indiana e Montemór, respectivamente. A primeira, em resposta protocolada em 22 de setembro de 2014, informou não ser fabricante do produto objeto da investigação. A segunda, por sua vez, não respondeu às solicitações até a data em que foram consideradas as informações para fins de determinação preliminar.

Portanto, diante das evidências apresentadas, foi reiterada a conclusão já apresentada no Parecer DECOM nº 32, de 20 de junho de 2014, segundo a qual a indústria doméstica é composta pela linha de produção de tubos de borracha elastomérica da empresa Armacell do Brasil Ltda, que representa 100% da produção nacional do produto similar doméstico.

4. dO DUMPING

De acordo com o art. 7º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se prática de dumping a introdução de um bem no mercado brasileiro, inclusive sob as modalidades de drawback, a um preço de exportação inferior ao valor normal.

4.1 Do dumping para efeito do início da investigação

Para fins do início da investigação, utilizou-se o período de janeiro a dezembro de 2013, a fim de se verificar a existência de indícios de prática de dumping nas exportações para o Brasil de tubos de borracha elastomérica originárias da Alemanha, Coréia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Israel, Itália e Malásia.

4.1.1 Da Alemanha

4.1.1.1 Do valor normal

Para fins de indicação do valor normal da Alemanha no início da investigação, a peticionária apresentou o preço de exportação para terceiro país, conforme estabelece o art. 42 da Portaria SECEX nº 41, de 11 de outubro de 2013.

Diante dessa opção, a peticionária selecionou os Estados Unidos da América como terceiro país apropriado para a determinação do valor normal, na medida em que as exportações alemãs para o mercado estadunidense e para o mercado brasileiro se deram em volumes representativos, preenchendo o requisito listado no §1º do art. 44 da Portaria SECEX nº 41.

Os dados apresentados pela peticionária foram obtidos na ferramenta de pesquisa disponibilizada no sítio eletrônico Trade Map, na condição FOB. A informação apresentada contempla todas as exportações realizadas sob o código 4009.11 do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH), cuja classificação corresponde à codificação 4009.11.00 da NCM.

Cumpre ressaltar que a ferramenta não permite detalhar as descrições das exportações enquadradas nos referidos itens do SH. Portanto, é possível que os dados obtidos contenham exportações que não se enquadrem na definição do produto objeto da investigação.

A fim de buscar informações mais detalhadas, foi solicitado, por meio do Ofício nº 04.103/2014/CGSC/DECOM/SECEX, que a peticionária apresentasse, a título de informação complementar, dados mais específicos com vistas à apuração do valor normal. Em resposta, a peticionária reiterou as limitações à disponibilidade de dados mais detalhados e reforçou que os dados apresentados já representariam a melhor informação disponível para fins de início da investigação.

Assim, com o objetivo de apurar o valor normal da Alemanha no início da investigação, foram utilizados, com base nas informações das fontes prontamente disponíveis, conforme dispõe o §1º do art. 42 do Decreto nº 8.058, os dados do relatório do Trade Map para calcular a média do preço, de janeiro a dezembro de 2013, das exportações classificadas sob o SH 4009.11 destinadas aos Estados Unidos da América, em base FOB, chegando ao valor normal de US$ 30,06/kg.

4.1.1.2 Do preço de exportação

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto investigado, é o recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto investigado.

Para fins de apuração do preço de exportação de tubos de borracha elastomérica da Alemanha para o Brasil, foram consideradas as importações originárias da Alemanha efetuadas no período de análise de dumping, ou seja, as importações realizadas de janeiro a dezembro de 2013. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras de tubos de borracha elastomérica, classificadas na NCM 4009.11.00, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos não abrangidos pelo escopo da análise.

Preço de Exportação		
Valor FOB (US$)	Quantidade (kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)
454.520,83	52.863,9	8,6

Fonte: RFB.
Elaboração: DECOM.

Dividindo-se o valor total FOB das importações do produto objeto da investigação, no período de análise de dumping, pelo respectivo volume importado, em quilogramas, chegou-se ao preço de exportação apurado para a Alemanha no início da investigação de US$ 8,6/kg.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4.1.1.3 Da margem de dumping

Relembra-se que a margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

Devido à impossibilidade de ser depurar as informações obtidas por meio do Trade Map, para fins de início da investigação optou-se por comparar os preços obtidos no Trade Map, para toda a subposição 4009.11, considerados na condição FOB, com os preços de exportação, também na condição FOB, obtidos por meio da RFB e depurados conforme o item 2.1:

Margem de Dumping

Valor Normal (US$/kg)	Preço de Exportação (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
30,06	8,6	21,46	249,6

Fonte: Tabelas anteriores.
Elaboração: DECOM.

A tabela anterior demonstra a existência de indícios de dumping nas exportações de tubos de borracha elastomérica da Alemanha para o Brasil, realizadas no período de janeiro a dezembro de 2013, para fins de início da investigação.

4.1.2 Da Coreia do Sul

4.1.2.1 Do valor normal

Para fins de indicação do valor normal da Coreia do Sul, a peticionária apresentou o preço de exportação para terceiro país, conforme estabelece o art. 42 da Portaria SECEX nº 41, de 11 de outubro de 2013.

Diante dessa opção, a peticionária selecionou a Índia como terceiro país apropriado para a determinação do valor normal, na medida em que o mercado indiano apresenta semelhanças econômicas e mercadológicas com o mercado brasileiro, preenchendo o requisito listado no §1º do art. 44 da Portaria SECEX nº 41.

Os dados apresentados pela peticionária foram obtidos na ferramenta de pesquisa disponibilizada no sítio eletrônico Trade Map, na condição FOB. A informação apresentada contempla todas as exportações realizadas sob o código 4009.11 do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH), cuja classificação corresponde à codificação 4009.11.00 da NCM.

Cumpre ressaltar que a ferramenta não permite detalhar as descrições das exportações enquadradas nos referidos itens do SH. Portanto, é possível que os dados obtidos contenham exportações que não se enquadrem na definição do produto objeto da investigação.

A fim de buscar informações mais detalhadas, foi solicitado, por meio do Ofício nº 04.103/2014/CGSC/DECOM/SECEX, que a peticionária apresentasse, a título de informação complementar, dados mais específicos com vistas à apuração do valor normal. Em resposta, a peticionária reiterou as limitações à disponibilidade de dados mais detalhados e reforçou que os dados apresentados já representariam a melhor informação disponível para fins de início da investigação.

Assim, com o objetivo de apurar o valor normal da Coreia do Sul, foram utilizados, com base nas informações das fontes prontamente disponíveis, tal como disposto no §1º do art. 42 do Regulamento Brasileiro, os dados do relatório do Trade Map para calcular a média do preço, de janeiro a dezembro de 2013, das exportações classificadas sob o SH 4009.11 destinadas à Índia, em base FOB, chegando ao valor normal de US$ 18,13/kg.

4.1.2.2 Do preço de exportação

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto investigado, é o recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto investigado.

Para fins de apuração do preço de exportação de tubos de borracha elastomérica da Coreia do Sul para o Brasil, foram consideradas as importações brasileiras originárias da Coreia do Sul efetuadas no período de análise de dumping, ou seja, as importações realizadas de janeiro a dezembro de 2013. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras de tubos de borracha elastomérica, classificadas na NCM 4009.11.00, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos não abrangidos pelo escopo da análise.

Preço de Exportação

Valor FOB (US$)	Quantidade (kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)
516.042,53	47.440,6	10,88

Fonte: RFB.
Elaboração: DECOM.

Dividindo-se o valor total FOB das importações do produto investigado, no período de análise de dumping, pelo respectivo volume importado, em quilogramas, chegou-se ao preço de exportação apurado para a Coreia do Sul de US$ 10,88/kg.

4.1.2.3 Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping, definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping, que se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação, estão apresentadas a seguir.

Devido à impossibilidade de se depurar as informações obtidas por meio do Trade Map, para fins de início da investigação optou-se por comparar os preços obtidos no Trade Map, para toda a subposição 4009.11, considerados na condição FOB, com os preços de exportação, também na condição FOB, obtidos por meio da RFB e depurados conforme o item 2.1:

Margem de Dumping

Valor Normal (US$/kg)	Preço de Exportação (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
18,13	10,88	7,25	66,7

Fonte: Tabelas anteriores.
Elaboração: DECOM.

A tabela anterior demonstra a existência de indícios de dumping nas exportações de tubos de borracha elastomérica da Coreia do Sul para o Brasil, realizadas no período de janeiro a dezembro de 2013, para fins de início da investigação.

4.1.3 Dos Emirados Árabes Unidos

4.1.3.1Do valor normal

Para fins de indicação do valor normal dos Emirados Árabes Unidos no início da investigação, a peticionária apresentou o preço de exportação para terceiro país, conforme estabelece o art. 42 da Portaria SECEX nº 41, de 11 de outubro de 2013.

Diante dessa opção, a peticionária selecionou a Índia como terceiro país apropriado para a determinação do valor normal, na medida em que o mercado indiano apresenta semelhanças econômicas e mercadológicas com o mercado brasileiro, preenchendo o requisito listado no §1º do art. 44 da Portaria SECEX nº 41.

Os dados apresentados pela peticionária foram obtidos na ferramenta de pesquisa disponibilizada no sítio eletrônico Trade Map, na condição FOB. A informação apresentada contempla todas as exportações realizadas sob o código 4009.11 do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH), cuja classificação corresponde à codificação 4009.11.00 da NCM.

Cumpre ressaltar que a ferramenta não permite detalhar as descrições das exportações enquadradas nos referidos itens do SH. Portanto, é possível que os dados obtidos contenham exportações que não se enquadrem na definição do produto objeto da investigação.

A fim de buscar informações mais detalhadas, foi solicitado, por meio do Ofício nº 04.103/2014/CGSC/DECOM/SECEX, que a peticionária apresentasse, a título de informação complementar, dados mais específicos com vistas à apuração do valor normal. Em resposta, a peticionária reiterou as limitações à disponibilidade de dados mais detalhados e reforçou que os dados apresentados já representariam a melhor informação disponível para fins de início da investigação.

Assim, com o objetivo de apurar o valor normal dos Emirados Árabes Unidos, foram utilizados, com base nas informações das fontes prontamente disponíveis, tal como disposto no §1º do art. 42 do Regulamento Brasileiro, os dados do relatório do Trade Map para calcular a média do preço, de janeiro a dezembro de 2013, das exportações classificadas sob o SH 4009.11 destinadas à Índia, em base FOB, chegando ao valor normal de US$ 5,73/kg.

4.1.3.4 Do preço de exportação

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto investigado, é o recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto investigado.

Para fins de apuração do preço de exportação de tubos de borracha elastomérica dos Emirados Árabes Unidos para o Brasil, foram consideradas as importações brasileiras originárias dos Emirados Árabes Unidos efetuadas no período de análise de dumping, ou seja, as importações realizadas de janeiro a dezembro de 2013. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras de tubos de borracha elastomérica, classificadas na NCM 4009.11.00, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos não abrangidos pelo escopo da análise.

Preço de Exportação

Valor FOB (US$)	Quantidade (kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)
598.915,44	132.553,6	4,52

Fonte: RFB.
Elaboração: DECOM.

Dividindo-se o valor total FOB das importações do produto investigado, no período de análise de dumping, pelo respectivo volume importado, em quilogramas, chegou-se ao preço de exportação apurado para os Emirados Árabes de US$ 4,52/kg.

4.1 3.3 Da margem de dumping

Relembre-se que a margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

Devido à impossibilidade de se depurar as informações obtidas por meio do Trade Map, para fins de início da investigação optou-se por comparar os preços obtidos no Trade Map, para toda a subposição 4009.11, considerados na condição FOB, com os preços de exportação, também na condição FOB, obtidos por meio da RFB e depurados conforme o item 2.1:

Margem de Dumping

Valor Normal (US$/kg)	Preço de Exportação (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
5,73	4,52	1,21	26,8

Fonte: Tabelas anteriores.
Elaboração: DECOM.

A tabela anterior demonstra a existência de indícios de dumping nas exportações de tubos de borracha elastomérica dos Emirados Árabes Unidos para o Brasil, realizadas no período de janeiro a dezembro de 2013, para fins de início da investigação.

4.1.4 De Israel

4.1.4.1 Do valor normal

Para fins de indicação do valor normal de Israel, a peticionária apresentou o preço de exportação para terceiro país, conforme estabelece o art. 42 da Portaria SECEX nº 41, de 11 de outubro de 2013.

Diante dessa opção, a peticionária selecionou a Rússia como terceiro país apropriado para a determinação do valor normal, na medida em que o mercado russo apresenta semelhanças econômicas e mercadológicas com o mercado brasileiro, preenchendo o requisito listado no §1º do art. 44 da Portaria SECEX nº 41.

Os dados apresentados pela peticionária foram obtidos na ferramenta de pesquisa disponibilizada no sítio eletrônico Trade Map, na condição FOB. Em razão da indisponibilidade dos dados completos de exportação de Israel na ferramenta para o ano de 2013, a peticionária utilizou a base de dados de importações da Rússia.

A informação apresentada contempla todas as exportações realizadas sob o código 4009.11 do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH), cuja classificação corresponde à codificação 4009.11.00 da NCM.

Cumpre ressaltar que a ferramenta não permite detalhar as descrições das exportações enquadradas nos referidos itens do SH. Portanto, é possível que os dados obtidos contenham exportações que não se enquadrem na definição do produto objeto da investigação.

A fim de buscar informações mais detalhadas, foi solicitado, por meio do Ofício nº 04.103/2014/CGSC/DECOM/SECEX, que a peticionária apresentasse, a título de informação complementar, dados mais específicos com vistas à apuração do valor normal. Em resposta, a peticionária reiterou as limitações à disponibilidade de dados mais detalhados e reforçou que os dados apresentados já representariam a melhor informação disponível para fins de início da investigação.

Assim, com o objetivo de apurar o valor normal de Israel, foram utilizados, com base nas informações das fontes prontamente disponíveis, tal como disposto no §1º do art. 42 do Regulamento Brasileiro, os dados do relatório do Trade Map para calcular a média do preço, de janeiro a dezembro de 2013, das exportações classificadas sob o SH 4009.11 destinadas à Rússia, em base FOB, chegando ao valor normal de US$ 8,18/kg.

4.1.4.2 Do preço de exportação

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto objeto da investigação, é o recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto objeto da investigação.

Para fins de apuração do preço de exportação de tubos de borracha elastomérica de Israel para o Brasil, foram consideradas as importações brasileiras originárias de Israel efetuadas no período de análise de dumping, ou seja, as importações realizadas de janeiro a dezembro de 2013. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras de tubos de borracha elastomérica, classificadas na NCM 4009.11.00, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos não abrangidos pelo escopo da análise.

Preço de Exportação

Valor FOB (US$)	Quantidade (kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)
325.353,28	74.629,7	4,36

Fonte: RFB.
Elaboração: DECOM.

Dividindo-se o valor total FOB das importações do produto investigado, no período de análise de dumping, pelo respectivo volume importado, em quilogramas, chegou-se ao preço de exportação apurado para Israel de US$ 4,36/kg.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4.1.4.3 Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

Devido à impossibilidade de se depurar as informações obtidas por meio do Trade Map, para fins de início da investigação optou-se por comparar os preços obtidos no Trade Map, para toda a subposição 4009.11, considerados na condição FOB, com os preços de exportação, também na condição FOB, obtidos por meio da RFB e depurados conforme o item 2.1:

Margem de Dumping

Valor Normal (US$/kg)	Preço de Exportação (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
8,18	4,36	3,82	87,6

Fonte: Tabelas anteriores.
Elaboração: DECOM.

A tabela anterior demonstra a existência de indícios de dumping nas exportações de tubos de borracha elastomérica de Israel para o Brasil, realizadas no período de janeiro a dezembro de 2013, para fins de início da investigação.

4.1.5 Da Itália

4.1.5.1 Do valor normal

Para fins de indicação do valor normal da Itália no início da investigação, a peticionária apresentou o preço de exportação para terceiro país, conforme estabelece o art. 42 da Portaria SECEX nº 41, de 11 de outubro de 2013.

Diante dessa opção, a peticionária selecionou a Alemanha como terceiro país apropriado para a determinação do valor normal, na medida em que as exportações italianas para o mercado alemão e para o mercado brasileiro se deram em volumes representativos, preenchendo o requisito listado no §1º do art. 44 da Portaria SECEX nº 41.

Os dados apresentados pela peticionária foram obtidos na ferramenta de pesquisa disponibilizada no sítio eletrônico Trade Map, na condição FOB. A informação apresentada contempla todas as exportações realizadas sob o código 4009.11 do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH), cuja classificação corresponde à codificação 4009.11.00 da NCM.

Cumpre ressaltar que a ferramenta não permite detalhar as descrições das exportações enquadradas nos referidos itens do SH. Portanto, é possível que os dados obtidos contenham exportações que não se enquadrem na definição do produto objeto da investigação.

A fim de buscar informações mais detalhadas, foi solicitado, por meio do Ofício nº 04.103/2014/CGSC/DECOM/SECEX, que a peticionária apresentasse, a título de informação complementar, dados mais específicos com vistas à apuração do valor normal. Em resposta, a peticionária reiterou as limitações à disponibilidade de dados mais detalhados e reforçou que os dados apresentados já representariam a melhor informação disponível para fins de início da investigação.

Assim, com o objetivo de apurar o valor normal da Itália, foram utilizados, com base nas informações das fontes prontamente disponíveis, tal como disposto no §1º do art. 42 do Regulamento Brasileiro, os dados do relatório do Trade Map para calcular a média do preço, de janeiro a dezembro de 2013, das exportações classificadas sob o SH 4009.11 destinadas à Alemanha, em base FOB, chegando ao valor normal de US$ 10,6/kg.

4.1.5.2 Do preço de exportação

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto objeto da investigação, é o recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto objeto da investigação.

Para fins de apuração do preço de exportação de tubos de borracha elastomérica da Itália para o Brasil, foram consideradas as importações brasileiras originárias da Itália efetuadas no período de análise de dumping, ou seja, as importações realizadas de janeiro a dezembro de 2013. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras de tubos de borracha elastomérica, classificadas na NCM 4009.11.00, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos não abrangidos pelo escopo da análise.

Preço de Exportação

Valor FOB (US$)	Quantidade (kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)
1.770.073,93	428.320,6	4,13

Fonte: RFB.
Elaboração: DECOM.

Dividindo-se o valor total FOB das importações do produto investigado, no período de análise de dumping, pelo respectivo volume importado, em quilogramas, chegou-se ao preço de exportação apurado para a Itália de US$ 4,13/kg, para fins de início da investigação.

4.1.5.3 Da margem de dumping

Relembre-se que a margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

Devido à impossibilidade de se depurar as informações obtidas por meio do Trade Map, para fins de início da investigação optou-se por comparar os preços obtidos no Trade Map, para toda a subposição 4009.11, considerados na condição FOB, com os preços de exportação, também na condição FOB, obtidos por meio da RFB e depurados conforme o item 2.1:

Margem de Dumping

Valor Normal (US$/kg)	Preço de Exportação (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
10,6	4,13	6,47	156,5

Fonte: Tabelas anteriores.
Elaboração: DECOM.

A tabela anterior demonstra a existência de indícios de dumping nas exportações de tubos de borracha elastomérica da Itália para o Brasil, realizadas no período de janeiro a dezembro de 2013.

4.1.6 Da Malásia

4.1.6.1 Do valor normal

Com vistas à apuração do valor normal, foi apurado o preço de exportação para terceiro país, conforme estabelece o art. 42 da Portaria SECEX nº 41, de 11 de outubro de 2013.

Diante dessa opção, foram selecionados os Estados Unidos da América como terceiro país apropriado para a determinação do valor normal, na medida em que as exportações malaias para o mercado estadunidense se deram em volumes representativos, preenchendo o requisito listado no §1º do art. 44 da Portaria SECEX nº 41.

Os dados utilizados foram obtidos na ferramenta de pesquisa disponibilizada no sítio eletrônico Trade Map, na condição FOB. A informação apresentada contempla todas as exportações realizadas sob o código 4009.11 do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH), cuja classificação corresponde à codificação 4009.11.00 da NCM.

Cumpre ressaltar que a ferramenta não permite detalhar as descrições das exportações enquadradas nos referidos itens do SH. Portanto, é possível que os dados obtidos contenham exportações que não se enquadrem na definição do produto objeto da investigação. Tal informação, contudo, representa a informação prontamente disponível para fins de início da investigação.

Assim, com o objetivo de apurar o valor normal da Malásia, foi utilizado, com base nas informações das fontes prontamente disponíveis, tal como disposto no §1º do art. 42 do Regulamento Brasileiro, os dados do relatório do Trade Map para calcular a média do preço, de janeiro a dezembro de 2013, das exportações classificadas sob o SH 4009.11 destinadas aos Estados Unidos da América, em base FOB, chegando ao valor normal de US$ 13,42/kg.

4.1.6.2 Do preço de exportação

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto objeto da investigação, é o recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto objeto da investigação.

Para fins de apuração do preço de exportação de tubos de borracha elastomérica da Malásia para o Brasil, foram consideradas as importações brasileiras originárias da Malásia efetuadas no período de análise de dumping, ou seja, as importações realizadas de janeiro a dezembro de 2013. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras de tubos de borracha elastomérica, classificadas na NCM 4009.11.00, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos não abrangidos pelo escopo da análise.

Preço de Exportação

Valor FOB (US$)	Quantidade (kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)
217.248,96	59.688,8	3,64

Fonte: RFB.
Elaboração: DECOM.

Dividindo-se o valor total FOB das importações do produto investigado, no período de análise de dumping, pelo respectivo volume importado, em quilogramas, chegou-se ao preço de exportação apurado para a Malásia de US$ 3,64/kg.

4.1.6.3 Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

Devido à impossibilidade de se depurar as informações obtidas por meio do Trade Map, para fins de início da investigação optou-se por comparar os preços obtidos no Trade Map, para toda a subposição 4009.11, considerados na condição FOB, com os preços de exportação, também na condição FOB, obtidos por meio da RFB e depurados conforme o item 2.1:

Margem de Dumping

Valor Normal (US$/kg)	Preço de Exportação (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
13,42	3,64	9,78	268,7

Fonte: Tabelas anteriores.
Elaboração: DECOM.

A tabela anterior demonstra a existência de indícios de dumping nas exportações de tubos de borracha elastomérica da Malásia para o Brasil, realizadas no período de janeiro a dezembro de 2013, para fins de início da investigação.

4.2 Do dumping para efeito da determinação preliminar

Para fins de determinação preliminar, utilizou-se o período de janeiro a dezembro de 2013 para verificar a existência de dumping nas exportações de tubos de borracha elastomérica originárias da Alemanha, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Israel, Itália e Malásia.

As empresas K-Flex Gulf Manufacturing (Llc), dos Emirados Árabes Unidos, L'Isolante K-Flex Srl., da Itália, e Superlon Worldwide Sdn Bhd, da Malásia, apresentaram resposta tempestiva ao questionário do produtor/exportador.

Entretanto, a resposta apresentada pela Superlon Worldwide Sdn Bhd não foi aceita, visto que informações necessárias solicitadas não foram fornecidas e a empresa não regularizou a habilitação dos representantes que protocolaram a resposta ao questionário. Portanto, nos termos do §3º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, foi utilizada a melhor informação disponível.

As empresas K-Flex Gulf Manufacturing e L´Isolante K-Flex, em resposta às informações complementares, deixaram de reportar informações essenciais para a avaliação do valor normal, do preço de exportação e do custo da empresa, tais como: vendas no mercado interno, vendas para os três principais terceiros países a fim de se apurar o valor normal, custo total de produção e valores totais das vendas no mercado interno das respectivas empresas e para os terceiros países. Além disso, não protocolaram versão restrita dos Apêndices apresentados quando da resposta ao questionário do produtor/exportador, impossibilitando que as demais partes pudessem ter um mínimo acesso às informações apresentadas. Dessa forma, as respostas de ambas as empresas não puderam ser aceitas. Portanto, nos termos do §3º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, foi utilizada a melhor informação disponível.

Já a empresa Anavid Insulation Products Kiryat Anavim A.C.S Ltd., de Israel, protocolou, dentro do prazo de resposta do questionário do produtor/exportador, manifestação alegando não possuir número de funcionários que fosse suficiente para responder ao questionário de forma completa. Alternativamente, apresentou faturas de vendas feitas pela empresa para clientes na Rússia, pedindo que fossem levadas em consideração para cálculo do valor normal, sem responder, entretanto, a nenhum item solicitado pelo questionário. Acrescenta-se que a empresa não regularizou a habilitação dos representantes que protocolaram a resposta. Por essas razões, não foi aceito o pedido da Anavid Insulation. Desta forma, nos termos do §3º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, foi utilizada a melhor informação disponível.

Ressalta-se que, nos casos das demais empresas selecionadas, Kaimann Gmbh, da Alemanha e Hwaseung R&A Co., Ltd, da Coreia do Sul, as quais não responderam ao questionário do produtor/exportador, as margens de dumping apuradas para fins de determinação preliminar basearam-se, em atendimento ao estabelecido no §3º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, na melhor informação disponível nos autos do processo.

Cabe destacar que, nos termos do art. 184 do Decreto nº 8.058, de 2013, a parte interessada é responsável por cooperar com a investigação e por fornecer todos os dados e informações solicitadas, arcando com eventuais consequências decorrentes de sua omissão; que as empresas selecionadas da Alemanha e da Coreia do Sul não apresentaram qualquer resposta ao questionário do produtor/exportador; que as empresas selecionadas de Israel e da Malásia apresentaram respostas incompletas e sem a devida regularização dos documentos de representação; e que as empresas selecionadas dos Emirados Árabes Unidos e da Itália apresentaram respostas incompletas e ausentes das suas versões restritas. Nesse sentido, as margens de dumping apuradas para fins de determinação preliminar basearam-se, em atendimento ao estabelecido no §3º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, para todas as origens investigadas, na melhor informação disponível nos autos do processo.

Dessa forma, considerou-se para todas as origens investigadas o valor normal apurado quando do início da investigação, na condição FOB.

No tocante ao preço de exportação, de maneira similar, também foram adotados como melhor informação disponível os dados constantes no início da investigação. Essa informação, contudo, em função das manifestações apresentadas pelos importadores, conforme citado no item 2.1.3, que resultaram em ajustes na depuração das estatísticas oficiais da RFB, passou por atualizações nos números de algumas das origens investigadas. Assim sendo, os preços de exportação da Alemanha e da Coreia do Sul foram alterados em relação ao parecer de início da investigação. A Itália também teve seus dados de importação ajustados, mas essas alterações não acarretaram mudanças em seu preço médio de exportação. Para as demais origens não houve alterações em relação aos valores constantes no parecer de início da investigação.

SITIO PROIBIDO PARA MENORES

Ressalte-se que, em função das alterações nos volumes de importação ocasionadas pelo exposto no item 2.1.3, houve redução significativa nos volumes de importação da Coreia do Sul. Contudo, por se tratar ainda de análise preliminar, a sua condição como origem investigada foi mantida e o seu preço de exportação foi atualizado com base no seu volume de importações remanescente.

4.2.1 Da Alemanha

4.2.1.1 Da Kaimann Gmbh

4.2.1.1.1 Do valor normal

Considerou-se o valor normal apurado quando do início da investigação de US$ 30,06/kg (trinta dólares estadunidenses e seis centavos por quilograma) para a Alemanha, na condição FOB.

4.2.1.1.2 Do preço de exportação

Adotou-se para a Alemanha o preço de exportação constante no parecer de início da investigação, obtido com base nas estatísticas de importação disponibilizadas pela RFB. Conforme descrito no item 4.2, contudo, a apuração desse preço passou por ajustes na depuração das estatísticas, com base nas manifestações apresentadas por alguns importadores. A metodologia utilizada para o cálculo do preço de exportação, por sua vez, foi a mesma aplicada no parecer de início.

Obteve-se, assim, o preço de exportação apurado para a Alemanha de US$ 5,80/kg (cinco dólares estadunidenses e oitenta centavos por quilograma), cujo cálculo se detalha na tabela a seguir:

Preço de Exportação

Valor FOB (US$)	Volume Exportado (kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)
281.177,4	48.489,14	5,80

Fonte: RFB.
Elaboração: DECOM.

4.2.1.1.3 Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping, definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping, que se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação, estão apresentadas a seguir, em base FOB.

Margem de Dumping

Valor Normal (US$/kg)	Preço de Exportação (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
30,06	5,80	24,26	418,28%

Fonte: RFB.
Elaboração: DECOM.

Assim, para efeito de determinação preliminar, concluiu-se pela existência de dumping de US$ 24,26/kg (vinte e quatro dólares estadunidenses e vinte e seis centavos por quilograma) nas exportações da Kaimann GmbH para o Brasil, que equivale à margem de dumping de 418,28%.

4.2.2 Da Coreia do Sul

4.2.2.1 Da Hwaseung R&A Co., Ltd.

4.2.2.1.1 Do valor normal

Considerou-se o valor normal apurado quando do início da investigação de US$ 18,13/kg (dezoito dólares estadunidenses e treze centavos por quilograma) para a Coreia do Sul, na condição FOB.

4.2.2.1.2 Do preço de exportação

Adotou-se para a Coreia do Sul o preço de exportação constante no parecer de início da investigação, obtido com base nas estatísticas de importação disponibilizadas pela RFB. Conforme descrito no item 4.2, contudo, a apuração desse preço passou por ajustes na depuração das estatísticas, com base nas manifestações apresentadas por alguns importadores. A metodologia utilizada para o cálculo do preço de exportação, por sua vez, foi a mesma aplicada no parecer de início.

Obteve-se, assim, o preço de exportação apurado para a Coreia do Sul de US$ 6,21/kg (seis dólares estadunidenses e vinte e um centavos por quilograma), cujo cálculo se detalha na tabela a seguir:

Preço de Exportação

Valor FOB (US$)	Volume Exportado (kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)
297,7	47,9	6,21

Fonte: RFB.
Elaboração: DECOM.

4.2.2.1.3 Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping, definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping, que se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação, estão apresentadas a seguir, em base FOB.

Margem de Dumping

Valor Normal (US$/kg)	Preço de Exportação (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
18,13	6,21	11,92	191,9

Fonte: RFB.
Elaboração: DECOM.

Assim, para efeito de determinação preliminar, concluiu-se pela existência de dumping de US$ 11,92/kg (onze dólares estadunidenses e noventa e dois centavos por quilograma) nas exportações da Hwaseung R&A Co., Ltd. para o Brasil, que equivale à margem de dumping de 191,9%.

4.2.3 Dos Emirados Árabes Unidos

4.2.3.1 K-Flex Gulf Manufacturing (Llc)

4.2.3.1.1 Do valor normal

Considerou-se o valor normal apurado quando do início da investigação de US$ 5,73/kg (cinco dólares estadunidenses e setenta e três centavos por quilograma) para os Emirados Árabes Unidos, na condição FOB.

4.2.3.1.2 Do preço de exportação

Adotou-se para os Emirados Árabes Unidos o preço de exportação constante no parecer de início da investigação, obtido com base nas estatísticas de importação disponibilizadas pela RFB.

Obteve-se, assim, o preço de exportação apurado para os Emirados Árabes Unidos de US$ 4,52/kg (quatro dólares estadunidenses e cinquenta e dois centavos por quilograma), cujo cálculo se detalha na tabela a seguir:

Preço de Exportação

Valor FOB (US$)	Volume Exportado (kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)
598.915,44	132.553,6	4,52

Fonte: RFB.
Elaboração: DECOM.

4.2.3.1.3 Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping, definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping, que se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação, estão apresentadas a seguir, em base FOB.

Margem de Dumping

Valor Normal (US$/kg)	Preço de Exportação (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
5,73	4,52	1,21	26,8

Fonte: RFB.
Elaboração: DECOM.

Assim, para efeito de determinação preliminar, concluiu-se pela existência de dumping de US$ 1,21/kg (um dólar estadunidenses e vinte e um centavos por quilograma) nas exportações da K-Flex Gulf Manufacturing (Llc) para o Brasil, que equivale à margem de dumping de 26,8%.

4.2.3.2 Das manifestações acerca da margem de dumping dos Emirados Árabes Unidos

No tocante ao preço de exportação, a produtora/exportadora K-Flex Gulf e a importadora Polipex argumentaram que, tendo em vista haver contrato de exclusividade de representação da última no mercado brasileiro, deveria ser utilizado o preço de venda para o primeiro consumidor independente dela no Brasil.

A Polipex afirmou que "a existência de relação comercial contínua e exclusiva entre as partes [...] impede, a teor do art. 21 do Decreto 8.058/2013, que o preço de exportação praticado pela K-Flex seja utilizado para os fins desta investigação". Para a empresa, deveria ser considerado o preço pelo qual os produtos importados foram revendidos pela primeira vez a um comprador independente, conforme preceitua o inciso I do art. 21 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Segundo a K-Flex-Gulf, que pertence integralmente à L´Isolante K-Flex, o grupo possui influência direta na política estratégica e comercial da Polipex, o que está estipulado no contrato de exclusividade celebrado entre as partes. Como resultado, as vendas da K-Flex Gulf à Polipex são feitas sob condições especiais e não fornecem comparação confiável para a determinação do preço de exportação.

4.2.3.3 Dos comentários acerca das manifestações

Para efeito desta determinação preliminar, não foi possível avaliar a possibilidade de utilização dos dados fornecidos pela empresa Polipex, tendo em vista que esta não respondeu ao pedido de informações complementares antes da data constante do item 1.7. Ademais, não puderam ser utilizados os dados fornecidos quando da resposta ao questionário do importador, visto que foram apresentados apenas em versão confidencial, sem o respectivo resumo não sigiloso, de forma que não foram juntados aos autos.

4.2.4 De Israel

4.2.4.1Da Anavid Insulation Products Kiryat Anavim A.C.S. Ltd.

4.2.4.1.1 Do valor normal

Considerou-se o valor normal apurado quando do início da investigação de US$ 8,18/kg (oito dólares estadunidenses e dezoito centavos por quilograma) para Israel, na condição FOB.

4.2.4.1.2 Do preço de exportação

Adotou-se para Israel o preço de exportação constante no parecer de início da investigação, obtido com base nas estatísticas de importação disponibilizadas pela RFB.

Obteve-se, assim, o preço de exportação apurado para Israel de US$ 4,36/kg (quatro dólares estadunidenses e trinta e seis centavos por quilograma), cujo cálculo se detalha na tabela a seguir:

Preço de Exportação

Valor FOB (US$)	Volume Exportado (kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)
325.353,28	74.629,7	4,36

Fonte: RFB.
Elaboração: DECOM.

4.2.4.1.3 Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping, definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping, que se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação, estão apresentadas a seguir, em base FOB.

Margem de Dumping

Valor Normal (US$/kg)	Preço de Exportação (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
8,18	4,36	3,82	87,6

Fonte: RFB.
Elaboração: DECOM.

Assim, para efeito de determinação preliminar, concluiu-se pela existência de dumping de US$ 3,82/kg (três dólares estadunidenses e oitenta e dois centavos por quilograma) nas exportações da Anavid Insulation Products Kiryat Anavim A.C.S. Ltd. para o Brasil, que equivale à margem de dumping de 87,6%.

4.2.5 Da Itália

4.2.5.1 Da L'Isolante K-Flex Srl.

4.2.5.1.1 Do valor normal

Considerou-se o valor normal apurado quando do início da investigação de US$ 10,60/kg (dez dólares estadunidenses e sessenta centavos por quilograma) para a Itália, na condição FOB.

4.2.5.1.2 Do preço de exportação

Adotou-se para a Itália o preço de exportação constante no parecer de início da investigação, obtido com base nas estatísticas de importação disponibilizadas pela RFB. Conforme descrito no item 4.2, contudo, a apuração desse preço passou por ajustes na depuração das estatísticas, com base nas manifestações apresentadas por alguns importadores. A metodologia utilizada para o cálculo do preço de exportação, por sua vez, foi a mesma aplicada no parecer de início.

Obteve-se, assim, o preço de exportação apurado para a Itália de US$ 4,13/kg (quatro dólares estadunidenses e treze centavos por quilograma), cujo cálculo se detalha na tabela a seguir:

Preço de Exportação

Valor FOB (US$)	Volume Exportado (kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)
1.767.136,06	428.180,53	4,13

Fonte: RFB.
Elaboração: DECOM.

4.2.5.1.3 Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping, definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping, que se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação, estão apresentadas a seguir, em base FOB.

Margem de Dumping

Valor Normal (US$/kg)	Preço de Exportação (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
10,60	4,13	6,47	156,5

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Fonte: RFB.
Elaboração: DECOM.

Assim, para efeito de determinação preliminar, concluiu-se pela existência de dumping de US$ 6,47/kg (seis dólares estadunidenses e quarenta e sete centavos por quilograma) nas exportações da L'Isolante K-Flex Srl. para o Brasil, que equivale à margem de dumping de 156,5%.

4.2.5.2 Das manifestações acerca da margem de dumping da Itália

A empresa L´Isolante K-Flex argumentou que, de acordo com o Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, o valor normal deveria ser determinado pelas vendas no mercado interno italiano, já que estas representariam mais de 5% do valor total das vendas da empresa. A empresa, contudo, alegou que os tubos de borracha elastomérica vendidos na Itália seguiriam padrões diferentes daqueles exportados para o Brasil. A produtora/exportadora alegou que a Regulação nº 305/2011 do Parlamento Europeu, referente a materiais de espuma elastomérica flexível, faria com que o custo e o preço do produto italiano fossem mais altos. Por essa razão, a empresa pediu que se aplicasse o disposto no inciso I do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, e que o valor normal fosse determinado com base no preço de exportação para a Tunísia, já que os produtos para lá exportados seguiriam os mesmos requisitos técnicos daqueles importados pelo Brasil.

Adicionalmente, a L´Isolante K-Flex argumentou que a margem de dumping existente no item 4.5.3 da Circular Secex nº 36, de 20 de junho de 2014, não poderia ser considerada justa.

No tocante ao preço de exportação, assim como no caso dos Emirados Árabes Unidos, a L´Isolante K-Flex e a Polipex argumentaram que, tendo em vista haver contrato de exclusividade de representação da última no mercado brasileiro, deveria ser utilizado o preço de venda para o primeiro consumidor independente dela no Brasil. Como resultado, as vendas da exportadora italiana à Polipex seriam feitas sob condições especiais e não forneceriam comparação confiável para a determinação do preço de exportação.

4.2.5.3 Dos comentários acerca das manifestações

A empresa L´Isolante K-Flex não apresentou, em sua resposta ao questionário do produtor/exportador, o Apêndice VI contendo as vendas no mercado interno italiano para cálculo do valor normal, além de não trazer qualquer subsídio técnico acerca da diferença de qualidade entre o produto vendido no mercado interno e aquele exportado para o Brasil. Dessa forma, em consonância com o item 4.2, empregou-se a melhor informação disponível, qual seja, aquela constante do parecer de início da investigação.

No tocante ao preço de exportação, assim como explicitado no item 4.2.3.3, não foi possível avaliar a possibilidade de utilização dos dados fornecidos pela empresa Polipex, tendo em vista que esta não respondeu ao pedido de informações complementares antes da data constante do item 1.7. Ademais, não puderam ser utilizados os dados fornecidos quando da resposta ao questionário do importador, visto que foram apresentados apenas em versão confidencial, sem o respectivo resumo não sigiloso, de forma que não foram juntados aos autos.

4.2.6 Da Malásia

4.2.6.1. Da Superlon Worldwide Sdn Bhd

4.2.6.1.1 Do valor normal

Considerou-se o valor normal apurado quando do início da investigação de US$ 13,42/kg (treze dólares estadunidenses e quarenta e dois centavos por quilograma) para a Malásia, na condição FOB.

4.2.6.1.2 Do preço de exportação

Adotou-se para a Malásia o preço de exportação constante no parecer de início da investigação, obtido com base nas estatísticas de importação disponibilizadas pela RFB.

Obteve-se, assim, o preço de exportação apurado para a Malásia de US$ 3,64/kg (três dólares estadunidenses e sessenta e quatro centavos por quilograma), cujo cálculo se detalha na tabela a seguir:

Preço de Exportação

Valor FOB (US$)	Volume Exportado (kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)
217.248,96	59.688,8	3,64

Fonte: RFB.
Elaboração: DECOM.

4.2.6.1.3 Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping, definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping, que se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação, estão apresentadas a seguir, em base FOB.

Margem de Dumping

Valor Normal (US$/kg)	Preço de Exportação (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
13,42	3,64	9,78	268,7

Fonte: RFB.
Elaboração: DECOM.

Assim, para efeito de determinação preliminar, concluiu-se pela existência de dumping de US$ 9,78/kg (nove dólares estadunidenses e setenta e oito centavos por quilograma) nas exportações da Superlon Worldwide Sdn Bhd. para o Brasil, que equivale à margem de dumping de 268,7%.

4.2.7 Das manifestações acerca da margem de dumping

As empresas L´Isolante K-Flex, K-Flex Gulf e Polipex alegaram que toda comparação para efeito do cálculo da margem de dumping deveria ser feita única e exclusivamente em metros lineares. Segundo essas companhias, o peso não seria um parâmetro porque diferentes produtores fabricariam tubos de borracha elastomérica com diferentes densidades e pesos. Considerando que os produtos seriam vendidos em metros lineares, não estaria-se fazendo comparação justa ao utilizar a média de peso dos tubos de borracha ao invés da unidade utilizada regularmente nas operações de comércio. As produtoras/exportadoras afirmaram ainda que a utilização do fator de conversão de 0,288 quilogramas para cada metro linear não poderia ser considerada, tendo em vista que resultaria em distorções no cálculo dos preços.

4.2.8 Dos comentários acerca das manifestações

Em que pese a comercialização dos tubos de borracha elastomérica ser feito em metros lineares, a utilização do peso como unidade de medida reflete com maior precisão o custo do produto. Considerar, para cálculo da margem de dumping, a unidade de medida em metros lineares acarretaria distorção do preço, na medida em que cada metro pode apresentar grande diferenciação em termos de quantidade de matéria-prima utilizada em sua confecção, uma vez que a densidade específica de cada produto varia entre os diversos diâmetros e espessuras dos tubos de borracha elastomérica. Para adequar possíveis distorções que o uso da unidade de peso pudesse gerar, foram adotados distintos fatores de conversão para cada código de produto (CODPROD) que a peticionária fabrica.

Além disso, é importante ressaltar que, embora a peticionária tenha proposto inicialmente a conversão universal de 0,288 quilogramas para cada metro linear, esse fator de conversão não foi utilizado na análise de seus dados. Quando da verificação in loco, com base na média dos pesos registrados na produção, foi obtido o peso por metro linear de cada produto, o qual foi utilizado na conversão de todos os volumes informados em quilos. Assim, para cada CODPROD existente, foi estabelecido um fator de conversão, de forma a se garantir justa comparação entre os tubos com diferentes espessuras e diâmetros.

Nesse sentido, em eventual verificação in loco nos exportadores, seria possível criar fatores de conversão que se adequassem com precisão à realidade do mercado de tubos de borracha elastomérica das empresas estrangeiras. A L´Isolante K-Flex e a K-Flex Gulf, no entanto, não apresentaram resposta adequada ao questionário do produtor/exportador, de forma que não foi possível utilizar seus dados para cálculo da margem de dumping e tampouco estabelecer fator de conversão para cada CODPROD dos produtos fabricados por elas. Dessa forma, utilizaram-se as estatísticas constantes no sítio eletrônico Trade Map, fornecidas em quilogramas.

4.3 Da conclusão preliminar a respeito do dumping

A partir das informações anteriormente apresentadas, determinou-se preliminarmente a existência de dumping nas exportações de tubos de borracha para o Brasil originárias da Alemanha, da Coreia do Sul, dos Emirados Árabes Unidos, de Israel, da Itália e da Malásia, realizadas no período de janeiro a dezembro de 2013.

Outrossim, observou-se que as margens de dumping apuradas não se caracterizaram como de minimis, nos termos do § 1º do art. 31 do Decreto nº 8.058, de 2013.

5. DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

Neste item serão analisadas as importações brasileiras e o mercado brasileiro de tubos de borracha elastomérica. O período de análise deve corresponder ao período considerado para fins de determinação de existência de indícios de dano à indústria doméstica.

Assim, para efeitos de determinação preliminar, considerou-se, de acordo com o § 4º do art. 48 do Decreto nº 8.058, de 2013, o período de janeiro de 2009 a dezembro de 2013, dividido da seguinte forma:

P1 janeiro a dezembro de 2009;
P2 janeiro a dezembro de 2010;
P3 janeiro a dezembro de 2011;
P4 janeiro a dezembro de 2012; e
P5 janeiro a dezembro de 2013.

5.1 Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de tubos de borracha elastomérica importados pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes ao item 4009.11.00 da NCM, fornecidos pela RFB.

Como já destacado anteriormente, na NCM sob análise são classificadas as importações desses tubos e de outros produtos, como mangueiras de borracha vulcanizada, mangueiras de radiador e tubos de borracha vulcanizada para automóveis. Dessa forma, realizou-se depuração das importações constantes desses dados, de forma a se obter as informações referentes exclusivamente ao produto objeto da investigação.

A metodologia utilizada consistiu em retirar da base de dados fornecida pela RFB as importações dos produtos que não corresponderam à descrição do produto objeto da investigação, bem como daqueles produtos claramente excluídos do escopo da análise, conforme o item 2.1.1.

Como explicado no item 2.1.3, as empresas BMW do Brasil Ltda., CHB Comércio e Indústria Ltda., Construtora Norberto Odebrecht S.A., Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda., Jaguar e Land Rover Brasil Importação e Comércio de Veículos Ltda., Mercedes-Benz do Brasil Ltda. e Sig Combibloc do Brasil Ltda. se manifestaram informando que não importaram o produto objeto da investigação. O Governo da Coreia do Sul também se manifestou alegando que a empresa Hwaseung R&A não teria exportado o produto objeto da investigação durante o período de análise.

Diante desses fatos, decidiu-se, para efeito desta determinação preliminar, realizar depurações adicionais nos dados de importação fornecidos pela RFB, visando a excluir dos dados de importação depurados aqueles produtos que não se destinavam aos usos residencial e comercial. Foram ainda excluídas da base de dados as importações realizadas pelas empresas que se manifestaram nesse sentido.

5.1.1 Da avaliação cumulativa das importações

O art. 31 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que quando as importações de um produto de mais de um país forem simultaneamente objeto de investigação que abranja o mesmo período de investigação de dumping, os efeitos de tais importações poderão ser avaliados cumulativamente se for verificado que:

(a)a margem de dumping determinada em relação às importações de cada um dos países não é de minimis, ou seja, inferior a 2% do preço de exportação, nos termos do § 1º do art. 31 do mencionado Decreto;

(b)o volume de importações de cada país não é insignificante, isto é, não representa menos de 3% do total das importações pelo Brasil do produto objeto da investigação e do produto similar, nos termos do § 2º do art. 31 do Regulamento Brasileiro; e

(c)a avaliação cumulativa dos efeitos daquelas importações é apropriada tendo em vista as condições de concorrência entre os produtos importados e as condições de concorrência entre os produtos importados e o produto similar doméstico.

De acordo com os dados anteriormente apresentados, as margens relativas de dumping apuradas para cada um dos países investigados não foram de minimis.

Ademais, os volumes individuais das importações originárias da Itália, Emirados Árabes Unidos, Israel, Malásia e Alemanha corresponderam, respectivamente, a 56%, 17,3%, 9,8%, 7,8% e 6,3% do total importado pelo Brasil em P5, não se caracterizando, portanto, como volume insignificante. Em relação à Coreia do Sul, concluiu-se, preliminarmente, que o volume das exportações foi equivalente a 0,01%, logo, insignificante.

Ainda, (i) não há elementos nos autos da investigação indicando a existência de restrições às importações de tubos de borracha pelo Brasil que pudessem indicar a existência de condições de concorrência distintas entre os países investigados e (ii) não foi evidenciada nenhuma política que afetasse as condições de concorrência entre o produto objeto da investigação e o similar doméstico. Foi constatado, inclusive, que ambos são vendidos por meio dos mesmos canais de distribuição e destinados aos mesmos usuários, apresentando alto grau de substitutibilidade e com concorrência baseada principalmente no fator preço.

5.1.2 Do volume das importações

A tabela seguinte apresenta os volumes de importações totais de tubos de borracha elastomérica no período de investigação de dano à indústria doméstica:

Importações Totais (kg)

Origem	P1	P2	P3	P4	P5
Itália	100,0	120,1	138,7	171,1	168,2
Emirados Árabes Unidos	-	-	-	-	100,0
Israel	-	100,0	196,5	73,9	117,5
Malásia	100,0	157,3	134,6	98,5	190,6
Alemanha	100,0	104,5	433,8	720,6	281,9
Coréia do Sul	-	-	-	-	100,0
Origens em análise	100,0	144,0	196,2	210,3	245,4
China	100,0	3,0	970,1	1.347,1	399,9
Demais origens	100,0	270,6	260,9	215,2	412,8
Total (exceto em análise)	100,0	19,0	927,5	1.279,1	400,7
Total Geral	100,0	141,8	209,5	229,6	248,2

Obs.: As outras origens incluem: Argentina, Áustria, Bélgica, Canadá, Cingapura, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Hong Kong, Hungria, Índia, Japão, México, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia, Suíça e Turquia.
Fonte: RFB
Elaboração: DECOM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O volume das importações brasileiras de tubos de borracha elastomérica das origens em análise apresentou crescimento durante todos os períodos. Houve aumento de 44% de P1 para P2, de 36,3% de P2 para P3, de 7,1% de P3 para P4 e de 16,7% de P4 para P5. Ao longo dos cinco períodos, observou-se aumento acumulado no volume importado de 145,4%.

Já o volume importado de outras origens elevou-se somente de P2 para P3 e de P3 para P4, nos montantes de 4.769,9% e 37,9%, respectivamente. Nos outros períodos, as importações das outras origens apresentaram quedas: de 81%, de P1 para P2 e de 68,7%, de P4 para P5. Durante todo o período investigado, houve aumento acumulado dessas importações de 300,7%.

Ademais, foi verificado que o Brasil possui acordos de preferências tarifárias com países que tiveram transações ao longo do período objeto de investigação. O Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e Israel, conforme citado no item 2.1.1, resultou na aplicação da alíquota do Imposto de Importação nos seguintes percentuais, respectivamente, de 2009 a 2013: 14%, 12,25%, 10,5%, 8,75% e 7%, sendo aplicadas aos volumes importados desse país. Em que pese a existência de acordos preferenciais no âmbito do Mercosul e o acordo Mercosul-Índia, não se verificou volume relevante transacionado com essas origens.

Deve-se observar que os volumes importados das origens em análise foram significativamente superiores aos das demais origens durante todo o período analisado. Em P1 e em P2, as importações dessas origens representam 98,2% e 99,8% de todas as importações, e em P3 e P4 elas totalizam 92%, 89,9%, retornando, em P5, para o patamar inicial, representando 97,1% do total. Por outro lado a representatividade das importações das outras origens variou entre 0,2% e 10,1%.

Influenciadas pela relevante participação das importações das origens em análise no total importado, constatou-se que as importações brasileiras totais de tubos de borracha elastomérica apresentaram crescimento de 41,8% de P1 para P2, de 47,8% de P2 para P3, de 9,6% de P3 para P4 e de 8,1% de P4 para P5. Durante todo o período de análise (P1 - P5), observou-se aumento acumulado no volume importado de 148,2%.

Cumpre destacar que, em função dos ajustes citados nos itens 2.1.3 e 5.1, o volume de importações da Coreia do Sul apresentou representativa redução, que aparentemente o enquadraria como volume insignificante, nos termos do §2º art. 31 do Regulamento Brasileiro. Contudo, em face de não haver uma decisão definitiva sobre esta questão, decidiu-se por não excluir, para efeitos desta Determinação Preliminar, a Coreia do Sul como origem investigada.

5.1.3 Do valor e do preço das importações

Visando a tornar a análise do valor das importações mais uniforme, considerando que o frete e o seguro, dependendo da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF.

As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor e do preço CIF das importações totais de tubos de borracha elastomérica no período de análise de indícios de dano à indústria doméstica.

Valor das Importações Totais (Mil US$ CIF)

Origem	P1	P2	P3	P4	P5
Itália	100,0	119,6	159,0	186,0	179,7
Emirados Árabes Unidos	-	-	-	-	100,0
Israel	-	100,0	193,0	83,5	140,3
Malásia	100,0	179,5	154,0	107,0	183,1
Alemanha	100,0	85,0	417,0	760,4	295,2
Coréia do Sul	-	-	-	-	100,0
Origens em análise	100,0	141,0	213,8	237,9	263,1
China	100,0	23,3	1.065,2	1.336,1	665,4
Demais origens	100,0	240,7	315,0	573,7	473,6
Total exceto em análise	100,0	95,6	815,8	1.082,6	601,6
Total Geral	100,0	139,7	232,0	263,4	273,4

Obs.: As outras origens incluem: Argentina, Áustria, Bélgica, Canadá, Cingapura, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Hong Kong, Hungria, Índia, Japão, México, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia, Suíça e Turquia.
Fonte: RFB
Elaboração: DECOM

Inicialmente, cumpre ressaltar que os valores das importações das origens investigadas de tubos de borracha elastomérica apresentaram a mesma trajetória que aquela evidenciada pelo volume importado daqueles países. Dessa forma, os aumentos em P2, P3, P4 e P5 foram, respectivamente, 41%, 51,6%, 11,2% e 10,6%, sempre em relação ao período anterior. Houve aumento dos valores importados durante todo o período analisado, totalizando, de P1 para P5, uma elevação de 163,1%.

Da mesma maneira, a evolução dos valores importados das outras origens evoluiu de forma equivalente àquela evidenciada pelo volume importado desses países. Isso posto, verificou-se que os valores importados dos outros países apresentaram diminuição de 4,4% de P1 para P2, seguido de acréscimo de 753,4% e de 32,7%, em P3 e em P4, sempre em relação ao período anterior. Em P5, houve um novo decréscimo dos valores importados das outras origens, no montante de 44,4%. Durante todo o período de análise, evidenciou-se elevação nos valores importados dos outros países de 501,7%.

Preço das Importações Totais (US$ CIF/kg)

Origem	P1	P2	P3	P4	P5
Itália	100,0	99,5	114,6	108,7	106,8
Emirados Árabes Unidos	-	-	-	-	100,0
Israel	-	100,0	98,2	113,0	119,4
Malásia	100,0	114,1	114,5	108,5	96,0
Alemanha	100,0	81,3	96,1	105,5	104,8
Coréia do Sul	-	-	-	-	100,0
Origens em análise	100,0	97,9	109,0	113,1	107,2
China	100,0	784,6	109,8	99,2	166,4
Outros	100,0	88,9	120,7	266,5	114,7
Total (exceto em análise)	100,0	501,9	88,0	84,6	150,2
Total Geral	100,0	98,5	110,8	114,7	110,1

Obs.: As outras origens incluem: Argentina, Áustria, Bélgica, Canadá, Cingapura, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Hong Kong, Hungria, Índia, Japão, México, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia, Suíça e Turquia.
Fonte: RFB
Elaboração: DECOM

O preço das importações de tubos de borracha elastomérica das origens em análise oscilou ao longo do período: diminuiu 2,1% de P1 para P2, aumentou 11,2% de P2 para P3 e 3,9%, de P3 para P4, e diminuiu 5,3%, entre P4 e P5. Dessa forma, de P1 para P5, o preço das importações das origens em análise aumentou 7,1%.

Já o preço CIF médio por tonelada ponderado de outros fornecedores estrangeiros aumentou 401,7% de P1 para P2, diminuiu 82,5% de P2 para P3 e 3,8% de P3 para P4. De P4 para P5, entretanto, esse preço aumentou 77,3%. Assim, ao longo do período de análise, o preço das importações totais de outros fornecedores estrangeiros aumentou 50,1%.

Constatou-se que o preço CIF médio ponderado das importações brasileiras das origens em análise foi inferior ao preço CIF médio ponderado das importações totais brasileiras das demais origens em todos os períodos de análise. A diferença de preços entre as importações das origens em análise e as importações totais variou entre 26,5% e 766,4%.

5.2 Do mercado brasileiro

Para dimensionar o mercado brasileiro de tubos de borracha elastomérica foram considerados os volumes de vendas no mercado interno da indústria doméstica, líquidas de devoluções, bem como as quantidades importadas totais apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentadas no item anterior.

Mercado Brasileiro (kg)

Período	Vendas Indústria Doméstica	Importações Origens Sob Análise	Importações Outras Origens	Mercado Brasileiro
P1	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	113,5	144,0	19,0	127,9
P3	114,5	196,2	927,5	162,9
P4	110,8	210,3	1.279,1	171,3
P5	141,7	245,4	400,7	195,9

Fonte: RFB e Indústria doméstica
Elaboração: DECOM

Observou-se que o mercado brasileiro de tubos de borracha elastomérica aumentou em todos os períodos de análise. Esses aumentos foram mais significativos em P2 e em P3, quando foram de 27,9% e 27,4%, respectivamente, em relação ao período anterior. Em seguida, a taxa de crescimento se reduziu, registrando 5,2% de P3 para P4 e 14,4% de P4 para P5. Considerando todo o período de análise, de P1 para P5, o mercado brasileiro cresceu 95,9%.

5.3 Da evolução das importações

5.3.1 Da participação das importações no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das importações no mercado brasileiro de tubos de borracha elastomérica.

Participação das Importações no Mercado Brasileiro (%)

Período	Vendas Indústria Doméstica	Importações sob Análise	Importações Outras Origens
P1	100,0	100,0	100,0
P2	88,7	112,6	14,9
P3	70,3	120,5	569,5
P4	64,7	122,7	746,7
P5	72,3	125,2	204,5

Fonte: RFB e Indústria doméstica
Elaboração: DECOM

Observou-se que a participação das importações das origens em análise no mercado brasileiro foi crescente durante todo o período de análise, tendo apresentado aumento de 6,3 pontos percentuais (p.p.), de P1 para P2, de 3,9 p.p. de P2 para P3, de 1,1 p.p. de P3 para P4 e de 1,2 p.p. de P4 para P5. Considerando todo o período investigado, a participação das importações sob análise no mercado brasileiro aumentou 12,6 p.p.

Já a participação das importações das demais origens no mercado brasileiro oscilou entre 0,9% e 6,9% ao longo do período de análise.

5.3.2 Da relação entre as importações e a produção nacional

A tabela a seguir apresenta a relação entre as importações de tubos de borracha elastomérica das origens em análise e a produção nacional do produto similar.

Importações sob Análise e Produção Nacional

	Produção Nacional (kg) (A)	Importações em análise (kg) (B)	[(B)/(A)] (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	110,4	144,0	130,4
P3	104,2	196,2	188,3
P4	117,2	210,3	179,3
P5	122,2	245,4	200,8

Fonte: RFB e Indústria doméstica
Elaboração: DECOM

Observou-se que a relação entre as importações sob análise e a produção nacional de tubos de borracha elastomérica aumentou em todos os períodos analisados, exceto no interregno de P3 para P4. Esse aumento foi de 28,4 p.p. de P1 para P2, de 54 p.p. de P2 para P3, e de 20 p.p. de P4 para P5. De P3 para P4 houve queda de 8,4 p.p. Assim, ao se considerar todo o período de análise, essa relação, que era de 93,2% em P1, passou a 187,1% em P5, representando aumento acumulado de 93,9 p.p.

5.4 Das manifestações acerca das importações

A empresa Polipex afirma ter havido violação ao princípio da não-discriminação. Segundo a importadora, os países investigados não são os únicos exportadores relevantes, tendo havido importações expressivas de outros países. A exclusão dessas outras origens teria violado o "princípio da não-discriminação, estabelecido no Artigo 9 (2) do Acordo Anti-Dumping da OMC".

A L`Isolante K-Flex e a K-Flex Gulf argumentaram que a autoridade investigadora teria o dever de verificar o disposto no § 2º do art. 31 e no art. 74 do Decreto nº 8.058, de 2013, que versam sobre o volume de importações de cada país não ser insignificante, antes de iniciar a investigação, especialmente nesse caso, tendo em vista que o item 4009.11.00 da NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) englobaria outros produtos, além dos tubos de borracha elastomérica.

As exportadoras mencionaram, ainda, que

"China was kept out of the investigation with the argument that the amount of products exported would have been lower than the exports of other countries. However, the imports of the products under investigation from China have a strong increase trend as it is showed in [?] Circular Letter nº 36. DECOM has the duty to disclose the figures of the Chinese imports as well as the methodology used for its statistics segmentation. Therefore, considering the factual evidence showing strong increase of Chinese exports of elastomeric rubber tubes to Brazil, it is submitted that the initiation of the anti-dumping investigation by DECOM without considering the exports from China constitutes a serious breach of the principle of non-discrimination. In order to render the principle of non-discrimination effective and to avoid any potential discrimination between exporting countries, anti-dumping proceedings must cover all exporting countries for which there is a prima facie evidence of dumping."

5.5 Dos comentários acerca das manifestações

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que o citado artigo 9.2 do Acordo Antidumping da OMC se refere, na realidade, à cobrança de direito antidumping já aplicado, que, por sua vez, deve ser feita de maneira não discriminatória.

Adicionalmente, é importante lembrar que foram utilizados os dados oficiais disponibilizados pela RFB e realizou depuração para selecionar, dentro do item 4009.11.00 da NCM, apenas as importações do produto objeto da investigação. Uma vez feita a depuração, a seleção das origens investigadas seguiu rito não discriminatório, tendo sido realizada em conformidade com o art. 5.8 do Acordo Antidumping da OMC e com o § 2º do art. 31 do Decreto nº 8.058, de 2013. Todas as origens cuja participação tenha sido inferior a 3% do total importado foram excluídas. Além disso, o total das origens não investigadas, no período de investigação de dumping, totalizou 2,7% do total das importações, não se aplicando o disposto no § 3º do art. 31 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Em virtude do que foi explicitado acima, ao iniciar-se o processo de investigação em epígrafe, foram excluídas da análise das importações aquelas originadas da República Popular da China e do Reino da Tailândia. Portanto, ao contrário do afirmado, a China não foi excluída da análise simplesmente por exportar volume inferior aos demais, e sim porque foi considerada insignificante, nos termos legais. Consequentemente, o comportamento das importações originárias deste país ao longo do período de análise do dano é irrelevante, pois a investigação seria encerrada caso a China fosse incluída na investigação, em conformidade com o inciso III do art. 74 do Regulamento Brasileiro. Por outro lado,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ao concluir que a Federação da Malásia foi responsável por mais de 3% do total das importações do Brasil de tubos de borracha elastomérica, e que havia indícios de dumping nas importações originárias deste país, a Malásia foi incluída na análise das origens investigadas.

5.6 Da conclusão a respeito das importações

No período de investigação de dano à indústria doméstica, as importações investigadas cresceram significativamente:

(a)em termos absolutos, tendo passado de 303.021,18 kg de tubos de borracha elastomérica em P1 para 637.136,16 kg em P4 e 743.589,71 kg em P5, representando aumento de 440.568,44 kg de P1 para P5 e de 106.426,55 kg de P4 para P5;

(b)em relação ao mercado brasileiro, uma vez que em P1 tais importações alcançaram 50% deste mercado e em P4 e P5, atingiram, respectivamente, 61,4% e 62,6%; e

(c)em relação à produção nacional, pois em P1 representavam 93,2% desta produção e em P4 e P5, as importações alegadamente a preços de dumping já correspondiam a 167,1% e 187,1%, respectivamente, do volume total produzido no país.

Diante desse quadro, constatou-se um aumento substancial das importações a preços de dumping, tanto em termos absolutos, quanto em relação à produção e ao mercado brasileiro.

6 DO DANO

De acordo com o disposto no art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, a análise de dano deve fundamentar-se no exame objetivo do volume das importações a preços de dumping, no seu efeito sobre os preços do produto similar no mercado brasileiro e no consequente impacto dessas importações sobre a indústria doméstica.

6.1 Dos indicadores da indústria doméstica

Como já demonstrado anteriormente, de acordo com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a indústria doméstica foi definida como a linha de produção de tubos de borracha elastomérica da Armacell do Brasil Ltda. Dessa forma, os indicadores considerados refletem os resultados alcançados pela citada linha de produção.

O período de análise de dano à indústria doméstica compreendeu os mesmos períodos utilizados na análise das importações.

Os valores em reais apresentados pela indústria doméstica foram corrigidos para o período de análise de dumping, mediante a utilização do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) - da Fundação Getúlio Vargas.

6.1.1 Do volume de vendas

A tabela a seguir apresenta as vendas da indústria doméstica de tubos de borracha elastomérica de fabricação própria, destinadas ao mercado interno e ao mercado externo, conforme informado na petição. As vendas apresentadas estão líquidas de devoluções.

Vendas da Indústria Doméstica (em kg)

Período	Vendas Totais	Vendas no Mercado Interno (kg)	Participação no Total %	Vendas no Mercado Externo (kg)	Participação no Total %
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	111,6	113,5	101,7	83,2	74,5
P3	109,0	114,5	105,1	24,4	22,4
P4	106,9	110,8	103,7	45,7	42,8
P5	134,7	141,7	105,2	27,8	20,6

Fonte: Indústria doméstica.
Elaboração: DECOM.

Observou-se que o volume de vendas destinado ao mercado interno aumentou 13,5% de P1 para P2 e 1% de P2 para P3. Em seguida, esse volume recuou 3,2% de P3 para P4 e apresentou novo aumento de 27,9% de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de análise, houve elevação de 41,7% do volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno.

A participação das vendas no mercado interno em relação às vendas totais de tubos de borracha elastomérica aumentou de 1,5 p.p., de P1 para P2 e 3,2 p.p. de P2 para P3, recuando 1,2 p.p., de P3 para P4. Em seguida, percebeu-se a elevação da participação em 1,3 p.p., de P4 para P5. De P1 para P5 a participação aumentou 4,8 p.p.

Já as vendas destinadas ao mercado externo diminuíram 16,8%, de P1 para P2, e 70,6%, de P2 para P3. Na sequência, apresentaram aumento de 87,1% de P3 para P4, seguida de queda de 39,2% de P4 para P5. Ao se considerar o período de P1 para P5, as vendas destinadas ao mercado externo da indústria doméstica apresentaram queda de 72,2%.

A participação destas vendas foi reduzida em 1,5 p.p. de P1 para P2 e 3,2 p.p. de P2 para P3, aumentando 1,2 p.p de P3 para P4, mas voltando a cair 1,3 p.p. de P4 para P5. De P1 para P5 a participação diminuiu 4,8 p.p.

Em relação às vendas totais da indústria doméstica, observou-se aumento de 11,6% de P1 para P2, mas com redução de 2,3% de P2 para P3 e de 2% de P3 para P4. Na sequência, foram elevadas em 26,1% de P4 para P5. Considerando-se os extremos da série, as vendas totais aumentaram 34,7% de P1 para P5.

6.1.2 Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado interno no mercado brasileiro.

Participação das Vendas da Indústria Doméstica no Mercado Brasileiro

Período	Vendas Internas da Indústria Doméstica	Mercado Brasileiro	Participação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	113,5	127,9	88,7
P3	114,5	162,9	70,3
P4	110,8	171,3	64,7
P5	141,7	195,9	72,3

Fonte: RFB e Indústria doméstica.
Elaboração: DECOM.

A participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de tubos de borracha elastomérica reduziu 5,5 p.p. de P1 para P2, 9 p.p. de P2 para P3 e 2,8 p.p. de P3 para P4. No período seguinte, apresentou aumento de 3,7 p.p. de P4 para P5. Considerando-se os extremos da série, observou-se queda equivalente a 13,6 p.p. na participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro.

Desta forma, ficou constatado que a indústria doméstica perdeu participação no mercado brasileiro de tubos de borracha elastomérica de P1 para P5. Com efeito, não obstante as vendas internas da indústria doméstica terem aumentando 41,7% no período considerado, o mercado brasileiro de tubos de borracha elastomérica se expandiu 95,9% de P1 para P5, o que acarretou redução de 13,6 p.p. da participação da indústria domestica nesse mesmo intervalo.

6.1.3 Da produção e do grau de utilização da capacidade instalada

A tabela a seguir apresenta a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica, sua produção e o grau de ocupação dessa capacidade:

Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação

Período	Capacidade Efetiva (kg)	Produção (produto similar) (kg)	Grau de ocupação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	101,9	110,4	108,4
P3	104,0	104,2	100,2
P4	104,2	117,2	112,5
P5	117,9	122,2	103,6

Fonte: Indústria doméstica.
Elaboração: DECOM.

Importante destacar que os volumes de produção de tubos de borracha elastomérica apresentados na tabela anterior se referem à produção realizada pela indústria doméstica na planta de Pindamonhangaba, localizada no Estado de São Paulo. Registre-se que a capacidade instalada da Armacell dedica-se exclusivamente à produção dos tubos de borracha elastomérica. Portanto, a empresa não fabrica outros produtos nessa planta.

A produção do produto similar fabricado pela indústria doméstica aumentou 10,4% de P1 para P2, diminuiu 5,6% de P2 para P3 e aumentou 12,5% de P3 para P4. Na sequência, aumentou 4,2% de P4 para P5. Considerando os extremos da série, a produção do produto similar fabricado pela indústria doméstica aumentou 22,2% de P1 para P5.

A capacidade instalada efetiva apresentou constante elevação: 1,9% de P1 para P2; 2,1% de P2 para P3; 0,2% de P3 para P4; e 13,2% de P4 para P5. Considerando-se os extremos da série, houve elevação equivalente a 17,9%.

A capacidade efetiva da Armacell [CONFIDENCIAL]. O grau de ocupação da capacidade instalada com a produção do produto similar apresentou a seguinte evolução: aumento de 3,4 p.p. de P1 para P2, seguida de queda de 3,3 p.p. de P2 para P3, mas com posterior elevação de 4,9 p.p., de P3 para P4, e de redução de 3,5 p.p, de P4 para P5. Quando considerados os extremos da série, verificou-se aumento de 1,5 p.p. no grau de ocupação da capacidade instalada.

6.1.4 Dos estoques

A tabela a seguir indica o estoque acumulado no final de cada período analisado, considerando o estoque inicial, em P1, de 49.911 kg.

Estoque Final (kg)

Período	Produção	Vendas Internas	Vendas Externas	Importações (-) Revendas	Outras Saídas	Estoque Final
P1	100,00	100,00	100,00	(100,00)	(100,00)	100,00
P2	110,41	113,47	83,18	(13,30)	(55,62)	102,40
P3	104,20	114,55	24,44	499,21	(45,47)	120,11
P4	117,24	110,84	45,72	(143,33)	(92,89)	185,36
P5	122,22	141,72	27,78	(399,14)	(34,84)	88,51

Fonte: Indústria doméstica.
Elaboração: DECOM.

Inicialmente, é importante esclarecer que a produção [CONFIDENCIAL]. O volume do estoque final de tubos de borracha elastomérica da indústria doméstica aumentou sucessivamente 2,4%, de P1 para P2, 17,3%, de P2 para P3, e 54,3% de P3 para P4, alcançando o maior nível do período; em seguida, diminuiu 52,2%, de P4 para P5. Considerando-se todo o período de análise, o volume do estoque final da indústria doméstica decresceu 11,5%.

A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a relação entre o estoque acumulado e a produção da indústria doméstica em cada período de análise.

Relação Estoque Final/Produção

Período	Estoque Final	Produção	Relação (%)
P1	100,00	100,00	100,0
P2	102,40	110,41	92,7
P3	120,11	104,20	115,3
P4	185,36	117,24	158,1
P5	88,51	122,22	72,4

Fonte: Indústria doméstica.
Elaboração: DECOM

A relação entre o estoque final e a produção diminuiu 1,1 p.p. de P1 para P2 e aumentou 3,4 p.p. de P2 para P3 e 6,3 p.p. de P3 para P4. Em seguida, apresentou novo recuo de 12,7 p.p, de P4 para P5. Considerando os extremos da série, houve redução de 4,1 p.p. na relação entre estoque final e produção de P1 para P5.

6.1.5 Do emprego, da produtividade e da massa salarial

As tabelas contidas neste item, elaboradas a partir das informações constantes da petição, apresentam o número de empregados, a produtividade e a massa salarial relacionados à produção/venda de tubos de borracha elastomérica pela Armacell.

Segundo informações apresentadas pela peticionária, o produto similar é fabricado na planta de Pindamonhangaba - SP e [CONFIDENCIAL]. Ressalte-se a forma de apuração dos dados envolvidos no cálculo: enquanto o número de empregados ligados à produção é o constante nos registros da empresa no último mês de cada um dos períodos de análise de dano, os volumes de produção referem-se à fabricação do produto similar de 12 meses.

Número de Empregados

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	108,1	108,4	107,3	97,0
Administração e Vendas	100,0	97,8	99,8	100,5	137,8
Total	100,0	105,9	106,6	105,9	105,6

Fonte: Indústria doméstica.
Elaboração: DECOM.

Verificou-se que, de P1 para P2, o número de empregados que atuam na linha de produção apresentou aumento de 9,1%, mantendo-se constante em P3 e P4, sempre em relação ao período anterior. De P4 para P5, contudo, houve redução de 8,3%. Ao se analisar os extremos da série, o número de empregados ligados à produção não variou.

Em relação aos empregados envolvidos no setor administrativo e de venda do produto objeto da investigação, o efetivo se manteve constante de P1 para P4 com 6 empregados, passando para 8 empregados em P5. De P1 para P5 o número de empregados na área administrativa e de vendas aumentou 37%.

Com relação ao número de empregados totais, verificou-se aumento de 7,1% de P1 para P2. Nos períodos subsequentes o número de empregados manteve-se no mesmo patamar sem que tenha havido nenhuma variação. Dessa forma, ao longo de todo o período de análise de dano (de P1 para P5), constatou-se aumento de 7,1% no número total de empregados ligados à produção/venda do produto similar pela Armacell.

Produtividade por Empregado

	Produção (Kg)	Empregados ligados à produção	Produção (kg) por empregado envolvido na produção
P1	100,0	100,0	100,0
P2	110,4	108,1	102,2
P3	104,2	108,4	96,1
P4	117,2	107,3	109,3
P5	122,2	97,0	126,0

Fonte: Indústria doméstica.
Elaboração: DECOM.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A produtividade por empregado ligado à produção aumentou 2,2% de P1 para P2, diminuiu 6% de P2 para P3, e aumentou novamente 13,7% de P3 para P4 e 15,4% entre P4 e P5. Considerando-se todo o período de análise de dano, a produtividade por empregado ligado à produção aumentou 26%.

Ademais, [CONFIDENCIAL].

Massa Salarial (Em mil R$ corrigidos)

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	103,1	120,5	97,7	114,5
Administração e vendas	100,0	115,3	121,1	99,8	125,5
Total	100,0	109,0	120,8	98,7	119,9

Fonte: Indústria doméstica.
Elaboração: DECOM.

Sobre o comportamento do indicador de massa salarial dos empregados da linha de produção, em reais corrigidos, observaram-se aumentos de 3,1% e 16,9% de P1 para P2 e de P2 para P3, respectivamente, seguido de queda de 18,9% de P3 para P4, com posterior elevação de 17,2% de P4 para P5. Ademais, analisando-se os extremos da série, verificou-se aumento de 14,5% da massa salarial dos empregados ligados à produção no período de análise de dano como um todo.

A massa salarial dos empregados ligados à administração e vendas aumentou 15,3% de P1 para P2 e 5% de P2 para P3, caindo 17,6% no período seguinte (entre P3 e P4). Todavia, em P5 houve elevação de 25,8% em relação ao período anterior. De P1 para P5, houve aumento de 25,5%.

Já a massa salarial total aumentou 9% de P1 para P2, 10,8%, de P2 para P3, 21,4% de P4 para P5, e caiu 18,3%, de P3 para P4. Assim, de P1 para P5 houve aumento 19,9%.

6.1.6 Do demonstrativo de resultado

6.1.6.1 Da receita líquida

A tabela a seguir indica as receitas líquidas obtidas pela Armacell com a venda do produto similar nos mercados interno e externo. Cabe ressaltar que as receitas líquidas apresentadas abaixo estão deduzidas dos valores de fretes incorridos sobre essas vendas.

Receita Líquida (Em mil R$ corrigidos)

		Mercado Interno		Mercado Externo	
	Receita Total	Valor	%	Valor	%
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	92,9	93,7	100,9	63,0	67,8
P3	87,2	89,0	102,0	23,9	27,4
P4	77,6	77,9	100,3	68,4	88,1
P5	94,4	95,8	101,6	41,0	43,4

Fonte: Indústria doméstica.
Elaboração: DECOM.

Conforme a tabela apresentada, a receita líquida em reais corrigidos referente às vendas no mercado interno diminuiu 6,3%, 5,1%, 12,5%, respectivamente, de P1 para P2, de P2 para P3 e de P3 para P4. Todavia, de P4 para P5, a receita líquida das vendas no mercado interno aumentou 23,1%. Verificou-se redução de 4,2% ao se analisar os extremos da série, ou seja, de P1 para P5.

Por sua vez, a receita líquida obtida com as exportações do produto similar pela Armacell diminuiu de P1 para P2 e de P2 para P3 (37% e 62,1%, respectivamente). No entanto, verificaram-se elevação de 186,3% de P3 para P4, com nova queda de P4 para P5 de 40,1%. Entre P1 e P5, constatou-se queda de 59% da receita líquida auferida com vendas no mercado externo.

A receita líquida total recuou nos três primeiros períodos: 7,1% de P1 para P2, 6,1% de P2 para P3, e 11% de P3 para P4; no entanto, de P4 para P5, a receita líquida total aumentou 21,6%. Ao se considerar os extremos do período de análise, a receita líquida total obtida com as vendas acumulou queda de 5,6%.

6.1.6.2 Dos preços médios ponderados

Os preços médios ponderados de venda, constantes da tabela abaixo, foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as respectivas quantidades vendidas apresentadas anteriormente.

Preço Médio de Venda da Indústria Doméstica (R$/kg)

	Preço de Venda Mercado Interno	Preço de Venda Mercado Externo
P1	100,0	100,0
P2	82,6	75,7
P3	77,7	97,7
P4	70,2	149,5
P5	67,6	147,5

Fonte: Indústria doméstica.
Elaboração: DECOM.

Observou-se que o preço médio de tubos de borracha elastomérica de fabricação própria vendido no mercado interno apresentou sucessivas quedas entre P1 e P5: 17,4% de P1 para P2; 5,9% de P2 para P3; e 9,6% de P3 para P4 e 3,7 de P4 para P5. Assim, de P1 para P5, o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno diminuiu 32,4%.

Já o preço médio do produto vendido no mercado externo caiu 24,3% de P1 para P2, mas apresentou sucessivas elevações nos dois períodos subsequentes: 29,1%, de P2 para P3 e 53,1% de P3 para P4. De P4 para P5, houve uma queda de 1,3%. Tomando-se os extremos da série, observou-se aumento de 47,5% de P1 para P5 dos preços médios de tubos de borracha elastomérica vendidos no mercado externo.

6.1.6.3 Dos resultados e margens

A tabela a seguir apresenta a demonstração de resultado, obtida com a venda de tubos de borracha elastomérica de fabricação própria da Armacell no mercado interno.

Demonstrativo de Resultados (Mil R$ corrigidos)

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	93,7	89,0	77,9	95,8
CPV	100,0	91,1	101,7	97,1	109,1
Resultado Bruto	100,0	97,1	72,5	52,7	78,6
Despesas Operacionais	100,0	109,4	106,6	99,4	101,4
Despesas administrativas	100,0	162,2	134,9	118,8	135,6
Despesas com vendas	100,0	92,3	99,4	86,7	84,2
Resultado financeiro (RF)	100,0	(762,9)	(765,8)	1.272,7	951,6
Outras despesas/receitas (OD/R)	-	100,0	(531,2)	(125,4)	-
Resultado Operacional	100,0	77,1	16,9	(23,1)	41,6
Resultado Operacional s/RF	100,0	72,9	13,0	(16,6)	46,1
Resultado Operacional s/RF e OD/R	100,0	73,0	12,7	(16,7)	46,1

Obs: As despesas com vendas não englobam frete e seguro sobre vendas, já deduzidos da receita líquida.
Fonte: Indústria doméstica.
Elaboração: DECOM.

Com relação ao resultado bruto da Armacell, verificou-se deterioração do indicador, que registrou retração de 21,4% de P1 para P5. Nos três primeiros períodos houve recuo neste indicador: 2,9% de P1 para P2; 25,4% de P2 para P3; e 27,2% de P3 para P4. No entanto, observou-se aumento de 49,0% de P4 para P5.

O resultado operacional da Armacell, por sua vez, também acumulou quedas ao longo dos três primeiros períodos: redução de 22,9% de P1 para P2, de 78,1% de P2 para P3 e de 236,6% de P3 para P4. De P4 para P5, observou-se elevação de 280,2% neste indicador. Ao se considerar os extremos do período de análise, o resultado operacional acumulou redução de 58,4% de P1 para P5.

A mesma tendência foi observada ao se analisar o resultado operacional exclusive o resultado financeiro da empresa, que apresentou retração de 53,9% em P5 quando comparado a P1. Ao longo da série, verificou-se redução de 27,0% de P1 para P2, de 82,2% de P2 para P3, e de 228,0% de P3 para P4, e por fim, houve um aumento de 376,7% de P4 para P5.

O resultado operacional da Armacell exclusive o resultado financeiro e outras despesas/receitas operacionais apresentou tendência semelhante: queda de 27,0% de P1 para P2, de 82,6% de P2 para P3, de 231,2% de P3 para P4, e por fim, aumento de 375,9% de P4 para P5, o que resultou em queda total de 53,9% de P1 para P5.

A tabela abaixo apresenta o demonstrativo de resultados obtido com a venda do produto similar no mercado interno, por quilograma vendido.

Demonstrativo de Resultados (R$ corrigidos/kg)

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	82,6	77,7	70,2	67,6
CPV	100,0	80,3	88,8	87,6	76,9
Resultado Bruto	100,0	85,6	63,2	47,6	55,5
Despesas Operacionais	100,0	96,4	93,1	89,6	71,5
Despesas administrativas	100,0	143,0	117,8	107,2	95,7
Despesas com vendas	100,0	81,4	86,8	78,2	59,4
Resultado financeiro (RF)	100,0	(672,3)	(668,5)	1.148,2	671,5
Outras despesas/receitas (OD/R)	-	100,0	(526,2)	(128,4)	-
Resultado Operacional	100,0	68,0	14,7	(20,8)	29,3
Resultado Operacional s/RF	100,0	64,3	11,4	(15,0)	32,5
Resultado Operacional s/RF e OD/R	100,0	64,3	11,1	(15,1)	32,5

Obs: As despesas com vendas não englobam frete e seguro sobre vendas, já deduzidos da receita líquida.
Fonte: Indústria doméstica.
Elaboração: DECOM.

Verificou-se que o CPV unitário caiu 19,7% de P1 para P2, aumentou 10,6% de P2 para P3, mas voltou a apresentar queda de P4 a P5: 1,3% de P3 para P4 e 12,2% de P4 para P5. Considerando os extremos da série, ou seja, de P1 para P5, o CPV unitário recuou 23,1%.

Com relação ao resultado bruto unitário da Armacell, verificou-se significativa deterioração do indicador, que registrou retração de 44,6% de P1 a P5. Foram observadas sucessivas quedas de P1 a P4: 14,4% de P1 para P2, 26,0%, de P2 para P3, e 24,9%, de P3 para P4. Por fim, houve aumento de 44,6% de P4 para P5.

Em relação às despesas operacionais unitárias, houve reduções de 3,6% de P1 para P2, 3,3% de P2 para P3, 3,7% de P3 para P4, e 20,4% de P4 para P5. Dessa forma, observou-se redução de 28,5% das despesas operacionais unitárias de P1 para P5.

Considerando o CPV e as despesas operacionais, tomados em conjunto, observou-se que houve queda de 14,5% de P1 para P2, aumento de 5,6% de P2 para P3, e recuo de 2,1% de P3 para P4 e de 14,9% de P4 para P5. Tomando como base os extremos da série, houve redução de 24,9% de P1 para P5.

O resultado operacional unitário da Armacell apresentou sucessivas quedas: 32,1% de P1 para P2; 78,3% de P2 para P3; 241,3%, de P3 para P4, e, por fim, aumento de 240,8% de P4 para P5, acumulando queda significativa de 70,7% de P1 para P5.

Ao se excluir o resultado financeiro do resultado operacional unitário foram observadas quedas nos três primeiros períodos: 35,8% de P1 para P2, 82,2% de P2 para P3, e 232,1 % de P3 para P4. No entanto, houve aumento de 315,9% de P4 para P5, resultando em queda de 67,5% de P1 para P5.

Ao se excluir do resultado operacional unitário o resultado financeiro e as outras despesas/receitas, observou-se a mesma tendência de redução nos três primeiros períodos, com retomada em P5. Com efeito, esse indicador recuou 35,6% de P1 para P2, 82,7% de P2 para P3, e 235,4% de P3 para P4. No entanto, entre P4 e P5 o indicador apresentou crescimento de 315,9%, totalizado redução acumulada de 67,5% de P1 a P5.

Encontram-se apresentadas, na tabela abaixo, as margens de lucro associadas.

Margens de Lucro (%)

	P1	P2	P3	P4	P5
Margem Bruta	100,0	103,6	81,4	67,7	82,0
Margem Operacional	100,0	82,3	19,0	(29,6)	43,4
Margem Operacional s/RF	100,0	77,8	14,6	(21,4)	48,1
Margem Operacional s/RF e OD/R	100,0	77,9	14,3	(21,5)	48,1

Fonte: Indústria doméstica.
Elaboração: DECOM.

A margem bruta oscilou durante o período: manteve-se quase estável de P1 para P2, aumentando [CONFIDENCIAL] p.p, caiu [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3 e [CONFIDENCIAL] p.p de P3 para P4, e se recuperou com aumento de [CONFIDENCIAL] p.p de P4 para P5, totalizando queda de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P5.

A margem operacional decresceu [CONFIDENCIAL] p.p., [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente, em P2, P3 e P4 sempre em relação ao período imediatamente anterior. De P4 para P5, houve aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. Assim, considerando-se todo o período de análise, a margem operacional obtida em P5 diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. em relação a P1.

A margem operacional, exceto resultado financeiro, por sua vez, recuou [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, e [CONFIDENCIAL] p.p de P3 para P4. De P4 para P5, houve aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. Ao se considerar todo o período de análise, a margem operacional, exceto resultado financeiro, obtida em P5, diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. em relação a P1.

Com relação à margem operacional, exceto resultado financeiro e outras despesas/receitas, verificou-se redução de [CONFIDENCIAL] p.p de P1 para P2, [CONFIDENCIAL] p.p de P2 para P3, e [CONFIDENCIAL] p.p de P3 para P4, e aumento de [CONFIDENCIAL] p.p de P4 para P5, totalizando queda de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P5.

6.1.7 Dos fatores que afetam os preços domésticos

6.1.7 Dos custos

A tabela a seguir mostra a evolução dos custos médios de produção de tubos de borracha elastomérica em cada período de análise de dano.

Custo de Produção (R$ corrigidos/kg)

	P1	P2	P3	P4	P5
1 - Custos Variáveis	100,0	85,1	90,1	86,3	75,9
Matéria-prima	100,0	81,3	89,2	90,4	77,9
Masterbatch	100,0	86,1	95,3	98,1	84,6
Aceleradores	100,0	52,6	52,4	44,2	38,2
Outros insumos	100,0	91,2	82,6	68,0	58,6
Inkjet	100,0	96,6	13,7	115,8	54,3
Embalagem	100,0	86,0	92,7	76,2	84,9
GLP	100,0	97,9	80,0	59,5	50,1
Energia	100,0	89,2	84,9	60,6	39,8
Outros custos variáveis	100,0	88,8	96,6	89,5	82,7

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Overhead	100,0	88,8	96,6	89,5	82,7
2 - Custos Fixos	100,0	83,7	99,6	85,7	93,0
Mão de obra direta	100,0	83,7	99,6	85,7	93,0
3 - Custo de Produção (1+2)	100,0	85,0	91,3	86,2	78,1

Fonte: Indústria doméstica.
Elaboração: DECOM.

O custo de produção unitário oscilou ao longo do período, tendo diminuído 15,1% de P1 para P2 e aumentado 7,5% de P2 para P3, seguindo com quedas de 5,6% de P3 para P4 além de 9,4% de P4 para P5. Na comparação entre os extremos do período de análise de dano, verificou-se redução de 21,9% no custo de produção unitário da Armacell.

6.1.7.2 Da relação custo/preço

A relação entre o custo de produção e o preço indica a participação desse custo no preço de venda da Armacell, no mercado interno, na condição ex fabrica, ao longo do período de análise de dano.

Participação do Custo de Produção no Preço de Venda

Período	Custo de Produção (A) (R$/kg)	Preço no Mercado Interno (B) (R$/kg)	(A) / (B) (%)
P1	100,0	100,0	[CONFIDENCIAL]
P2	85,0	82,6	[CONFIDENCIAL]
P3	91,3	77,7	[CONFIDENCIAL]
P4	86,2	70,2	[CONFIDENCIAL]
P5	78,1	67,6	[CONFIDENCIAL]

Fonte: Indústria doméstica.
Elaboração: DECOM.

Observou-se que a relação custo de produção/preço elevou-se [CONFIDENCIAL] p.p., [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente, de P1 para P2, de P2 para P3 e de P3 para P4, tendo apresentado redução de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Ao considerar todo o período (P1 a P5), a relação custo de produção/preço aumentou [CONFIDENCIAL] p.p.

Ressalte-se que a deterioração das relações custos/preço, de P1 para P5, deve-se ao fato de ter ocorrido redução no preço (32,4%) em grau mais acentuado que a redução nos custos de produção (21,9%), acarretando incremento da participação do custo de produção no preço médio de venda no mercado interno durante o período de análise de dano.

6.1.7.3 Da comparação entre o preço do produto investigado e similar nacional

O efeito das importações a preços de dumping sobre os preços da indústria doméstica deve ser avaliado sob três aspectos, conforme disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Inicialmente deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado a preços de dumping em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto investigado é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço. Esta ocorre quando as importações impedem, de forma relevante, o aumento de preços, devido ao aumento de custos, que teria ocorrido na ausência de tais importações.

A fim de se comparar o preço de tubos de borracha elastomérica importados da Alemanha, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Israel, Itália e Malásia com o preço médio de venda do produto similar doméstico no mercado interno, procedeu-se ao cálculo do preço CIF internado dos produtos importados da Alemanha, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Israel, Itália e Malásia no mercado brasileiro. Já o preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido pela razão entre a receita líquida ex fabrica, em reais corrigidos, e a quantidade vendida no mercado interno, líquida de devoluções, durante o período de análise de dano.

Para o cálculo dos preços internados do produto importado das origens investigadas, foram considerados os valores totais de importação na condição CIF e os valores totais do Imposto de Importação (II), em reais, de cada uma das operações de importação, obtidos a partir dos dados detalhados de importação fornecidos pela RFB. Foram calculados então, para cada operação de importação, os valores do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) de 25% sobre o valor do frete internacional, quando marítimo. Por fim, foram consideradas despesas de internação de 4,8%, percentual obtido com base nas informações submetidas pelos importadores que responderam ao questionário do importador, sobre o valor CIF de cada uma das operações de importações constantes dos dados da RFB.

Ressalva-se que as importações realizadas pela Armacell foram desconsideradas para o cálculo das despesas de internação, em decorrência do descumprimento do item 12 do campo III do questionário do importador, que determina o dever de apresentar os numerários de importação, entendidos como "uma relação com o nome de cada despesa incorrida na internação e seus respectivos valores, cuja soma deverá resultar, necessariamente, no valor total das despesas de internação".

Cada uma das rubricas supramencionadas (CIF, II, AFRMM e despesas de internação) foi então corrigida com base no IGP-DI e posteriormente dividida pela quantidade total, a fim de se obter os valores de cada uma em reais corrigidos por quilograma importado.

As tabelas a seguir resumem os valores de subcotação obtidos para cada período de análise de dano à indústria doméstica.

Subcotação - Alemanha (R$/kg e R$/kg corrigidos)

	P1	P2	P3	P4	P5
Quantidade (kg)	100,0	104,5	433,8	720,6	281,9
CIF (R$/kg)	100,0	71,8	81,0	103,6	109,9
Imposto de Importação (R$/kg)	100,0	71,8	81,0	103,6	109,9
AFRMM (R$/kg)	100,0	68,3	139,5	143,1	189,2
Despesas de Internação (R$/kg)	100,0	71,8	81,0	103,6	109,9
CIF Internado (R$/kg)	100,0	71,7	82,4	104,6	111,8
CIF Internado Corrigido (R$/kg)	100,0	68,0	71,9	86,1	86,8
Preço Ind. Doméstica (R$ corrigidos/kg)	100,0	82,6	77,7	70,2	67,6
Subcotação (R$ corrigidos/kg)	100,0	98,3	83,8	53,2	47,1

Fonte: Indústria doméstica e RFB.
Elaboração: DECOM.

Subcotação - Coreia do Sul (R$/kg e R$/kg corrigidos)

	P1	P2	P3	P4	P5
Quantidade (kg)	-	-	-	-	100,0
CIF (R$/kg)	-	-	-	-	100,0
Imposto de Importação (R$/kg)	-	-	-	-	100,0
AFRMM (R$/kg)	-	-	-	-	100,0
Despesas de Internação (R$/kg)	-	-	-	-	100,0
CIF Internado (R$/kg)	-	-	-	-	100,0
CIF Internado Corrigido (R$/kg)	-	-	-	-	100,0
Preço Ind. Doméstica (R$ corrigidos/kg)	-	-	-	-	100,0
Subcotação (R$ corrigidos/kg)	-	-	-	-	100,0

Fonte: Indústria doméstica e RFB.
Elaboração: DECOM.

Subcotação - Emirados Árabes Unidos (R$/kg e R$/kg corrigidos)

	P1	P2	P3	P4	P5
Quantidade (kg)	-	-	-	-	100,0
CIF (R$/kg)	-	-	-	-	100,0
Imposto de Importação (R$/kg)	-	-	-	-	100,0
AFRMM (R$/kg)	-	-	-	-	100,0
Despesas de Internação (R$/kg)	-	-	-	-	100,0
CIF Internado (R$/kg)	-	-	-	-	100,0
CIF Internado Corrigido (R$/kg)	-	-	-	-	100,0
Preço Ind. Doméstica (R$ corrigidos/kg)	-	-	-	-	100,0
Subcotação (R$ corrigidos/kg)	-	-	-	-	100,0

Fonte: Indústria doméstica e RFB.
Elaboração: DECOM.

Subcotação - Israel (R$/kg e R$/kg corrigidos)

	P1	P2	P3	P4	P5
Quantidade (kg)	-	100,0	196,5	73,9	117,5
CIF (R$/kg)	-	100,0	94,5	133,3	149,0
Imposto de Importação (R$/kg)	-	100,0	349,4	423,1	446,2
AFRMM (R$/kg)	-	100,0	88,2	122,7	153,3
Despesas de Internação (R$/kg)	-	100,0	94,5	133,3	149,0
CIF Internado (R$/kg)	-	100,0	100,8	140,3	156,8
CIF Internado Corrigido (R$/kg)	-	100,0	92,8	122,0	128,5
Preço Ind. Doméstica (R$ corrigidos/kg)	-	100,0	94,1	85,0	81,9
Subcotação (R$ corrigidos/kg)	-	100,0	94,6	68,7	61,2

Fonte: Indústria doméstica e RFB.
Elaboração: DECOM.

Subcotação - Itália (R$/kg e R$/kg corrigidos)

	P1	P2	P3	P4	P5
Quantidade (kg)	100,0	120,1	138,7	171,1	168,2
CIF (R$/kg)	100,0	88,7	98,3	109,1	118,4
Imposto de Importação (R$/kg)	100,0	88,7	98,3	109,1	118,4
AFRMM (R$/kg)	100,0	115,6	128,4	232,2	332,6
Despesas de Internação (R$/kg)	100,0	88,7	98,3	109,1	118,4
CIF Internado (R$/kg)	100,0	89,2	98,8	111,3	122,2
CIF Internado Corrigido (R$/kg)	100,0	84,5	86,3	91,7	94,9
Preço Ind. Doméstica (R$ corrigidos/kg)	100,0	82,6	77,7	70,2	67,6
Subcotação (R$ corrigidos/kg)	100,0	81,5	72,7	57,8	51,8

Fonte: Indústria doméstica e RFB.
Elaboração: DECOM.

Subcotação - Malásia (R$/kg e R$/kg corrigidos)

	P1	P2	P3	P4	P5
Quantidade (kg)	100,0	157,3	134,6	98,5	190,6
CIF (R$/kg)	100,0	105,7	99,4	115,8	107,8
Imposto de Importação (R$/kg)	100,0	105,6	99,2	115,9	107,9
AFRMM (R$/kg)	100,0	183,3	131,0	116,7	119,0
Despesas de Internação (R$/kg)	100,0	107,0	100,0	116,3	109,3
CIF Internado (R$/kg)	100,0	108,6	100,5	115,7	108,1
CIF Internado Corrigido (R$/kg)	100,0	102,9	87,8	95,3	83,9
Preço Ind. Doméstica (R$ corrigidos/kg)	100,0	82,6	77,7	70,2	67,6
Subcotação (R$ corrigidos/kg)	100,0	72,4	72,6	57,6	59,4

Fonte: Indústria doméstica e RFB.
Elaboração: DECOM.

Subcotação - todas as origens investigadas (R$/kg e R$/kg corrigidos)

	P1	P2	P3	P4	P5
Quantidade (kg)	100,0	144,0	196,2	210,3	245,4
CIF (R$/kg)	100,0	87,3	93,3	114,1	119,3
Imposto de Importação (R$/kg)	100,0	78,4	89,7	111,5	114,9
AFRMM (R$/kg)	100,0	132,1	139,6	208,3	276,3
Despesas de Internação (R$/kg)	100,0	87,3	93,3	114,1	119,3
CIF Internado (R$/kg)	100,0	87,2	93,9	115,8	122,0
CIF Internado Corrigido (R$/kg)	100,0	82,6	81,9	95,3	94,7
Preço Ind. Doméstica (R$ corrigidos/kg)	100,0	82,6	77,7	70,2	67,6
Subcotação (R$ corrigidos/kg)	100,0	82,6	75,2	55,4	51,6

Fonte: Indústria doméstica e RFB.
Elaboração: DECOM.

Da análise das tabelas anteriores, constatou-se que o preço médio do produto importado das origens investigadas, internado no Brasil, esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica em todos os períodos.

Considerando que houve redução de 32,4% do preço médio de venda da indústria doméstica de P1 para P5, verificou-se a ocorrência de depressão dos preços da indústria doméstica no período de análise. Por outro lado, não se observou supressão se considerados os extremos da análise, na medida em que o custo de produção caiu 21,9% de P1 para P5.

6.1.7.4 Da magnitude da margem de dumping

Buscou-se avaliar em que medida a magnitude das margens de dumping apuradas no item 4.2 afetaram a indústria doméstica. Para isso, examinou-se qual seria o impacto sobre os preços da indústria doméstica caso as exportações de tubos de borracha elastomérica das origens investigadas para o Brasil não tivessem sido realizadas a preços de dumping.

Considerando os respectivos valores normais apurados no item 4.2- US$ 30,06/kg para a Alemanha, US$ 18,13/kg para a Coreia do Sul, US$ 5,73/kg para os Emirados Árabes Unidos, US$ 8,18/kg para Israel, US$ 10,60/kg para a Itália e US$ 13,42/kg para a Malásia - como sendo os preços pelos quais os exportadores venderiam tubos de borracha elastomérica ao Brasil na ausência de dumping, indagou-se a que valores as importações brasileiras originárias desses produtores/exportadores seriam internadas no mercado brasileiro.

Os valores referentes ao Imposto de Importação, AFRMM e despesas de internação para os produtores/exportadores de tubos de borracha elastomérica das origens investigadas foram obtidos conforme metodologia descrita no item 6.1.7.3.

Tendo em vista que não houve nenhuma resposta de produtor/exportador considerada para efeitos desta determinação preliminar, os valores referentes a frete e seguro internacionais foram obtidos através das estatísticas oficiais da RFB.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014102800038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esclareça-se que os valores normais, em US$/kg, foram convertidos para reais, utilizando-se a taxa média de câmbio do período, de 2,16.

Comparando-se os valores normais internados obtidos acima com os preços ex fabrica da peticionária, em P5, é possível inferir que, caso as margens de dumping desses produtores/exportadores não existissem, os preços da Armacell poderiam ter atingido níveis mais elevados, de forma a reduzir os efeitos sobre preços, resultados e rentabilidade da indústria doméstica.

6.1.8 Do fluxo de caixa

A tabela a seguir mostra o fluxo de caixa apresentado pela indústria doméstica na petição inicial e validado quando da verificação in loco. Ademais, ressalte-se que os valores totais líquidos de caixa gerados pela empresa no período, constantes da petição, conferiram com os cálculos efetuados a partir dos demonstrativos financeiros da empresa no período.

Tendo em vista a impossibilidade da empresa apresentar fluxos de caixa completos e exclusivos para a linha de produção de tubos de borracha elastomérica, a análise do fluxo de caixa foi realizada em função dos dados relativos à totalidade dos negócios da indústria doméstica.

Fluxo de Caixa
Em mil R$ corrigidos

	P1	P2	P3	P4	P5
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	100,0	56,5	58,6	(208,6)	(80,4)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	100,0	104,5	(4,3)	433,1	(284,3)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	100,0	(12,8)	62,9	(69,6)	(25,1)
Caixa Líquido Total	100,0	(50,9)	62,1	44,9	(3,3)

Fonte: Indústria doméstica.
Elaboração: DECOM.

Observou-se que o caixa líquido total da empresa oscilou ao longo do período de investigação de dano. A geração de caixa foi positiva nos períodos P2 e P5 e negativa nos demais períodos. Em considerando os extremos da série, verificou-se aumento líquido nas disponibilidades da empresa de 103,3%. De P1 para P2 houve crescimento nas disponibilidades de 150,9%. Em P3, em relação a P2, houve redução de 221,9%. Já em P4, observou-se aumento nas disponibilidades em 27,7%. Por fim, em P5, em relação a P4, houve crescimento de 107,3% nas disponibilidades da empresa.

6.1.9 Do retorno sobre investimentos

A tabela a seguir mostra o retorno dos investimentos, calculado pela divisão do valor do lucro líquido relativo à totalidade dos negócios da indústria doméstica pelo valor do ativo total dessa indústria, constante de suas demonstrações financeiras.

Tal indicador foi apresentado pela indústria doméstica na petição de início da investigação. Ressalte-se que os valores totais do lucro líquido e do ativo total da indústria no período, constantes deste apêndice, conferiram com os cálculos efetuados a partir dos demonstrativos financeiros da empresa no período.

Retorno dos Investimentos
Em mil R$ corrigidos

	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro Líquido (A)	100,0	58,8	26,9	(38,6)	(1,8)
Ativo Total (B)	100,0	101,9	88,0	100,4	97,9
Retorno (A/B) (%)	100,0	57,7	30,5	(38,4)	(1,8)

Fonte: Indústria doméstica.
Elaboração: DECOM.

Observou-se que a taxa de retorno sobre investimentos foi positiva nos três primeiros períodos, ao passo que em P4 e em P5 esteve em níveis negativos. De P1 a P2, taxa de retorno sobre investimentos diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. Em seguida, apresentou nova queda, de [CONFIDENCIAL] p.p.. De P3 para P4, caiu mais [CONFIDENCIAL] p.p. e de P4 para P5 aumentou [CONFIDENCIAL] p.p.. Ao se considerar os extremos da série, o retorno dos investimentos constatado em P5 foi inferior ao retorno verificado em P1 em [CONFIDENCIAL] p.p.

6.1.10 Da capacidade de captar recursos ou investimentos

Para avaliar a capacidade de captar recursos, foram calculados os índices de liquidez geral e corrente a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da indústria doméstica, constantes de suas demonstrações financeiras.

O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto e de longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

Capacidade de captar recursos ou investimentos

	P1	P2	P3	P4	P5
Índice de Liquidez Geral	100,0	112,7	85,6	48,8	43,9
Índice de Liquidez Corrente	100,0	124,2	79,5	70,8	69,7

Fonte: Indústria doméstica.
Elaboração: DECOM.

O índice de liquidez geral sofreu aumento somente de P1 para P2, de 12,7%. Nos períodos seguintes houve redução de 24,1%, de 43%, e de 10%, respectivamente. Ao se considerar todo o período investigado, de P1 para P5, esse indicador diminuiu 56,1%.

O índice de liquidez corrente apresentou o mesmo comportamento de crescimento de P1 para P2 e de redução nos períodos subsequentes. Dessa forma, houve aumento do índice de liquidez corrente de 24,2% de P1 para P2 e consecutivas reduções nos períodos seguintes de 36%, 10,9% e 1,6%, respectivamente. Considerando os extremos da série, observou-se decréscimo desse indicador de 30,3%.

6.1.11 Do crescimento da indústria doméstica

O volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno cresceu em praticamente todo o período analisado, com exceção de P3 para P4, quando houve retração de 3,2% nas vendas da indústria doméstica para o mercado interno. Ao se comparar os extremos da série, houve incremento de 41,7% (124.177,74 quilogramas) no volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno. Analisando-se de P4 a P5, houve aumento de 27,9% no volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno. Dessa forma, considerando-se que o crescimento da indústria doméstica se caracteriza pelo aumento do seu volume de venda no mercado interno, poder-se-ia constatar que a indústria doméstica cresceu no período de investigação de dano.

Convém ressaltar, nesse ponto, que o aumento no volume de vendas internas foi acompanhado por uma retração no desempenho exportador da indústria doméstica, haja vista as vendas externas terem caído 39,2% de P4 a P5 e 72,2% de P1 a P5.

O mercado brasileiro, por sua vez, cresceu mais do que as vendas internas da indústria doméstica, de P1 a P4. Com isso, a indústria doméstica perdeu participação no mercado brasileiro (-14,7 p.p.) considerando-se os extremos da série. Já de P4 para P5 houve aumento da participação da indústria doméstica no mercado brasileiro em 3 p.p..

6.2 Do resumo dos indicadores de dano à indústria doméstica

Da análise dos indicadores da indústria doméstica, observa-se que:

(a) as vendas da indústria doméstica no mercado interno cresceram 124.177,74 quilogramas (41,7%) de P1 para P5. De P4 para P5, houve aumento de 27,9% na quantidade vendida pela indústria doméstica. Dessa forma, observou-se que a empresa melhorou suas vendas no mercado interno no decorrer do período de dano analisado;

(b) a participação das vendas internas da Armacell no mercado interno decresceu 13,6 p.p. de P1 para P5. Com isso, observou-se que o mercado brasileiro cresceu mais do que as vendas da indústria doméstica no mercado interno, no mesmo período: 95,9% e 41,7%, respectivamente;

(c) a produção da indústria doméstica apresentou comportamento semelhante ao de suas vendas. Neste sentido, cresceu 22,2% de P1 para P5 (72.240,79 quilogramas) e 4,2% de P4 para P5. Contudo, ao se comparar esse indicador com o grau de ocupação da indústria doméstica, percebeu-se que de P4 para P5 houve uma redução de 3,5 p.p. no grau de ocupação da indústria doméstica. Isso se deve ao fato da capacidade instalada ter aumentado em maiores proporções que a produção da indústria doméstica, no mesmo espaço de tempo (17,9%). Já quando comparados os extremos da série, observou-se aumento de 1,5 p.p. no grau de ocupação da indústria doméstica;

(d) os estoques apresentaram aumentos sucessivos até P4 quando, de P4 para P5, houve queda acentuada de 52,2% nos estoques da indústria doméstica. Isso fez com que, de P1 para P5, houvesse uma queda de 11,5% nos estoques da indústria doméstica. Da mesma forma, a relação estoque final/produção decresceu 12,7 p.p. de P4 para P5 e 4,1 p,p. de P1 para P5.;

(e) o número total de empregados da indústria doméstica aumentou 7,1% de P1 para P5 e permaneceu inalterado de P4 para P5. Já a massa salarial total apresentou aumento em ambos os intervalos analisados:19,9% de P1 para P5 e 21,4% de P4 para P5;

(f) o número de empregados ligados à produção, em P5, foi o mesmo quando comparado a P1 e 8,3% menor quando comparado a P4. Por outro lado, a massa salarial dos empregados ligados à produção em P5 aumentou 14,5% em relação a P1 e 17,2% em relação a P4;

(g) a produtividade por empregado ligado à produção aumentou 26% ao considerar-se todo o período de análise, de P1 para P5, e 15,4% de P4 para P5. O aumento da produtividade se deu fundamentalmente pelo aumento da produção, visto que não houve expressivas variações no número de empregados;

(h) a receita líquida obtida pela indústria doméstica com a venda de tubos de borracha elastomérica no mercado interno diminuiu 4,2% de P1 para P5, o que foi resultado da queda de 32,4% no preço de venda do produto, visto que as vendas aumentaram nesse período. Entretanto, de P4 para P5 houve aumento de 23,1% na receita, acompanhado por queda de 3,7% no preço de venda do produto e por aumento de 27,9% nas vendas no mercado interno;

(i) o custo de produção decresceu 21,9% de P1 para P5, enquanto o preço no mercado interno caiu 32,4%. Assim, a relação custo de produção/preço aumentou [CONFIDENCIAL] p.p, resultando em depressão do preço da indústria doméstica. De P4 para P5 o custo diminuiu 9,4%, e o preço 3,7%, de forma que a relação custo de produção/preço caiu [CONFIDENCIAL] p.p.;

(j) o resultado bruto verificado em P5 foi 21,4% menor do que o observado em P1. Analogamente, a margem bruta obtida em P5 diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. em relação a P1. Por outro lado, houve aumento de 49% no resultado bruto de P4 para P5, enquanto a margem bruta subiu [CONFIDENCIAL] p.p. nesse período; e

(k) o resultado operacional verificado em P5 foi 58,4% menor do que o observado em P1. Já de P4 para P5, o resultado cresceu 280,4%. Analogamente, a margem operacional obtida em P5 decresceu [CONFIDENCIAL] p.p. em relação a P1 e aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. em relação a P4.

6.2.1 Das manifestações acerca do dano

Em sua manifestação protocolada no dia 5 de setembro de 2014, a BMW do Brasil Ltda. afirmou que "não houve subcotação significativa do preço das importações originárias da Alemanha, conforme se verifica na planilha constante na fl.31 da Circular (Secex nº 36), que demonstra subcotação negativa em todos os períodos, novamente diferente do que ocorre com as subcotações apresentadas relativas a todas as outras origens".

A BMW do Brasil Ltda. também alegou que não teria havido dano à indústria doméstica, tendo em vista o aumento das vendas da Armacell de P1 para P5 e o aumento dos resultados bruto, operacional e financeiro e da margem de lucro da peticionária de P4 para P5. A empresa acrescentou ainda que não teria havido diminuição da produção e nem do número de empregados em todos os períodos analisados, e que o grau de ocupação teria aumentado nos três primeiros períodos.

6.2.2 Dos comentários acerca das manifestações

Convém destacar que a análise dos dados relativos à subcotação das importações de tubos de borracha elastomérica da Alemanha, conforme apresentadas no item 6.1.7.3, permite concluir, em realidade, que houve subcotação significativa das importações alemãs em todos os períodos investigados.

Em relação às alegações sobre o comportamento dos indicadores da indústria doméstica e das conclusões sobre o dano, cabe referência à análise apresentada no item 6.3.

6.3 Da conclusão preliminar a respeito do dano

Tendo considerado os indicadores da indústria doméstica, determinou-se a existência de dano à indústria doméstica no período de investigação. Tal conclusão teve por base, primeiramente, o fato de que os resultados e as margens de lucro da indústria doméstica no mercado interno do produto similar caíram de P1 para P5. Além disso, a indústria doméstica perdeu participação no mercado brasileiro de tubos de borracha elastomérica. Apesar da melhora de alguns indicadores de P4 para P5, os preços da indústria doméstica seguiram deprimidos e os indicadores financeiros não recuperaram os resultados alcançados em P1.

7 DA CAUSALIDADE

O art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece a necessidade de demonstrar o nexo de causalidade entre as importações objeto de dumping e o dano à indústria doméstica. Essa demonstração de nexo causal deve basear-se no exame de elementos de prova pertinentes e outros fatores conhecidos, além das importações a preços de dumping, que possam ter causado o dano à indústria doméstica.

7.1 Do impacto das importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica

Consoante com o disposto no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, é necessário demonstrar que, por meio dos efeitos do dumping, as importações investigadas contribuíram significativamente para o dano experimentado pela indústria doméstica.

Conforme já mencionado, as importações sob análise cresceram em todos os períodos, alcançando aumentos de 145,4% de P1 para P5 e de 20,3% de P4 para P5. Disso resultou o aumento da participação dessas importações no mercado brasileiro, em 13,6 p.p. de P1 para P5 e 1,2 p.p. de P4 para P5, enquanto a indústria doméstica perdeu 13,6 p.p. de participação de P1 para P5.

Ressalte-se que, ao longo de todo o período de análise de dano, as importações provenientes das origens sob análise entraram no mercado brasileiro subcotadas, em proporção significativa, em relação ao preço da indústria doméstica, variando de 48% a 63%.

Cumpre destacar que, enquanto as importações sob análise cresceram de forma ininterrupta ao longo de todo o período, concomitantemente, observou-se movimentação da indústria doméstica no sentido de deprimir o seu preço de venda no mercado interno, que chegou ao seu menor nível em P5, 32,4% menor em relação a P1. Apesar desse movimento, a indústria doméstica acumulou, sucessivamente, perda de participação de mercado (-13,6 p.p.) e consequentes deteriorações nos seus indicadores financeiros, tais como receita líquida, resultado bruto e margem bruta, de P1 a P5.

Por outro lado, o baixo preço praticado pela indústria doméstica teve como efeito a desaceleração do crescimento das importações: do ápice de 36,3% de P2 para P3, a taxa de crescimento caiu para 7,1% de P3 para P4 e para 16,7% de P4 para P5.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ademais, a indústria doméstica apresentou ganhos de produtividade de 15,4% de P4 a P5, contribuindo para uma redução de 9,4% no custo de produção e de 12,2% no CPV no mesmo período. Dessa forma, ainda que tenha deprimido os seus preços em 3,7% para fazer frente às importações das origens investigadas, foi possível obter recuperação parcial de [CONFIDENCIAL]p.p. em sua margem bruta entre os dois últimos períodos analisados. Vale ressaltar, contudo, que seus indicadores financeiros em P5 ainda apresentaram destacada deterioração quando comparados a P1, com a margem bruta acumulando perdas de [CONFIDENCIAL]p.p.

Dentro desse contexto, notou-se crescimento de 27,9% nas vendas da indústria doméstica no mercado interno de P4 para P5, levando-a a um crescimento de 3,7 p.p. em sua participação de mercado nesse período, o único em que apresentou variação positiva. Esse crescimento, contudo, foi motivado por outro fator: a substituição das importações da indústria doméstica pelas vendas de produto de fabricação própria. Se tomadas em conjunto as variações relativas às importações da indústria doméstica e as vendas de fabricação própria, a participação da indústria doméstica no mercado brasileiro na realidade também decaiu de P4 para P5.

O quadro a seguir demonstra a evolução das importações totais da indústria doméstica, incluindo origens analisadas e não analisadas, e sua respectiva participação no mercado brasileiro:

Importações totais - Indústria Doméstica

	P1	P2	P3	P4	P5
Quantidade (kg)	100,0	1.996,0	21.912,6	22.606,3	5.082,0
Part. mercado (%)	100,0	1.561,0	13.453,7	13.196,6	2.593,8

Fonte: RFB
Elaboração: DECOM

Com efeito, as importações da indústria doméstica, que representavam 5 p.p. do mercado brasileiro em P4, caíram 40.265,65kg em números absolutos em P5, reduzindo sua participação para 1 p.p. Se analisadas as importações da indústria doméstica e as vendas no mercado interno em conjunto, a perda de participação da indústria doméstica de P4 para P5 alcançou 0,3 p.p.

Observou-se, portanto, a substituição das vendas da indústria doméstica pelas importações em análise ao longo de todo o período, não obstante a substancial redução de preço empreendida pela indústria doméstica nesse período. Em consequência dessa substituição, observaram-se quedas na participação de mercado, nas receitas, nos resultados e nas margens de lucro da indústria doméstica.

Dessa forma, pode-se concluir haver evidências de que as importações de tubos de borracha elastomérica a preços de dumping contribuíram significativamente para a ocorrência de dano à indústria doméstica.

7.2 Dos possíveis outros fatores causadores de dano e da não atribuição

Consoante o determinado pelo § 4º do art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, procurou-se identificar outros fatores relevantes, além das importações a preços de dumping, que possam ter causado o eventual dano à indústria doméstica no período analisado.

7.2.1 Volume e preço de importação dos demais países

Verificou-se, a partir da análise das importações brasileiras oriundas dos demais países, que o eventual dano causado à indústria doméstica não pode ser a elas atribuído, tendo em vista que tal volume foi significativamente inferior ao volume das importações a preços com indícios de dumping em todos os períodos.

Com efeito, a participação das importações das demais origens no mercado brasileiro oscilou ao longo do período analisado. De fato, essa participação apresentou decréscimo de 0,8 p.p. de P1 para P2, aumentos de 5,1 p.p. de P2 para P3 e de 1,6 p.p. de P3 para P4 e diminuiu novamente 5 p.p. de P4 para P5, de forma a representar apenas 6,9% e 1,9% do mercado brasileiro em P4 e em P5, respectivamente.

A isso, some-se o fato de que tais importações tiveram preço médio superior ao preço médio das origens sob análise em todos os períodos. Com efeito, ao longo do período analisado, o preço dessas importações foi entre 126,5% a 866,4% maior do que o preço médio das origens sob análise.

7.2.2 Processo de liberalização das importações

Houve alteração da alíquota do Imposto de Importação aplicada às importações de tubos de borracha elastomérica pelo Brasil no período em análise apenas para as importações originárias de Israel. No início do período de analise, a alíquota de imposto de importação das mercadorias oriundas de Israel perfazia 14%. A partir de 28 de abril de 2010 (P2), entretanto, há sucessivas diminuições de 1,75 p.p. nessa alíquota, que ocorreram nessa data e em janeiro dos anos de 2011 (P3), de 2012 (P4) e de 2013 (P5).

Entretanto, apesar dessa gradual e sucessiva diminuição da alíquota do imposto de importação dos tubos de borracha elastomérica oriundos de Israel, as importações desse país se comportaram de maneira inconstante. De P2 para P3, por exemplo, apresentaram aumento no volume importado de 96,5%, seguido de diminuição de 62,4% de P3 para P4, quando as importações originárias de Israel atingiram o menor volume do período, apesar do crescimento do mercado brasileiro. Em seguida, novo aumento de 59,1% ocorreu nesse volume. Desse modo, devido ao descompasso entre a desgravação gradual e sucessiva e o comportamento do volume de importações de Israel, que oscilou significativamente ao longo do período, o eventual dano à indústria doméstica não pode ser atribuído ao processo de liberalização dessas importações.

7.2.3 Contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo

O mercado brasileiro de tubos de borracha elastomérica apresentou representativo crescimento em todos os períodos, acumulando aumento de 102,8% em P5, quando comparado a P1.

Dessa forma, os indícios de dano à indústria doméstica apontados anteriormente não podem ser atribuídos às oscilações do mercado, uma vez que não foi constatada contração na demanda e as importações a preços com indícios de dumping aumentaram em proporção superior à do crescimento do mercado brasileiro.

Além disso, segundo a peticionária, durante o período analisado não houve mudanças no padrão de consumo dos tubos de borracha elastomérica no mercado brasileiro.

7.2.4 Práticas restritivas ao comércio e progresso tecnológico

Não foram identificadas práticas restritivas ao comércio de tubos de borracha elastomérica pelos produtores domésticos e estrangeiros, nem fatores que afetassem a concorrência entre eles.

Também não foi identificada a adoção de evoluções tecnológicas que pudessem resultar na preferência do produto importado ao nacional. O produto importado das origens investigadas e o fabricado no Brasil são concorrentes entre si, disputando o mesmo mercado, além de serem fabricados com a utilização de processos produtivos semelhantes.

7.2.5 Desempenho exportador

Com relação ao desempenho exportador, constatou-se que a indústria doméstica apresentou quedas no volume exportado de tubos de borracha elastomérica de P1 para P2 e de P2 para P3, aumento de P3 para P4, e queda de 39,2% de P4 para P5. Ao longo do período, de P1 para P5, houve queda de 72,2% no volume de exportações.

Concomitantemente à queda no volume exportado, também houve redução na proporção das vendas ao mercado externo sobre as vendas totais da indústria doméstica. Enquanto em P1 as exportações representavam 6,1% das vendas totais, esse percentual caiu para 1,3% em P5. Em relação à receita líquida das vendas no mercado interno, as vendas externas representaram, em P1, 2,8% e, em P5, 1,2%.

Sendo assim, é possível observar que a representatividade das vendas e das receitas externas da indústria doméstica foi pequena em relação às suas vendas e receitas totais. Logo, não há que se atribuir a totalidade do dano constatado nos indicadores econômicos da indústria doméstica ao desempenho exportador, pois indicadores como volume de vendas e de produção, resultados e margens de lucro foram pouco afetados pela queda nas exportações.

7.2.6 Produtividade

A produtividade, nesse caso, foi calculada como o quociente entre a quantidade produzida e o número de empregados envolvidos na produção no período. Ao longo de todo o período analisado, com exceção de P2 a P3, verificaram-se aumentos na produtividade da indústria doméstica. Apesar da queda de 6% de P2 a P3, de P1 para P5 a produtividade acumulou incremento de 26%.

Sendo assim, considerou-se que a produtividade não configurou um fator gerador de dano à indústria doméstica no período analisado.

7.3 Das manifestações acerca da causalidade

Em manifestação protocolada no dia 10 de setembro de 2014, a L'Isolante K-Flex S.P.A. e a K-Flex Gulf Manufacturing (Llc) argumentaram que as importações provenientes da China e da Coreia do Sul teriam tido, proporcionalmente, um crescimento maior em relação às importações provenientes da Itália e que, por essa razão, as importações italianas não poderiam ser responsabilizadas pelo dano causado à indústria doméstica.

Sobre a tecnologia de produção da peticionária, a L'Isolante K-Flex, a K-Flex Gulf e a Polipex afirmaram que se trataria de uma linha descontínua, o que a levaria a ser menos eficiente, a ter produtividade de dez a vinte vezes menor e a ter custos maiores quando comparada à tecnologia de linha contínua utilizada pela empresa italiana. Acrescentou, ainda, que a Armacell não aplicaria no Brasil o processo de produção completo para os tubos de borracha elastomérica, recebendo o "masterbatch" (semi-produto), comprado a altos preços de transferência de sua matriz, e fazendo apenas a extrusão (processo de vulcanização dos materiais) localmente.

As empresas L´Isolante K-Flex, K-Flex Gulf e Polipex argumentaram, ainda, que a imposição de direito antidumping geraria desabastecimento, uma vez que a Armacell não teria condições de atender à demanda nacional, e, tampouco realizado investimentos para melhorar sua capacidade produtiva local.

Em sua manifestação protocolada no dia 5 de setembro de 2014, a BMW afirmou que "verifica-se que não há investimento por parte da Armacell na produção visando à diminuição do custo, o que reflete diretamente no aumento dos preços. De acordo com as planilhas apresentadas, não pode ser atribuído às importações da Alemanha a diminuição do preço do produto produzido pela indústria doméstica. Ademais, verifica-se aumento do custo de produção no período P5, com o consequente aumento do preço do produto".

7.4 Dos comentários acerca das manifestações

Com relação à manifestação apresentada pela L'Isolante K-Flex e K-Flex Gulf acerca dos volumes de importação da China e da Coreia do Sul, esclarece-se, primeiramente, que tal análise não deve ser realizada somente com base na evolução dos números-índice, mas também considerando a representatividade dos volumes de importação em relação ao total importado. Dessa forma, conforme detalhado no item 5.1.2, resta claro lembrar que as importações chinesas representaram em P5 apenas 2,7% do total, volume considerado insignificante, de acordo com o §2º do artigo 31 do Decreto nº 8.058, de 2013. Ademais, o Regulamento Brasileiro e o Acordo Antidumping preveem que os efeitos das importações a preços de dumping poderão ser avaliados cumulativamente, caso sejam cumpridos os pré-requisitos analisados no item 5.1.1, pois se considera que o eventual dano causado à indústria doméstica seria decorrente do conjunto das importações significantes a preços de dumping.

No tocante aos argumentos relativos à tecnologia e ao processo de produção, as manifestantes apresentaram meras alegações, sem dados ou informações que permitissem uma adequada avaliação dos pontos levantados. Ademais, a L'Isolante K-Flex e a K-Flex Gulf tiveram a oportunidade mas não apresentaram adequadamente em suas respostas ao questionário do produtor/exportador as informações solicitadas acerca de seu processo produtivo e dos seus custos de produção, inviabilizando qualquer análise nesse sentido.

Ainda assim, importa lembrar que, mesmo que o processo produtivo da Armacell fosse menos eficiente, este permaneceu inalterado ao longo do período da análise de dano, não explicando a deterioração dos indicadores de lucratividade. Ademais, observou-se redução do custo unitário de produção da indústria doméstica em 21,9% de P1 para P5.

Em relação à capacidade da Armacell de atender à demanda nacional, há que se considerar que, de fato, a sua capacidade produtiva encontra-se abaixo no volume total do mercado brasileiro. Por outro lado, é claro observar que o grau de ocupação dessa capacidade manteve-se em níveis relativamente baixos, variando de 39,9% a 44,9% durante o período de análise de dano. Logo, conclui-se que o dano observado pela peticionária não pode ser atribuído a uma insuficiência em sua capacidade produtiva.

Sobre a manifestação da empresa BMW, destaca-se, primeiramente, que os dados relativos ao custo e ao preço da indústria doméstica foram corrigidos em decorrência da verificação in loco, conforme descrito no item 4.2.8, tendo as suas variações alteradas ao longo dos períodos de análise de dano. Dessa forma, a análise apresentada pela BMW resta esvaziada, visto que não mais reflete a realidade dos dados da indústria doméstica.

7.5 Da conclusão preliminar a respeito da causalidade

Para fins de determinação preliminar, considerando a análise dos fatores previstos no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, verificou-se que as importações originárias da Alemanha, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Israel, Itália e Malásia a preços de dumping constituíram o principal fator causador do dano à indústria doméstica constatado no item 6.3.

8 DAS OUTRAS MANIFESTAÇÕES

8.1 Das outras manifestações

As empresas L´Isolante K-Flex, K-Flex Gulf, Polipex e BMW do Brasil Ltda. argumentaram que a imposição de direito antidumping não seria do interesse do povo brasileiro. Conforme essas empresas, a restrição das importações resultaria em inflação e na formação de cartéis e monopólios. Segundo a Polipex, "a medida, a rigor, teria o efeito contrário ao que objetiva, que é a proteção do mercado nacional".

Em manifestação protocolada no dia 14 de outubro de 2014, a empresa peticionária, Armacell do Brasil Ltda., apresentou esclarecimentos acerca do escopo da investigação e solicitou a imposição de direito antidumping provisório.

De acordo com a Armacell, tendo em vista o fato de algumas partes interessadas terem se pronunciado a respeito do escopo da investigação, teria sido necessário apresentar esclarecimentos sobre o produto objeto da investigação. Nesse sentido, a peticionária ratificou a descrição do produto apresentada na petição e relembrou que os produtos se encaixariam nos parâmetros descritos, tais como usos e aplicações, que têm como base os critérios elencados no art. 9º, § 1º do Decreto nº 8.058, de 2013.

Ainda, em sua manifestação, a Armacell afirmou que preencheria todos os requisitos estabelecidos no art. 66 do Regulamento Brasileiro para a imposição de direitos antidumping provisórios sobre as importações das origens investigadas. Dessa forma, a Armacell alegou que haveria indícios suficientes que justificariam uma determinação preliminar positiva de dumping, dano e nexo causal. Com isso, solicitou a emissão de determinação preliminar positiva recomendando a imposição imediata de direito antidumping.

8.2 Dos comentários acerca das manifestações

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que o objetivo da medida antidumping é o de neutralizar o efeito danoso de importações realizadas a preço de dumping, que constitui prática desleal de comércio. Adicionalmente, a instância responsável pela avaliação do interesse público relacionado às medidas antidumping é o Grupo de Técnico de Avaliação do Interesse Público (GTIP).

Em relação à manifestação da peticionária, as análises citadas e a recomendação de aplicação de direito provisório são temas objeto de avaliação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CIRCULAR Nº 65, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Art. VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994 e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no § 5º do art. 65 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX nº 52272.000934/2014-59 e do Parecer nº 50, de 24 de outubro de 2014, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM, desta Secretaria, e por terem sido verificados indícios suficientes da existência de dumping nas importações brasileiras de filmes de PET, comumente classificados nos itens 3920.62.19, 3920.62.91, 3920.62.99 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República Popular da China, da República Árabe do Egito e da República da Índia, e de vínculo significativo entre as importações alegadamente objeto de dumping e os indícios de dano à indústria doméstica, decide:

1. Tornar público que se concluiu por uma determinação preliminar positiva de dumping e de dano à indústria doméstica dele decorrente.

2. Informar a decisão final do DECOM de usar a República da Índia como terceiro país de economia de mercado.

3. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão, conforme consta do Anexo I.

DANIEL MARTELETO GODINHO

ANEXO I

1. DO PROCESSO

1.1 Do histórico

Em 11 de agosto de 2006, a Terphane Ltda. (Terphane) protocolou petição de abertura de investigação de dumping, nas exportações para o Brasil de filme PET, de dano e nexo causal entre esses, quando originárias da Coreia do Sul, Índia e Tailândia e petição de abertura de investigação paralela de medida compensatória relativa às exportações para o Brasil de filme PET, quando originárias da Índia.

Na ocasião, tendo sido apresentados elementos suficientes de prova da prática de dumping apenas nas exportações originárias da Índia e da Tailândia e do correlato dano à indústria doméstica, a Secretaria de Comércio Exterior iniciou a investigação, por meio da Circular SECEX nº 12, de 6 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. em 8 de março de 2007. Na mesma data, com a publicação da Circular SECEX nº 13, foi iniciada investigação de subsídio acionável nas exportações para o Brasil de filmes PET, quando originárias da Índia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

À época, foi determinada, preliminarmente, a existência de dumping nas exportações para o Brasil de filmes PET, originárias da Índia e da Tailândia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, com aplicação de medida antidumping provisória, nos termos da Resolução CAMEX nº 3, de 24 de janeiro de 2008, publicada no D.O.U. em 31 de janeiro de 2008.

Por fim, por intermédio das Resoluções CAMEX nºs 40 e 43, de 3 de julho de 2008, publicadas no D.O.U. em 4 de julho de 2008, foram encerradas as investigações com aplicação de direitos antidumping e medidas compensatórias, respectivamente.

Em 4 de julho de 2013, decorridos cinco anos da aplicação das medidas sem que houvesse sido apresentados por qualquer das partes interessadas elementos de prova suficientes que justificassem a necessidade de revisão de final de período, os direitos antidumping aplicados sobre as importações de filmes PET da Índia e da Tailândia e as medidas compensatórias aplicadas obre as importações originárias da Índia expiraram.

Em 14 de junho de 2010, a Terphane protocolou petição de abertura de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de filmes PET, quando originárias dos Emirados Árabes Unidos (EAU), México e Turquia, de dano e de nexo causal entre esses.

Nessa segunda ocasião, tendo sido apresentados elementos suficientes de prova da prática de dumping nas exportações desses países, e do correlato dano à indústria doméstica, a Secretaria de Comércio Exterior iniciou a investigação, por meio da Circular SECEX nº 53, de 19 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. em 23 de novembro de 2010.

Por meio da Resolução CAMEX nº 14, de 29 de fevereiro de 2012, publicada no D.O.U. de 1º de março de 2012, a investigação antidumping citada foi encerrada com aplicação de direitos antidumping, os quais estão em vigor.

1.2 Da petição

Em 30 de abril de 2014, a empresa Terphane Ltda., doravante denominada Terphane ou peticionária, protocolou no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de filmes PET, quando originárias da República Popular da China (China), da República Árabe do Egito (Egito) e da República da Índia (Índia) e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática. Ao mesmo tempo, foi protocolada petição de início de investigação paralela de medida compensatória relativa às exportações para o Brasil de filmes PET, quando originárias da Índia.

Em 15 de maio de 2014, por meio do Ofício nº 4.087/2014/CGMC/DECOM/SECEX, se solicitou à peticionária, com base no § 2º do art. 41 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro, informações complementares àquelas fornecidas na petição. A peticionária apresentou tais informações, tempestivamente, em 2 de junho de 2014.

1.3 Das notificações aos governos dos países exportadores

Em 25 de junho de 2014, em atendimento ao que determina o art. 47 do Decreto nº 8.058, de 2013, os Governos da China, do Egito e da Índia foram notificados, por meio dos Ofícios nºs 06.082/2014/CGMC/DECOM/SECEX e 06.083/2014/CGMC/DECOM/SECEX, 06.084/2014/CGMC/DECOM/SECEX e 06.085/2014/CGMC/DECOM/SECEX, respectivamente, da existência de petição devidamente instruída, com vistas à abertura de investigação de dumping de que trata o presente processo.

1.4 Do início da investigação

Considerando o que constava do Parecer DECOM nº 33, de 27 de junho de 2014, tendo sido observada a existência de indícios suficientes de prática de dumping nas exportações de filmes de PET da China, da Índia e do Egito para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, foi recomendado o início da investigação.

Dessa forma, com base no parecer supramencionado, a investigação foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 40, de 27 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) de 30 de junho de 2014.

1.5 Das notificações de início de investigação e da solicitação de informações às partes

Em atendimento ao que dispõe o art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, notificaram-se do início da investigação o produtor nacional do produto similar, Terphane Ltda., os produtores/exportadores estrangeiros e os importadores brasileiros do produto objeto da investigação - identificados por meio dos dados oficiais de importação fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, e os Governos da China, da Índia e do Egito, tendo sido encaminhada cópia da Circular SECEX nº 40, de 27 de junho de 2014.

Considerando os §§ 4º e 5º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foi encaminhada cópia do texto completo não confidencial da petição que deu origem à investigação aos produtores/exportadores selecionados e aos Governos da China, da Índia e do Egito.

Consoante o que dispõe o § 1º do art. 28 do Decreto nº 8.058, de 2013, em razão do número elevado de produtores/exportadores identificados, foram selecionados para receber os questionários apenas produtores/exportadores cujos volumes de exportação da China e da Índia para o Brasil representaram o maior percentual razoavelmente investigável, ou seja, a seleção foi baseada nos maiores volumes de exportação. Em relação ao Egito, não houve seleção uma vez ter sido identificado apenas um produtor/exportador.

Assim, por ocasião da notificação de início da investigação, e conforme o disposto no art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram enviados questionários aos importadores conhecidos, aos produtores/exportadores estrangeiros selecionados da China e da Índia, e ao produtor/exportador do Egito, com prazo de restituição de trinta dias, contado da data de ciência.

Cabe ressaltar ter sido notificado aos produtores/exportadores não selecionados para responder ao questionário, que o prazo para eventuais respostas voluntárias seria de trinta dias, improrrogáveis, contados da data de ciência, em conformidade com o caput do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, e com o art. 19 da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014.

Com relação aos importadores, foram enviados questionários a todos aqueles identificados com base nos dados detalhados das importações brasileiras fornecidos pela RFB.

Em 21 de agosto de 2014, tendo em vista que os produtores/exportadores chineses selecionadas não responderam ao questionário encaminhado, nem solicitaram prorrogação do prazo de sua resposta, consoante o que dispõe o § 3º do art. 28 do Decreto nº 8.058, de 2013, e com base no volume de exportações para o Brasil, foram selecionados dois novos produtores/exportadores chineses para os quais foi encaminhado o questionário, com prazo de restituição de trinta dias, contado da data de ciência. Na mesma data, o governo da China foi notificado da realização de nova seleção.

1.6 Do recebimento das informações solicitadas

1.6.1 Do produtor nacional

A Terphane, única fabricante nacional do produto similar doméstico, apresentou suas informações na petição de início da presente investigação e quando da apresentação das suas informações complementares.

1.6.2 Dos importadores

Dos importadores identificados do produto objeto da investigação, dezenove responderam ao questionário enviado. No entanto, duas empresas responderam intempestivamente (Arconvert Brasil Ltda. e Alfatec Indústria e Comércio Ltda.), e cinco empresas não regularizaram os documentos para habilitação, no prazo solicitado, e tiveram seus questionários desconsiderados (Camargo Companhia de Embalagens Ltda., Embalagens Flexíveis Diadema S/A, Papéis Amália Ltda., Flexoprint Etiquetas Ltda. e Unitec Tecnologia de Embalagens Ltda.).

Dessa forma, os importadores que tiveram seus questionários considerados foram: Solefilmes Importacao Distribuição e Logística Ltda., Inapel Embalagens Ltda., Cordel Embalagens Ltda., Prysmian Energia Cabos e Sistemas do Brasil S.A., Prysmian Draka Brasil S.A., Inflex Indústria e Comércio de Embalagens Ltda., Itap/Bemis Ltda., Videplast Indústria de Embalagens Ltda., Amcor Flexibles Brasil Ltda, Mega Embalagens Ltda, MRV do Brasil Importadora Eireli e Princeton-Lemitar Indústria e Comércio Ltda.

1.6.3 Dos produtores/exportadores

Foram encaminhados questionários a sete exportadores (Zhejiang Euro-Asia Film Material CO. LTD., Tianjin Wanhua CO. LTD., Shaoxing Xiangyu Green Packing CO. LTD., Wuxi Boli Packing Material CO. LTD., Polyplex Corporation LTD., Ester Industries LTD. e Flex P. Films (EGYPT) S.A.E.), e, posteriormente, a mais dois exportadores chineses (Henan Mi-Tel Imp. & Exp. Trading CO. LTD. e Fuwei Films (SHANDONG) CO. LTD.), todos selecionados por meio dos dados oficiais de importação fornecidos pela RFB. Desse grupo, responderam ao questionário duas empresas indianas (Polyplex Corporation LTD. e Ester Industries LTD.) e uma egípcia (Flex P. Films (EGYPT) S.A.E.)

Em 9 de setembro de 2014, a empresa chinesa Henan Mi-Tel Imp. & Exp. Trading CO. LTD. respondeu, pela caixa institucional de filmes PET, que era uma trading company e que não produzia o produto da investigação.

Cabe ressaltar que houve também respostas voluntárias de três empresas indianas (Jindal Polyester LTD., Vacmet Índia LTD. e Polypacks Industries), todas, no entanto, intempestivamente.

1.7 Das verificações in loco

Com base no § 3º do art. 52 do Decreto nº 8.058, de 2013, foi realizada verificação in loco nas instalações da Terphane Ltda., no período de 11 a 15 de agosto de 2014, com o objetivo de confirmar e obter maior detalhamento das informações prestadas pela empresa no curso da investigação.

Foram cumpridos os procedimentos previstos no roteiro de verificação, encaminhado previamente à empresa, tendo sido verificados os dados apresentados na petição e em suas informações complementares.

As informações fornecidas pela empresa ao longo da investigação foram consideradas válidas, depois de realizadas as correções pertinentes. Os indicadores da indústria doméstica incorporam os resultados da verificação in loco.

A versão restrita do relatório de verificação in loco consta dos autos restritos do processo e os documentos comprobatórios foram recebidos em bases confidenciais.

As possíveis datas das verificações in loco no caso dos produtores/exportadores constam discriminadas no item 1.8.

1.8 Dos prazos da investigação

São apresentados no quadro abaixo os prazos a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 2013, conforme estabelecido pelo § 5º do art. 65 do Regulamento Brasileiro. Recorde-se que tais prazos servirão de parâmetro para o restante da presente investigação:

Disposição legal Decreto nº 8.058/2013	Prazos	Datas previstas
Art. 59	Encerramento da fase probatória da investigação.	21/janeiro/2015
Art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos.	10/fevereiro/2015
Art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final.	3/março/2015
Art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo.	23/março/2015
Art. 63	Elaboração pelo DECOM da determinação final.	10/abril/2015

Ademais, apresentam-se abaixo as datas sugeridas às empresas Flex P. Films (Egypt) S.A.E., Polyplex Corporation e Limited Ester Industries Limited para a realização das verificações in loco.

Produtor/exportador	Cidade - País	Data
Flex P. Films (Egypt) S.A.E.	Cairo - Egito	17 a 21 de novembro de 2014
Polyplex Corporation Limited	Noida - Índia	17 a 21 de novembro de 2014
Ester Industries Limited	Gurgaon - Índia	24 a 28 de novembro de 2014

Ressalte-se que, conforme notificação a ser encaminhada para as referidas empresas, a realização das verificações in loco está condicionada à restituição completa e tempestiva das informações complementares solicitadas, podendo ser, no caso de não apresentação ou apresentação de forma inadequada ou fora dos prazos estabelecidos, cancelada a visita e utilizada a melhor informação disponível nas determinações referentes à presente investigação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

2.1 Do produto objeto da investigação

O produto objeto da investigação consiste em "filmes, chapas, folhas, películas, tiras e laminas, biaxialmente orientados, de poli(tereftalato de etileno), de espessura igual ou superior a 5 micrometros, e igual ou inferior a 50 micrometros, metalizado ou não, sem tratamento ou com tratamento tipo coextrusão, químico ou com descarga de corona", doravante denominado, simplesmente, como filme de PET.

Ressalte-se, contudo, que os produtos relacionados a seguir estão excluídos do escopo da investigação:

a) filmes de PET com espessura fora da faixa especificada (5m £ e £ 50m);
b) película fumê automotiva;
c) filme de acetato de celulose;
d) filme de poliéster com silicone;
e) rolos para painéis de assinatura;
f) filtros para iluminação;
g) telas, filmes, cabos de PVC;
h) filmes, chapas, placas de copoliéster PETG;
i) filmes, películas, etiquetas e chapas de policarbonato;
j) folhas esponjadas de politereftalato de etileno;
k) placas de polimetacrilato de metila;
l) etiquetas de poliéster;
m) lâminas e folhas de tinteiro;
n) telas de reforço de poliéster;
o) filmes e fios de poliéster microimpressos;
p) filmes de poliéster magnetizados;
q) fitas para unitização de carga; e
r) filmes de PET já processados para outros fins (produto acabado).

O poli(tereftalato de etileno), comumente designado pelas iniciais PET, é um polímero sintético termoplástico que contém o grupamento funcional "éster" [R-COOR] em sua estrutura molecular sendo, por isso, classificado como um poliéster.

Os filmes de PET exibem características específicas que justificam a aceitação e alcance comercial no segmento de filmes biaxialmente orientados: alta resistência química e térmica, excelente estabilidade dimensional, propriedades físicas e mecânicas superiores às de filmes de outros polímeros, quais sejam, flexibilidade, boa transparência e brilho, baixa permeabilidade ao oxigênio, a outros gases, à umidade, gorduras e odores, excelente processabilidade, elevado poder dielétrico, além de ser material de fácil reciclagem. Concorre, neste segmento, com outros termoplásticos, como o policloreto de vinila (PVC), o polietileno (PE), o polipropileno (PP) e a poliamida (PA). Quanto à coloração, de um modo geral, os filmes de PET se apresentam como transparentes ou opacos. Quanto à superfície, podem ser: sem tratamento ou com tratamento químico ou com tratamento por coextrusão ou com tratamento corona.

O processo de obtenção dos filmes de PET possui duas fases:

a) Obtenção do Polímero

A produção do poli(tereftalato de etileno) é processada em duas etapas: 1ª) esterificação, com formação intermediária de um pré-polímero (oligômero) de baixo peso molecular; o pré-polímero pode formar-se por esterificação direta do ácido tereftálico com o glicol etilênico, ou por transesterificação com tereftalato de dimetila (DMT), com separação de metanol, como subproduto; e 2ª) policondensação do produto oligomérico, com formação do poliéster, em processo de polimerização em massa.

O grau de polimerização é função do peso molecular e pode ser controlado pela viscosidade intrínseca (VI), determinada experimentalmente por correlação com a viscosidade relativa de soluções diluídas do polímero em solventes orgânicos. Os polímeros de baixa VI são geralmente aplicados na produção de fibras e filmes; os de alta VI, destinam-se aos segmentos de embalagens sopradas (garrafas, frascos e garrafões) e resinas de engenharia.

b) Obtenção do Filme de PET

A produção de filmes de PET biaxialmente orientados é realizada por extrusão do polímero fundido através de uma matriz plana, utilizando o polímero na forma de grânulos ou em raspas ("chips"), seguida de estiramento do filme extrusado, primeiramente, em direção longitudinal à máquina, sobre rolos aquecidos, e, em seqüência, transversalmente à máquina, sob aquecimento em estufa. Após o estiramento, o filme passa por um ciclo de aquecimento, para efeito de têmpera, podendo, por fim, ser ou não, submetido a operações de acabamento, ou tratamento de superfície, em uma ou em ambas as faces.

O tratamento é feito com o objetivo de modificar propriedades do material, e com isso preparar o filme para ser submetido aos processos usuais de estamparia, fixação de tintas e modificação estrutural para introdução de ligações cruzadas. Os processos comumente aplicados são o de tratamento físico, mediante descarga ionizante de corona, de tratamento químico com composições acrílicas com co-polímeros de poliéster ou com poliuretano, ou coextrusão de copolímeros de poliéster, ou de deposição metálica (alumínio) a vácuo.

Os filmes de PET apresentam-se no comércio embalados em bobinas cujas dimensões variam em função da sua espessura, largura e comprimento, montadas em palets de 2 ou 4 bobinas, segundo esquemas padronizados.

No entanto, há que se acrescentar que há uma diferença nos parâmetros operacionais e condições de processamento para cada tipo de filmes (ultrafinos até 5 microns; finos até 23 microns; médios até 50 microns; grossos até 250 microns; e folhas acima de 250 microns). Isso tem implicado a projeção de máquinas de filmes de diferentes tipos de equipamentos e construções para distintos produtos. As unidades de fabricação de filmes ultrafinos são normalmente linhas de altíssima velocidade com baixo tempo de permanência do polímero em diferentes estágios de fabricação. As linhas de fabricação de filmes finos são comparativamente mais lentas do que as máquinas de ultrafinos, mas tem velocidade superior do que a dos filmes grossos. As linhas de filmes grossos e folhas são máquinas de baixa velocidade que têm alto tempo de permanência do polímero em diferentes máquinas. As máquinas de fabricação de filmes grossos são de serviço pesado. Os insumos, como catalisadores e aditivos requeridos são também diferentes em filmes grossos em comparação aos finos.

Os filmes de PET possuem aplicabilidade diversificada, tais como fibras têxteis e industriais, embalagens sopradas e recipientes para alimentos, cosméticos e produtos farmacêuticos, além do segmento de embalagens. Podem ser usados isoladamente ou combinados a outros materiais, mediante revestimento com outros termoplásticos ou metalizados (com alumínio). Segundo consta da petição, em função das características dos filmes de PET, existem três segmentos de mercado bem caracterizados para o produto: embalagens flexíveis, aplicações industriais e filmes grossos.

O mercado de embalagens flexíveis compreende, principalmente, filmes transparentes ou metalizados, com ou sem tratamento de impressão na face e com espessura variando, normalmente, em uma faixa de 8 a 23 micrometros (microns). As principais aplicações são embalagens para alimentos e outros produtos de consumo, quando exigida alta barreira a gases, gorduras, odores e umidade.

O mercado industrial, por sua vez, utiliza, principalmente, filmes sem tratamento ou com tratamento à superfície (descarga de corona, coextrusão e tratamento químico), com espessura entre 5 a 50 micrometros (microns). Entre as principais aplicações estão o isolamento de cabos e fios telefônicos, cintas isolantes para capacitores e motores elétricos, suporte para fitas adesivas, desmoldagem de chapas plásticas, decoração e plastificação de documentos.

Por fim, os filmes grossos são aqueles cuja espessura varia, normalmente, de 75 a 350 microns. São utilizados no revestimento de slot, fechamentos e isolamentos interfásicos de motores elétricos e geradores, para manufatura de cartões telefônicos e de segurança e para uso em artes gráficas.

Os produtos exportados ao Brasil, no mercado de embalagens flexíveis, são basicamente os filmes de 10 e 12 micrometros de espessura, tratados quimicamente em uma face para serem impressos e/ou metalizados e posteriormente laminados a outros materiais para se transformarem em embalagens flexíveis. No mercado de aplicações industriais, por sua vez, são exportados ao Brasil os filmes de 12 a 50 micrometros de espessura, não tratados, para usos diversos em vários processos industriais como desmoldagem de telhas, isolamento de cabos, plastificação, decoração etc.

2.1.1 Da classificação e do tratamento tarifário

Segundo a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), o produto objeto da investigação classifica-se nos itens 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99. Vale ressaltar, no entanto, que já se havia identificado importações erroneamente classificadas nos itens 3920.63.00 e 3920.69.00 da NCM. Adicionalmente, a peticionária indicou a existência de importações do produto nos itens 3920.62.11 e 3920.68.99 da NCM.

A alíquota do Imposto de Importação se manteve inalterada em 16% para os itens NCM em questão durante período de análise de existência de dano - janeiro de 2009 a dezembro de 2013 - à exceção do item NCM 3920.62.11, cuja alíquota foi 2% durante o mesmo período.

2.2 Do produto fabricado no Brasil

No Brasil, a peticionária produz filmes de PET de espessura igual ou superior a 5 micrometros (microns) e igual ou inferior a 50 micrometros (microns) que podem ser transparentes, pigmentados ou coloridos; com ou sem tratamentos em uma ou ambas as faces (corona, químico ou coextrusão); metalizados com alumínio ou não; recobertos com resina de PVdC, silicone ou outras resinas poliméricas e que são vendidos em diversas apresentações de bobinas com diferentes larguras e comprimentos, com características semelhantes às descritas no item 2.1 supra.

A peticionária adota a tecnologia Rhone-Poulec de estiramento biaxial para a produção dos filmes de PET, por esterificação direta do ácido tereftálico (PTA) com o glicol etilênico (MEG), que, segundo sustenta, é a mesma utilizada mundialmente. Os processos produtivos e as formas de apresentação comercial (acondicionamento) dos filmes PET exportados da Índia, China e Egito para o Brasil não apresentam diferenças significativas em relação ao produto fabricado pela peticionária.

2.3 Da similaridade

O § 1º do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece uma lista de critérios objetivos que devem ser considerados na avaliação da similaridade. O § 2º do mesmo artigo estabelece que tais critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva.

O produto objeto da investigação e o produto similar produzido no Brasil:

(i) São produzidos, na maioria dos casos, a partir das mesmas matérias-primas, quais sejam, o ácido tereftálico purificado (PTA) e o mono-etileno glicol (MEG); o polímero pode também ser produzido pela transesterificação com tereftalato de dimetila (DMT), no entanto, este não é o processo mais comum;

(ii) Apresentam as mesmas características físicas (e químicas): se apresentam na forma de filmes, chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, podendo haver tratamento ou não, contemplando espessuras que variam de 5 a 50 micros;

(iii) Estão submetidos aos mesmos regulamentos técnicos: Resolução no 105 e RDC no 17, ambos da ANVISA;

(iv) São produzidos segundo processo de produção semelhante, composto pela obtenção do polímero e, posteriormente, obtenção do filme de PET, este abrangendo cinco etapas básicas (secagem, extrusão, estiragem longitudinal, estiragem transversal e bobinagem);

(v) Têm os mesmos usos e aplicações, sendo utilizado, entre outros, no mercado de embalagens flexíveis (para alimentos e outros produtos de limpeza) e no mercado industrial (isolamento de cabos e fios telefônicos, desmoldagem de telhas e isolamento de cabos elétricos e telefônicos); e

(vi) Apresentam alto grau de substitutibilidade, visto que se tratam de commodity na indústria de poliéster, com concorrência baseada principalmente no fator preço. Ademais, foram considerados concorrentes entre si, visto que se destinam ambos aos mesmos segmentos.

2.4 Da conclusão a respeito do produto e da similaridade

O art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, dispõe que o termo "produto similar" será entendido como o produto idêntico, igual sob todos os aspectos ao produto objeto da investigação ou, na sua ausência, outro produto que, embora não exatamente igual sob todos os aspectos, apresente características muito próximas às do produto objeto da investigação.

Dessa forma, diante das informações apresentadas e da análise constante no item 2.3, concluiu-se que o produto produzido no Brasil é similar ao produto objeto da investigação, nos termos do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013.

3. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

Para fins de determinação de dano, definiu-se como indústria doméstica, nos termos do art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a linha de produção de filmes de PET da empresa Terphane Ltda., única fabricante nacional do produto similar doméstico, respondendo, portanto, pela totalidade da produção nacional.

4. DO DUMPING

De acordo com o art. 7o do Decreto no 8.058, de 2013, considera-se prática de dumping a introdução de um bem no mercado brasileiro, inclusive sob as modalidades de drawback, a um preço de exportação inferior ao valor normal.

4.1 Do dumping para efeito do início da investigação

Para fins do início da investigação, utilizou-se o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013, a fim de se verificar a existência de indícios de prática de dumping nas exportações para o Brasil de filmes PET, originárias do Egito, da Índia e da China.

4.1.1 Do Egito

4.1.1.1 Do valor normal

No que diz respeito ao valor normal quando do início da investigação, a peticionária argumentou que não teria sido possível o acesso a qualquer informação que possibilitasse conhecer o preço de venda de filmes de PET destinado ao consumo no mercado interno do Egito por meio de documentos de transação comercial ou de publicações internacionais, com vistas à determinação do valor normal. Dessa forma, em conformidade com art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, o valor normal do produto similar destinado ao consumo no mercado interno no Egito foi calculado, para fins de início da investigação, com base no valor construído para o país como um todo, de acordo com a metodologia apresentada pela peticionária.

Dessa forma, o valor normal construído foi obtido com base em informações relativas à produção e vendas de filmes de PET no mercado interno egípcio pela empresa produtora localizada no Egito, a Flex Egito. A peticionária buscou determinar os custos unitários fixos e variáveis de fabricação de filmes de PET, tendo sido adicionadas estimativas de despesas gerais, administrativas e de venda, e razoável margem de lucro.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Em primeiro lugar, a peticionária procurou determinar o volume de produção da empresa Flex Egito, e, para tanto, recorreu às informações disponíveis no mercado. Com base nessas informações, estimou-se o número de linhas de produção, a largura do rolo máster e a velocidade de produção. Assim, com esses dados, a produção anual/linha de produção foi determinada/estimada pela seguinte fórmula:

P = L x V x E x D x UT x SY x 60min x 24h x 356 d, onde:
L(em m) = largura do rolo máster produzido;
V(em m/min) = velocidade de produção;
E (em micra) = espessura do filme (12micra é a espessura padrão para aplicação embalagem);
D = densidade do PET (1,4 kg/dm3);
UT (%) = Uptime, considerado o valor típico 86%. Uptime, ou taxa de utilização, é o percentual do tempo programado para produção em que há, efetivamente, produção de filme. O tempo gasto para ajustes é chamado downtime;
SY (%) = Slitting Yield, rendimento no corte do rolo máster, considerado o valor típico 97%. Refere-se ao corte do rolo máster nas dimensões de comercialização; e 60min x 24h x 356d = Tempo de operação (em min), considerando paradas de 9 d/ano para manutenção.

Ressalta-se, entretanto, que o cálculo considerado superestimou a produção efetivamente realizada, visto que não considerou as paradas não programadas e pressupôs a operação da planta de produção com máxima eficiência.

Com relação à determinação do custo de matéria-prima, é importante salientar que, no Egito, não é realizado o processo de polimerização, sendo o tereftalato de polietileno adquirido de terceiros. Assim, para fins de determinação do custo do polímero utilizado na fabricação de filmes de PET no Egito, apurou-se as cotações mensais do chip de poliéster, para o ano de 2013, na região da Ásia, disponibilizadas pelo IHS Chemical (CMAI). A fim de obter o preço do tereftalato de polietileno internado no Egito foram adicionados aos preços obtidos junto às cotações levantadas frete e seguro internacionais, e despesas de internação (baseados nas práticas da peticionária). Nada foi computado a título de tarifa de importação, assumindo-se estar a empresa produtora em zona de exportação. A comprovação do valor de frete e seguro internacional foi feita com base nas declarações de importação datadas de 10/06/2013 e 21/08/2013 apresentadas pela peticionária. O transporte do porto à fábrica, de 0,79% do Preço CIF, foi estimado com base nas operações de importação reportadas nas declarações de importação. Por fim, de forma a se obter o custo unitário do polímero utilizado como matéria prima para produção do Filme PET, adotou-se o coeficiente de 1,01 kg de polímero/kg de filme, que corresponde a 1% de perdas de polímero no processo de produção de filme de PET, com base na experiência da própria Terphane, que utiliza tecnologia semelhante à da empresa selecionada.

O custo das utilidades (que foi somado ao preço unitário do polímero) foi calculado com base no preço em dólares estadunidenses pago pela Terphane para energia elétrica (US$/kwh), vapor (US$/t) e água gelada (US$/m³). O valor, em reais, atribuído às utilidades foi apurado levando-se em conta as ordens de produção da Terphane. Esse valor foi então convertido para dólares estadunidenses usando-se a taxa média de câmbio do ano de 2013, obtida nos dados do Banco Central do Brasil. A partir daí, multiplicou-se o valor encontrado por um coeficiente específico determinado por meio da seguinte fórmula:

Coeficiente = CoefTerphane x (Cap.Prod.EfetivaTerphane/Nª LinhasTerphane) x (Prod.AnualExportador / Nª LinhasExportador)

Para o custo de outras utilidades, adotou-se o valor de US$ [CONFIDENCIAL]/kg, observado pela Terphane na composição de suas ordens de produção.

Já o custo da embalagem de US$ [CONFIENCIAL]/kg de filme utilizado na construção do valor normal foi obtido com base no custo médio de embalagens da Terphane em 2013.

Para estimativa dos custos fixos diretos (mão de obra direta e manutenção) da unidade de produção de filmes de PET da Flex Egito, mais uma vez a base de cálculo foi a instalação industrial da peticionária. Assim, foi utilizado o mesmo número de operadores por linha de produção e corte, o mesmo número de operadores para produção de utilidades e a mesma quantidade de supervisores, engenheiros e gerentes. No cálculo da equipe de manutenção, partiu-se do número de mecânicos, técnicos de manutenção, engenheiros e gerentes utilizados pela Terphane, apurando-se número proporcional ao número de linhas. Para obtenção do custo por kg de filme, multiplicou-se o número de cada categoria de empregados pelo custo médio anual, em dólares estadunidenses, apurado pela Terphane. Depois, dividiu-se o total apurado pela produção estimada para a Flex Egito. Quanto ao material e serviços de manutenção, dividiu-se o total gasto pela Terphane, em dólares estadunidenses, pela produção máxima da empresa (capacidade produtiva efetiva), multiplicando-se o valor assim obtido pela produção estimada para a Flex Egito.

Para os custos fixos indiretos (factory overhead e outros), o valor incorrido pela Terphane foi atribuído à instalação da Flex Egito, levando-se em consideração a produção típica estimada e o número de linhas.

Com relação à depreciação, a peticionária considerou o valor de KUS$ 75.000 como o investimento imobilizado por linha de produção, e prazo de 20 anos para sua depreciação. O valor obtido por ano foi dividido pela produção estimada para a Flex Egito.

Para estimativa das despesas gerais, administrativas e de vendas incorridas na distribuição do filme de PET no Egito, bem como da margem de lucro realizada em tais vendas, tomou-se como base a informação disponibilizada pelo sitio eletrônico www.investing.businessweek.com, para a empresa UFLEX, produtora de Filmes PET, a qual possui plantas no Egito e na Índia.

Valor Normal Construído - Egito (US$/kg)

Polímero	[CONFIDENCIAL]
Utilidades e Embalagem	[CONFIDENCIAL]
Custo Fixo Direto	[CONFIDENCIAL]
Custo Fixo Indireto	[CONFIDENCIAL]
Custo de Fabricação	[CONFIDENCIAL]
Despesas Gerais, Adm. e de Vendas	[CONFIDENCIAL]
Depreciação	[CONFIDENCIAL]
Custo de Produção	[CONFIDENCIAL]
Margem de Lucro	[CONFIDENCIAL]
Valor Normal Construído	2,72

Dessa forma, o valor normal construído do Egito no início da investigação, na condição ex fabrica, alcançou US$ 2,72/kg (dois dólares estadunidenses e setenta e dois centavos por quilograma).

4.1.1.2 Do preço de exportação

O preço de exportação no início da investigação foi calculado com base no preço médio das importações brasileiras de filmes PET originárias do Egito, na condição de comércio FOB, referente ao período de análise de dumping (P5).

Assim, dividindo-se o valor total FOB das importações do produto objeto da investigação, no período de investigação de indícios de dumping, pelo respectivo volume importado, em toneladas, chegou-se ao preço de exportação apurado no início da investigação para o Egito de US$ 2.266,17/t (dois mil duzentos e sessenta e seis dólares estadunidenses e dezessete centavos por tonelada).

4.1.1.3 Da margem de dumping

Deve-se ressaltar que o valor normal apurado para o Egito no início da investigação, foi apresentado pela peticionária em base ex fabrica. Com vistas à justa comparação com o preço de exportação FOB, acrescentou-se a esse valor o percentual de frete interno, da fábrica ao porto, estimado pela peticionária. Para tal, acrescentou-se ao valor normal construído o percentual de frete (1,24%) apresentado na petição. Esse percentual foi estimado pela peticionária com base no frete interno da fábrica ao porto pago pela mesma, em suas importações de ácido tereftálico (PTA), na condição de comércio FOB. Para comprovação desse percentual, a peticionária apresentou documentos relativos a algumas de suas operações de importação de PTA. Finalmente, chegou-se ao valor normal construído FOB para o Egito de US$ 2,75/kg.

Já o preço de exportação apurado no início da investigação, conforme explicitado no item anterior, foi apurado com base nos dados disponibilizados pela RFB, apresentados em base FOB.

Para fins de início da investigação, não foram identificadas outras diferenças que pudessem afetar a comparação entre o preço de exportação e o valor normal do Egito.

Assim, a margem absoluta de dumping foi calculada como a diferença entre o valor normal médio ponderado e o preço de exportação médio ponderado, ambos na condição FOB; e a margem relativa de dumping foi definida pela razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação médio ponderado, FOB, conforme explicitado na tabela a seguir:

Margem de Dumping - Egito

Valor Normal (US$/t)	Preço de Exportação (US$/t)	Margem Absoluta Dumping (US$/t)	Margem Relativa Dumping (%)
2.750,00	2.266,17	483,83	21,4

Dessa forma, para fins de início da investigação, considerou-se haver indícios de prática de dumping nas exportações de filmes PET do Egito para o Brasil no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013.

4.1.2 Da Índia

4.1.2.1 Do valor normal

No que diz respeito ao valor normal quando do início da investigação, a peticionária argumentou que não teria sido possível o acesso a informações de preços de filme PET destinado ao consumo no mercado interno da Índia para fins de apuração do valor normal. Assim, a peticionária apresentou metodologia de construção de valor normal com base em informações disponíveis de empresa representativa localizada na Índia, a Flex Índia aplicável ao país como um todo.

Inicialmente, a peticionária procurou determinar a produção da empresa Flex Índia e, para tanto, recorreu às informações disponíveis no mercado. Com base nessas informações, estimou-se o número de linhas de produção, a largura do rolo máster e a velocidade de produção. Assim, com esses dados, a produção anual/linha de produção foi determinada/estimada pela seguinte fórmula:

P = L x V x E x D x UT x SY x 60min x 24h x 356 d, onde:
L(em m) = largura do rolo máster produzido;
V(em m/min) = velocidade de produção;
E (em micra) = espessura do filme (12micra é a espessura padrão para aplicação embalagem);
D = densidade do PET (1,4 kg/dm3);
UT (%) = Uptime, considerado o valor típico 86%. Uptime, ou taxa de utilização, é o percentual do tempo programado para produção em que há, efetivamente, produção de filme. O tempo gasto para ajustes é chamado downtime;
SY (%) = Slitting Yield, rendimento no corte do rolo máster, considerado o valor típico 97%. Refere-se ao corte do rolo máster nas dimensões de comercialização; e 60min x 24h x 356d = Tempo de operação (em min), considerando paradas de 9 d/ano para manutenção.

Ressalta-se, entretanto, que o cálculo considerado superestimou a produção efetivamente realizada, visto que não considerou as paradas não programadas e pressupôs a operação da planta de produção com máxima eficiência.

Para determinação do custo de matéria-prima, levou-se em consideração que, na Índia, a etapa de polimerização é feita a partir do glicol etilênico (MEG) e do ácido tereftálico (PTA). Dessa forma, diferentemente do Egito, que importa os polímeros (tereftalato de polietileno) já prontos, a Índia importa MEG e PTA para realizar o processo de polimerização internamente. Por isso, tendo em vista a inexistência de fornecedores locais de MEG e PTA na Índia, para apuração do custo desses insumos, partiu-se da sua cotação na Ásia, região da qual esses produtos são importados pelas empresas indianas, conforme divulgado pela IHS Chemical (CMAI). Às cotações do custo de MEG e PTA levantadas, adicionaram-se os seguintes parâmetros: frete e seguro internacionais, e despesas de internação (baseados nas práticas da peticionária). Cabe ressaltar que nada foi computado a título de tarifa de importação. A Terphane apresentou declarações de importação datadas de 10/06/2013 e 21/08/2013, com base nas quais se apurou os parâmetros de frete e seguro pertinentes à importação de polímero. Dessa forma, a título de transporte do porto à fábrica, adicionou-se 1,24% do preço CIF, estimado com base nas operações de importação reportadas nas declarações de importação. Ainda, de forma a se obter o custo do polímero utilizado como matéria prima na produção do Filme PET, adotaram-se os coeficientes técnicos de 0,845 kg de PTA/kg de polímero PET e 0,345 kg de MEG/kg de polímero PET, coeficientes estes estimados com base na experiência da própria Terphane e na relação molecular da reação química para obtenção do poliéster (utilização de tecnologia semelhante àquela utilizada pela empresa sob análise).

Aos custos de transformação do PTA e MEG em tereftalato de polietileno já obtidos, foi adicionado o custo de utilidades estimado com base nos custos de energia elétrica na Índia, relativo ao ano de 2012 (comprovado por documento retirado do sítio smartgridinsights.com); nos preços das demais utilidades (referência Terphane, em 2013); e nos coeficientes técnicos pertinentes. Finalmente, de forma a se obter o custo total final de transformação do PTA e do MEG em tereftalato de polietileno (polímero), considerou-se o custo de outros insumos, correspondente a US$ 0,04/kg de polímero, determinado com base no custo incorrido pela Terphane. Estabelecido o custo da matéria-prima, determinou-se o custo das utilidades com base no preço em dólares estadunidenses pago pela Terphane para energia elétrica (US$/kwh), vapor (US$/t) e água gelada (US$/m³). O valor, em reais, atribuído às utilidades foi apurado levando-se em conta as ordens de produção da Terphane. Esse valor foi então convertido para dólares estadunidenses usando-se a taxa média de câmbio do ano de 2013, obtida nos dados do Banco Central do Brasil. A partir daí, multiplicou-se o valor encontrado por coeficiente específico determinado por meio da seguinte fórmula:

Coeficiente = CoefTerphane x (Cap.Prod.EfetivaTerphane/Nª LinhasTerphane) x (Prod.AnualExportador / Nª LinhasExportador)

No caso da energia elétrica, o custo adotado foi o mesmo utilizado na transformação do PTA e MEG em tereftalato de polietileno.

Para o custo de outras utilidades, adotou-se o valor de US$ 0,002/kg, observado pela Terphane na composição de suas ordens de produção.

Já o custo da embalagem de US$ [CONFIDENCIAL]/kg de filme utilizado na construção do valor normal foi obtido com base no custo médio de embalagens da Terphane em 2013.

Foram ainda adicionados, custo de mão de obra direta e de manutenção (mão de obra, serviços e materiais). O número de empregados em cada setor de produção, assim como relacionados à manutenção, foi determinado com base na experiência da Terphane. Para obtenção do custo por kg de filme, multiplicou-se o número de cada categoria de empregados pelo custo médio anual, em dólares estadunidenses, apurado pela Terphane, dividindo-se, a seguir, o total apurado pela produção estimada para a Flex Índia. Quanto ao material e serviços de manutenção, dividiu-se o total gasto pela Terphane, em dólares estadunidenses, pela produção máxima da empresa (capacidade produtiva efetiva), multiplicando-se o valor assim obtido pela produção estimada para a Flex Índia.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Para os custos fixos indiretos (factory overhead e outros), o valor incorrido pela Terphane foi atribuído à instalação da Flex Índia, levando-se em consideração a produção típica estimada e o número de linhas.

Com relação à depreciação, a peticionária considerou o valor de KUS$ 75.000 como o investimento imobilizado por linha de produção, e prazo de 20 anos para sua depreciação. O valor obtido por ano foi dividido pela produção estimada para a Flex Índia.

Para estimativa das despesas gerais, administrativas e de vendas, bem como da margem de lucro incorrida pela empresa sob consideração, tomou-se como base a informação disponibilizada pelo sítio eletrônico www.investing.businessweek.com, para a empresa UFLEX, a qual possui plantas no Egito e na Índia.

Valor Normal Construído - Índia (US$/kg)

Polímero	[CONFIDENCIAL]
Utilidades e Embalagem	[CONFIDENCIAL]
Custo Fixo Direto	[CONFIDENCIAL]
Custo Fixo Indireto	[CONFIDENCIAL]
Custo Total de Produção	[CONFIDENCIAL]
Despesas Gerais, Adm. e de Vendas	[CONFIDENCIAL]
Depreciação	[CONFIDENCIAL]
Custo Total	[CONFIDENCIAL]
Margem de Lucro	[CONFIDENCIAL]
Valor Construído	3,01

Dessa forma, o valor normal construído da Índia no início da investigação, na condição ex fabrica, alcançou US$ 3,01/kg (três dólares estadunidenses e um centavo por quilograma).

4.1.2.2 Do preço de exportação

O preço de exportação no início da investigação foi calculado com base no preço médio das importações brasileiras de filmes PET originárias da Índia, na condição de comércio FOB, referente ao período de análise de dumping (P5).

Assim, dividindo-se o valor total FOB das importações do produto objeto da investigação, no período de investigação de indícios de dumping, pelo respectivo volume importado, em toneladas, chegou-se ao preço de exportação apurado no início da investigação para a Índia de US$ 2.230,62/t (dois mil duzentos e trinta dólares estadunidenses e sessenta e dois centavos por tonelada).

4.1.2.3 Da margem de dumping

O preço de exportação da Índia no início da investigação foi apurado, conforme explicitado no item anterior, com base nos dados disponibilizados pela RFB, apresentados em base FOB.

Já o valor normal apurado para a Índia foi apresentado pela peticionária em base ex fabrica. Dessa forma, para fins de justa comparação, acrescentou-se a esse valor o percentual de frete interno, da fábrica ao porto, estimado pela peticionária. Para tal, acrescentou-se ao valor normal construído o percentual de frete (1,24%) apresentado na petição. Esse percentual foi estimado pela peticionária com base no frete interno da fábrica ao porto pago pela mesma, em suas importações de ácido tereftálico (PTA), na condição de comércio FOB. Para comprovação desse percentual, a peticionária apresentou documentos relativos a algumas de suas operações de importação de PTA.

Não foram identificadas outras diferenças que afetariam a justa comparação.

Assim, a margem absoluta de dumping foi calculada como a diferença entre o valor normal médio ponderado e o preço de exportação médio ponderado, ambos na condição FOB; e a margem relativa de dumping foi definida pela razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação:

Margem de Dumping da Índia

Valor Normal (US$/t)	Preço de Exportação (US$/t)	Margem Absoluta Dumping (US$/t)	Margem Relativa Dumping (%)
3.050,00	2.230,62	819,38	36,7

Dessa forma, considerou-se haver, para fins de abertura da investigação, existência de indícios de prática de dumping nas exportações de filmes PET da Índia para o Brasil no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013.

4.1.3 Da China

4.1.3.1 Do valor normal

O valor normal adotado no início da investigação para a China, uma vez que esse país não foi considerado, para fins de defesa comercial, economia de mercado, teve por base o preço de venda do produto similar praticado em terceiro país de economia de mercado, no caso, a Índia.

Segundo a peticionária, a Índia foi considerada como país substituto apropriado devido: estar presente na petição como país a ser investigado; ser um grande produtor mundial de filmes PET, possuindo número elevado de plantas, assim como observado na China; e possuir um grau de desenvolvimento semelhante ao da economia chinesa.

Dessa forma, adotou-se, para fins de início da investigação, para o valor normal da China o mesmo valor normal construído na condição FOB, de US$ 3,01/kg (três dólares estadunidenses e um centavo por quilograma por quilograma).

4.1.3.2 Do preço de exportação

Para fins de apuração do preço de exportação no início da investigação da China para o Brasil, foram consideradas as respectivas exportações destinadas ao mercado brasileiro efetuadas no período de investigação de indícios de dumping, ou seja, as exportações realizadas de janeiro de 2013 a dezembro de 2013 (P5). Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos não abrangidos pelo escopo do pedido.

Assim, dividindo-se o valor total FOB das importações do produto objeto da investigação, no período de investigação de indícios de dumping, pelo respectivo volume importado, em toneladas, chegou-se ao preço de exportação apurado para a China de US$ 2.138,22/t (dois mil cento e trinta e oito dólares estadunidenses e vinte e dois centavos por tonelada).

4.1.3.3 Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping da China foi calculada como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, ambos na condição FOB; e a margem relativa de dumping da China, assim como a dos dois outros países mencionados, foi definida pela razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação:

Margem de Dumping da China

Valor Normal (US$/t)	Preço de Exportação (US$/t)	Margem Absoluta Dumping (US$/t)	Margem Relativa Dumping (%)
3.050,00	2.138,22	911,78	42,6

Dessa forma, considerou-se, para fins de início da investigação, haver indícios de prática de dumping nas exportações de filmes PET da China para o Brasil, realizadas no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013.

4.2 Do dumping para efeito da determinação preliminar

Para fins de determinação preliminar, utilizou-se o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013, a fim de se verificar a existência de dumping nas exportações para o Brasil de filmes PET, originárias da China, Egito e Índia.

4.2.1 Do Egito

4.2.1.1 Da Flex P Film Egypt SAE (Flex)

A apuração preliminar da margem de dumping foi fundamentada nas informações prestadas pela Flex na resposta ao questionário do produtor/exportador, uma vez que o prazo para resposta às informações complementares solicitadas por meio do Ofício no 8.667/2014/CGMC/DECOM/SECEX, de 29 de setembro de 2014, findou em 14 de outubro de 2014.

Ressalte-se que as informações contidas em tal resposta ainda não foram objeto de verificação in loco.

A seguir está exposta a metodologia utilizada para obtenção do valor normal, do preço de exportação e da respectiva margem de dumping da produtora/exportadora Flex.

4.2.1.1.1 Do valor normal

A apuração preliminar do valor normal levou em consideração os dados reportados, pela empresa investigada, relativos às vendas do produto similar, em condições comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno do Egito, de acordo com o contido no art. 8º do Decreto nº 8.058, de 2013.

A fim de avaliar a existência de vendas do produto similar, em condições normais de comércio, destinadas a consumo no mercado interno do Egito, buscou-se inicialmente identificar vendas a preços inferiores ao custo unitário de produção, conforme o estabelecido no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013. Para esse fim, comparou-se o valor normal ex fabrica com o custo mensal de produção. Dado que a empresa não disponibilizou os volumes de produção anual e mensal de cada CODPROD de forma a se calcular o custo por CODIP, a comparação foi realizada por CODPROD. Este mesmo motivo inviabilizou a construção do valor normal por CODIP, e, por isso, a comparação entre o valor normal e o preço de exportação foi feita por CODPROD.

O valor normal ex fabrica foi calculado a partir do preço faturado reportado, líquido de impostos, tendo sido deduzidos ajustes de preços e despesas de venda, conforme reportado e, em alguns casos, ajustado. Em particular, foram deduzidas: despesas de transporte (frete interno da unidade de produção/armazenagem para o cliente, seguro interno) e outras despesas de venda (custo/receita financeiro/a, despesa de embalagem).

Contudo, tendo em conta a análise do questionário, ajustaram-se preliminarmente os valores relativos à quantidade, custo financeiro, frete interno, outras despesas diretas, despesa indireta de vendas e câmbio.

Com relação à quantidade, utilizou-se em seus cálculos a quantidade líquida de devoluções.

No que concerne ao custo financeiro, conforme informado à empresa investigada por meio do Ofício nº 8.667/2014/CGMC/DECOM/SECEX, de 29 de setembro de 2014, considerou-se inadequada a metodologia de cálculo reportada, por não ter esclarecido a empresa de forma apropriada a metodologia utilizada, e tampouco ter apresentado elementos comprobatórios da taxa de juros reportada. Dessa forma, foi utilizada a taxa média de juros de curto prazo, extraída do o sítio eletrônico do Banco Central do Egito.

No concernente ao frete interno, foi verificado que, em algumas vendas em que o INCOTERM preceituava frete, este não havia sido reportado. Para estas vendas, foi incluído o frete interno médio das demais vendas que incluíam frete. O que a empresa considerou "outras despesas diretas", campo 33.0 do questionário, foi reclassificado. A análise da natureza de tais despesas evidenciou que se tratavam, na realidade, de despesas indiretas de vendas, conquanto despesas [CONFIDENCIAL]. Isso não obstante, a empresa não explicou metodologia de cálculo, ou seja, como o montante reportado nas vendas para o mercado interno fora alcançado. Nesse ponto, não há qualquer vinculação ao mercado e/ou produto.

No que tange ao câmbio, os valores reportados nos apêndices VI, VII e VIII da resposta ao questionário foram igualmente ajustados. A conversão dos valores em moedas locais para dólares estadunidenses foi realizada a partir das taxas de câmbio diárias de venda obtidas no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil. Nos termos do § 2º do art. 23 do Regulamento Brasileiro, para fins de justa comparação entre o valor normal e o preço de exportação, procedeu-se à análise da flutuação da taxa de câmbio oficial diária em relação à média das taxas de câmbio oficiais diárias dos sessenta dias anteriores, denominada taxa de câmbio de referência. Caso a variação entre a taxa de câmbio diária e a taxa de referência tenha sido superior a mais ou menos dois por cento, esta foi utilizada para fins de conversão dos valores para dólares estadunidenses. Ademais, cabe ressaltar que não foram caracterizados movimentos sustentados de taxa de câmbio, conforme previsto no §3º do dispositivo legal em questão.

Com relação às despesas reportadas no campo 34.0 do questionário, denominadas "despesas indiretas de vendas", a análise do questionário evidenciou que são despesas gerais, administrativas e financeiras do custo de produção da empresa. Por essa razão, tais despesas não foram levadas em conta neste campo, e compuseram o custo de produção.

O custo de produção levou em consideração o custo de fabricação de cada CODPROD, nele computados os custos fixos e variáveis, e as despesas gerais, administrativas e financeiras. Inicialmente, a empresa havia reportado como custo unitário de produção somente o custo de manufatura (linha F do apêndice VII), sem considerar as despesas gerais, administrativas e financeiras (linhas G, H e I - inicialmente consideradas "despesas indiretas de vendas" pela empresa). Por isso, adicionaram-se tais valores ao custo de produção utilizado em seus cálculos, tanto no mercado interno quanto nas exportações para o Brasil.

Com relação ao teste de vendas abaixo do custo, do resultado da comparação, constatou-se que o volume de vendas abaixo do custo unitário no momento da venda não superou 20% do volume vendido nas transações consideradas para a determinação do valor normal. Assim, nos termos do inciso II do § 3º art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, esse volume não se caracteriza como em quantidade substancial. Essas vendas, portanto, foram consideradas na determinação do valor normal.

Identificaram-se, ademais, outros tipos de transações não consideradas como realizadas em condições normais de comércio. Em particular, foram identificadas vendas de amostras, refugo e vendas sem pagamento na relação de vendas do produto similar no mercado interno egípcio, as quais foram consideradas operações comerciais anormais e desconsideradas do cálculo do valor normal, na forma do disposto no inciso I do § 7º do art. 14 do Regulamento Brasileiro. Não foram identificadas outras transações realizadas em condições anormais de comércio. Tampouco a empresa investigada reportou ter realizado vendas do produto similar no mercado interno egípcio a partes relacionadas.

Assim, do volume total de vendas do produto similar da Flex, no mercado interno egípcio, reportado na resposta ao questionário do produtor/exportador, [CONFIDENCIAL] quilogramas foram considerados como operações mercantis normais e analisados com vistas à determinação do valor normal.

O volume comercializado pela Flex no mercado interno egípcio utilizado para cálculo do valor normal, nos termos do § 1º do art. 12 do Decreto nº 8.058, de 2013, foi considerado em quantidade insuficiente para a apuração do valor normal, uma vez que inferior a 5% do volume exportado ao Brasil, para os seguintes tipos do produto similar (CODPROD): [CONFIDENCIAL]. Ou seja, individualmente, o volume de venda de cada um desses CODPRODs no mercado interno da Egito não superou 5% do volume do CODPROD do produto objeto da investigação correspondente exportado para o Brasil no período objeto da investigação.

Por esse motivo, nos termos do inciso II do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, o valor normal para os CODPROD acima citados foi baseado no valor construído no país de origem. Assim, foi considerado o custo de produção no Egito, acrescido de razoável montante a título de despesas gerais, administrativas e financeiras, conforme reportado na resposta ao questionário, além de margem de lucro. A margem de lucro foi calculada considerando-se as vendas do produto similar, em condições normais de comércio, destinado a consumo no mercado interno do Egito, conforme reportado pela empresa investigada, e consoante o § 14 do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Para os demais CODPRODs do produto similar destinado a consumo no mercado interno do Egito, o volume de vendas foi considerado em quantidade suficiente, já que superior a 5% do volume de vendas do CODPROD correspondente exportado para o Brasil no período de investigação. Os valores normais desses tipos do produto similar foram calculados com base no valor faturado reportado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Com vistas à justa comparação, calculou-se o valor normal ex fabrica tendo sido deduzidos dos preços faturados, líquidos de tributos, (i) despesas de transporte e (ii) outras despesas de venda, conforme supra explicitado. O valor das despesas indiretas de vendas foi exclusivamente utilizado no teste de vendas abaixo do custo, sendo que, para fins de cálculo da margem de dumping, o valor de tais despesas não foi deduzido do valor normal e, devido à justa comparação, tampouco do preço de exportação.

O valor normal foi apurado primeiramente na moeda local e, posteriormente, convertido para dólares estadunidenses.

Ante o exposto, o valor normal médio ponderado da Flex P Egypt SAE, na condição ex fabrica, alcançou US$ 2,05/kg (dois dólares estadunidenses e cinco centavos por quilograma).

4.2.1.1.2 Do preço de exportação

O preço de exportação foi apurado com base nos dados fornecidos pela Flex na resposta ao questionário, relativos aos preços de venda de todas as transações de exportação para o Brasil do produto objeto da investigação no período de investigação.

Com vistas a proceder a uma justa comparação com o valor normal, de acordo com a previsão contida no art. 22 do Decreto nº 8.058, de 2013, calculou-se o preço de exportação ex fabrica, ajustado de acordo com os termos e condições de venda acordados com clientes independentes no Brasil.

Para tanto, dos valores faturados com as vendas para o Brasil do produto objeto da investigação foram deduzidos os montantes reportados e, em alguns casos ajustados, referentes à (i) despesas de transporte (frete interno da unidade de produção/armazenagem para o porto de embarque, manuseio de carga e corretagem, frete internacional, seguro interno e internacional) e (ii) outras despesas de venda (custo financeiro da operação, despesa de manutenção de estoques, despesa de embalagem, comissões).

A empresa investigada não logrou demonstrar razoavelmente a adequação e correção da utilização de diferentes taxas de juros nas transações de venda no mercado interno e para o Brasil. Dessa forma, o cálculo do custo financeiro foi ajustado, para fins de determinação preliminar, tendo levado em consideração, tanto nas vendas no mercado interno quanto para as exportações, a taxa de juros média, extraída do sítio eletrônico do Banco Central do Egito.

Conforme já explicitado, para fins de justa comparação, as despesas indiretas de venda não foram deduzidas. Foram ajustados os valores reportados para as comissões, em que os valores reportados divergiam dos percentuais pagos apontados na resposta ao questionário.

O frete internacional foi corrigido de forma a corretamente refletir, de acordo com o INCOTERM, sua inclusão ou não no preço, sendo utilizado, quando foi o caso, o valor médio do frete.

A despesa com manutenção dos estoques foi igualmente corrigida. Foi utilizada a taxa de juros média anteriormente mencionada. Além disso, a empresa não apresentou o período médio de tempo do estoque do produto objeto da investigação no país de fabricação. Por essa razão, foi utilizada a média do número de dias de mercadoria em estoque reportada pelas empresas investigadas indianas Ester e Polyplex.

Por fim, não foi acatado ajuste solicitado pela empresa investigada relativa à tributação. Em particular, rejeitou-se preliminarmente o ajuste concernente ao Duty Drawback. A empresa alegou que tal incentivo afetava a comparabilidade entre as vendas no mercado interno e as exportações para o Brasil. No entanto, não foi apresentado nenhum esteio documental que apontasse que o drawback ali indicado se refere necessariamente a insumos importados e consumidos exclusivamente na fabricação do produto objeto da investigação exportado para o Brasil no período de investigação. Ou seja, não foram apresentados documentos de controle do governo egípcio vinculando os insumos importados, a fabricação de produto objeto de investigação no período de investigação, a exportação para o Brasil e o reembolso do tributo reportado.

Ante o exposto, o preço de exportação médio ponderado da Flex, na condição ex fabrica, alcançou US$ 1,94/kg (um dólar estadunidense e noventa e quatro centavos por quilograma).

4.2.1.1.3 Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

O art. 26 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a existência de margem de dumping seja apurada com base em comparação entre o valor normal médio ponderado e a média ponderada dos preços de todas as transações comparáveis de exportação; ou os valores normais e os preços de exportação comparados transação a transação; ou ainda entre um valor normal médio ponderado e os preços individuais de exportação, em determinadas situações.

No presente caso, comparou-se o valor normal médio ponderado e a média ponderada do preço de exportação, ambos, líquidos de tributos e ajustados à condição ex fabrica por CODPROD e por nível de comércio (categoria do cliente). Não foram identificadas outras diferenças além dos termos e condições de venda, nível de comércio e diferenças de tributação - como, por exemplo, volume e características físicas - que pudessem afetar a justa comparação.

As margens preliminares de dumping absoluta e relativa estão explicitadas na tabela a seguir:

Margem de Dumping Flex P Film Egypt SAE

Valor Normal ex fabrica US$/kg	Preço de Exportação ex fabrica US$/kg	Margem Absoluta de Dumping US$/kg	Margem Relativa de Dumping
2,05	1,94	0,11	5,7%

Para fins de determinação preliminar, concluiu-se pela existência de margem absoluta de dumping de US$ 0,11/kg (onze centavos de dólar estadunidense por quilograma) nas exportações do produto objeto da investigação da Flex P Film Egypt SAE para o Brasil, equivalente à margem relativa de 5,7%.

4.2.2 Da Índia

4.2.2.1 Da Ester Industries Limited

A apuração preliminar da margem de dumping foi fundamentada nas informações prestadas pela Ester na resposta ao questionário do produtor/exportador, uma vez que o prazo para resposta às informações complementares solicitadas por meio do Ofício nº 8.917/2014/CGMC/DECOM/SECEX, de 29 de setembro de 2014, findou em 14 de outubro de 2014.

Ressalte-se que as informações contidas em tal resposta ainda não foram objeto de verificação in loco.

A seguir está exposta a metodologia utilizada para obtenção do valor normal, do preço de exportação e da respectiva margem de dumping da produtora/exportadora Ester.

4.2.2.1.1 Do valor normal

A apuração do valor normal levou em consideração os dados reportados pela empresa investigada, relativos às vendas do produto similar, em condições comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno da Índia, de acordo com o contido no art. 8º do Decreto nº 8.058, de 2013.

A fim de avaliar a existência de vendas do produto similar, em condições normais de comércio, destinadas a consumo no mercado interno da Índia, buscou-se incialmente identificar vendas a preços inferiores ao custo unitário de produção, conforme o estabelecido no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013. Para esse fim, comparou-se o valor normal ex fabrica com o custo mensal de produção, por CODIP.

O valor normal ex fabrica foi calculado a partir do preço faturado reportado, líquido de impostos, tendo sido deduzidos ajustes de preço e despesas de venda, conforme reportado e, em alguns casos, ajustado. Em particular, foram deduzidos ajustes de preço (desconto por pagamento antecipado, desconto relativo à quantidade, outros descontos e abatimentos); despesas de transporte (frete interno da unidade de produção/armazenagem para o cliente, seguro interno); e outras despesas de venda (comissões, custo/receita financeiro/a, despesa de manutenção de estoques, despesa de embalagem e despesa indireta de venda). Para fins de determinação preliminar, e conforme informado à empresa investigada por meio do Ofício nº 8.917/2014/CGMC/DECOM/SECEX, de 29 de setembro de 2014, considerou-se inadequada a metodologia de cálculo das despesas indiretas de vendas reportadas - que incluiu despesas gerais, administrativas e financeiras. Dessa forma, preliminarmente, estas despesas foram ajustadas com base nos dados de despesas indiretas de venda reportadas como parte do custo total de produção.

O custo de produção levou em consideração o custo de fabricação de cada CODIP, nele computados os custos fixos e variáveis, e as despesas gerais, administrativas e financeiras. Nos casos em que não houve custo de produção no mês da venda para determinado CODIP, a comparação levou em consideração o custo do CODIP no mês imediatamente anterior. Nos casos em que não houve custo de produção no mês da venda e no mês anterior ao da venda para determinado CODIP, o preço ex fabrica foi comparado com o custo médio ponderado em P5.

Do resultado da comparação, constatou-se que o volume de vendas abaixo do custo unitário superou 20% do volume vendido nas transações consideradas para a determinação do valor normal, o que, nos termos do inciso II do § 3º art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, caracteriza-o como em quantidades substanciais. Considerando todo o período de investigação de dumping, [CONFIDENCIAL] quilogramas do produto similar foram vendidas no mercado interno indiano a preços inferiores ao custo unitário mensal por CODIP. Esse volume representou [CONFIDENCIAL]% do volume total de vendas, de [CONFIDENCIAL] quilogramas. Constatou-se que houve vendas nessas condições durante todo o período da investigação, ou seja, em um período de doze meses, caracterizando as vendas como tendo sido realizadas no decorrer de um período razoável de tempo, nos termos do inciso I do § 2º art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013. Buscou-se, em seguida, avaliar se as transações realizadas com prejuízo no momento da venda permitiriam recuperar tais perdas em um período razoável, qual seja, o período de investigação. Para tanto, comparou-se o preço dessas vendas com o custo médio do período de investigação, por CODIP. Apurou-se que, do volume total de vendas abaixo do custo unitário no momento da venda, [CONFIDENCIAL] quilogramas ([CONFIDENCIAL]%) superaram o custo unitário médio ponderado do período da investigação. Esse período de tempo foi considerado razoável, possibilitando eliminar os efeitos de eventuais sazonalidades na produção ou no consumo do produto, para efeitos do inciso III do § 2º art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013. Essas vendas, portanto, foram consideradas na determinação do valor normal. O volume restante foi considerado como tendo sido vendido a preços que não permitiram cobrir todos os custos dentro de um período razoável de tempo, e, portanto, em condições anormais de comércio.

Além das vendas abaixo do custo, identificaram-se, ademais, outros tipos de transações não consideradas como realizadas em condições normais de comércio. Em particular, foram identificadas vendas de amostras na relação de vendas do produto similar no mercado interno indiano e operações com desconto de qualidade, as quais foram consideradas operações comerciais anormais e desconsideradas do cálculo do valor normal, na forma do disposto no inciso I do § 7º do art. 14 do mesmo Decreto. Não foram identificadas outras transações realizadas em condições anormais de comércio. Tampouco a empresa investigada reportou ter realizado vendas do produto similar no mercado interno indiano a partes relacionadas, as quais poderiam ser igualmente consideradas como não realizadas em condições normais de comércio. Ante o exposto, o volume total de vendas do produto similar destinado ao consumo no mercado interno da Índia em condições normais de comércio somou [CONFIDENCIAL] quilogramas.

Nos termos do § 1º do art. 12 do Decreto nº 8.058, de 2013, o volume de vendas por CODIP foi considerado em quantidade suficiente para a determinação do valor normal, uma vez superior a cinco por cento do volume do CODIP correspondente do produto objeto da investigação exportado para o Brasil no período de investigação. Os CODIPs [CONFIDENCIAL] e [CONFIDENCIAL] exportados para o Brasil, mas que não foram vendidos para consumo no mercado interno da Índia no período de investigação, tiveram os seus valores normais correspondentes calculados com base no valor construído, conforme disposto no inciso II, do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2014.

Com vistas à justa comparação, calculou-se o valor normal ex fabrica tendo sido deduzidos dos preços faturados, líquidos de tributos, (i) ajustes de preço; (ii) despesas de transporte e (iii) outras despesas de venda, conforme supra explicitado. Não foram deduzidas as despesas indiretas de venda, pois, conforme já explicitado anteriormente, a metodologia empregada demonstrou-se inadequada e inexata, uma vez que incluiu além de eventuais despesas indiretas de venda, despesas administrativas, gerais e financeiras.

Para os CODIPs calculados com base no valor construído, o cálculo levou em consideração o custo de fabricação de cada CODIP, nele computados os custos fixos e variáveis, e as despesas gerais, administrativas e financeiras, e margem de lucro. A margem de lucro foi baseada nos dados de produção e venda no mercado interno da Índia do produto similar da empresa investigada no curso das operações comerciais normais, na forma do contido no § 14 do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2014.

O valor normal foi apurado primeiramente em Rúpias Indianas e, posteriormente, convertido para dólares estadunidenses. A conversão dos valores foi realizada a partir das taxas de câmbio diárias de venda obtidas no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil. Nos termos do § 2º do art. 23 do Regulamento Brasileiro, para fins de justa comparação entre o valor normal e o preço de exportação, procedeu-se à análise da flutuação da taxa de câmbio oficial diária em relação à média das taxas de câmbio oficiais diárias dos sessenta dias anteriores, denominada taxa de câmbio de referência. Caso a variação entre a taxa de câmbio diária e a taxa de referência tenha sido superior a mais ou menos dois por cento, esta foi utilizada para fins de conversão dos valores para dólares estadunidenses. Ademais, cabe ressaltar que não foram caracterizados movimentos sustentados de taxa de câmbio, conforme previsto no § 3º do dispositivo legal em questão.

Ante o exposto, o valor normal médio ponderado da Ester, na condição ex fabrica, alcançou US$ 2,06/kg (dois dólares estadunidenses e seis centavos por quilograma).

4.2.2.1.2 Do preço de exportação

O preço de exportação foi apurado com base nos dados fornecidos pela Ester na resposta ao questionário, relativos aos preços de venda de todas as transações de exportação para o Brasil do produto objeto da investigação no período de investigação.

Com vistas a proceder a uma justa comparação com o valor normal, de acordo com a previsão contida no art. 22 do Decreto nº 8.058, de 2013, calculou-se o preço de exportação ex fabrica, ajustado de acordo com os termos e condições de venda acordados com clientes independentes no Brasil.

Para tanto, dos valores faturados com as vendas para o Brasil do produto objeto da investigação foram deduzidos os montantes reportados e, em alguns casos ajustados, referentes à: (i) despesas de transporte (frete interno da unidade de produção/armazenagem para o porto de embarque, manuseio de carga e corretagem, frete internacional, seguro interno e internacional); e (ii) outras despesas de venda (custo financeiro da operação, despesa de manutenção de estoques, despesa de embalagem, despesas bancárias e seguro de crédito na exportação). A empresa investigada não logrou demonstrar razoavelmente a adequação e correção da utilização de diferentes taxas de juros nas transações de venda no mercado interno e para o Brasil. Dessa forma, o cálculo do custo financeiro foi ajustado, para fins de determinação preliminar, tendo levado em consideração a taxa de juros reportada na relação de vendas no mercado interno da Índia.

Para fins de justa comparação, as despesas indiretas de venda não foram deduzidas. Conforme já explicitado, a metodologia empregada demonstrou-se inadequada e inexata, uma vez que incluiu além de eventuais despesas indiretas de venda, despesas administrativas, gerais e financeiras. O citado ajuste tampouco fora feito no cálculo do valor normal ex fabrica.

Por fim, não foi acatado ajuste solicitado pela empresa investigada, relativo à tributação. Em particular, rejeitaram-se os ajustes relativos ao Duty Drawback Scheme (DDS) e ao Export Promotion Capital Goods Scheme (EPCG). No que toca ao DDS, a empresa alegou que teria recebido reembolso de tributos aplicáveis à importação de insumos e serviços consumidos na fabricação do produto objeto da investigação exportado para o Brasil. No entanto, apesar de ter apresentado documento emitido pela autoridade (Indian Customs EDI System), de 16 de novembro de 2013, este documento não contém

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

nenhuma indicação de que o reembolso ali indicado se refere a insumos necessariamente importados e consumidos exclusivamente na fabricação do produto objeto da investigação. Ou seja, não foram apresentados documentos de controle do governo vinculando os insumos importados, o reembolso, a fabricação de produto objeto de investigação no período de investigação e a exportação para o Brasil. Quanto ao EPCG, a empresa investigada entende que os benefícios fiscais concedidos pelo governo da Índia para compra de bens de capital utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação - incluindo o produto objeto da investigação exportado para o Brasil reduz o preço de exportação e, portanto, deve ser ajustado com vistas a justa comparação. No entanto, em que pese o preço de exportação seja afetado pela concessão do subsídio proibido em questão, o ajuste não é aplicável já que consiste em prática ilegal, nos termos das regras multilaterais de comércio atualmente em vigor.

Ante o exposto, o preço de exportação médio ponderado da Ester, na condição ex fabrica, alcançou US$ 1,84/kg (um dólar estadunidense e oitenta e quatro centavos por quilograma).

4.2.2.1.3 Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

O art. 26 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a existência de margem de dumping seja apurada com base em comparação entre o valor normal médio ponderado e a média ponderada dos preços de todas as transações comparáveis de exportação; ou os valores normais e os preços de exportação comparados transação a transação; ou ainda entre um valor normal médio ponderado e os preços individuais de exportação, em determinadas situações.

No presente caso, comparou-se o valor normal médio ponderado e a média ponderada do preço de exportação, ambos, líquidos de tributos e ajustados à condição ex fabrica por CODIPs e por nível de comércio (categoria do cliente). Não foram identificadas outras diferenças além dos termos e condições de venda, nível de comércio e diferenças de tributação - como, por exemplo, volume e características físicas - que pudessem afetar a justa comparação.

As margens de dumping absoluta e relativa estão explicitadas na tabela a seguir:

Margem de Dumping Ester Industries Limited

Valor Normal ex fabrica US$/kg	Preço de Exportação ex fabrica US$/kg	Margem Absoluta de Dumping US$/kg	Margem Relativa de Dumping
2,06	1,84	0,22	12%

Para fins de determinação preliminar, concluiu-se pela existência de margem absoluta de dumping de US$ 0,22/kg (vinte e dois centavos de dólar estadunidense por quilograma) nas exportações do produto objeto da investigação da Ester Industries Limited para o Brasil, equivalente à margem relativa de 12%.

4.2.2.2 Da Polyplex Corporation Limited

A apuração preliminar da margem de dumping foi fundamentada nas informações prestadas pela Polyplex na resposta ao questionário do produtor/exportador, uma vez que o prazo para resposta às informações complementares solicitadas por meio do Ofício nº 8.635/2014/CGMC/DECOM/SECEX, de 3 de outubro de 2014, findou em 20 de outubro de 2014.

Ressalte-se que as informações contidas em tal resposta ainda não foram objeto de verificação in loco.

A seguir está exposta a metodologia utilizada para obtenção do valor normal, do preço de exportação e da respectiva margem de dumping da produtora/exportadora Polyplex.

4.2.2.2.1 Do valor normal

A apuração do valor normal levou em consideração os dados reportados pela empresa investigada, relativos às vendas do produto similar, em condições comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno da Índia, de acordo com o contido no art. 8º do Decreto nº 8.058, de 2013.

A fim de avaliar a existência de vendas do produto similar, em condições normais de comércio, destinadas a consumo no mercado interno da Índia, buscou-se incialmente identificar transações a preços inferiores ao custo unitário de produção conforme o estabelecido no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013. Como a empresa investigada não reportou os custos unitários mensais de produção, buscou-se comparar o valor normal líquido de tributos, na condição, ex fabrica, ajustados de acordo com os termos e condições de venda, com o custo unitário de produção do período de investigação de dumping, por CODIP.

O valor normal ex fabrica, ajustado de acordo com os termos e condições de venda, foi calculado a partir do preço faturado reportado, líquido de impostos, tendo sido deduzidos ajustes de preço e despesas de venda, conforme reportado e, em alguns casos, ajustado. Em particular, foram deduzidos despesas de transporte (frete interno da unidade de produção aos locais de armazenagem, frete interno da unidade de produção/armazenagem para o cliente, despesa de armazenagem e seguro interno); e outras despesas de venda (comissões, custo/receita financeiro/a, despesa de manutenção de estoques, despesa de embalagem e despesa indireta de venda). Em relação aos valores reportados, foram realizados os seguintes ajustes: (i) o custo financeiro foi recalculado de acordo com a metodologia reportada na resposta ao questionário, considerando o [CONFIDENCIAL]; (ii) o seguro interno teve a base de cálculo ajustada para o preço unitário bruto reportado no apêndice; e (iii) o custo de manutenção de estoque teve a base de cálculo ajustada considerando o custo de produção, nele computados custos de fabricação fixos e variáveis, despesas administrativas, gerais e financeiras. Não foram deduzidos os abatimentos reportados pela empresa. Isso porque, segundo a resposta ao questionário, a empresa reportou descontos de [CONFIDENCIAL] e [CONFIDENCIAL], de forma conjunta. No entanto, considera-se que as transações com esse último tipo de desconto referem-se a produtos fora de especificação. Diante da impossibilidade de segregação desse tipo de produto dos demais, não foram considerados os descontos reportados.

O custo de produção unitário do período de investigação de dumping levou em consideração o custo de fabricação de cada CODIP, nele computados os custos fixos e variáveis, e as despesas gerais, administrativas e financeiras. Nos casos em que não houve custo de produção para determinado CODIP, o preço ex fabrica foi comparado com o custo de produção médio ponderado em P5.

Assim, apurou-se que, do volume total de vendas do produto similar no mercado interno indiano, [CONFIDENCIAL] quilogramas ([CONFIDENCIAL]%) foram inferior ao custo de produção unitário do período de investigação de dumping. Esse período foi considerado período de tempo razoável, para efeitos do inciso I do §2º do dispositivo legal em questão. Conforme o contido nos incisos II e II do § 3º e no § 4º do art. 14 do Regulamento Brasileiro, esse volume de vendas foi considerado em quantidade substancial e realizado a preços que não permitiram recuperar todos os custos dentro de um período razoável de tempo, no caso, o período de doze meses de investigação de dumping. Esse período de tempo foi considerado razoável, possibilitando eliminar os efeitos de eventuais sazonalidades na produção ou no consumo do produto. Essas vendas, portanto, foram desconsideradas na determinação do valor normal.

Além disso, as transações vinculadas ao desconto por questões de qualidade foram consideradas como operações comerciais anormais, por constituírem tipos do produto similar fora de especificação, e, portanto, desconsideradas do cálculo do valor normal, na forma do disposto no §7º do art. 14 do Regulamento Brasileiro.

Não foram identificadas outras transações realizadas em condições anormais de comércio, na forma do disposto no inciso I do § 7º do art. 14 do citado Decreto. Tampouco a empresa investigada reportou ter realizado vendas do produto similar no mercado interno indiano a partes relacionadas. Ante o exposto, o volume total de vendas do produto similar destinado ao consumo no mercado interno da Índia em condições normais de comércio somou [CONFIDENCIAL] quilogramas.

Nos termos do § 1º do art. 12 do Decreto nº 8.058, de 2013, o volume de vendas por CODIP foi considerado em quantidade suficiente para a determinação do valor normal, uma vez superior a cinco por cento do volume do CODIP correspondente do produto objeto da investigação exportado para o Brasil no período de investigação de dumping. Os CODIPs [CONFIDENCIAL] e [CONFIDENCIAL] exportados para o Brasil, mas que não foram vendidos para consumo no mercado interno da Índia no período de investigação de dumping, tiveram os seus valores normais correspondentes calculados com base no valor construído, conforme disposto no inciso II, do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2014.

Com vistas à justa comparação, calculou-se o valor normal ex fabrica tendo sido deduzidos dos preços faturados, líquidos de tributos: (i) ajustes de preço; (ii) despesas de transporte e (iii) outras despesas de venda, conforme supra explicitado. Não foram deduzidas as despesas indiretas de venda. Tampouco foram deduzidas tais despesas do preço de exportação.

Para os CODIPs calculados com base no valor construído, o cálculo levou em consideração o custo de fabricação de cada CODIP, nele computados os custos fixos e variáveis, e as despesas gerais, administrativas e financeiras, e margem de lucro. A margem de lucro foi baseada nos dados de produção e venda no mercado interno da Índia do produto similar da empresa investigada no curso das operações comerciais normais, na forma do contido no § 14 do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013.

O valor normal foi apurado primeiramente em Rúpias Indianas e, posteriormente, convertido para dólares estadunidenses. A conversão dos valores foi realizada a partir das taxas de câmbio diárias de venda obtidas no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil. Nos termos do § 2º do art. 23 do Regulamento Brasileiro, para fins de justa comparação entre o valor normal e o preço de exportação, procedeu-se à análise da flutuação da taxa de câmbio oficial diária em relação à média das taxas de câmbio oficiais diárias dos sessenta dias anteriores, denominada taxa de câmbio de referência. Caso a variação entre a taxa de câmbio diária e a taxa de referência tenha sido superior a mais ou menos dois por cento, esta foi utilizada para fins de conversão dos valores para dólares estadunidenses. Ademais, cabe ressaltar que não foram caracterizados movimentos sustentados de taxa de câmbio, conforme previsto no §3o do dispositivo legal em questão.

Ante o exposto, o valor normal médio ponderado da Polyplex, na condição ex fabrica, alcançou US$ 2,14/kg (dois dólares estadunidenses e catorze centavos por quilograma).

4.2.2.2.2 Do preço de exportação

O preço de exportação foi apurado com base nos dados fornecidos pela Polyplex na resposta ao questionário, relativos aos preços de venda de todas as transações de exportação para o Brasil do produto objeto da investigação no período de investigação.

Com vistas a proceder a uma justa comparação com o valor normal, de acordo com a previsão contida no art. 22 do Decreto nº 8.058, de 2013, calculou-se o preço de exportação ex fabrica, ajustado de acordo com os termos e condições de venda acordados com clientes independentes no Brasil.

Para tanto, dos valores faturados com as vendas para o Brasil do produto objeto da investigação foram deduzidos os montantes reportados e, em alguns casos ajustados, referentes à: (i) despesas de transporte (frete interno da unidade de produção/armazenagem para o porto de embarque, manuseio de carga e corretagem, frete internacional e seguro interno); e (ii) outras despesas de venda (custo financeiro da operação, despesa de manutenção de estoques, despesa de embalagem e comissões). A empresa investigada não logrou demonstrar razoavelmente a adequação e correção da utilização de diferentes taxas de juros nas transações de venda no mercado interno e para o Brasil. Dessa forma, o cálculo do custo financeiro foi ajustado, para fins de determinação preliminar, tendo levado em consideração a taxa de juros reportada na relação de vendas no mercado interno da Índia. O custo de manutenção de estoques, também ajustado, levou em consideração a mesma metodologia utilizada no cálculo realizado para as vendas no mercado interno, conforme explicado no valor normal. Ademais, as despesas reportadas em rúpias indianas (despesas indiretas de vendas, despesa de manutenção de estoque e custos de embalagem) foram convertidas para dólares estadunidenses utilizando a mesma metodologia explicada no valor normal. As despesas indiretas de venda não foram deduzidas, já que tampouco foram deduzidas do valor normal. Por fim, rejeitaram-se os ajustes relativos ao Duty Drawback Scheme (DDS) citados pela empresa, já que não houve explicação satisfatória e memória de calculo para os valores ali apresentados, além de não serem apresentados documentos de controle do governo vinculando os insumos importados, o reembolso, a fabricação de produto objeto da investigação no período de investigação e a exportação para o Brasil.

Ante o exposto, o preço de exportação médio ponderado da Polyplex, na condição ex fabrica, alcançou US$ 1,92/kg (um dólar estadunidense e noventa e dois centavos por quilograma).

4.2.2.2.3 Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

O art. 26 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a existência de margem de dumping seja apurada com base em comparação entre o valor normal médio ponderado e a média ponderada dos preços de todas as transações comparáveis de exportação; ou os valores normais e os preços de exportação comparados transação a transação; ou ainda entre um valor normal médio ponderado e os preços individuais de exportação, em determinadas situações.

No presente caso, comparou-se o valor normal médio ponderado e a média ponderada do preço de exportação, ambos, líquidos de tributos e ajustados à condição ex fabrica, de acordo com os termos e condições de venda, por CODIPs e por nível de comércio (categoria do cliente). Não foram identificadas outras diferenças além dos termos e condições de venda, nível de comércio e diferenças de tributação - como, por exemplo, volume e características físicas - que pudessem afetar a justa comparação.

As margens de dumping absoluta e relativa estão explicitadas na tabela a seguir:

Margem de Dumping Polyplex Corporation Limited

Valor Normal ex fabrica US$/kg	Preço de Exportação ex fabrica US$/kg	Margem Absoluta de Dumping US$/kg	Margem Relativa de Dumping
2,14	1,92	0,22	11,3%

Para fins de determinação preliminar, concluiu-se pela existência de margem absoluta de dumping de US$ 0,22/kg (vinte e dois centavos de dólar estadunidense por quilograma) nas exportações do produto objeto da investigação da Polyplex Corporation Limited para o Brasil, equivalente à margem relativa de 11,3%.

4.2.3 Da China

Conforme explicitado, as empresas chinesas incialmente selecionadas Zhejiang Euro-Asia Filme Material Co., Ltd., Tianjin Wanhua Co., Ltd., Shaoxing Xiangyu Green Packing Co., Ltd. e Wuxi Boli Packing Material Co., Ltd. não responderam ao questionário. Por essa razão, fez-se nova seleção e foram incluídos os produtores/exportadores Henan Mi-Tel Imp. & Exp. Trading Co., Ltd. e Fuwei Films (Shandong) Co., Ltd., conforme o disposto no § 3º do art. 28 do Decreto nº 8.058, de 2013. Estas últimas igualmente não cooperaram.

Ante o exposto, a margem de dumping apurada para essas empresas baseou-se na melhor informação disponível nos autos do processo, em particular as informações disponíveis no início da investigação, em atendimento ao estabelecido no § 3º do art. 50 combinado com o parágrafo único do art. 178 do Decreto nº 8.058, de 2013.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A margem absoluta de dumping, definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping, que se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação, estão apresentadas a seguir.

Margem de Dumping

País	Valor Normal (US$/kg)	Preço de Exportação (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
China	3,05	2,14	0,91	42,6

4.3 Da conclusão preliminar a respeito do dumping

A partir das informações anteriormente apresentadas, determinou-se preliminarmente a existência de dumping nas exportações de filmes de PET para o Brasil, originárias da China, do Egito e da Índia, realizadas no período de janeiro a dezembro de 2013.

Outrossim, observou-se que as margens de dumping apuradas não se caracterizaram como de minimis, nos termos do § 1º do art. 31 do Decreto nº 8.058, de 2013.

5. DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

Neste item serão analisadas as importações brasileiras e o mercado brasileiro de filmes PET. O período de análise deve corresponder ao período considerado para fins de determinação de existência de indícios de dano à indústria doméstica. Assim, para efeito da análise relativa à determinação de início da investigação, considerou-se, de acordo com o § 4º do art. 48 do Decreto nº 8.058, de 2013, o período de janeiro de 2009 a dezembro de 2013, dividido da seguinte forma:

P1 - janeiro de 2009 a dezembro de 2009;
P2 - janeiro de 2010 a dezembro de 2010;
P3 - janeiro de 2011 a dezembro de 2011;
P4 - janeiro de 2012 a dezembro de 2012; e
P5 - janeiro de 2013 a dezembro de 2013.

5.1 Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de filmes de PET importados pelo Brasil em cada período (P1 a P5), foram utilizados os dados de importação referente aos itens 3920.62.19, 3920.62.91, 3920.62.99, 3920.63.00 e 3920.69.00 da NCM, fornecidos pela RFB. Isso não obstante, a peticionária indicou ter havido importações classificadas erroneamente nos itens 3920.62.11 e 3920.68.99 da NCM. Essas importações serão avaliadas no decorrer da investigação.

A partir da descrição detalhada das mercadorias, realizou-se depuração dos dados de importação a fim de se obter as informações referentes exclusivamente aos filmes de PET, tendo em vista que os citados itens da NCM contêm outros produtos que não são abrangidos pelo escopo desta investigação. Dessa forma, excluíram-se as importações dos produtos que foram devidamente identificados como não sendo o produto objeto da análise, entre as quais as que estão relacionadas a seguir:

a) importações de filmes de PET com espessura fora da faixa especificada (5m =< e =<50m);
b) importações de película fumê automotiva;
c) importações de filme de acetato de celulose;
d) importações de filme de poliéster com silicone;
e) importações de rolos para painéis de assinatura;
f) importações de filtros para iluminação;
g) importações de telas, filmes, cabos de PVC;
h) importações de filmes, chapas, placas de copoliéster PETG;
i) importações de filmes, películas, etiquetas e chapas de policarbonato;
j) importações de folhas esponjadas de politereftalato de etileno;
k) importações de placas de polimetacrilato de metila;
l) importações de etiquetas de poliéster;
m) importações de lâminas e folhas de tinteiro;
n) importações de telas de reforço de poliéster;
o) importações de filmes e fios de poliéster microimpressos;
p) importações de filmes de poliéster magnetizados;
q) importações de fitas para unitização de carga; e
r) importações de filmes de PET já processados para outros fins (produto acabado).

Cabe esclarecer que, em algumas operações de importação, a descrição do produto não permitiu concluir que se tratava ou não do produto objeto da análise. As importações nesta situação não foram consideradas produto objeto da investigação. O volume dessas importações é de [CONFIDENCIAL] toneladas de P1 a P5, correspondendo a aproximadamente 3% dos dados totais analisados e refere-se, em sua maioria, a importações realizadas no item 3920.69.00 da NCM.

Cabe ressaltar que a peticionária realizou importações do produto objeto de análise dos Estados Unidos durante o período de análise de dano.

5.1.1 Da avaliação cumulativa das importações

Nos termos do art. 31 do Decreto nº 8.058, de 2013, os efeitos das importações das origens investigadas foram tomados de forma cumulativa, uma vez verificado que:

1) as margens relativas de dumping de cada um dos países analisados não foram de minimis, ou seja, não foram inferiores a dois por cento do preço de exportação, nos termos do § 1º do citado artigo;

2) os volumes individuais das importações originárias desses países não foram insignificantes, isto é, representaram mais que três por cento do total importado pelo Brasil, nos termos do § 2º do mesmo artigo; e

3) a avaliação cumulativa dos efeitos das importações foi considerada apropriada tendo em vista que: a) não há elementos nos autos da investigação indicando a existência de restrições às importações de filmes de PET pelo Brasil que pudessem indicar a existência de condições de concorrência distintas entre os países investigados; e b) não foi evidenciada nenhuma política que afetasse as condições de concorrência entre o produto objeto da investigação e o similar doméstico. Tanto o produto importado quanto o produto similar concorrem no mesmo mercado, são fisicamente semelhantes e possuem elevado grau de substitutibilidade, sendo indiferente a aquisição do produto importado ou da indústria doméstica.

5.1.2 Do volume das importações

A tabela seguinte apresenta os volumes de importações totais de filmes PET no período de investigação de dano à indústria doméstica.

Importações Brasileiras de Filme PET - t
(em número-índice, P1=100)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
China	100	465	823	467	637
Egito	-	-	-	100	211
Índia	100	676	1.267	2.048	1.908
Total sob Análise	100	562	1.027	2.194	3.334
Variação (%)	-	*461,7*	*82,8*	*113,7*	*52,0*
Emirados Árabes Unidos	100	53	21	0	6
Estados Unidos	100	153	139	138	133
México	100	109	115	40	-
Demais Países	100	33	29	38	37
Total Exceto sob Análise	100	69	57	31	21
Total Geral	100	83	84	91	114
Variação (%)	-	*-16,8*	*0,9*	*8,3*	*24,8*

Durante todo o período de análise (P1 a P5), observou-se um crescimento de 3.234,2%, em toneladas, nas importações brasileiras de filmes PET. Em relação aos períodos isolados, registrou-se também crescimento das importações objeto da investigação em todos os períodos: P2 (+461,7%), P3 (+82,8%), P4 (+113,7%) e P5 (+52,0%).

Já o volume importado de outras origens sofreu decréscimo em todos os períodos. Houve redução em P2 (-30,5%), em P3 (-18,1%), em P4 (-46,3%) e em P5 (-31,2%). Durante todo o período analisado (P1 a P5), houve queda de 79,0% dessas importações.

Influenciadas pelo aumento das importações em análise, constatou-se que as importações brasileiras totais de filmes PET apresentaram crescimento de 13,6% durante todo o período de análise (P1 a P5). Considerando os períodos isolados, foram registrados crescimentos dessas importações em P3 (+0,9%), em P4 (+8,3%) e em P5 (+24,8%); e redução apenas em P2 (-16,8%).

Ressalta-se, também, o crescimento da participação das importações objeto da investigação no total geral importado no período completo de análise (P1 a P5). Em P1, a participação era equivalente a 2,8%, e passou a representar 82,0% do total de filmes PET importados pelo Brasil em P5.

5.1.3 Do valor e do preço das importações

Visando a tornar a análise do valor das importações mais uniforme, considerando que o frete e o seguro, dependendo da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF.

As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor total e do preço CIF das importações totais de filmes PET no período de investigação de dano à indústria doméstica.

Importações Brasileiras de Filme PET - CIF US$
(em número-índice, P1=100)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
China	100	446	977	373	482
Egito	-	-	-	100	198
Índia	100	835	1.928	2.102	1.810
Total sob Análise	100	606	1.366	1.991	2.831
Variação (%)	-	*505,5*	*125,6*	*45,8*	*42,2*
Emirados Árabes Unidos	100	58	45	-	6
Estados Unidos	100	163	186	176	162
México	100	147	222	58	-
Demais Países	100	52	49	52	56
Total Exceto sob Análise	100	91	105	53	40
Total Geral	100	107	146	115	131
Variação (%)	-	*7,2*	*36,3*	*-21,1*	*13,3*

Os valores das importações brasileiras de filmes PET em análise apresentaram a mesma trajetória que aquela evidenciada pelo volume importado. Houve aumento dos valores importados durante todos os períodos analisados: P2 (+505,5%), P3 (+125,6%), P4 (+45,8%) e P5 (+42,2%). Considerando o período completo de análise (P1 a P5), houve crescimento, em valor, de 2.731,3% das importações brasileiras de filmes PET objeto da investigação.

Por outro lado, verificou-se que os valores importados das outras origens registraram o seguinte comportamento: crescimento apenas em P3 (+16,3%), e redução em P2 (-9,5%), em P4 (-50,1%) e em P5 (-23,3%). Considerando todo o período de análise (P1 a P5), observou-se uma queda nos valores importados dos demais países de 59,7%.

A tabela a seguir, por sua vez, reflete o comportamento do preço médio, em dólares estadunidenses por tonelada, na condição CIF, das importações brasileiras de filmes PET no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2013.

Importações Brasileiras de Filme PET - CIF US$/t
(em número-índice, P1=100)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
China	100	96	119	80	76
Egito	-	-	-	100	94
Índia	100	124	152	103	95
Total sob Análise	100	108	133	91	85
Variação (%)	-	*7,8*	*23,4*	*-31,8*	*-6,4*
Emirados Árabes Unidos	100	111	214	-	108
Estados Unidos	100	107	134	128	122
México	100	135	193	144	-
Demais Países	100	156	169	140	152
Total Exceto sob Análise	100	130	185	172	192
Total Geral	100	129	174	127	115
Variação (%)	-	*28,8*	*35,0*	*-27,1*	*-9,2*

Observou-se que o preço CIF médio por tonelada ponderado das importações brasileiras de filmes PET em análise apresentou o seguinte comportamento: aumentou em P2 (+7,8%) e em P3 (+23,4%), e diminuiu em P4 (-31,8%) e em P5 (-6,4%). No período completo de análise (P1 a P5), o preço de tais importações reduziu 15,1%.

O preço CIF médio por tonelada ponderado das importações, até P4, de outros fornecedores estrangeiros, apresentou a mesma tendência àquela apresentada das origens investigadas: P2 (+30,3%), P3 (+42,0%) e P4 (-7,0%). Já em P5, foi registrada tendência contrária (+11,5%). De P1 a P5, o preço dessas importações aumentou 91,8%.

Ademais, constatou-se que o preço CIF médio ponderado das importações brasileiras em análise foi inferior ao preço CIF médio ponderado das importações totais brasileiras das demais origens em quase todos os períodos de investigação de dano, com exceção de P1, quando o preço CIF médio ponderado das origens investigadas foi 16,4% superior ao preço CIF médio ponderado das importações das demais origens. Por outro lado, em P5, observa-se que o preço médio ponderado das origens investigadas foi inferior em 48,5% ao preço médio ponderado das demais origens.

5.2 Do mercado brasileiro

Para dimensionar o mercado brasileiro de filmes PET foram consideradas as quantidades vendidas no mercado interno informadas pela Terphane, líquidas de devoluções, bem como as quantidades importadas totais apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentados no item anterior. As vendas internas da indústria doméstica incluem apenas as vendas de fabricação própria. As revendas de produtos importados não foram incluídas na coluna relativa às vendas internas, tendo em vista já constarem dos dados relativos às importações.

Mercado brasileiro - t (em número-índice, P1=100)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Vendas da Indústria Doméstica	100,0	125,7	128,1	136,3	130,4
Importações em Análise	100,0	561,7	1.026,6	2.193,7	3.334,2
Importações de Outros Países	100,0	69,5	56,9	30,6	21,0
Consumo Nacional Aparente	100,0	106,3	108,0	115,6	122,7
Variação (%)	-	6,3	1,5	7,1	6,2

Observou-se que o mercado brasileiro de filmes PET apresentou crescimento em todos os períodos: P2 (+6,3%), P3 (+1,5%), P4 (+7,1%) e P5 (+6,2%). Considerando todo o período de investigação de dano (P1 a P5), o mercado brasileiro cresceu 22,7%.

Verificou-se que as importações das origens investigadas aumentaram, em todo o período considerado, 10.875 toneladas (+3.234,2%), ao passo que o mercado brasileiro aumentou 5.975 toneladas (+22,7%). Já no último período, em P5, as importações objeto da investigação aumentaram [CONFIDENCIAL] toneladas (+52,0%), enquanto o mercado brasileiro de filmes PET aumentou [CONFIDENCIAL] toneladas (+6,2%).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5.3 Da evolução das importações

5.3.1 Da participação das importações no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das vendas da indústria doméstica e das importações no mercado brasileiro de filmes PET.

Participação no mercado brasileiro (em número-índice, P1=100)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Vendas da Indústria Doméstica	100,0	118,3	118,7	117,9	106,3
Variação (p.p.)	-	*9,9*	*0,2*	*-0,4*	*-6,3*
Importações da Origem Analisada	100,0	528,3	951,0	1.898,2	2.717,8
Variação (p.p.)	-	*5,5*	*5,4*	*12,1*	*10,5*
Importações de Outros Países	100,0	65,4	52,8	26,4	17,1
Variação (p.p.)	-	*-15,4*	*-5,6*	*-11,7*	*-4,1*

Considerando o período completo da análise (P1 a P5), observou-se que a participação das importações originárias de outros países no mercado brasileiro de filmes PET foi a única que apresentou redução (-36,8 p.p), enquanto as demais participações aumentaram: +3,4 p.p. nas vendas da indústria doméstica, e +33,4 p.p. nas vendas das importações investigadas.

Quanto às importações investigadas, para os períodos isolados, observou-se crescimento das participações em todos os períodos: P2 (+5,5 p.p.), P3 (+5,4 p.p.), P4 (+12,1 p.p.) e P5 (+10,5 p.p.). Já em relação às importações originárias de outros países, seguindo uma tendência inversa, verificou-se redução em todos os períodos: P2 (-15,4 p.p.), P3 (-5,6 p.p.), P4 (-11,7p.p.) e P5 (-4,1 p.p.).

5.3.2 Da relação entre as importações e a produção nacional

A tabela a seguir apresenta a relação entre as importações sob análise e a produção nacional de filmes PET.

Importações investigadas e produção nacional - t
(em número-índice, P1=100)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Produção Nacional (A)	100,0	127,7	128,7	129,9	127,5
Importações sob Análise (B)	100,0	561,7	1.026,6	2.193,7	3.334,2
Razão B/A (%)	100,0	440,0	797,6	1.689,2	2.615,3
Variação (p.p.)	-	*4,9*	*5,1*	*12,8*	*13,3*

Considerando o período completo da análise (P1 a P5), a variação da relação entre as importações investigadas e a produção nacional de filmes PET apresentou um crescimento de 36,2 p.p. (de 1,4% para 37,6%). Levando em conta os períodos isolados da série, observa-se um aumento da participação dessa relação em todos os períodos: P2 (+4,9 p.p.), P3 (+5,1 p.p.), P4 (+12,8 p.p.) e P5 (+13,3 p.p.).

5.4 Da conclusão preliminar a respeito das importações

No período de investigação de dano, as importações a preços de dumping cresceram significativamente:

a) em termos absolutos, [CONFIDENCIAL] toneladas (de [CONFIDENCIAL] toneladas, em P1, para 11.212 toneladas, em P5) representando aumento de 3.234,2% nesse intervalo; e 3.835 toneladas (de [CONFIDENCIAL]toneladas, em P4, para [CONFIDENCIAL] toneladas, em P5), representando aumento de +52,0% nesse mesmo intervalo;

b) em relação ao mercado brasileiro, visto que a participação das importações investigadas aumentou 33,4 p.p. (P1 a P5, de 1,3% para 34,7%); e 10,5 p.p. (P4 a P5, de 24,2% para 34,7%). Dessa forma, absorveram a maior parte do crescimento do mercado brasileiro, de 22,7% e 6,2%, respectivamente de P1 a P5 e de P4 a P5, aumentando suas participações, nesses períodos; e

c) em relação à produção nacional, uma vez que as importações investigadas sobre a produção cresceu 36,2 p.p. (P1 a P5, de 1,4% para 37,6%); e 13,3 p.p. (P4 a P5, de 24,3% para 37,6%).

Dessa forma considerou-se, preliminarmente, que houve aumento substancial das importações a preços de dumping, tanto em termos absolutos quanto em relação à produção e ao mercado brasileiro.

Além disso, constatou-se que o preço CIF médio ponderado das importações investigadas foi inferior ao preço CIF médio ponderado das importações totais brasileiras das demais origens em quase todos os períodos de investigação de dano, com exceção de P1.

6. DO DANO

De acordo com o disposto no art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, a análise de dano deve fundamentar-se no exame objetivo do volume das importações objeto de dumping, no seu efeito sobre os preços do produto similar no mercado brasileiro e no consequente impacto dessas importações sobre a indústria doméstica.

6.1 Dos indicadores da indústria doméstica

De acordo com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a indústria doméstica foi definida como a linha de produção de filme PET da Terphane Ltda., única fabricante nacional do produto similar doméstico. Dessa forma, os indicadores considerados refletem os resultados alcançados pela citada linha de produção.

Ressalte-se, como já informado anteriormente, que os indicadores da indústria doméstica constantes incorporam alterações realizadas tendo em conta os resultados da verificação in loco.

Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional apresentados pela indústria doméstica, os valores correntes foram corrigidos com base no Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais.

6.1.1 Do volume de vendas

A tabela a seguir apresenta as vendas da indústria doméstica de filmes de PET de fabricação própria, destinadas ao mercado interno e ao mercado externo, conforme informado na petição. As vendas apresentadas estão líquidas de devoluções.

Volume de vendas da indústria doméstica - t
(em número-índice, P1=100)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Vendas Internas	100,0	125,7	128,1	136,3	130,4
Variação (%)	-	*25,7*	*1,9*	*6,4*	*-4,3*
Participação (%)	*100,0*	*97,5*	*102,2*	*105,4*	*104,1*
Vendas Externas	100,0	133,5	121,2	119,3	117,8
Variação (%)	-	*33,5*	*-9,2*	*-1,6*	*-1,3*
Participação (%)	*100,0*	*103,6*	*96,7*	*92,2*	*94,0*
Vendas Total	100,0	128,9	125,3	129,4	125,2
Variação (%)	-	*28,9*	*-2,8*	*3,2*	*-3,2*
Participação (%)	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*

No período completo da análise (P1 a P5), o volume das vendas internas da indústria doméstica apresentou um crescimento de 30,4%. Considerando os períodos isolados da série, observa-se que houve redução apenas em P5 (-4,3%), e crescimento nos demais períodos: P2 (+25,7%), P3 (+1,9%) e P4 (+6,4%).

Em relação às vendas ao mercado externo, observou-se crescimento de 17,8% no período P1 a P5. Nos períodos isolados, foi registrado crescimento apenas em P2 (+33,5%), e redução nos demais períodos: P3 (-9,2%), P4 (-1,6%) e P5 (-1,3%).

As vendas totais apresentaram redução em P3 (-2,8%) e P5 (-3,2), e crescimento em P2 (+28,9%) e P4 (+3,2%). Ao se considerar todo o período de análise (P1 a P5), o volume total de vendas da indústria doméstica aumentou em 25,2%.

6.1.2 Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das vendas da indústria doméstica destinadas ao consumo no mercado interno brasileiro.

Participação das vendas internas da Indústria Doméstica no Mercado Brasileiro - t
(em número-índice, P1=100)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Consumo Nacional Aparente	100,0	106,3	108,0	115,6	122,7
Vendas Internas	100,0	125,7	128,1	136,3	130,4
Participação (%)	*100,0*	*118,3*	*118,7*	*117,9*	*106,3*
Variação (p.p.)	-	*9,9*	*0,2*	*-0,4*	*-6,3*

Considerando o período completo da análise (P1 a P5), a variação das participações das vendas internas de filmes de PET no mercado brasileiro registrou um pequeno crescimento de 3,4 p.p. (de 54,3% para 57,7%). Em relação aos períodos isolados da análise, observou-se crescimento na variação das participações em P2 (+9,9 p.p.) e P3 (+0,2 p.p.), enquanto nos demais períodos registraram reduções: P4 (-0,4 p.p.) e P5 (-6,3 p.p).

Considerando todo o período analisado (P1 a P5), observou-se uma inversão na tendência das participações das vendas internas no mercado brasileiro: crescimento até P3, seguido de uma redução até P5.

Dessa forma, observou-se que, apesar do crescimento do mercado brasileiro de filmes de PET em todo o período (P1 a P5), houve uma perda de participação no mercado interno da Terphane a partir de P4.

6.1.3 Da produção e do grau de utilização da capacidade instalada

No cálculo da capacidade efetiva foram considerados os dias parados para realização de manutenção programada, modificação ou instalação de novos equipamentos, parâmetros da produção de filmes de PET (largura do rolo máster produzido, velocidade de produção, espessura e densidade do filme PET), uma taxa de utilização (Uptime - definido como um percentual do tempo programado para produção em que há, efetivamente, a produção de filme) e o rendimento de corte (Slitting Yield - definido como a relação entre o peso das bobinas cortadas e o peso original do rolo que foi cortado).

A tabela a seguir apresenta a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica, sua produção e o grau de ocupação:

Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação - t
(em número-índice, P1=100)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Capacidade Instalada Efetiva	100,0	100,0	100,0	105,4	105,4
Variação (%)	-	*0,0*	*0,0*	*5,4*	*0,0*
Produção Produto Similar	100,0	127,7	128,7	129,9	127,5
Variação (%)	-	*27,7*	*0,8*	*0,9*	*-1,8*
Grau de Ocupação (%)	100,0	127,7	128,7	123,2	120,9
Variação (p.p.)	-	*18,5*	*0,7*	*-3,7*	*-1,5*

Observou-se que a capacidade instalada efetiva permaneceu inalterada até P3. A partir desse período, houve um crescimento em P4 (+5,4%) e esse valor foi mantido em P5. Considerando-se os extremos da série (P1 a P5), houve elevação de 5,4% da capacidade instalada efetiva da indústria doméstica.

Considerando o volume de produção do produto similar da indústria doméstica, observa-se um crescimento significativo da produção em P2 (+27,7%), certa estabilidade em P3 (+0,8%) e em P4 (+0,9%), e uma redução em P5 (-1,8%). No período completo da análise (P1 a P5), o crescimento do volume de produção atingiu 27,5%.

Assim, em relação ao grau de ocupação da capacidade instalada, observa-se uma variação positiva em P2 (+18,5 p.p.) e em P3 (+0,7 p.p.), e variações negativas nos demais períodos: P4 (-3,7 p.p.) e P5 (-1,5 p.p.). Analisando-se todo o período (P1 a P5), verificou-se aumento do grau de ocupação da capacidade instalada de 14,0 p.p., devido tanto ao crescimento da produção do produto similar (+27,5%) como ao aumento da capacidade instalada (+5,4%).

6.1.4 Dos estoques

A tabela a seguir indica a evolução dos estoques da indústria doméstica durante o período analisado. Ressalta-se que o campo Outras Saídas/Entradas corresponde à importação/aquisição do produto no mercado brasileiro, revendas de produto similar no mercado interno e externo, devoluções e outras operações.

Estoque Final - t (em número-índice, P1=100)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Estoque inicial	100,0	92,8	52,4	75,4	76,4
Produção Indústria Doméstica	100,0	127,7	128,7	129,9	127,5
Vendas Internas	100,0	125,7	128,1	136,3	130,4
Vendas Externas	100,0	133,5	121,2	119,3	117,8
Outras Saídas/Entradas	100,0	68,3	103,5	145,0	143,4
Estoque Final	100,0	56,5	81,2	82,3	105,2
Variação (%)	-	*-43,5*	*43,8*	*1,3*	*27,8*

O volume de estoque final de filmes de PET da indústria doméstica apresentou redução apenas em P2 (-43,5%). A partir daí, há uma inversão dessa tendência, com crescimento nos demais períodos: P3 (+43,8%), P4 (+1,3%) e P5 (+27,8%). Considerando-se todo o período de análise (P1 a P5), o crescimento do nível de estoque final da indústria doméstica foi de 5,2%.

A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a relação entre esse estoque acumulado e a produção da indústria doméstica em cada período de análise.

Relação Estoque Final/Produção - t (em número-índice, P1=100)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Estoque Final - (A)	100,0	56,5	81,2	82,3	105,2
Prod. Indústria Doméstica - (B)	100,0	127,7	128,7	129,9	127,5
Relação (%) - (A/B)	100,0	44,2	63,1	63,4	82,5
Variação (p.p.)	-	*-4,7*	*1,6*	*0,0*	*1,6*

Observou-se que a relação estoque final/produção registrou redução em P2 (-4,7 p.p.), crescimento em P3 (+1,6 p.p.) e P5 (+1,6 p.p.) e manteve-se estável em P4. Considerando todo o período (P1 a P5), a relação estoque final/produção diminui apenas 1,4 p.p., refletindo as pequenas oscilações da relação estoque final/produção ocorridas nesse período.

6.1.5 Do emprego, da produtividade e da massa salarial

As tabelas a seguir apresentam o número de empregados, a produtividade e a massa salarial relacionadas à produção/venda de filmes de PET pela indústria doméstica.

Número de Empregados (em número-índice, P1=100)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	107,5	106,6	119,8	142,3
Diretos	100,0	107,7	106,5	123,1	147,3
Indiretos	100,0	106,9	106,9	110,3	127,6
Variação (%)	-	*7,5*	*-0,8*	*12,4*	*18,8*
Administração	100,0	95,7	82,6	87,0	108,7

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Variação (%)	-	*-4,3*	*-13,6*	*5,3*	*25,0*
Vendas	100,0	80,0	86,7	86,7	93,3
Variação (%)	-	*-20,0*	*8,3*	*0,0*	*7,7*
Total	100,0	104,9	103,4	115,1	136,6
Variação (%)	-	*4,9*	*-1,4*	*11,3*	*18,7*

Em relação ao número de empregados da linha de produção, verificou-se que houve apenas uma pequena redução em P3 (-0,8%) e crescimento nos demais períodos: P2 (+7,5%), P4 (+12,4%) e P5 (+18,8%). Considerando todo o período de análise (P1 a P5), o número de empregados da indústria doméstica ligado à produção de filmes de PET aumentou em 42,3%.

O número de empregos referente à administração apresentou crescimento (+8,7%), enquanto o número de empregos referente às vendas manteve-se estável, durante o período completo da análise (P1 a P5).

Dessa forma, no período de P1 a P5, o número total de empregados registrou um crescimento de 36,6%. Em relação aos períodos isolados, observou-se crescimento nos períodos P2 (+4,9%), P4 (+11,3%) e P5 (+18,7%), e redução apenas no período P3 (-1,4%).

Produtividade por Empregado (em número-índice, P1=100)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Produção (t) (A)	100,0	127,7	128,7	129,9	127,5
Empregados na Produção (B)	100,0	107,5	106,6	119,8	142,3
Produtividade (A/B)	100,0	118,8	120,7	108,4	89,6
Variação (%)	-	*18,8*	*1,7*	*-10,2*	*-17,3*

Em relação à produtividade por empregado ligado à produção, observou-se que houve um crescimento até P3 (+18,8%, em P2; e +1,7%, em P3). A partir daí, há uma inversão da tendência, com redução até P5 (-10,2%, em P4; e -17,3%, em P5). Ao se considerar todo o período de análise (P1 a P5), constatou-se uma queda de 10,4% na produtividade.

A redução de produtividade da empresa é justificada pelo aumento no número de empregados na produção (+42,3%) superior ao crescimento registrado da produção (+27,5%), no período total de análise (P1 a P5).

Massa Salarial - Mil R$ corrigidos (em número-índice, P1=100)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100	110	121	117	121
Diretos	100	110	116	112	113
Indiretos	100	109	131	126	135
Administração	100	132	142	51	54
Vendas	100	87	91	85	79
Total	100	111	122	95	97

A massa salarial dos empregados da linha de produção apresentou redução apenas em P4 (-3,6%), e crescimento nos demais períodos; P2 (+9,6%), P3 (+10,6%) e P5 (+3,7%). Ao se analisar o período completo (P1 a P5), verificou-se um aumento de 21,2%.

Considerando o período completo da análise (P1 a P5), a massa salarial, tanto dos funcionários de administração (-46,4%) quanto das vendas (-21,0%), registrou queda.

Dessa forma, a massa salarial total seguiu a mesma tendência da massa salarial da linha de produção: queda somente em P4 (-21,8%) e crescimento em P2 (+11,5%), P3 (+9,0%) e P5 (+2,4%). Ao se considerar todo o período de análise (P1 a P5), a massa salarial total diminui 2,6%.

6.1.6 Do demonstrativo de resultado

6.1.6.1 Da receita líquida

A tabela a seguir indica as receitas líquidas obtidas pela Terphane com a venda do produto similar nos mercados interno e externo. Cabe ressaltar que as receitas líquidas apresentadas abaixo estão deduzidas dos valores de fretes e seguros incorridos sobre essas vendas.

Receita Líquida - Mil R$ corrigidos (em número-índice, P1=100)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Mercado Interno	100	118	133	133	118
Participação (%)	100	97	105	103	99
Mercado Externo	100	128	119	122	121
Participação (%)	100	105	93	95	101
Total	100	122	127	129	119
Participação (%)	100	100	100	100	100

A receita líquida da indústria doméstica referente às vendas no mercado interno cresceu em P2 (+18,4%) e em P3 (+12,5%), manteve-se estável em P4 (+0,1%), e reduziu em P5 (-11,5%). Considerando todo o período de análise (P1 a P5), a receita líquida com as vendas no mercado interno obteve crescimento de 18,1%.

A receita líquida obtida com as vendas no mercado externo registrou crescimento em P2 (+28,3%) e em P4 (+3,1%), e redução nos demais períodos: P3 (-7,6%) e P5 (-1,2%). Considerando todo o período de análise (P1 a P5), a receita líquida com as vendas no mercado externo acumulou aumento de 20,8%.

Dessa forma, a receita líquida total auferida pela indústria doméstica apresentou redução apenas em P5 (-7,7%), e crescimento nos demais períodos: P2 (+22,3%), P3 (+4,3%) e P5 (+1,2%). Ao se considerar os extremos do período de análise (P1 a P5), a receita líquida total obtida com as vendas de filmes de PET acumulou aumento de 19,1%. Observou-se que a distribuição da receita líquida total entre o mercado interno e o mercado externo manteve-se praticamente inalterada em todo o período de análise.

6.1.6.2 Dos preços médios ponderados

Os preços médios ponderados de venda, apresentados na tabela a seguir, foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as respectivas quantidades vendidas apresentadas, respectivamente, nos itens 6.1.6.1 e 6.1.1. Deve-se ressaltar que os preços médios de venda no mercado interno apresentados referem-se exclusivamente às vendas de fabricação própria.

Preço Médio de Venda da Indústria Doméstica - R$ corrigidos/t (em número-índice, P1=100)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Mercado Interno	100	94	104	98	91
Mercado Externo	100	96	98	102	103

Observou-se que o preço médio do produto similar vendido no mercado interno apresentou crescimento apenas em P3 (+10,5%), e redução nos demais períodos: P2 (-5,8%), P4 (-5,9%) e P5 (-7,4%). Considerando todo o período de análise (P1 a P5), o preço de venda da indústria doméstica para o mercado interno apresentou queda de 9,4%.

Quanto ao preço médio do produto vendido no mercado externo, constatou-se queda somente em P2 (-3,9%), crescimento em P3 (+1,8%) e em P4 (+4,8%), e estabilidade em P5. Comparando-se os extremos do período analisado (P1 a P5), verificou-se um aumento de 2,5% do preço de exportação.

6.1.6.3 Dos resultados e margens

As tabelas a seguir mostram a demonstração de resultados, com as margens de lucro associadas, obtida com a venda de filmes de PET no mercado interno.

Ressalte-se que o critério de rateio utilizado para apuração das despesas operacionais foi o da participação da receita operacional líquida obtido com filmes de PET sobre a receita operacional líquida total da empresa.

Demonstração de Resultados (Mil R$ corrigidos)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100	118	133	133	118
CPV	100	108	118	116	116
Resultado Bruto	100	178	220	231	132
Despesas Operacionais	100	779	380	223	198
Despesas com Vendas	100	92	87	92	71
Despesas Gerais e Adm.	100	122	132	69	77
Despesas/Receitas Financeiras	100	-30	128	55	107
Outras Desp/Rec Operacionais	100	-35	8	46	11
Resultado Operacional (RO)	100	102	199	232	124
RO s/ Resultado Financeiro	100	142	221	285	129

Margens de Lucro (%)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Margem Bruta	100	150	165	173	112
Margem Operacional (MO)	100	86	150	174	105
MO S/Resultado Financeiro	100	120	166	214	109

O resultado bruto com a venda de filmes de PET pela indústria doméstica no mercado interno apresentou redução apenas em P5 (-42,9%), e crescimento nos demais períodos: P2 (+77,5%), P3 (+23,6%) e P4 (+5,2%). Ao se analisar o período completo da série (P1 a P5), verificou-se um aumento de 31,7% no lucro bruto.

Assim, a margem bruta apresentou também redução apenas em P5 ([CONFIDENCIAL] p.p.) e crescimento nos demais períodos: P2 ([CONFIDENCIAL] p.p.), P3 ([CONFIDENCIAL] p.p.) e P4 ([CONFIDENCIAL] p.p.). Considerando o período completo (P1 a P5), verificou-se crescimento da margem bruta em [CONFIDENCIAL] p.p..

O resultado operacional obtido com a venda de filmes de PET apresentou evolução até P4. Até esse período, os lucros operacionais registrados foram: P1 ([CONFIDENCIAL]), P2 ([CONFIDENCIAL]), P3 ([CONFIDENCIAL]) e P4 ([CONFIDENCIAL]). Em P5, apesar do resultado positivo ([CONFIDENCIAL]), houve uma redução de 46,7% em relação a P4. Dessa forma, as margens operacionais ao longo da série registraram as seguintes variações: P2 ([CONFIDENCIAL] p.p.), P3 ([CONFIDENCIAL] p.p.), P4 ([CONFIDENCIAL] p.p.) e P5 ([CONFIDENCIAL] p.p.).

O resultado operacional exclusive resultado financeiro seguiu a mesma tendência do resultado operacional, com evolução até P4 e queda em P5 (-54,9%). Os valores registrados foram: P1 ([CONFIDENCIAL]), P2 ([CONFIDENCIAL]), P3 ([CONFIDENCIAL]), P4 ([CONFIDENCIAL]) e P5 ([CONFIDENCIAL]). Assim, as margens operacionais sem o resultado financeiro, nos períodos de P1 a P5, apresentaram as seguintes variações: P2 ([CONFIDENCIAL] p.p.), P3 ([CONFIDENCIAL] p.p.), P4 ([CONFIDENCIAL] p.p.) e P5 ([CONFIDENCIAL] p.p.).

6.1.7 Dos fatores que afetam os preços domésticos

6.1.7.1 Dos custos

A tabela a seguir apresenta os custos unitários de produção, associados à fabricação de filmes de PET pela indústria doméstica. Não houve mudanças nos critérios de alocação de custos durante o período de análise (P1 a P5), e a empresa peticionária adquire seus insumos somente de fornecedores independentes (não relacionados) e os valores das operações variam de acordo com as negociações.

Evolução do Custo de Produção (R$ corrigidos/t)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Custos Variáveis (A)	100	89	101	101	102
Matéria-prima	100	89	105	108	109
Outros insumos	100	98	92	91	98
Utilidades	100	84	85	66	61
Outros custos variáveis	100	86	89	99	105
Custos Fixos (B)	100	79	73	53	58
Mão-de-obra direta	100	95	99	95	99
Depreciação	100	79	59	21	21
Outros custos fixos	100	76	83	83	96
Custo de Produção (A+B)	100	86	92	86	89

Segundo os dados acima, observa-se que o custo unitário de produção diminuiu em P2 (-14,0%) e P4 (-6,4%), e cresceu em P3 (+7,4%) e P5 (+2,8%). Considerando-se todo o período da série (P1 a P5), houve uma redução do custo unitário de produção de 11,2%, devido à queda dos custos fixos (-45,2%), uma vez que os custos variáveis apresentaram um pequeno crescimento (+2,3%).

6.1.7.2 Da relação custo/preço

A relação entre o custo unitário de produção e o preço do produto similar nacional indica a participação desse custo no preço de venda da indústria doméstica, no mercado interno, ao longo do período de investigação de dano.

Participação do Custo de Produção no Preço de Venda (R$ corrigidos/t)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Preço Mercado Interno - (A)	100	94	104	98	91
Custo de Produção - (B)	100	86	92	86	89
Relação (%) - (B/A)	100	91	89	88	98

Observou-se nos valores acima que a relação custo de produção/preço apresentou redução até P4 e crescimento em P5. As variações registradas foram: P2 (-7,7 p.p.), P3 (-2,3 p.p.), P4 (-0,4 p.p.) e P5 (+8,7 p.p.). Considerando o período completo de análise (P1 a P5), constatou-se que houve uma pequena queda de 1,7 p.p. na relação custo de produção/preço, refletindo a redução de 11,2% no do custo unitário de produção e na queda de 9,2% do preço do produto vendido no mercado interno.

No entanto, se considerarmos apenas o período de P4 para P5, observa-se uma deterioração dessa relação (custo unitário de produção/preço) devido à redução do preço (-7,4%) e crescimento do custo de produção (+2,8%).

6.1.7.3 Da comparação entre o preço do produto investigado e o do similar nacional

O efeito das importações objeto de dumping sobre os preços do produto similar da indústria doméstica deve ser avaliado sob três aspectos, conforme disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013. Inicialmente, deve ser verificada a existência de subcotação expressiva do preço das importações objeto de dumping em relação ao preço do produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto importado é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço, que ocorre quando as importações investigadas impedem, de forma relevante, o aumento de preço decorrente do aumento de custos, que haveria ocorrido na ausência de tais importações.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A fim de se comparar o preço do filme PET importado das origens investigadas com o preço médio ponderado de venda da indústria doméstica no mercado interno, procedeu-se ao cálculo do preço CIF internado do produto importado dessas origens no mercado brasileiro. Já o preço de venda do produto similar da indústria doméstica no mercado interno foi obtido pela razão entre a receita líquida, deduzida de impostos, devoluções, abatimentos e frete, em reais corrigidos, e a quantidade vendida no mercado interno durante cada período de investigação de dano.

Para o cálculo dos preços internados do produto importado no Brasil em cada período de análise de dano, foram considerados os valores totais de importação do produto objeto da investigação na condição CIF, os valores totais do Imposto de Importação e do Direito Antidumping, em reais, obtidos dos dados oficiais de importação disponibilizados pela RFB. Foram também calculados os valores totais do AFRMM, por meio da aplicação do percentual de 25% sobre o valor do frete internacional, e das despesas de internação, aplicando-se o percentual de 4,25% sobre o valor CIF de cada uma das operações de importação constantes dos dados da RFB. Tal percentual de despesas de internação foi calculado a partir de informações fornecidas pelos importadores que responderam ao questionário do importador.

Em seguida, dividiu-se cada valor total supramencionado pelo volume total de importações objeto da investigação, a fim de se obter o valor por tonelada de cada uma dessas rubricas. Por fim, realizou-se o somatório dos valores unitários referentes ao preço de importação médio ponderado, ao Imposto de Importação, ao Direito Antidumping, ao AFRMM e às despesas de internação de cada período, chegando-se ao preço CIF internado das importações objeto de dumping.

As características do produto (CODIP) foram identificadas por meio da descrição detalhada de cada uma das declarações de importações constantes dos dados de importação da RFB e também das informações constantes das respostas ao questionário do produtor/exportador e do importador. Destaca-se que, quando não foi possível obter todas as características do produto, a comparação entre o preço internado do produto importado e o preço da indústria doméstica foi realizada com as características identificadas.

Da mesma forma, a identificação dos importadores brasileiros em consumidores finais ou distribuidores do produto no Brasil foi realizada levando em consideração os nomes dos importadores brasileiros constantes dos dados oficiais de importação da RFB, assim como as informações constantes das respostas ao questionário do produtor/exportador e do importador.

Cabe ressaltar que, diante da impossibilidade de classificação devido a informações insuficientes de determinados importadores em consumidores ou distribuidores, considerou-se para a comparação de preços as características do produto (CODIP) conforme acima mencionado.

Por fim, cabe ressaltar que o preço da indústria doméstica foi analisado levando-se em consideração as características do produto (CODIP) exportado ao Brasil, bem como as categorias de clientes (consumidores finais ou distribuidores).

O quadro abaixo demonstra os cálculos efetuados e os valores de subcotação obtidos nos períodos de análise de dano à indústria doméstica.

Subcotação do Preço das Importações (R$/t) - Origens Investigadas

Período	P1	P2	P3	P4	P5
CIF (R$/t)	100	95	112	93	93
Imposto de Importação	100	99	120	98	97
AFRMM	100	76	57	53	53
Despesas de internação	100	95	112	93	93
Direito Antidumping	100	44	34	35	15
CIF Internado	100	93	108	90	89
CIF Internado (corrigido)	100	88	94	74	69
Preço Ind. Dom. (corrigido) [*]	100	82	85	78	68
Subcotação (corrigido)	100	21	-15	113	64

*Ponderado pelos volumes exportados.

Da análise do quadro anterior, constatou-se que o preço do produto importado de China, Índia e Egito, internado no Brasil, exceto em P3, esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica. Ressalta-se, inclusive, que há subcotação significativa nos dois últimos períodos (P4 e P5), em que também se notou aumento expressivo do volume importado.

Ademais, houve depressão substancial do preço do produto similar vendido pela indústria doméstica em razão do aumento significativo, em termos absolutos e relativos, das importações investigadas a preços inferiores ao praticado no mercado brasileiro. Observou-se redução de 31,5% no preço entre os períodos P1 e P5 e redução de 11,8% entre P4 e P5.

De igual maneira, constatou-se supressão de preços entre os dois últimos períodos analisados (P4 e P5). De P4 para P5, houve aumento de 2,7% no custo de produção enquanto verificou-se uma diminuição de 11,8% no nível de preços da indústria doméstica.

Pode-se concluir, como consequência, que tanto a depressão como a supressão de preços tiveram efeitos negativos nos resultados e nas margens de rentabilidade da indústria doméstica no último período de análise de dano.

6.1.7.4 Da magnitude da margem de dumping

Buscou-se avaliar em que medida a magnitude das margens de dumping da Ester, da Polyplex e da Flex afetaram a indústria doméstica. Para isso, se examinou qual seria o impacto sobre os preços da indústria doméstica caso as exportações de filmes de PET dessas empresas para o Brasil não tivessem sido realizadas a preços de dumping.

Considerando os valores normais CIF apurados, isto é, o preço pelo quais as empresas venderiam filmes de PET ao Brasil na ausência de dumping, as importações brasileiras originárias desses produtores/exportadores seriam internadas no mercado brasileiro aos valores demonstrados nos quadros a seguir:

	Ester	Polyplex	Flex
Valor Normal CIF [Ponderado] (US$/kg)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Imposto de importação (US$/kg)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Direito Antidumping (US$/kg)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
AFRMM (US$/kg)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Despesas de Internação (US$/kg)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Valor Normal Internado (US$/kg)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Preço Ind. Doméstica [*] (US$/kg)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

* Ponderado pelos volumes exportados

Os valores do imposto de importação, do AFRMM e do direito antidumping médios foram calculados com base nos dados detalhados de importação fornecidos pela RFB, em percentual em relação ao preço CIF por país; as despesas de internação médias foram calculadas com base nas respostas fornecidas pelos importadores. O preço da indústria doméstica em reais foi convertido em dólares estadunidenses considerando a taxa de câmbio média do período, de 2,1605, disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil - BCB.

Os CODIPs exportados pelos produtores/exportadores mas que não foram vendidos pela indústria doméstica em P5 foram comparados aos CODIPs mais próximos.

Ao se comparar os valores normais internados obtidos acima com os preços ex fabrica da indústria doméstica, em P5, é possível inferir que, caso as margens de dumping desses produtores/exportadores não existissem, os preços da indústria doméstica poderiam ter atingido níveis mais elevados, reduzindo ou mesmo eliminando os efeitos sobre seus preços e, consequentemente, nos resultados e na rentabilidade da indústria doméstica.

6.1.8 Do fluxo de caixa

O quadro a seguir mostra o fluxo de caixa apresentado pela indústria doméstica na petição de início da investigação. Ressalte-se que os valores totais líquidos de caixa gerados pela empresa no período, constantes da petição, conferiram com os cálculos efetuados a partir dos demonstrativos financeiros da empresa no período.

Ressalte-se, adicionalmente que devido à impossibilidade de se separar os valores relacionados somente do produto similar de determinadas contas contábeis, foi considerado somente o valor total líquido gerado de caixa, ou seja, levando em conta a totalidade dos negócios da empresa.

Fluxo de Caixa (Mil R$ corrigidos)

----	P1	P2	P3	P4	P5
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	100	-140	-230	-79	-139
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	-100	-145	-260	-323	-1.528
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-100	-105	-200	0	178
Aumento (Redução) Líquido(a) nas Disponibilidades	-100	320	87	287	187

Observou-se que o caixa líquido total gerado nas atividades da empresa foi negativo em P1 e positivo nos demais períodos. Considerando os extremos da série, verificou-se aumento líquido nas disponibilidades da empresa de 287,3%. Já considerando o último período de análise dano, de P4 para P5, houve diminuição do caixa líquido gerado de 34,8%.

6.1.9 Do retorno sobre os investimentos

O quadro a seguir mostra o retorno dos investimentos, calculado pela divisão do valor do lucro líquido relativo à totalidade dos negócios da indústria doméstica pelo valor do ativo total dessa indústria, constante de suas demonstrações financeiras.

Tal indicador foi apresentado pela indústria doméstica na petição de início da investigação. Ressalte-se que os valores totais do lucro líquido e do ativo total da indústria no período, constantes deste apêndice, conferiram com os cálculos efetuados a partir dos demonstrativos financeiros da empresa no período.

Retorno sobre os Investimentos

---	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro Líquido (A) (R$ Corrigidos)	100	53	248	303	209
Ativo Total (B) (R$ Corrigidos)	100	100	104	118	149
Retorno (A/B) (%)	100	53	239	257	140

Observou-se que a taxa de retorno sobre os investimentos oscilou positivamente em todos os períodos de investigação de dano. No primeiro período (de P1 para P2), o retorno sobre os investimentos diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. Nos períodos seguintes (de P2 para P3 e de P3 para P4), o retorno aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. e outros [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente. No último período (de P4 para P5), tal retorno sofreu redução de [CONFIDENCIAL] p.p. Ao se considerar os extremos da série, o retorno sobre os investimentos constatado em P5 foi superior ao retorno verificado em P1 em [CONFIDENCIAL] p.p.

6.1.10 Da capacidade de captar recursos ou investimentos

Para avaliar a capacidade de captar recursos, calcularam-se os índices de liquidez geral e corrente a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da indústria doméstica, constantes de suas demonstrações financeiras.

O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto e de longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

Capacidade de captar recursos ou investimentos

	P1	P2	P3	P4	P5
Índice de Liquidez Geral	100	105	120	165	98
Índice de Liquidez Corrente	100	72	41	63	67

O índice de liquidez geral evoluiu positivamente ao longo do período de análise de dano até P4, com sucessivos aumentos de [CONFIDENCIAL] p.p, [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p. em P2, P3 e P4, sempre em relação ao período anterior. Porém, de P4 para P5 houve diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p. Ao se considerar os extremos dos períodos, de P1 para P5, o índice de liquidez geral diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p,

Já o índice de liquidez corrente apresentou as seguintes oscilações ao longo do período de análise de dano: diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. em P2 e [CONFIDENCIAL] p.p. em P3, aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. em P4 e mais [CONFIDENCIAL] p.p. em P5, sempre em relação ao período anterior. Assim, de P1 para P5, tal indicador diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p.

Assim, como não se caracterizaram deteriorações expressivas em nenhum dos índices acima, concluiu-se que a indústria doméstica não teve dificuldades na captação de recursos ou investimentos durante o período de análise de dano.

6.1.11 Do crescimento da indústria doméstica

O volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno decresceu 4,3% de P4 para P5, muito embora no período de P1 a P5 tenha aumentado 30,4%.

Cabe destacar que o mercado brasileiro aumentou 22,7% de P1 a P5 e 6,2% na comparação de P4 com P5. Todavia a correspondente participação das vendas da indústria doméstica nesse mercado teve variação negativa em P4 e P5, respectivamente de 0,4 p.p. e 6,3 p.p., sempre em relação ao período imediatamente anterior.

Sendo assim, considerando que um dos fatores que caracterizariam o crescimento da indústria doméstica seria o aumento do volume de vendas, constatou-se que a indústria doméstica não cresceu no último período de análise de dano, de P4 para P5, como também retraiu-se, tendo em conta que as suas vendas no mercado brasileira diminuíram enquanto o mercado no mesmo período apresentou expansão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6.2 Do resumo dos indicadores de dano da indústria doméstica

Da análise dos dados e indicadores da indústria doméstica, verificou-se que no período de análise da existência de dano:

a) As vendas da Terphane no mercado interno, em P5, sofreram retração de 4,3% em relação a P4, muito embora tenham aumentado 30,4% em relação a P1. No mesmo sentido, o volume de produção diminuiu 1,8% em P5 em relação a P4 e aumentou 27,5% em relação a P1;

b) O grau de ocupação da capacidade instalada efetiva aumentou 14 p.p. entre P1 e P5. No último período, de P4 para P5, esse indicador diminuiu 1,5 p.p.;

c) Com relação ao estoque, houve aumento considerável partir de P2. De P4 a P5, observou-se aumento de 27,7%. Mesmo com redução de 1,8% na produção entre esses dois períodos, a relação estoque final/produção aumentou em 1,6 p.p.;

d) O número de empregados ligados diretamente à produção, em P5, foi 42,2% maior quando comparado a P1 e 18,7% maior quando comparado a P4. A massa salarial dos empregados ligados à produção em P5, por sua vez, aumentou 21,1% em relação a P1 e 3,7% em relação a P4;

e) A produtividade por empregado ligado diretamente à produção diminuiu 10,6% entre P1 e P5, tendo sofrido queda ainda maior entre P4 e P5, quando atingiu redução de 17,8%. Tal redução foi causada, entre P1 e P5, pelo aumento de empregados ligados à produção em proporção menor ao aumento da própria produção. Já de P4 para P5, houve não só aumento do número de empregados ligados à produção, como também redução da produção, o que impactou em maior queda da produtividade;

f) O número total de empregados da Terphane em P5 foi 36,6% maior quando comparado a P1 e 18,6% maior quando comparado a P4. A massa salarial total, por sua vez, diminuiu entre P5 e P1 (2,6%), mas aumentou em relação a P4 (2,42%);

g) A receita líquida obtida pela indústria doméstica com a venda de Filmes PET similares no mercado interno sofreu, em P5, queda de 11,5% em relação a P4, em razão tanto da queda das vendas da Terphane no mercado interno quanto da redução dos preços médios da indústria doméstica nesse mercado;

h) O custo do produto vendido (CPV) por tonelada vendida, em P5, aumentou 4,2% em relação a P4, muito embora tenha diminuído 11,3% em relação a P1. Já as despesas operacionais, por sua vez, aumentaram 51,6% de P1 a P5 e diminuíram 7,5% entre P4 e P5. Assim, o custo total de venda (CPV + despesas operacionais) por tonelada aumentou 3,8% em relação a P4 e diminuiu 10% em relação a P1;

i) No tocante ao preço médio obtido pela indústria doméstica na venda do produto similar no mercado interno, o valor em P5 diminuiu 9,4% em relação a P1 e 7,4% em relação a P4, caracterizando, assim, depressão de preço entre esses dois períodos relacionados;

j) Em razão do comportamento do preço obtido no mercado interno vis-à-vis o custo total de venda, a rentabilidade obtida pela indústria doméstica no mercado interno caiu entre P4 e P5. O resultado bruto verificado em P5 foi 42,9% menor do que em P4. Analogamente, a margem bruta obtida em P5 diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. em relação a P4;

k) Embora o resultado operacional verificado entre P1 e P5 tenha aumentado em 23,5%, observou-se redução significativa de P4 a P5 em 46,7%. Analogamente, a margem operacional obtida em P5 aumentou em [CONFIDENCIAL] p.p. em relação a P1 e diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. em relação a P4;

l) o caixa líquido total gerado nas atividades da empresa foi negativo em P1 e positivo nos demais períodos. Considerando os extremos da série, verificou-se aumento líquido nas disponibilidades da empresa de 287,3%. Já considerando o último período de análise dano, de P4 para P5, houve diminuição do caixa líquido gerado de 34,8%;

m) a taxa de retorno sobre os investimentos oscilou positivamente em todos os períodos de investigação de dano. No último período (de P4 para P5), tal retorno sofreu redução de [CONFIDENCIAL] p.p. Ao se considerar os extremos da série, o retorno sobre os investimentos constatado em P5 foi superior ao retorno verificado em P1 em [CONFIDENCIAL] p.p; e

n) O índice de liquidez geral evoluiu positivamente ao longo do período de análise de dano até P4, sendo que, de P4 para P5 houve diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p. Ao se considerar os extremos dos períodos, de P1 para P5, o índice de liquidez geral diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p, Já o índice de liquidez corrente apresentou oscilações ao longo do período de análise de dano, tendo aumentado [CONFIDENCIAL] p.p. em P5, em relação à P4. De P1 para P5, tal indicador diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p.

6.3 Da conclusão preliminar a respeito do dano

Da análise dos dados da indústria doméstica, verificou-se que os indicadores de desempenho da indústria doméstica se deterioraram durante o período de investigação de dano.

No contexto de um consumo crescente, nos últimos intervalos do período de investigação de dano (P4 a P5), quando os preços das importações investigadas a preços de dumping estiveram subcotados de forma significativa em relação ao preço do similar nacional, observou-se que:

a) o volume de vendas da indústria doméstica diminuiu (-4,3%), contra um aumento no consumo (+6,2%);

b) a produção retraiu-se (-1,8%), o que levou à redução do grau de ocupação da capacidade instalada efetiva (-1,5 p.p.) e ao acúmulo de mercadoria em estoque (+27,8%), diminuindo ganhos de escala e aumentando custos fixos de produção;

c) a produtividade por empregado ligado à produção diminuiu (-17,3%), devido a uma pequena redução na produção (-1,8%), apesar do aumento de empregados nesse período (+18,8%);

d) a indústria doméstica diminuiu sua parcela de mercado (de 64% em P4 para 57,7% em P5), apesar da redução dos preços (-7,4%), não obstante o aumento no custo de produção (+2,8%) e, portanto, deterioração da relação custo/preço ([CONFIDENCIAL] p.p.); e

e) a queda de volume e dos preços, assim como a perda de parcela de mercado da indústria doméstica foi ainda acompanhada por redução da receita liquida (-11,5%), dos lucros bruto (-42,9%) e operacional (-46,8%) e compressão das margens bruta ([CONFIDENCIAL] p.p.) e operacional ([CONFIDENCIAL] p.p.).

Tendo em conta o que precede, concluiu-se, preliminarmente, que a indústria doméstica sofreu dano material durante o período de investigação de dano, agravado, em particular, nos últimos intervalos desse período (P4 e P5).

7. DA CAUSALIDADE

O art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece a necessidade de demonstrar o nexo de causalidade entre as importações a preços com dumping e o dano à indústria doméstica. Essa demonstração de nexo causal deve basear-se no exame de elementos de prova pertinentes e outros fatores conhecidos, além das importações a preços com dumping, que possam ter causado o dano à indústria doméstica na mesma ocasião.

7.1 Do impacto das importações sobre a indústria doméstica

Consoante com o disposto no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, é necessário demonstrar que as importações a preços de dumping contribuíram significativamente para o dano experimentado pela indústria doméstica.

O consumo de filmes de PET no Brasil aumentou 22,7% (P1 a P5) e 6,2% (P4 a P5), enquanto que o volume das importações a preços de dumping originárias da China, Egito e Índia, cumulativamente, aumentou 3.234,3% (P1 a P5) e 52,0% (P4 a P5), tendo a respectiva parcela do mercado também aumentado em 33,4 p.p. (P1 a P5, de 1,3% para 34,7%), e em 10,5 p.p. (P4 a P5, de 24,2% para 34,7%). Ao mesmo tempo, em que pese o crescimento do volume de vendas da indústria doméstica de P1 a P5 de 30,4%, e aumento de 3,4 p.p. da sua parcela de mercado no mesmo período (de 54,3% para 57,7%); no último intervalo do período considerado, o volume de vendas da indústria doméstica caiu 4,3% e sua parcela do mercado contraiu-se em 6,3 p.p. (de 64% em P4 para 57,7% em P5).

O volume das importações a preços de dumping cresceu sucessivamente ao longo do período considerado, sendo que os maiores aumentos, em termos absolutos, foram em P4 (3.925 toneladas) e em P5 (3.835 toneladas), quando os preços dos países investigados estavam substancialmente subcotados em relação ao preço da indústria doméstica. Em P5, ao reduzir o preço unitário em 5,1% (China), em 6,2% (Egito) e em 7,6% (Índia), as importações a preços de dumping registraram a maior participação no mercado brasileiro (34,7%), considerando o período de dano (P1 a P5).

Ao mesmo tempo, ainda que o volume de vendas da indústria doméstica tenha acompanhado a evolução no consumo ao longo do período considerado, a indústria domestica se beneficiou de forma limitada da expansão do consumo. Enquanto que o consumo aumentou sucessivamente no período considerado, a parcela de mercado da indústria doméstica aumentou apenas em P2 (+9,9 p.p.), passando de 54,3% para 64,2%, permaneceu praticamente estável em P3 (+0,2 p.p.) e em P4 (-0,4 p.p.), e reduziu em P5 (-6,3 p.p.), passando de 64,0% para 57,7%. Foram as importações a preços de dumping que mais se beneficiaram do aumento do consumo, sendo que os aumentos nas suas parcelas de mercado ultrapassaram largamente durante todo o período considerado outros autores no mercado, em particular a indústria doméstica.

Os preços médios de importação dos países investigados diminuíram 15,1% durante o período considerado. Embora revelando uma tendência crescente até P3, reduziram significativamente em P4 (-31,8%), e continuaram a decrescer em P5 (-6,4%), mantendo-se nesses dois últimos períodos preços abaixo dos praticados pela indústria doméstica. Os preços da indústria doméstica, após diminuírem em P2 e aumentarem em P3, caíram nos dois últimos períodos: -5,9% (em P4) e -7,4% (em P5), evidenciando uma reação à pressão exercida pelas importações a preços de dumping, a preços subcotados. Esses baixos preços foram mantidos, no entanto, em que pese a deterioração da relação custo/preço e de uma rentabilidade inferior em P5, que caiu 9,3 p.p., passando de 23,3% em P4 para 14% em P5.

Com base no que precede, considerou-se que o aumento substancial das importações da China, Egito e Índia a preços de dumping que subcotaram os preços da indústria doméstica, em particular em P4 e P5, teve papel determinante no dano material sofrido pela indústria domestica, o que a impediu de se beneficiar do crescimento do consumo de filmes de PET no mercado brasileiro no período considerado.

7.2 Dos possíveis outros fatores causadores de dano e da não atribuição

Consoante o determinado pelo § 4º do art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, procurou-se identificar outros fatores relevantes, além das importações a preços com dumping, que possam ter causado o dano à indústria doméstica no período analisado.

Registre-se que não houve consumo cativo do produto similar pela indústria doméstica, tampouco se constatou importações de filmes PET das origens investigadas por essa indústria no período de análise de dano, de janeiro de 2009 a dezembro de 2013.

7.2.1 Volume e preço de importação das demais origens

Verificou-se, a partir da análise das importações brasileiras oriundas dos demais países, que o dano causado à indústria doméstica não pode ser a elas atribuído, tendo em vista que tal volume apresentou redução contínua em todo o período de análise (P1 a P5), ao contrário do crescimento contínuo registrado nas importações dos países investigados. Além disso, a partir de P2, os preços registrados para as demais origens foram sempre superiores aos países investigados.

Dessa forma, o volume de tais importações, ao contrário daquelas originárias dos países investigados, diminuiu 79,0% (de P1 a P5) e 31,2% (de P4 a P5), tendo também diminuído sua participação no mercado brasileiro, tendo passado de 44,4% em P1 para 7,6% em P5.

Especificamente em relação às importações do produto provenientes dos Estados Unidos (EUA), verificou-se que, embora o volume importado tenha sido próximo ao da China no período de análise de dumping, não houve subcotação no preço do produto em nenhum dos períodos de análise.

7.2.2 Impacto de eventuais processos de liberalização das importações

Não houve alteração da alíquota do Imposto de Importação de 16% aplicada às importações de filmes PET pelo Brasil no período de investigação de dano. Desse modo, o eventual dano à indústria doméstica não pode ser atribuído ao processo de liberalização dessas importações.

7.2.3 Contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo

O mercado brasileiro de filmes PET apresentou crescimento em todos os períodos da análise de dano. Considerando o período completo (P1 a P5), o mercado brasileiro cresceu 22,7%, passando de [CONFIDENCIAL] toneladas para [CONFIDENCIAL] toneladas.

Dessa forma, o dano à indústria doméstica, apontado anteriormente, não pode ser atribuído às oscilações do mercado, visto que não foi constatada contração na demanda e sim um crescimento significativo das importações a preços com indícios de dumping (+3.234,2%, de P1 a P5). Por outro lado, o volume das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro aumentou apenas 30,4%, nesse mesmo período.

7.2.4 Práticas restritivas ao comércio e concorrência entre produtores domésticos e estrangeiros

Não foram identificadas práticas restritivas ao comércio de filmes PET pelos produtores domésticos e estrangeiros, nem fatores que afetassem a concorrência entre eles.

7.5 Progresso tecnológico

Também não foi identificada a adoção de evoluções tecnológicas que pudessem resultar na preferência do produto importado ao nacional. Os filmes PET importados das origens investigadas e o fabricado no Brasil são concorrentes entre si, disputando o mesmo mercado. Ademais, segundo informações da peticionária, os processos produtivos e as formas de apresentação comercial (acondicionamento) dos filmes da indústria doméstica e dos produtores dos países investigados não apresentam diferenças significativas.

7.6 Desempenho exportador

As vendas para o mercado externo da indústria doméstica cresceram 17,8%, no período de P1 a P5. Considerando os períodos isolados, observou-se aumento em P2 (+33,5%), e queda nos demais períodos: P3 (-9,2%), P4 (-1,6%) e P5 (-1,3%). As exportações representaram em média 40% do total vendido pela indústria doméstica ao longo do período considerado, contribuindo para que a indústria doméstica obtivesse economias de escala e, consequentemente, reduzisse seus custos globais de produção. Nem mesmo a queda do volume das exportações nos últimos períodos (P4 e P5), reduzindo a representatividade das exportações no total vendido para 38%, poderia ser uma causa potencial do dano material sofrido pela indústria doméstica.

7.7 Produtividade da indústria doméstica

A produtividade da indústria doméstica foi crescente até P3. A partir desse período, em P4 e P5, houve redução desse indicador. Em P5, essa queda pode ser atribuída à queda da produção e à retração nas vendas internas e externas devido ao crescimento das importações dos países investigados.

7.8 Da conclusão preliminar a respeito da causalidade

Para fins de determinação preliminar, considerando a análise dos fatores previstos no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, considerou-se que as importações das origens investigadas a preços de dumping contribuíram significativamente para a existência de dano material à indústria doméstica.

8. DA CONCLUSÃO FINAL

Considerando-se a análise dos fatores previstos no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, concluiu-se preliminarmente que as importações das origens investigadas a preços de dumping constituem o principal fator causador do dano à indústria doméstica constatado no item 6.3 desta Circular.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 413, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS no uso das suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 14, § 2º da Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012 e os termos do Parecer Técnico nº 108/2014 - SPR/CGAPI/COPIN, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o adicional de cota de importação de insumos no valor de US$ 1,145,743.00 (hum milhão, cento e quarenta e cinco mil e setecentos e quarenta e três dólares norte-americanos), correspondente a 34,81% da cota do 3º ano do STEPPER - Cód. Suframa nº 0243, aprovado por meio da Resolução n.º 109, de 28/05/2009, emitida em nome da empresa GENIS EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA LTDA., com inscrição Suframa n.º 20.1189.01-1 e CNPJ nº 07.489.753/0001-51.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 652 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados na reunião ordinária realizada em 02/09/2014, e nas reuniões extraordinárias realizadas em 23/09/2014 e 22/10/2014.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267, de 24 de outubro de 2013, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados na reunião ordinária realizada em 02/09/2014, e nas reuniões extraordinárias realizadas em 23/09/2014 e 22/10/2014.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.002635/2014-38
Proponente: COOPER Sociedade Cooperativa de Trabalho dos Atletas e Profissionais da Área do Esporte
Título: Circuito Pedalar
Registro: 02SP109802012
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 04.513.910/0001-29
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 2.618.129,13
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1531 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 21104-4
Período de Captação até: 11/08/2015

ANEXO II

1- Processo: 58701.009798/2013-61
Proponente: Associação Civil Iniciativa O Caminho de Abraão
Título: VI Friendship Day Corrida e Caminhada - Caminho da Paz
Valor aprovado para captação: R$ 729.453,05
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 45471-0
Período de Captação até: 23/06/2015
2- Processo: 58701.001928/2012-36
Proponente: Centro Esportivo e Educacional Jorginho Bola Pra Frente
Título: Centro de Capacitação Toque de Mestre II
Valor aprovado para captação: R$ 6.393.858,86
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1251 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 36765-6
Período de Captação até: 31/12/2015
3 - Processo: 58701.007586/2013-49
Proponente: Confederação Brasileira de Judô
Título: Avança Judô
Valor aprovado para captação: R$ 1.133.335,50
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2865 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 30337-2
Período de Captação até: 31/12/2015
4- Processo: 58701.001998/2012-94
Proponente: Instituto Unimed Santa Catarina
Título: Esporte Comunitário - Futebol
Valor aprovado para captação: R$ 460.088,02
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3160 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 28243-X
Período de Captação até: 31/12/2015
5- Processo: 58701.005165/2012-01
Proponente: Sport Club Corinthians Paulista
Título: Centro de Excelência e Treinamento de Futebol - Categorias de Base - Fase 001
Valor aprovado para captação: R$ 12.299.291,69
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2935 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 22786-2
Período de Captação até: 31/12/2015

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 270, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98, e no processo nº 04931.000221/2014-31, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público, para fins de regularização fundiária de interesse social e provisão habitacional, o imóvel da União, classificado como terrenos de marinha e acrescidos, localizado às margens do Rio Jaguaribe, no Bairro de Tambaú, município de João Pessoa, Estado da Paraíba, com área de 43.501,29 m² (quarenta e três mil quinhentos e um e vinte e nove centésimos metros quadrados), inscrito sob o RIP nº 2051 0001729-40, e devidamente registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis Eunápio Torres da Comarca de João Pessoa/PB, sob a Matrícula nº R-4-409 Livro nº 2-B.

Parágrafo único. A área acima mencionada, parte de área maior, apresenta as seguintes características e confrontações, conforme memorial descritivo de fls. 42 do processo em epígrafe: Pela frente: 591,00m, limitando-se com margem do Rio Jaguaribe; Pelo lado direito: 43,00m, limitando-se com a avenida Ruy Carneiro; Pelo lado esquerdo: 67,00m, limitando-se com a avenida Epitácio Pessoa; e, Pelos fundos: 763,99m, limitando-se com terreno presumidamente alodial, parte restante da área total.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º, parágrafo único, é de interesse público na medida em que será destinado à execução, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, de projeto de provisão habitacional, regularização fundiária e urbanística da comunidade São José em benefício de 406 (quatrocentas e seis) famílias de baixa renda.

Art. 3º A SPU-PB dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e ao Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRYCK ARAÚJO CARVALHO

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 11, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO NORTE, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, § 1°, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c Art. 7º do Decreto-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967, e no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como os elementos que integram o processo nº 11591.000255/00-12, resolve:

Art.1º Autorizar a cessão, sob o regime de concessão de direito real de uso resolúvel, gratuita, ao Município de São José do Campestre/RN, de parte do imóvel de propriedade da União, caracterizado como nacional interior, situado à Rua Paraíba, s/n, daquele município, constituído por 5.592,72m² de terreno e 904,80m² de construções, inscrito sob o RIP 1843 0100001-51 e devidamente registrado sob a matrícula 1.097, do Livro 2-H do Registro Geral de Imóveis do Serviço Notarial e Registral de São José do Campestre/RN.

Parágrafo único. Da área total de 10.000m², constante na mencionada matrícula, destaca-se uma área medindo 5.592,72m², que apresenta as características e confrontações descritas à Fls. 159 do processo em epígrafe.

Art.2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à regularização fundiária em benefício das famílias de baixa renda que atualmente ocupam o local.

Parágrafo único. O prazo para a conclusão da regularização fundiária das unidades habitacionais em nome dos beneficiários de baixa renda, com o respectivo registro dos títulos a serem concedidos pelo município, é de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período, contados da assinatura do respectivo contrato.

Art.3º O prazo da cessão é indeterminado.

Art.4º Fica o cessionário obrigado a:

I - proceder o parcelamento do solo, nos termos da lei, registrando-os junto ao Cartório do Registro de Imóveis competente;

II - transferir gratuitamente os direitos e as obrigações relativos às parcelas do imóvel em questão aos beneficiários de baixa renda do programa de provisão habitacional e regularização fundiária, averbando tais transferências no Cartório de Registro de Imóveis competente e na Superintendência do Patrimônio da União no RN;

III - fornecer à União os dados cadastrais dos beneficiários e dos imóveis residenciais, bem como as peças técnicas necessárias para a inscrição dos desmembramentos e transferências do direito real de uso no Sistema Integrado de Administração Patrimonial da SPU - SIAPA

IV - exigir que os beneficiários da regularização fundiária de interesse social somente poderão transferir os imóveis após cinco anos da assinatura do contrato da sua concessão para adquirentes que também tenham a renda familiar mensal de no máximo 5 salários mínimos;

V - pagar todos os encargos financeiros, tais como impostos, taxas, contribuições, emolumentos e demais despesas que recaiam ou venham a recair sobre o imóvel.

Art.5º A cessão tornar-se-á nula, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art.6º Os direitos e obrigações mencionadas nesta portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art.7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

YEDA CUNHA DE MEDEIROS PEREIRA

PORTARIA Nº 14, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO NORTE, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, § 1°, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c Art. 7º do Decreto-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967, e no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como os elementos que integram o processo nº 04916.001361/2013-34, resolve:

Art.1º Autorizar a cessão, sob o regime de concessão de direito real de uso resolúvel, gratuita, ao Município de Currais Novos/RN, do imóvel de propriedade da União, classificado como nacional interior, situado na denominada "Área 3" da antiga "Fazenda Totoró", no bairro Valfredo Galvão, daquele município, com área de 85.039,71m², inscrito sob o RIP nº 1661 00052.500-1, e devidamente registrado no 1º Cartório de Notas de Currais Novos/RN, sob a Matrícula nº 9.412, Livro nº 2-BH, do Registro Geral.

Art.2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à implantação de projeto habitacional, que prevê a construção de 250 unidades habitacionais em benefício de famílias de baixa renda, bem como a urbanização e a edificação de equipamentos comunitários.

Parágrafo único. O prazo para início das obras é de 2 (dois) anos, e para a conclusão do empreendimento habitacional, da urbanização e da regularização fundiária das unidades habitacionais em nome dos beneficiários de baixa renda, com o respectivo registro dos títulos a serem concedidos pelo município, é de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período, contado da assinatura do respectivo contrato.

Art.3º O prazo da cessão é indeterminado.

Art.4º Fica o cessionário obrigado a:

I - proceder o parcelamento do solo, nos termos da lei, registrando-os junto ao Cartório do Registro de Imóveis competente;

II - transferir gratuitamente os direitos e as obrigações relativos às parcelas do imóvel em questão aos beneficiários de baixa renda do programa de provisão habitacional e regularização fundiária, averbando tais transferências no Cartório de Registro de Imóveis competente e na Superintendência do Patrimônio da União no RN;

III - observar os procedimentos licitatórios para transferir os direitos e as obrigações relativos às parcelas do imóvel destinadas à execução de empreendimentos de fim lucrativo, averbando tais transferências no Cartório de Registro de Imóveis competente e na Superintendência do Patrimônio da União no RN;

IV - utilizar a renda auferida nas transferências dos direitos na execução do próprio projeto, priorizando as ações que beneficiem as populações de baixa renda;V - fornecer à União os dados cadastrais dos beneficiários, dos imóveis residenciais e dos imóveis comerciais, e as peças técnicas necessárias para a inscrição dos desmembramentos e transferências do direito real de uso no Sistema Integrado de Administração Patrimonial da SPU - SIAPA;VI - exigir que os beneficiários da regularização fundiária de interesse social somente poderão transferir os imóveis após cinco anos da assinatura do contrato da sua concessão para adquirentes que também tenham a renda familiar mensal de no máximo 5 salários mínimos;

VII - pagar todos os encargos financeiros, tais como impostos, taxas, contribuições, emolumentos e demais despesas que recaiam ou venham a recair sobre o imóvel.

Art.5ºA cessão tornar-se-á nula, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art.6º Os direitos e obrigações mencionadas nesta portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art.7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

YEDA CUNHA DE MEDEIROS PEREIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Trabalho e Emprego

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 92, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe subdelega o art. 1º, da Portaria SRT/MTE n° 02, de 25 de maio de 2006, e

Considerando o disposto na NOTA TÉCNICA nº. 046/2014, de 20/10/2014, anexa ao Processo n.º: 46206.008014/2014-70, referente ao Plano de Cargos e Salários do IESPLAN - CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES PLANALTO LTDA. resolve:

Art. 1° - Homologar o Plano de Cargos e Salários Organizados em Carreira do CBV IESPLAN - CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES PLANALTO LTDA, nos termos da NOTA TÉCNICA nº. 46/2014, anexa ao Processo n. 46206.008014/2014-7.

Art. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

MIGUEL NABUT

PORTARIA Nº 93, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe subdelega o art. 1º, da Portaria SRT/MTE n° 02, de 25 de maio de 2006, e

Considerando o disposto na NOTA TÉCNICA nº. 048/2014, de 20/10/2014, anexa ao Processo n.º: 47480.000412/2014-61, referente ao Plano de Cargos e Salários do SANTANA INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR EIRELI (FACULDADE LS), resolve:

Art. 1° - Homologar o Plano de Cargos e Salários Organizados em Carreira do SANTANA INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR EIRELI (FACULDADE LS, nos termos da NOTA TÉCNICA nº. 48/2014, anexa ao Processo n. 46206.000412/2014-61.

Art. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

MIGUEL NABUT

PORTARIA Nº 94, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe subdelega o art. 1º, da Portaria SRT/MTE n° 02, de 25 de maio de 2006, e

Considerando o disposto na NOTA TÉCNICA nº. 050/2014, de 21/10/2014, anexa ao Processo n.º 46206.007414/2014-68, referente ao Plano de Cargos e Salários do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZAÇÃO E ENTIDADES COLIGADAS E AFINS DO DISTRITO FEDERAL, resolve:

Art. 1° - Homologar o Plano de Cargos e Salários Organizados em Carreira do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZAÇÃO E ENTIDADES COLIGADAS E AFINS DO DISTRITO FEDERAL, nos termos da NOTA TÉCNICA nº. 49/2014, anexa ao Processo n. 46206.007414/2014-68.

Art. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

MIGUEL NABUT

PORTARIA Nº 95, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe subdelega o art. 1º, da Portaria SRT/MTE n° 02, de 25 de maio de 2006, e

Considerando o disposto na NOTA TÉCNICA nº. 045/2014, de 17/04/2014, anexa ao Processo n.º 46206.003711/2014-34, referente ao Plano de Cargos e Salários do CBV CENTRO BRASILEIRO DA VISÃO LTDA, resolve:

Art. 1° - Homologar o Plano de Cargos e Salários Organizados em Carreira do CBV CENTRO BRASILEIRO DA VISÃO LTDA, nos termos da NOTA TÉCNICA nº. 14/2014, anexa ao Processo n.º46206.003711/2014-34.

Art. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

MIGUEL NABUT

PORTARIA Nº 96, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe subdelega o art. 1º, da Portaria SRT/MTE n° 02, de 25 de maio de 2006, e

Considerando o disposto na NOTA TÉCNICA nº. 052/2014, de 21/10/2014, anexa ao Processo n.º .: 46206.006523/2014-68, referente ao Plano de Cargos e Salários do NT IMAGEM E SERVIÇO LTDA, resolve:

Art. 1° - Homologar o Plano de Cargos e Salários Organizados em Carreira do NT IMAGEM E SERVIÇO LTDA / DF nos termos da NOTA TÉCNICA nº. 52/2014, anexa ao Processo n. 46206.006523/2014-68.

Art. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

MIGUEL NABUT

PORTARIA Nº 97, DE 20 DE OUTUBRODE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe subdelega o art. 1º, da Portaria SRT/MTE n° 02, de 25 de maio de 2006, e

Considerando o disposto na NOTA TÉCNICA nº. 049/2014, de 20/10/2014, anexa ao Processo n.º 46206.006719/2014-52, referente ao Plano de Cargos e Salários do CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE/ DF, resolve:

Art. 1° - Homologar o Plano de Cargos e Salários Organizados em Carreira do CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE/ DF, nos termos da NOTA TÉCNICA nº. 49/2014, anexa ao Processo n. 46206.006719/2014-52.

Art. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

MIGUEL NABUT

PORTARIA Nº 98, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe subdelega o art. 1º, da Portaria SRT/MTE n° 02, de 25 de maio de 2006, e

Considerando o disposto na NOTA TÉCNICA nº. 051/2014, de 21/10/2014, anexa ao Processo n.º. 46206.008997/2014-44, referente ao Plano de Cargos e Salários do ICONE INSTITUTO DE CONSULTORIA, CURSOS DE EDUCAÇÃO LTDA/ DF, resolve:

Art. 1° - Homologar o Plano de Cargos e Salários Organizados em Carreira do ICONE INSTITUTO DE CONSULTORIA, CURSOS DE EDUCAÇÃO LTDA/ DF nos termos da NOTA TÉCNICA nº. 51/2014, anexa ao Processo n. 46206.008997/2014-44.

Art. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

MIGUEL NABUT

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Superintendente, em 10 de outubro de 2014, publicado no DOU nº 198, de 14 de outubro de 2014, Seção 1, página 81. Onde se lê: "O Plano de Carreiras, Cargos e Salários - PCCS do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO - CNPJ Nº 02.394.034/0001-02.", Leia-se: "O Plano de Carreiras, Cargos e Salários - PCCS do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO - CNPJ Nº 02.392.034/0001-02".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIAS DE 21 DE SETEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, resolve:

Nº 521 - Conceder autorização à ELIANE S/A REVESTIMENTOS CERÂMICOS, inscrita no CNPJ sob o nº 86.532.538/0030-05, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Ambrosio Dallo, 330, centro, na cidade de Cocal do Sul (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.004013/2014-78, protocolado no dia 21/07/2014.

Nº 522 - Conceder autorização à ELIANE S/A REVESTIMENTOS CERÂMICOS, inscrita no CNPJ sob o nº 86.532.538/0029-63, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rodovia Luiz Rosso, s/n, bairro São Luiz, na cidade de Criciúma (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.004014/2014-12, protocolado no dia 21/07/2014.

Nº 527 - Conceder autorização à WEG DRIVERS & CONTROLS - AUTOMAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 14.309.992/0001-48, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Avenida Prefeito Waldemar Grubba, 3000, bairro Vila Lalau, na cidade de Guaramirim (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.002522/2014-66, protocolado no dia 16/05/2014.

Nº 528 - Conceder autorização à WEG TINTAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 12.006.058/0001-21, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rodovia BR 280, s/n, bairro Corticeira, na cidade de Guaramirim (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.002523/2014-19, protocolado no dia 16/05/2014.

Nº 537 - Conceder autorização à ELIANE S/A REVESTIMENTOS CERÂMICOS, inscrita no CNPJ sob o nº 86.532.538/0032-69, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Maximiliano, 245, centro, na cidade de Cocal do Sul (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.004012/2014-23, protocolado no dia 21/07/2014.

LUIS MIGUEL VAZ VIEGAS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 146, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo n.º 46421.000259/2014-12 e conceder autorização à empresa: ELFUSA GERAL DE ELETROFUSÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 59.752.048/0001-07, situada à Rua Rua Júlio Michelazzo, nº 501, Município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da C.L.T. e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes nas alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 147, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo n.º 46219.015425/2014-72 e conceder autorização à empresa: RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 59.557.124/0001-15, situada à Rodovia Raposo Tavares, km 18, nº 8015, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da C.L.T. e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes nas alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 148, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46263.003989/2014-27 e conceder autorização à empresa: YCAR ARTES GRÁFICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 53.856.829/0001-57, situada à Rua Líbero Badaró, Nº 1201, Pauliceia, Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 26 de maio de 2016 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os intervalos e os turnos a serem observados são conforme fls. 21 e 22 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 149, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 47998.005280/2014-34 e conceder autorização à empresa: TOYOBO DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 55.014.609/0001-01, situada à Praça Toyobo, Nº 50, Jardim Paulistano, Município de Americana, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 28 de fevereiro de 2016 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. O intervalo a ser observado é conforme fls. 489 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 4.452, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza a formalização de Termo Aditivo aos Contratos de Concessão firmados com a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. e a Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 052, de 21 de outubro de 2014, e no que consta do Processo nº 50500.113303/2014-32, resolve:

Art. 1º Autorizar a formalização de Termo Aditivo aos Contratos de Concessão firmados com a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (Contrato PG 137/95-00, cláusula 304) e com a Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Contrato PG 154/94-00, cláusula 251).

Art. 2º A formalização dos Termos Aditivos, de que trata o art. 1º desta Resolução, fica condicionada à previa apresentação, pelas Concessionárias, dos dados pessoais e qualificação de seus representantes legais, signatários dos respectivos Termos Aditivos, e dos documentos referentes à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, válidos e atualizados, da CCR S.A. e seus controladores, os grupos empresariais, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Soares Penido.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 310, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 053, de 21 de outubro de 2014, no que consta do Processo nº 50500.183417/2013-69;

CONSIDERANDO o inciso III do artigo 37 da Constituição Federal, que estabelece que o prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, prorrogável 1 (uma) vez, por igual período;

CONSIDERANDO o item 19.28 do Edital nº 01/2013, que rege o Concurso Público da ANTT, e que institui que "O prazo de validade do concurso esgotar-se-á após 1 (um) ano, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, 1 (uma) única vez, por igual período.";

CONSIDERANDO que ainda existem candidatos aprovados no cadastro de excedentes para o cargo de Técnico Administrativo, Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres e Analista Administrativo; e

CONSIDERANDO a grande rotatividade de servidores, especialmente no cargo de Técnico Administrativo, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 1 (um) ano, o prazo de validade do concurso público para provimento de vagas do Cargo de Técnico Administrativo, Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres e Analista Administrativo, do Quadro Efetivo da ANTT, regido pelo Edital nº 01/2013, publicado no Diário Oficial da União de 28 de maio de 2013, a contar do dia 29 de outubro de 2014 até o dia 28 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 311, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, fundamentada no Voto DG - 054, de 21 de outubro de 2014, e no que consta do Processo nº 50500.118660/2011-44, delibera:

Art. 1º Alterar os quantitativos dos Cargos Comissionados desta Agência, conforme quadro a seguir:

Cargo	Quantidade
CD I	1
CD II	4
CGE I	9
CGE II	32
CGE III	6
CGE IV	42
CA I	0
CA II	2
CA III	12
CAS I	17
CAS II	22
CCT I	53
CCT II	43
CCT III	24
CCT IV	33
CCT V	102

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 196, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50520.024594/2014-57, resolve:

Art. 1º Autorizar a readequação de acesso localizado na faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, no km 114+400m, na Pista Sul, em Itajaí/SC, de interesse do Sr. Edgar Lazzarin.

Art. 2º Na readequação e conservação do referido acesso, o Sr. Edgar Lazzarin deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º O Sr. Edgar Lazzarin não poderá iniciar a readequação do acesso objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Litoral Sul S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Litoral Sul S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º O Sr. Edgar Lazzarin assumirá todo o ônus relativo à readequação, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º O Sr. Edgar Lazzarin deverá concluir a obra de readequação do acesso no prazo de 02 (dois) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso o Sr. Edgar Lazzarin verifique a impossibilidade de conclusão da obra de readequação do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Litoral Sul S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à Autopista Litoral Sul S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º O Sr. Edgar Lazzarin deverá apresentar, à URRS e à Autopista Litoral Sul S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. O Sr. Edgar Lazzarin abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

PORTARIA Nº 197, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50520.024588/2014-08, resolve:

Art. 1º Autorizar a readequação de acesso localizado na faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, no km 114+360m, na Pista Sul, em Itajaí/SC, de interesse da Maqcen Comércio de Peças e Serviços Ltda..

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º Na readequação e conservação do referido acesso, a Maqcen deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Maqcen não poderá iniciar a readequação do acesso objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Litoral Sul S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Litoral Sul S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Maqcen assumirá todo o ônus relativo à readequação, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A Maqcen deverá concluir a obra de readequação do acesso no prazo de 03 (três) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Maqcen verifique a impossibilidade de conclusão da obra de readequação do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Litoral Sul S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à Autopista Litoral Sul S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º A Maqcen deverá apresentar, à URRS e à Autopista Litoral Sul S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Maqcen abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

PORTARIA Nº 198, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50520.024583/2014-77, resolve:

Art. 1º Autorizar a readequação de acesso localizado na faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, no km 023+140m, na Pista Sul, em Joinville/SC, de interesse da Claro Transportes Ltda..

Art. 2º Na readequação e conservação do referido acesso, a Claro Transportes Ltda. deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Claro Transportes Ltda. não poderá iniciar a readequação do acesso objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Litoral Sul S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Litoral Sul S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Claro Transportes Ltda. assumirá todo o ônus relativo à readequação, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A Claro Transportes Ltda. deverá concluir a obra de readequação do acesso no prazo de 03 (três) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Claro Transportes Ltda. verifique a impossibilidade de conclusão da obra de readequação do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Litoral Sul S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à Autopista Litoral Sul S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º A Claro Transportes Ltda. deverá apresentar, à URRS e à Autopista Litoral Sul S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Claro Transportes Ltda. abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014102800055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Leis, Decretos e Medidas Provisórias
agora reunidos em volumes mensais



A Imprensa Nacional lança a série
Separata dos Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo,
uma publicação de periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União. O novo produto oferece à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs a partir da pluralização dos meios de divulgação oficial.
A Separata já se encontra disponível para assinatura ou venda avulsa.

Informações e vendas pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808